

U
LISBOA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA

ie
Instituto de
Educação

CH
CENTRO DE HISTÓRIA

Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos

ORGANIZAÇÃO

Roger Chartier

José Damião Rodrigues

Justino Magalhães



Lisboa

Centro de História da Universidade de Lisboa
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

2020

Título

Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos

Organização

Roger Chartier, José Damião Rodrigues e Justino Magalhães

Assistência editorial

Sónia Fialho Borges e Filipe Marques Fernandes

Revisão

Sónia Fialho Borges, Filipe Marques Fernandes e André Morgado

Comissão científica

Ana Cristina Araújo (U. de Coimbra); Ângela Domingues (U. de Lisboa); António Camões Gouveia (U. Nova de Lisboa); Armando Alberola Romá (U. d'Alacant); Áurea Adão (U. Lisboa); Cláudio DeNipoti (U. Estadual de Londrina); Elisa Frúhauf Garcia (U. Federal Fluminense); Francisco Aranda Pérez (U. de Castilla-La Mancha); Isabel Almeida (U. de Lisboa); Juan Marchena Fernández (U. Pablo de Olavide); Joaquim Pintassilgo (U. de Lisboa); João Dionísio (U. de Lisboa); Jorge Miguel Pedreira (U. Nova de Lisboa); José Luís Cardoso (U. de Lisboa); Maria Fernanda Bicalho (U. Federal Fluminense); Maria Luísa Malato (U. do Porto); Margarita Eva Rodríguez García (U. Autónoma de Madria); Roberta Stumpf (U. Autónoma de Lisboa)

Capa

Secretaria da Cultura do Estado da Bahia, Fundação Pedro Calmon, Arquivo Público do Estado da Bahia, Poder Executivo Colonial, Cartas Régias, Livro 6 (1700-1701), 61, carta para o governador-geral do Brasil, Dezembro de 1700 (cortesia do Professor Roberto Guedes Ferreira).

Edição

Centro de História da Universidade de Lisboa | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Primeira edição

2020

Grafismo

Bruno Fernandes

Impressão: Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.

ISBN: 978-989-8068-29-3

Depósito Legal: 477886/20

Tiragem: 250 exemplares



Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito dos projetos UIDB/04311/2020 e UIDP/04311/2020.

This work is funded by national funds through FCT – Foundation for Science and Technology under projects UIDB/04311/2020 and UIDP/04311/2020.

Esta co-edição é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. no âmbito da UIDEF – Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação, Referência UIDB/04107/2020.

This co-edition is funded by national fund through FCT – Foundation for Science and Technology I.P. within the scope of UIDEF – Research & Development Center on Education and Training, Reference UIDB/04107/2020.

 This work is licensed under the Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1886, Mountain View, CA 94042, USA.

ÍNDICE

- 11 APRESENTAÇÃO
Roger Chartier, José Damião Rodrigues e Justino Magalhães
- 19 LITERATURA E CULTURA ESCRITA:
Permanência das obras, mobilidade dos textos, pluralidade das leituras
Roger Chartier
- 41 EDIÇÕES NUM MUNDO SEM EDITORES
João Luís Lisboa
- 65 CON LETRAS GRANDES Y LEGIBLES.
Escritura expuesta y espacio público en la temprana Edad
Moderna hispana
Antonio Castillo Gómez
- 93 MEMORIA Y ESCRITURA DE UN EMBAJADOR CONSEJERO:
El conde de Assumar en la Guerra de Sucesión por la Monarquía
Hispánica (1705-1713)
David Martín Marcos
- 125 A HERANÇA DE ESPINOSA NUM MANUSCRITO SILENCIADO E NUM
LIVRO PROSCRITO DE RIBEIRO SANCHES
Ana Cristina Araújo
- 149 AS LUZES E A EDUCAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA SETECENTISTA:
Escritas, valores, práticas
Thais Nívia de Lima e Fonseca
- 177 O PAPEL, A TINTA E O ARMÁRIO:
Em torno da administração colonial luso-brasileira setecentista
Caio Boschi
- 195 A CULTURA ESCRITA NAS MISSÕES GUARANIS:
Paraguai, séculos XVII e XVIII
Eduardo S. Neumann
- 221 O ABADE RAYNAL:
Discursos e fontes sobre o Império Português. Algumas notas
Junia Ferreira Furtado e Nuno Gonçalo Monteiro

249 ESCRITAS E PRÁTICAS POLÍTICAS NA CONSTRUÇÃO
DO IMPÉRIO DO BRASIL (1821-1823)

Lucia Maria Bastos P. Neves

283 INSTITUIÇÃO ESCOLAR E CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA:
Setecentismo e reformas educativas

Justino Magalhães

317 NOTAS BIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

O livro *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos* é composto por textos escritos no âmbito dos Colóquios I e II do Ciclo *Escritas e Culturas na Europa Moderna*, organizado por iniciativa conjunta do Centro de História da Universidade de Lisboa e do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa; na organização do Colóquio I participou também a Fundação Calouste Gulbenkian. Este ciclo de Colóquios decorreu no âmbito da Cátedra do Collège de France na Universidade de Lisboa, de que o Professor Roger Chartier foi um dos Professores titulares, surgindo como autoridade maior em cada um dos Colóquios.

Uma parte dos textos agora publicados corresponde a comunicações efectivamente apresentadas; os restantes são da autoria de reconhecidos especialistas, convidados com o objectivo de conferir mais densidade e maior amplitude ao tema, pela inclusão de novas dimensões e pela extensão ao Atlântico moderno. A propriedade autoral e a diversidade dos assuntos, consignando aprofundamento e especificidade, não comprometem o sentido de uma evolução histórica e a unidade compósita do livro. A disposição dos textos procura, dentro do possível, conciliar diacronia e amplitude das perspectivas.

O texto de Roger Chartier, “Literatura e cultura escrita: permanência das obras, mobilidade dos textos, pluralidade das leituras”, incide na relação entre história cultural e escrita textual, dando particular atenção ao contraponto entre estabilidade das obras, pluriconfigurabilidade dos textos, instabilidade das leituras. Desenvolvendo de modo documentado e argumentativo uma dialéctica histórica, Roger Chartier organiza o texto em três itens: atribuição

e autoria; materialidade; leituras. Assinala que a permanência das obras resulta no essencial de uma unidade discursiva e da “função-autor”. Esta evoluiu, no século XVIII, para uma legitimação jurídica da propriedade textual e para uma consistência da obra literária, assegurada pelo arquivo sistemático dos manuscritos autógrafos por parte dos autores. Mas o destino dos textos cedo fica na mão de editores, compositores, censores, antologadores e, mesmo que na sequência das versões se mantenham a materialidade e a uniformidade das marcas autorais, a combinação entre forma e sentido, associada aos processos de adaptação, inteligibilidade e apropriação, confere aos textos uma dinâmica circunstancial. A apropriação é um processo de dar sentido. Na relação entre leitor e texto, mediante intelecção e de interpretação, o leitor atribui sentido e confere significado. No texto de Roger Chartier, esta dialéctica está devidamente documentada com fontes históricas, traduzida em conceitos, circunscrita e iluminada por uma constelação de disciplinas e por autores conceituados com quem Roger Chartier dialoga. Mas é a história cultural que aborda a totalidade textos-cultura-leitura em quadros diacrónicos e congrega a historicidade do leitor, práticas, modos de ler e interpretar que estão na base do sincrónico, e este assim se torna presente como complexo axial da história. Neste presente-passado, presente-conjuntura, a diacronia é evolução e reinterpretação com sentido de futuro. Roger Chartier desafia o leitor com uma problemática de partida e deixa, na saída, três perguntas e uma convicção. Como manter o conceito de propriedade autoral? Como reconhecer, na circularidade e no imediatismo do digital, uma ordem dos discursos que esteja associada ao livro, aos géneros textuais? E, enfim, como preservar uma percepção da “obra” enquanto totalidade de sentido? E se a perspectiva histórica leva à historicidade leitora como totalidade, então não poderá deixar de fazer parte deste questionamento.

No texto “Edições num mundo sem editor”, João Luís Lisboa parte da impossibilidade de pensar a circulação de textos sem editor para interpelar as circunstâncias actuais, em que o suporte digital conduz à imaterialidade e ao apagamento do editor, enquanto responsável por organizar e dar a ler os textos em condições de legibilidade. Tal apagamento torna-se paradoxal em face da

hipertextualidade que caracteriza o digital e em face da história editorial, como comprova o texto de João Luís Lisboa, ao dar a conhecer edições de final de Quinhentos, cujos impressores/tipógrafos assumiram um labor editorial, interferindo na legibilidade dos textos, seleccionando o tipo de letra, ajustando os textos censurados, corrigidos, anotados ou mesmo contrafeitos. Refere o caso de Aldo Manuzio, impressor em Veneza, que está associado ao itálico; refere Valentim Fernandes, que, designadamente na publicação da *Grammatica Pastranae* (1497), ajustou diversos tipos de texto, mas que está longe do que veio a ser o editor. Apresenta o impressor Manuel de Lira, que em 1585 publicou uma segunda edição d’*Os Lusíadas* em formato reduzido, censurada e profusamente anotada, destinada a “um público novo”. Por fim, João Luís Lisboa menciona o caso de André Lobato, que nesse mesmo ano fez sair a público uma contrafacção da versão publicada por António Gonçalves em 1572.

No capítulo “Com letras grandes y legibles. Escritura expuesta y espacio público en la temprana Edad Moderna hispana”, Antonio Castillo Gómez socorre-se do expressão “*grafosfera pública*” para aludir às manifestações da escrita nas cidades modernas. Contrasta a raridade da pintura mural com a frequência da escrita pública (em público e publicitada), destacando éditos, inscrições monumentais, cartazes publicitários e propagandísticos, libelos, pasquins. Inscreve estas manifestações de escrita num quadro de comunicação e analisa-as tendo em atenção o acto de publicar, espaços e locais, materiais, modalidades de apropriação. O tipo de texto reflecte a natureza da mensagem, e o efeito de comunicar fica manifesto quando, ao lado dos caracteres alfabéticos, surgem desenhos e pinturas mais facilmente compreensíveis. Para além das funções informativa, laudatória, propagandística, Castillo Gómez analisa e documenta a escrita pública como manifestação de poder e objecto de controvérsia. Por último, detém-se sobre a circularidade e a diversidade nas apropriações que oralidade, texto, imagem proporcionavam.

Em “Memoria y escritura de un embajador consejero: el conde de Assumar en la Guerra de Sucesión por la Monarquía Hispánica (1705-1713)”, David Martín Marcos faz a leitura de uma série de diários do conde Assumar, escritos por este na qualidade de embaixador na corte do arquiduque Carlos

e no contexto da Guerra da Sucessão espanhola. É uma escrita elaborada a partir de si e que David Martín Marcos analisa quanto à informação, ao modo de redacção e como ego-história. É uma escrita para recordar, aproximando-se de uma crónica “apoiada na autoridade que lhe concedia ser testemunho dos acontecimentos”, mas também uma escrita de afirmação de um inconformismo sobre a representação que os outros membros da Aliança faziam sobre Portugal.

Ana Cristina Araújo, em “A herança de Espinosa num manuscrito silenciado e num livro proscrito de Ribeiro Sanches”, após comentar o conceito de “estrangeirado” associado à Europa das Luzes, adverte que houve homens de letras portugueses cujo cosmopolitismo os situa para além deste conceito. É o caso de Ribeiro Sanches, de que narra sumariamente a biografia, para se centrar depois na obra *Origem da Denominação de Christão-Velho, e Christão-Novo, em Portugal, e as Causas da Continuação destes Nomes, como também de Cegueira Judaica*. O manuscrito data de 1748, ainda que Ribeiro Sanches o tenha reelaborado por diversas vezes. Ana Cristina infere que Ribeiro Sanches, criticando a comunidade cristã-nova e os cristãos-velhos, intentava “esvaziar o funcionamento da Inquisição retirando-a da alçada canónica; devolver ao Estado o poder de regular as ações exteriores dos seus súbditos; e pacificar a sociedade portuguesa, pondo termo a uma divisão injustificada, assente em confissões dissimuladas, falsas e atentatórias da liberdade de consciência”.

No texto “As luzes e a educação na América portuguesa setecentista: escritas, valores, práticas”, Thais Nívia de Lima e Fonseca integra a educação no quadro das Luzes, ou melhor, comprova que as Luzes são educação. Analisando documentação inédita sobre o ensino régio em Portugal e em Minas Gerais, infere que o quadro cultural e o sentido de progresso subjacentes aos discursos e às práticas docentes estão em conflito com o sentido tradicionalista e conservador dos valores, no contexto da Ilustração e do Império Português. Após uma discussão conceptual, Thais Nívia de Lima e Fonseca desvela e documenta o significado da aculturação escrita na mutação da sociedade mineira na fase final do Brasil-Colónia.

Caio Boschi, em “O papel, a tinta e o armário: em torno da administração colonial luso-brasileira setecentista”, ao mesmo tempo que apresenta arquivos,

conjuntos documentais e fontes históricas sobre a administração da América portuguesa setecentista, desenvolve uma reflexão sobre a arquivística e uma heurística, cujos pressupostos e orientações visam a compreensão daquela realidade histórica. Neste texto, Caio Boschi dá especial atenção à epistolografia – assim a diplomática, a de negócios e a pessoal –, que assume relevância documental, particularmente numa geografia de império e em circunstâncias históricas de instabilidade e aceleração de decisões, nomeadamente no ciclo do ouro, que determinou a economia e a sociedade de Minas Gerais no decurso de Setecentos. Através das fontes epistolares, é possível “apreender de modo vertical quem eram os agentes que faziam movimentar a máquina administrativa” e “captar a face humana da administração, tentando alcançar a dimensão humana dos administradores”.

Eduardo S. Neumann, em “A cultura escrita nas missões guaranis: Paraguai, séculos XVII e XVIII”, documenta a acção dos missionários da Companhia de Jesus nas Reduções do Paraguai, onde criaram uma elite letrada entre as populações locais: “O empreendimento de ‘escriturização’ do idioma guarani permitiu a produção de uma literatura religiosa e também serviu como meio de comunicação e reivindicação política.” Essa elite autóctone, assim constituída e reconhecida, assumiu cargos de poder e de representação, nomeadamente nos “*Cabildos* missioneiros”, e assegurava a mediação com as populações autóctones. Fazendo uso da cultura escrita, adaptando, inventando, esta elite está na origem de uma produção escrita, nomeadamente sob a forma epistolar e de relato. Eduardo Neumann refere-se à origem, enquadramento, funcionalidades e historiografia desta “escrita indígena”.

Junia Ferreira Furtado e Nuno Gonçalo Monteiro, em “O abade Raynal: discursos e fontes sobre o Império Português. Algumas notas”, após breve reanálise do conceito de “estrangeirado” e uma caracterização das controvérsias em torno da história do Império Português, concentram-se sobre “a primeira edição de 1770 da *Histoire philosophique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, geralmente designada por *Histoire des deux Indes*, do abade Raynal (1713-1796), ao que se diz, a obra de maior divulgação publicada no século dito das Luzes”. Analisam as fontes e a construção do texto, composto

por diferentes volumes, e que desde a edição de 1780 incorporou as respostas aos questionários que Raynal enviara a diversos correspondentes, buscando informações sobre os impérios europeus de além-mar. Concluem os autores que, no decurso das edições, foram sendo atenuadas as críticas ao sistema colonial português e que essa perspectiva benigna da colonização portuguesa foi sendo difundida pelos embaixadores portugueses e “impactou a literatura posterior, o que pode ser observado na obra de Adam Smith”.

Entrando no século XIX, em “Escritas e práticas políticas na construção do Império do Brasil (1821-1823)”, Lucia Maria Bastos P. Neves procura identificar o sentido e apreender as práticas das elites luso-brasileiras no tempo crítico e controverso que antecedeu a construção do Império do Brasil, no contexto mais vasto da crise do Antigo Regime ou da Idade das Revoluções. Intenta consegui-lo através do vocabulário político “que permeou as principais discussões na imprensa, nos panfletos políticos, nas folhas volantes e *papelinhos*, escritos entre 1821 a 1823 e publicados tanto no Brasil quanto em Portugal”. A autora refere uma multiplicidade de periódicos, manifestos, panfletos. Se, até então, no Rio de Janeiro havia apenas um periódico, entre 1821 e 1822 foram editados 20 periódicos. E, entre 1821 e 1823, o total de panfletos impressos no Brasil poderá ter ascendido a mais de 350. Lucia Maria Bastos P. Neves indaga as ideias e as linhas de força subjacentes à multiplicidade de textos, de que ressaltam “as linguagens do liberalismo e do constitucionalismo”, manifestas em conceitos essenciais, como voto, eleições, assembleias, Constituição. Era, no entanto, um movimento de opinião que permanecia circunscrito às elites.

No texto “Instituição escolar e constituição da sociedade moderna: setecentismo e reformas educativas”, Justino Magalhães incide sobre a instituição educativa como instância de modernidade e constituição da sociedade moderna. Documentando e caracterizando, aborda particularmente o período entre final do século XVII e primeiras décadas do século XIX, enquanto ciclo longo de estruturação da educação moderna e constituição da instituição escolar, formado por três conjunturas: decomposição, ruptura/reformas, recomposição.

Conclua-se, reiterando que o livro que agora se publica ilustra uma modernidade letrada. Desde Quinhentos que a escrita está presente como

manuscrito e como impresso e, com ela, a leitura. A modernidade é impensável sem a cultura letrada das elites e sem a aplicação da escrita a novos domínios materiais, simbólicos, de governo e administração, socioculturais, como também sem a aculturação escrita de novos públicos.

Tendo a escrita como motivo central, *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos* desvela o mundo dos textos, ilustra os campos autoral, editorial, do leitor, comunicacional, intrínsecos à cultura escrita, toma a escrita como campo simbólico, de representação, poder e mobilização. E, enfim, apresenta a cultura escrita como constitutiva da Europa e do Atlântico modernos. Incidindo sobre uma realidade complexa e multidimensional, este livro traz a historicidade e a perspectiva histórica para o centro dos estudos humanísticos, sociais, culturais, educacionais.

Por fim, uma palavra devida de agradecimento. Desde logo, ao responsável pela Cátedra do Collège de France na Universidade de Lisboa, o Professor Eduardo Ducla-Soares. Depois, aos Directores do Centro de História da Universidade de Lisboa, os Professores Hermenegildo Fernandes, Director à época da realização dos citados Colóquios, e Luís Filipe Barreto, e do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, os Professores João Pedro da Ponte e Luís Miguel Carvalho. Mas também à equipa que colaborou, de forma empenhada e profissional, no moroso processo editorial: os Drs. Sónia Fialho Borges, Filipe Marques Fernandes e André Morgado. Sem o seu esforço e dedicação, este volume não teria sido dado à estampa tão cedo. A todos, pois, o nosso reconhecimento.

E agora a palavra aos leitores.

OS ORGANIZADORES

Roger Chartier

José Damiano Rodrigues

Justino Magalhães

LITERATURA E CULTURA ESCRITA: Permanência das obras, mobilidade dos textos, pluralidade das leituras

Roger Chartier
Collège de France

Neste texto, vou tentar mostrar como se pode pensar a relação entre a história cultural e a crítica textual quando estas duas perspectivas se apoderam dos textos, dos livros, das leituras. Em primeiro lugar, parece-me que devemos reflectir sobre a tensão sempre presente entre, por um lado, a identidade perpetuada, reconhecível, desmaterializada das obras e, por outro lado, a mobilidade dos textos. Uma mobilidade assegurada pela multiplicidade das suas leituras, das suas formas materiais, dos seus modos de atribuição.

Atribuição e autoria

Na sua famosa palestra de 1968, *O que É Um Autor?*, Michel Foucault afirmou que, longe de ser relevante para todos os textos e todos os géneros, a atribuição de uma obra a um nome próprio não é nem universal, nem constante: “O autor-função é característico do modo de existência, circulação

e funcionamento de certos, não todos, certos discursos, numa sociedade.”¹ A atribuição de um nome próprio a um discurso era para Foucault o resultado de uma operação específica e complexa, que coloca a unidade, a coerência de uma obra, ou do conjunto de obras, em relação com a identidade de um sujeito construído, que não é a “pessoa-mesma” do escritor. Essas operações fundem-se num processo dual de seleção e exclusão. Primeiro, os discursos atribuíveis ao “autor-função” e à obra devem ser separados, dizia Foucault, dos “milhões de traços deixados por alguém depois de sua morte”. Depois, os elementos pertinentes, pela definição da posição, devem ser extraídos dos inumeráveis eventos que constituem a vida de qualquer indivíduo.

Hoje, a presença de arquivos literários abundantes torna mais complexa a delimitação da obra em si e a separação entre os textos literários, reconhecidos enquanto tal, e os milhões de traços escritos deixados por um indivíduo. Para Foucault, o problema era tanto teórico quanto técnico. Dava ironicamente como exemplo o caso de Nietzsche:

Ao promover a publicação das obras de Nietzsche, por exemplo, onde devemos parar? Certamente, tudo deve ser publicado. Mas o que é tudo? Tudo o que o próprio Nietzsche publicou, sem dúvida. E quanto aos rascunhos iniciais do seu trabalho? Claro! O plano para seus aforismos? Sim. As partes cortadas, notas de rodapé? Sim. E se num quarto caderno de trabalho, cheio de aforismos, encontramos uma referência, uma notação de um compromisso, ou de um endereço, ou uma lista de lavanderia, isso é obra ou não? Porque não? E assim por diante, *ad infinitum*. É obra, ou não?²

A pergunta de Foucault, sobre a “proliferação” infinita dos escritos de Nietzsche, considerados como sua obra, deve talvez agora ser invertida, para considerar a possibilidade ou a necessidade da sua “rarefação”, para usar a terminologia de Foucault em *L'Ordre du discours*.³

Como foi convincentemente provado por Mazzino Montinari, o livro póstumo e mais canônico de Nietzsche, *Der Wille Zur Macht (A Vontade de Poder)*, nunca foi escrito por ele, tendo de ser considerado como uma falsificação de

1 Foucault 2015.

2 Foucault 2015.

3 Foucault 2012.

Elisabeth Förster-Nietzsche, sua irmã.⁴ Ela cortou, reuniu e ordenou, em forma de livro, vários fragmentos, notas, esboços e reflexões deixados por seu irmão, que não tinha nenhuma intenção de os transformar num livro. Então, *A Vontade de Poder* existe como uma obra e deve ser incluído na obra de Nietzsche, ou não?

Tomemos ainda como exemplo as manipulações textuais tornadas possíveis pela decisão dos autores. Repetidas vezes, o próprio Jorge Luís Borges determinou os limites da sua obra. Ele excluiu das *Obras Completas*, publicadas pela editora Emecé, de Buenos Aires, em 1974, três livros que ele publicara entre 1925 e 1928: *Inquisiciones*, *El tamaño de mi esperanza* e *El idioma de los argentinos*; e proibiu qualquer republicação desses três livros, que foram editados somente em 1993 e 1994, por María Kodama, sete anos depois da morte de Borges, e não sem uma feroz controvérsia.⁵ Por outro lado, Borges seleccionou, com o seu editor – nesse caso, Jean-Pierre Bernès, que publicou as suas *Œuvres Complètes*, em francês, na “Bibliothèque de La Pléiade” –, todos os textos que considerou parte da sua obra, não só os livros ou as antologias, mas também críticas de livros e de filmes, prólogos, artigos, crônicas e a primeira versão impressa de muitos poemas e de alguns textos de ficção.⁶

Os arquivos literários modernos, que permitem tais manipulações, produzem efeitos nas práticas editoriais das obras impressas nos séculos XVI e XVII. Por um lado, inspirará uma busca para identificar o tipo de manuscrito utilizado para a publicação dos textos impressos. E inspirará uma obsessão com os manuscritos perdidos, porque, como é sabido, não sobreviveu nenhum manuscrito literário autógrafo de Shakespeare, assim como de Molière ou Cervantes. Por outro lado, a delimitação instável da obra inspirará decisões originais, para autores da primeira modernidade, como por exemplo a publicação de dois textos de uma mesma peça, como no caso de *King Lear*, no *The Complete Works*, de Shakespeare,⁷ ou de *A Game at Chess*, em *Collected Works*, de Thomas Middleton.⁸

4 Montinari 1996.

5 Louis 1997.

6 Borges 1993.

7 Shakespeare 1986.

8 Middleton 2007.

A consequência mais importante da configuração conceptual que produziu a necessidade da presença do “autor-função”, segundo Foucault, é a relação estabelecida entre a obra literária e a vida do escritor. Desde meados de Setecentos, as composições literárias deixaram de ser pensadas como sendo baseadas em histórias que eram reutilizadas e compartilhavam lugares-comuns, resultantes de colaborações impostas por patronos ou empresários teatrais, para serem vistas como criações originais, que expressavam os sentimentos mais íntimos e as experiências mais importantes e singulares do autor.

A primeira consequência foi, no século XVIII, o desejo de editar as obras de acordo com a cronologia da vida do seu autor. A segunda foi a escrita de biografias literárias. Em relação a Shakespeare, Edmond Malone foi o primeiro a associar os dois empreendimentos.⁹ Ele escreveu a sua *Life of Shakespeare*, impressa apenas em 1821, baseado em “documentos originais”, autênticos, rompendo com a compilação de anedotas impressas desde o começo do século XVIII, particularmente com a edição de Nicolas Rowe, em 1709. E Malone estabeleceu a primeira (suposta) cronologia das obras de Shakespeare. De acordo com o próprio, as peças deviam ser publicadas na ordem em que Shakespeare as escreveu e não conforme a sua distribuição na tradição do *Folio*, de 1623, entre comédias, *histories* (peças históricas) e tragédias. Boswell seguiu esse desejo, excepto nas peças históricas, na reedição de 1821 da edição de Malone, publicada em 1790.

Mas não é uma tarefa fácil, dada a ausência de documentos autógrafos ou autobiográficos de Shakespeare e da existência de poucos dados sobre a sua vida. Para compensar essa escassez de informação, Malone inaugurou o dispositivo fundamental para qualquer biografia literária: localizar os trabalhos na vida do autor, o que exige encontrar a vida nos trabalhos. Como escreveu Margreta de Grazia:

A vida deu passagem ao trabalho, que voltou para a vida, tudo no mesmo *continuum* temporal. No lugar dos documentos arquivísticos, as peças estavam em posição de servir como fonte primária de informação sobre a vida de Shakespeare durante os seus anos em Londres. O próprio arranjo sugeria que apenas realizando o escrutínio

9 De Grazia 1991.

exaustivo das peças, como se fossem documentos arquivísticos, seria possível conhecer a vida de Shakespeare como um todo, do princípio ao fim.¹⁰

Depois de Malone, todas as biografias de Shakespeare, inclusive as biografias escritas na perspectiva do *New Historicism*,¹¹ ficaram à mercê das armadilhas da imposição retrospectiva, de um paradigma interpretativo tornado possível apenas pela existência de abundantes arquivos literários e por uma nova compreensão e leitura das composições literárias. Existe uma “incompatibilidade radical”, para usar uma expressão de Margreta de Grazia, entre as estéticas romântica e pré-romântica da obra e o regime de produção textual prévio, que não considerava que a “literatura” (conceito que não existia em seu sentido moderno) devesse ser atribuída a uma singularidade individual. E é com essa incompatibilidade em mente que devemos compreender os efeitos produzidos, sobre as práticas editoriais e a crítica literária, pela existência de mutações conceituais que, a partir do século XVIII, transformarão ou inventarão a literatura.

Materialidade

Tal perspectiva – e é o segundo ponto: “materialidade dos textos” – pressupõe que seja deslocada a fronteira tradicionalmente estabelecida entre as produções e práticas mais comuns da cultura escrita e a “literatura”, entendida como um campo particular de criações e experiências. Tal deslocamento exige a aproximação daquilo que a tradição ocidental separa de forma duradoura; de um lado, a interpretação, o comentário das obras; do outro lado, a análise das condições técnicas ou sociais da sua publicação, circulação, apropriação. Existem várias razões para essa dissociação. A permanência da filosofia platônica opõe a pureza das ideias e a sua inevitável corrupção pela matéria. A definição do *copyright* estabeleceu a propriedade do autor sobre um texto,

10 De Grazia 1991, 142.

11 Greenblatt 2011.

considerado sempre idêntico a si mesmo, seja qual for a forma material da sua publicação. O triunfo da estética pós-kantiana fez considerar as obras independentemente da materialidade do seu suporte.

Paradoxalmente, no século XX, as duas perspectivas críticas que mais atentaram para as modalidades materiais de inscrição dos discursos reforçaram, e não contrariaram, esse processo de abstracção textual. A bibliografia analítica, a *New Bibliography*, investigou rigorosamente as diferentes formas impressas de uma mesma obra, edições e exemplares, com o fim de recuperar um texto ideal ou *ideal copy text*, livre das alterações infligidas pelo processo de publicação e idêntico ao texto desaparecido, mas suposto, que foi escrito, ditado, imaginado pelo autor. Daí, nessa disciplina, uma distinção radical entre *essential* e *accidentals*, entre a obra, em sua essência permanente, e os acidentes que a deformaram ou corromperam.

A segunda perspectiva, a perspectiva desconstrucionista, deu grande ênfase à materialidade da escrita, e às diferentes formas da inscrição da linguagem. Todavia, em seu esforço para abolir a oposição imediatamente evidente entre oralidade e escrita, entre a singularidade do acto da linguagem, o *speech act*, e a reprodutibilidade da escrita, construiu esta abordagem: categorias conceptuais como “arquiescritura” ou “iterabilidade”, que necessariamente se afastam da percepção, dos efeitos produzidos pelas diferenças empíricas, materiais, físicas que caracterizam as diversas modalidades de publicação dos textos.¹² Contra esta perspectiva, vale lembrar que a produção, não só dos livros, mas também dos próprios textos, é um processo que, além do gesto da escrita, implica diferentes momentos, diferentes técnicas, diferentes intervenções. A transacção entre as obras e o mundo social não consiste unicamente na apropriação estética, simbólica, de objectos comuns ou de linguagens, práticas rituais ou práticas quotidianas, como tem demonstrado o *New Historicism*; abrange principalmente as relações múltiplas, móveis, instáveis, entre a obra e as suas múltiplas apropriações e encarnações.

O processo de publicação, seja qual for a sua modalidade, é sempre um processo colectivo, que implica múltiplos actores e que não separa a

12 Derrida 2014.

materialidade do texto da textualidade do livro ou da *performance*. Portanto, não se pode separar a substância essencial da obra, considerada para sempre semelhante em si mesma, e as variações acidentais do texto, que o editor moderno deve apagar para resgatar a obra na sua suposta identidade original. No entanto, essas múltiplas variações não destroem a ideia de que uma obra conserva uma identidade perpetuada, imediatamente reconhecível pelos seus leitores e ouvintes. David Scott Kastan, crítico shakespeariano, qualificou de “platónica” a perspectiva segundo a qual uma obra transcende todas as suas possíveis encarnações materiais; e de “pragmática” a perspectiva que afirma que, na experiência do leitor ou do espectador, nenhum texto existe fora das formas materiais que o fazem ler ou ouvir.¹³

Esta percepção contraditória dos textos divide tanto a crítica literária quanto a prática editorial. Opõe aqueles para quem é necessário recuperar o texto como o autor o redigiu, imaginou, desejou, curando as feridas infligidas pela transcrição manuscrita ou pela composição tipográfica,¹⁴ e aqueles para quem as múltiplas formas textuais em que uma obra foi publicada e difundida constituem os seus diferentes estados históricos, que devem ser respeitados, compreendidos ou editados na sua irredutível diversidade.¹⁵

Parece-me que – como outros ou melhor do que outros – os autores espanhóis do Século de Ouro tiveram consciência dos processos que são o próprio objecto de toda a história da cultura escrita. O primeiro processo é dado pela pluralidade das intervenções que caracterizam a publicação dos textos. Os autores não escrevem os livros, nem mesmo os seus. Os livros manuscritos e impressos são sempre resultado de múltiplas operações, que pressupõem decisões técnicas e competências diversas. Por exemplo, no caso dos livros impressos na idade do antigo regime tipográfico, entre o século XV e o século XIX, a cópia do manuscrito do autor por um escriba profissional; o exame dessa cópia por censores; a escolha do livreiro-editor quanto ao papel, ao formato, à tiragem; a organização do trabalho de composição e de impressão

13 Kastan 2001.

14 Rico 2005.

15 De Grazia et Stallybrass 1993.

na oficina tipográfica; a preparação da cópia e a composição dos textos pelos compositores, os operários tipógrafos; a leitura das provas pelo revisor; e finalmente a impressão dos exemplares, o que, na idade da imprensa manual, não impede novas correções ao longo da tiragem.¹⁶

O que está em jogo aqui não é somente a produção do livro, mas dos próprios textos nas suas formas materiais, gráficas e, algumas vezes, no seu conteúdo textual. O papel dos amanuenses e dos escribas, no processo de publicação, é uma das razões para a perda de manuscritos autorais no princípio da era moderna. Na Castela do Século de Ouro, os manuscritos enviados ao Conselho Real, para receberem licença e privilégio, nunca eram manuscritos autógrafos, mas sempre cópias limpas, escritas e copiadas por amanuenses profissionais, e às vezes corrigidas pelos autores, que queriam trocar algumas palavras ou frases, introduzir acréscimos nas margens, cortar algumas linhas ou mesmo adicionar folhas soltas ao manuscrito. Uma vez aprovados, eventualmente corrigidos pelos censores, os manuscritos eram entregues ao editor e depois ao impressor. Esta cópia de impressão submetia o texto à primeira série de transformações, seja na ortografia, seja na pontuação. Enquanto os manuscritos dos autores, por exemplo as suas cartas, tinham em geral muito poucas marcas de pontuação e apresentavam uma grande irregularidade na grafia das palavras, as cópias limpas dos amanuenses precisavam de dar melhor legibilidade ao texto, dirigido aos censores e aos tipógrafos. Uma vez na tipografia, esta cópia do manuscrito autógrafo era preparada por corretores, *copy editors*, que acrescentavam acentos, letras maiúsculas, pontuação. Depois destas intervenções textuais feitas por copistas, censores e editor (no sentido americano, ou inglês, de *copy editor*), o manuscrito autógrafo perdia toda a sua importância e não era conservado.

Assim preparada, a cópia encontrava-se em seguida transformada e deformada pelo trabalho na oficina. Os erros frequentes dos tipógrafos introduziam múltiplas distorções, letras ou sílabas invertidas, palavras esquecidas, linhas em branco. Mas além do mais, uma mesma cópia lida

16 Trovato 1998.

por diferentes revisores ou compositores poderia dar origem, nas páginas impressas, a grandes variações no uso dos pronomes, na concordância dos tempos e no respeito das regras gramaticais. Efectivamente, os autores não escreviam – e não escrevem – os seus livros, mesmo se alguns deles intervissem nas reedições das suas obras e estivessem plenamente conscientes dos efeitos produzidos pelas formas materiais ou gráficas dos seus textos.

Foi essa realidade que Dom Quixote percebeu ao visitar uma imprensa em Barcelona (Segunda Parte, Capítulo 64): “Entrou dentro, como acompanhamento, e viu tirarem numa parte, corrigirem em outra, comporem nesta, emendarem naquela, e, enfim, toda aquela máquina que nas grandes oficinas se mostra”.¹⁷ No século XVII, os tratados dedicados à arte tipográfica insistem nessa divisão das tarefas, na qual os autores não têm o papel principal. Em 1619, Gonzalo de Ayala, que era ele próprio corretor de imprensa, ressalta que o revisor deve conhecer a gramática, a ortografia, as etimologias, a pontuação, a disposição dos acentos.¹⁸ Em 1675, Melchior de Cabrera, um advogado, defensor dos privilégios dos impressores de Madrid, assinalava que o compositor deve saber

colocar os pontos de interrogação, de exclamação e os parênteses, porque com frequência a intenção dos escritores torna-se confusa pela ausência destes elementos necessários, importantes para a inteligibilidade e a compreensão do que está escrito e impresso, porque se um ou outro está ausente, o sentido muda, inverte-se ou transforma-se.¹⁹

Alguns anos depois, cerca de 1680, Alonso Victor de Paredes, tipógrafo impressor em Madrid, salvaguardava que o corretor devia “entender a intenção do autor no que ele manda imprimir, não somente para poder introduzir a pontuação adequada, mas também para ver se ele não cometeu algumas negligências, e assim adverti-lo”.²⁰

As formas e as disposições dos textos impressos desse modo não dependem do autor, que delega àquele que prepara a cópia, ou àquele que

17 Cervantes Saavedra (1605-1615) 2010, 2:660.

18 Infantes de Miguel 1982, 33-47.

19 Cabrera (1675) 1993, 15.

20 Paredes (c. 1680) 2002, 43v.

compõe as páginas, as decisões quanto à pontuação, acentuação, ortografia. A historicidade primeira do texto é a que provém das negociações estabelecidas entre a ordem do discurso que governa a sua escrita, o seu género, o seu estatuto, e as condições materiais da sua publicação. Daí uma pergunta fundamental: como podemos definir um livro? O que é um livro? No século XVII, era com o uso das metáforas que poderia ser anunciada a dupla natureza do livro. Alonso Víctor de Paredes exprime com força e subtileza a dupla natureza do livro, como objecto e como discurso, e considera o livro como uma criatura humana, porque, como homem, ele tem um corpo e uma alma: “Eu assimilo o livro à criação de um homem, que tem uma alma racional, com a qual Nosso Senhor o criou com todas as graças que Sua Majestade Divina lhe quis dar, e com a mesma onnipotência ele formou o seu corpo, elegante, belo, harmonioso.”²¹ Se um livro pode ser comparado ao homem, a metáfora clássica estava invertida, porque tradicionalmente era o léxico do livro que servia para descrever os rostos, os corpos humanos. Para Paredes, Deus cria a criatura humana da mesma maneira que uma obra sai da prensa.

Em 1675, Melchior de Cabrera deu uma forma mais elaborada a essa comparação, esboçando um inventário dos seis livros escritos por Deus. Os cinco primeiros são: o *Céu* estrelado, comparado com um imenso pergaminho, cujos astros são o alfabeto; o *Mundo*, que é a soma, o mapa de toda a criação; a *Vida*, identificada no registo que contém os nomes de todos os eleitos; o próprio *Cristo*, que é, ao mesmo tempo, exemplo e exemplar, exemplo proposto a todos os homens e exemplar de referência para a humanidade, que deve ser copiado; e a *Virgem*, o primeiro de todos os livros, cuja criação, no espírito de Deus, preexistiu à do mundo, à dos séculos. Entre os livros de Deus, que Cabrera compara com os objectos da cultura escrita de seu tempo, o homem é excepção, pois ele resulta do trabalho da tipografia e de Deus impressor: “Deus colocou-o numa prensa à sua imagem e marca, para que a cópia saísse de acordo com a forma que ela devia ter. Ele quis, ao mesmo tempo, desfrutar de cópias tão numerosas e variadas do seu misterioso original.”²²

21 Paredes (c. 1680) 2002, 44v.

22 Cabrera (1675) 1993, 4v.

Paredes retoma a mesma imagem do livro, comparando-o com a criatura humana, mas para ele a alma do livro não é apenas o texto, tal como foi composto, ditado, imaginado por seu autor. Esse texto é dado numa disposição adequada, numa “*acertada disposicón*”. Para ele,

um livro perfeitamente acabado consiste numa boa doutrina, apresentada numa disposição adequada graças ao tipógrafo e ao corretor. É isso que considero a alma do livro. E é uma bela impressão na prensa, limpa, bem cuidada, que faz com que eu possa compará-lo a um corpo gracioso e elegante.²³

Se o corpo do livro é o resultado do trabalho dos impressores, a sua alma não é formatada apenas pelo seu autor, mas ela recebe a sua forma de todos eles, mestres tipógrafos, compositores, revisores, que cuidam da pontuação, da ortografia, da *mise en page*. Para Paredes, como para a história cultural, ou para a crítica textual, a materialidade do texto é inseparável da textualidade do livro.

O que é o livro? A pergunta impõe-se. Em 1796, em “Doutrina do Direito”, na segunda parte da *Metafísica dos Costumes*, Kant formulava já a interrogação. A sua resposta distinguia entre o livro como um *opus mechanicum*, um produto de uma arte mecânica, um objecto material, que é propriedade de quem o tenha adquirido, e, por outro lado, o livro como um discurso dirigido ao público por um escritor ou pelo editor, que recebeu o poder, o mandato, de falar em nome do autor. Toda a reprodução de um texto feita sem esse mandato é, portanto, ilegítima, e pode ser considerada uma violação do direito pessoal do autor. O editor pirata torna-se, adverte Kant, “culpado de dano contra o editor, designado pelo autor, e por conseguinte único legítimo, nisso que se apropria do lucro, que o editor podia e pretendia retirar do exercício de seu direito”. Daí, uma conclusão que, segundo Kant, deveria ter força de lei: “A reprodução ilegítima dos livros é assim proibida pelo Direito.”²⁴ O livro é um conjunto, tal como um bem material, cujo comprador se torna o legítimo proprietário, e um discurso, cuja propriedade é conservada pelo autor, não obstante a sua reprodução, como escreve Kant.

23 Paredes (c. 1680) 2002, 44v.

24 Kant 2013, 125-126.

Nesse segundo sentido, o livro, entendido como a obra, transcende todas as possíveis materializações, de acordo com William Blackstone. Este advogado da causa dos livreiros londrinos – os quais, em 1710, eram ameaçados por uma nova legislação, que limitava a duração do *copyright* e que quebrava a sua reivindicação de um *copyright* perpétuo, patrimonial, sobre o título que os livreiros e editores haviam adquirido – afirmou:

A identidade de uma composição literária reside inteiramente no sentimento e na linguagem. As mesmas concepções, vestidas com as mesmas palavras, constituem necessariamente uma mesma composição. E qualquer que seja a modalidade escolhida para transmitir tal composição, à orelha ou ao olho, mediante a recitação, a escrita, a impressão, qualquer que seja o número de seus exemplares ou em qualquer momento que seja, é sempre a mesma obra do autor que é assim transmitida, e ninguém pode ter o direito de transmiti-la ou transferi-la sem o seu consentimento, seja tácito, seja expressamente dado.²⁵

Durante o debate mantido na Alemanha, no fim do século XVIII, acerca da reprodução ilegítima dos livros – onde ela era particularmente corrente, em virtude da fragmentação das soberanias estatais –, Fichte anuncia de maneira nova esse aparente paradoxo. À dicotomia clássica das duas naturezas, corporal e espiritual, do livro, acrescenta uma segunda, que distingue, em toda a obra, as ideias que o texto exprime e a forma que lhe é dada pela escrita. As ideias são universais, por sua natureza, seu destino, sua utilidade. Elas não podiam, portanto, justificar nenhuma apropriação pessoal. Entendia Fichte que essa era legítima apenas porque “cada um tem o seu próprio curso de ideias, a sua maneira particular de formular conceitos, e de os ligar uns aos outros”. Então, concluía Fichte:

é necessário que todos os escritores dêem aos seus pensamentos certa forma. Cada escritor não lhes pode dar nenhuma outra a não ser a própria, pois ele não tem outra. Daí decorre que ninguém poderia apropriar-se dos pensamentos do autor sem mudar a sua forma. Assim, essa forma permanece para sempre sua propriedade exclusiva.²⁶

25 William Blackstone, *Commentaries on the Laws of England* (Oxford, 1765-1769, pp. 89-90), apud Rose 1993, 89-90.

26 Johann Gottlieb Fichte, *Beweis der Unrechtmässigkeit der Büchernadrucks. Ein Raisonement und eine Parabel* (1791), apud Woodmansee 1994, 51-53.

A forma textual é a única, porém poderosa, justificação para a apropriação singular das ideias comuns, tal como são transmitidas pelos objectos impressos. Essa propriedade tem um carácter completamente particular, sendo inalienável, e aquele que a adquire – por exemplo, o livreiro ou o editor – não pode ser senão um usufrutuário, um representante, sujeito a toda uma série de obrigações, como a limitação da tiragem de cada edição e o pagamento de um direito para toda a reedição. As distinções conceptuais formuladas por Fichte devem, portanto, permitir a protecção dos editores contra os piratas, sem ferir em nada a propriedade soberana, permanente, inalienável dos autores sobre as suas obras. Assim, paradoxalmente, para que as obras literárias fossem submetidas ao regime da propriedade, que era o regime da propriedade das coisas, foi necessário que elas estivessem conceptualmente separadas de toda a materialidade particular.

O manuscrito autógrafo tornou-se, nesse momento, o testemunho fundamental da identidade da obra, a encarnação visível do génio invisível do escritor. Não era o caso nos séculos XVI e XVII, quando a assinatura poderia ser delegada a alguém, fosse nos registos das paróquias, fosse para um testamento, e quando até mesmo as assinaturas autógrafas podiam ser muito diferentes umas das outras, como, por exemplo, as seis assinaturas autenticadas de Shakespeare.

Naquele tempo, o texto impresso poderia ser considerado uma ficção da mão do autor, sem necessidade de mostrá-la. No seu prefácio, dirigido à “Grande variedade de leitores”, os dois editores, ou *copy editors*, do *First Folio* de Shakespeare, John Heminges e Henry Condell, alegavam que a sua edição impressa dos escritos do autor oferecia, de facto, a escrita do seu próprio punho. Asseveravam que a “sua mente e a sua mão caminhavam juntas. E, ao pensar, ele produzia com tal facilidade que os seus papéis nos chegaram quase sem rasuras”.²⁷

No século XVIII, tal afirmação não mais bastava e a escrita do autor tornou-se uma garantia da autenticidade de seus trabalhos. Daí que forjar

27 Heminges et Condell 1623, fol. A3r^o.

manuscritos autógrafos se tenha tornado uma arte daquele tempo para todos os autores prévios sem manuscritos. Em Fevereiro de 1795, William Henry Ireland exibiu na casa de seu pai, em Londres, vários manuscritos autênticos, autógrafos, de Shakespeare, recentemente descobertos: os autógrafos de *King Lear* e de duas peças totalmente desconhecidas: *Henry II* e *Vortigern and Rowena*; e também de cartas trocadas entre o poeta e o seu patrono sobre uma profissão de fé muito protestante de Shakespeare e uma carta enviada para ele pela rainha Elizabeth (Isabel).²⁸ Quando os documentos foram publicados, em Dezembro daquele ano, sob o título de *Authentic Account of the Shakespearean MSS.*, Edmond Malone foi o primeiro a expor a falsificação de Ireland, ao comparar a letra dos documentos forjados com outros autênticos.²⁹

O fetichismo da letra do autor levou, no século XX, à fabricação, por parte dos próprios autores, de supostos manuscritos autógrafos originais, que de facto eram cópias passadas a limpo de escritos previamente existentes. É o caso, por exemplo, do famoso manuscrito “original” de *Ulysses*, de James Joyce, no Rosenbach Museum and Library, em Filadélfia. Foi escrito por Joyce, não só como uma cópia limpa dos rascunhos previamente escritos sobre outros suportes, mas também como manuscrito autógrafo autêntico, para ser vendido a um bibliófilo norte-americano.³⁰

A forte relação entre manuscritos autógrafos e a autenticidade do texto foi interiorizada pelos escritores, que se tornaram arquivistas de si mesmos, e que, antes de Hugo ou Flaubert, constituíram os seus próprios arquivos literários. Numa carta a Louise Colet, datada de 3 de Abril de 1852, Flaubert escreve: “Se ao menos os meus manuscritos durassem tanto quanto eu, isso é tudo o que eu quero. Eu fá-los-ia enterrar junto comigo, como um selvagem faz com o seu cavalo.”³¹ Mas esta relação existia antes. É o caso, por exemplo, do rascunho, de quatro cópias autógrafas, de provas corrigidas e de cópias anotadas de três diferentes edições, que Rousseau manteve consigo, de *La nouvelle Héloïse*,

28 Lockwood 2006, 108-123.

29 De Grazia 1991, 107-109.

30 Barsanti et Mahaffey 2000.

31 Apud Neefs 2001, 68.

constituindo um dossiê genético de muitos milhares de páginas.³² É também o caso dos papéis de Goethe. Numa carta escrita ao chanceler Müller, no fim da sua vida, Goethe indicava: “Os meus manuscritos, as minhas cartas e os meus arquivos merecem a maior atenção . . . Por muito tempo, não se encontrará tão rica e variada colecção de um só indivíduo . . . É a razão pela qual espero que a sua conservação seja garantida.”³³ Para ambos os autores, não só o projecto de uma edição completa dos seus trabalhos, mas também, ou principalmente, uma muito intensa relação autobiográfica com a escrita levou-os a constituir meticulosamente “os arquivos do poeta e do escritor”, de acordo com a expressão de Goethe.

Leituras

Então, quem domina o sentido de um texto? É o autor? O editor? O revisor? O compositor? Ou o leitor, “este alguém que mantém reunido, no mesmo campo, todos os elementos que constituem a escrita”, segundo Roland Barthes.³⁴ A mobilidade da significação é uma outra razão para a instabilidade das obras, que preocupa ou inspira os autores que nos acompanham neste texto. No prólogo da *Tragicomédia de Calixto e Melíbea*, melhor conhecida pelo título de *Celestina*, Fernando de Rojas, nos começos do século XVI, atrela as diversas interpretações da obra à diversidade da idade e dos humores dos seus ouvintes:

Uns consideram-na um conto para viagem, outros seleccionam palavras interessantes e provérbios conhecidos. E procurando elogiá-los de forma apropriada, negligenciam o que lhe seria conveniente e mais útil. Mas aqueles para quem tudo é prazer verdadeiro rejeitam a anedota, que se presta à narração, retêm o conjunto para próprio proveito, riem dos factos engraçados e memorizam as sentenças e máximas dos filósofos, para aplicá-las no momento adequado aos seus actos e intenções.³⁵

32 Ferrand 2000.

33 Karl Heinz Hahn, *Goethe und Schiller. Bestandsverzeichnis* (Weimar: Arion-Verlag, 1961, p. 11), apud Hurlebusch 2000, 169-189.

34 Barthes 2004.

35 Rojas (c. 1500) 2011, 19-20.

E concluía Fernando de Rojas:

Deste modo, de dez pessoas que venham reunir-se para ouvir esta comédia, entre as quais há tantos humores diferentes, como sempre acontece, pode-se afirmar que haja motivo de discussão sobre as matérias, que podem ser entendidas de diferentes maneiras.³⁶

Quase cinco séculos mais tarde, Borges atribuiu, de forma idêntica, às mutações das maneiras de ler as variações dos sentidos das obras:

A literatura não é esgotável pela simples e suficiente razão de que um único livro não é esgotável. O livro não é um ente incomunicado: é uma relação, é um eixo de inumeráveis relações. Uma literatura difere de uma outra, ulterior ou anterior, menos pelo texto do que pela maneira de ser lida.³⁷

Com tais autoridades, não há tanta necessidade de justificar mais as razões que fundamentaram o projecto colectivamente partilhado de uma história da leitura. Tampouco precisa de ser justificada a validade heurística da noção de apropriação, que define tanto as categorias intelectuais e estéticas dos diferentes públicos, quanto os gestos, práticas, convenções que regem as suas relações com a cultura escrita.

A questão essencial que aqui se levanta é a do processo pelo qual os leitores, os espectadores, os ouvintes dão sentido aos textos de que se apropriam. A interrogação levou a uma reacção contra o estrito formalismo da *Nouvelle Critique* ou do *New Criticism* e fundamentou todas as abordagens que pensam a produção da significação como estando construída na relação entre os leitores e os textos. O projecto assume formas diversas no seio da crítica literária. Uma primeira acepção prende-se com a relação dialógica entre as propostas das obras e as categorias estéticas e interpretativas que conformavam o horizonte de expectativa dos seus públicos, como sucede com a estética da recepção de Jauss.³⁸ Uma outra acepção prende-se com a atenção focalizada sobre a interacção dinâmica entre o texto e seu leitor, entendida numa perspectiva fenomenológica pela teoria da *reader response*.³⁹ Uma terceira acepção focaliza a

36 Rojas (c. 1500) 2011, 19-20.

37 Borges 2012, 182-186.

38 Jauss 1994.

39 Iser 1996.

atenção sobre as transacções que ocorrem entre as próprias obras e, por outro lado, os discursos e as práticas no mundo social, que são ao mesmo tempo as matrizes da criação estética e as condições de sua inteligibilidade, como afirma o *New Historicism*.⁴⁰

Abordagens semelhantes obrigaram ao afastamento de todas as leituras estruturalistas puramente semióticas, que remetiam o sentido das obras exclusivamente para o funcionamento automático, impessoal, da linguagem. Mas estas abordagens tornaram-se, por sua vez o alvo da crítica da história cultural ou da crítica textual, pois elas consideram frequentemente que os textos existem em si mesmos, independentemente dos objectos, das vozes que os transmitem. Uma leitura cultural das obras deve lembrar que as formas que dão a ler, a ouvir, a ver os textos também participam da construção do seu sentido. Daí a importância reconquistada pelas disciplinas ligadas à descrição rigorosa dos objectos escritos que transmitem os textos: a paleografia, a codicologia, a bibliografia.⁴¹ Daí também a atenção prestada à historicidade primeira, primordial, dos textos, aquela que lhes vem do cruzamento entre as categorias de designação, de classificação, de hierarquização dos discursos próprios de um tempo e a sua materialidade, entendida como o modo da sua inscrição sobre a página ou da sua distribuição no objecto escrito na sua totalidade.

Por outro lado, as abordagens críticas que consideraram a leitura como uma recepção ou como uma resposta universalizaram implicitamente o processo de leitura, tomando-o como um acto cujas circunstâncias, modalidades e materialidades concretas não teriam importância. Contra um tal apagamento da historicidade do leitor, é preciso lembrar que também a leitura tem uma história, uma sociologia, uma antropologia. E que a significação dos textos depende das regras de interpretação, das competências, das práticas de leitura próprias das comunidades que constituem, na sincronia ou na diacronia, os seus públicos. A sociologia dos textos, entendida à maneira de Don McKenzie,⁴² tem, pois, por objecto o estudo das modalidades de

40 Greenblatt 1988.

41 Petrucci 1995, 145-168.

42 McKenzie 2018.

publicação, disseminação e apropriação dos textos. Considera o mundo dos textos como um mundo de objectos, de *performances*. E considera o mundo do leitor como o mundo das comunidades de interpretação, que definem o mesmo conjunto de competências, de normas, de uso.

A mobilidade da significação, a instabilidade das obras, a produção colectiva de sentido, essas são as tramas que a perspectiva histórica propõe na análise textual. Então, trata-se de posicionar as obras singulares, ou um *corpus* de textos, que são o objecto do trabalho no cruzamento de dois eixos. Um eixo sincrónico que permite situar cada produção da escrita no seu tempo, e a coloca em relação com outras, que são contemporâneas e pertencem a outros registos da escrita ou da experiência. Um eixo diacrónico que a inscreve no passado, do género ou da disciplina.

Para a literatura, os passados são sempre de alguma forma presentes, ainda vivos, nos quais as novas criações se inspiram. Ou dos quais se distanciam. Pierre Bourdieu viu nessa contemporaneidade de passados sucessivos uma das características próprias dos espaços da produção intelectual ou estética. Ela permite compreender as diversas relações que as novas obras podem desenvolver como passado: a imitação académica, o efeito *kitsch*, o retorno aos antigos, a ironia satírica, a ruptura estética.⁴³ Foi assim que Cervantes escolheu como alvo das suas paródias, nessa contemporaneidade de passados sucessivos, tanto os livros de cavalaria quanto os romances pastorais (quando D. Quixote se transforma em pastor Quixotiz) ou as autobiografias picarescas (com o livro de sua vida escrito pelo preso Ginés de Pasamonte). Cervantes instalou no presente da sua escrita três géneros que tinham temporalidades bem diversas, e contra os quais ele inventou uma maneira inédita de escrever uma ficção.

Pretendo concluir aplicando as perspectivas apresentadas neste texto a três interrogações do nosso presente. Primeira pergunta: como manter reconhecível o conceito de propriedade literária, definido desde o século XVIII a partir da identidade perpetuada das obras, qualquer que seja a forma da sua publicação, num mundo onde os textos são ou podem ser móveis, maleáveis e abertos? Segunda pergunta: como reconhecer uma ordem dos discursos, que

43 Bourdieu 1991; 1996.

foi sempre uma ordem dos livros, dos objectos escritos, da escrita, associando intimamente géneros textuais, formas de publicação e autoridades de saber, quando hoje as possibilidades digitais permitem a circulação imediata, universal, dos conhecimentos, das opiniões, mas também dos erros e das falsificações? Terceira pergunta: como preservar uma percepção das obras como tais quando o novo modo de transmissão dos textos impõe uma leitura fragmentada, que apaga a relação visível no livro impresso entre o fragmento e a totalidade, entre os fragmentos dos textos e a coerência, a identidade da obra? Para melhor situar estas questões, talvez se deva retomar a perspectiva histórica, compartilhada pela história cultural e pela crítica textual, lembrando que o presente é sempre constituído de passados sedimentados e que compreender essas heranças permite, talvez, um diagnóstico mais lúcido sobre as rupturas que hoje nos fascinam, ou nos assustam.

BIBLIOGRAFIA

- Barsanti, Michael J., et Vicki Mahaffey. 2000. *Ulysses in Hand: The Rosenbach Manuscript*. Philadelphia: The Rosenbach Museum and Library.
- Barthes, Roland. 2004. "A Morte do Autor." In *O Rumor da Língua*, Roland Barthes, 57-64. São Paulo: Martins Fontes.
- Borges, Jorge Luis. 1993. *Œuvres complètes*. Edition établie, annotée et présentée par Jean-Pierre Bernés. Tome 1. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade.
- . 2012. "Nota sobre (em busca de) Bernard Shaw." In *Outras Inquisições*, Jorge Luís Borges, 182-186. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, Pierre. 1991. "Le champ littéraire." *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 89:3-46.
- . 1996. *As Regras da Arte. Gênes e Estrutura do Campo Literário*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cabrera, Melchor de. (1675) 1993. *Discurso legal, histórico y político en prueba del origen, progressos, utilidad, nobleza y excelencia del arte de la imprenta*. Introducción de Amalia Sarria Rueda. Reproducción de la edición de 1675 (en la oficina de Lucas Antonio de Bedmar). Madrid: Biblioteca Nacional.
- Cervantes Saavedra, Miguel de. (1605-1615). 2010. *O Engenboso Fidalgo D. Quixote de la Mancha*. Trans. Sérgio Molina. 2 vols. São Paulo: Editora 34.
- De Grazia, Margreta. 1991. *Shakespeare Verbatim: The Reproduction of Authenticity and the 1790 Apparatus*, Oxford: Clarendon Press.
- De Grazia, Margreta, et Peter Stallybrass. 1993. "The Materiality of the Shakespearean Text." *Shakespeare Quarterly* 44 (3):255-283.
- Derrida, Jacques. 2014. *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Perspectiva.
- Ferrand, Nathalie. 2000. "[J.-J. Rousseau, du copiste à l'écrivain. Les manuscrits de la *Nouvelle Héloïse* conservés à la Bibliothèque de l'Assemblée Nationale." In *Écrire aux XVII^e et XVIII^e siècles. Gênes de textes littéraires et philosophiques*, orgs. Jean-Louis Lebrave et Almuth Grésillon, 191-210. Paris: CNRS.
- Foucault, Michel. 2012. *A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola.
- . 2015. *O que É Um Autor?* Lisboa: Vega.
- Greenblatt, Stephen. 1988. *Shakespearean Negotiations. The Circulation of Social Energy in Renaissance England*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- . 2011. *Como Shakespeare se Tornou Shakespeare*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Heminges, John, et Henry Condell. 1623. "To The Great Variety of Readers." In *Comedies, Histories, & Tragedies*, William Shakespeare, ed. John Heminges et Henry Condell, fol. A3r^o. London: Isaac Jaggard & Ed. Blount.
- Hurlebusch, Klaus. 2000. "Rarement vit-on tant de renouveau. Klopstock et ses contemporains: tenants d'une 'esthétique du génie' et précurseurs de la littérature moderne." In *Écrire aux XVII^e et XVIII^e siècles. Gênes de textes littéraires et philosophiques*, orgs. Jean-Louis Lebrave et Almuth Grésillon, 169-189. Paris: CNRS.

- Infantes de Miguel, Víctor. 1982. “La apología de la imprenta de Gonzalo de Ayala: un texto desconocido en un pleito de impresores del Siglo de Oro.” *Cuadernos Bibliográficos* 44:33-47.
- Iser, Wolfgang. 1996. *O Ato de Leitura. Uma Teoria do Efeito Estético*. São Paulo: Editora 34.
- Jauss, Hans-Robert. 1994. *A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária*. São Paulo: Ática.
- Kant, Immanuel. 2013. “Que É Um Livro?” In *Doutrina do Direito*. 4.^a ed. Primeira Parte, Título XXXI, II, 125-126. São Paulo: Içône Editora.
- Kastan, David Scott. 2001. *Shakespeare and the Book*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lockwood, Tom. 2006. “Manuscript, Print, and the Authentic Shakespeare: The Ireland Forgeries Again.” *Shakespeare Survey* 59:108-123. Doi:10.1017/CCOL0521868386.009.
- Louis, Annick. 1997. *Jorge Luis Borges. Œuvre et manœuvres*. Paris: L’Harmattan.
- McKenzie, D. F., 2018. *Bibliografia e Sociologia dos Textos*. São Paulo: Edusp.
- Middleton, Thomas. 2007. *The Collected Works*, org. Gary Taylor et John Lavagnino. Oxford: Clarendon Press. Doi:10.1093/actrade/9780199580538.book.1.
- Montinari, Mazzino. 1996. *La Volonté de Puissance n'existe pas*. Texte établi et préfacé par Paolo D’Orto. Paris: Édition de l’Éclat.
- Neefs, Jacques. 2001. “Gustave Flaubert: les aventures de l’homme-plume.” In *Brouillons d’écrivains*, org. Marie-Odile Germain et Danièle Thibault. Paris: Bibliothèque Nationale.
- Paredes, Alonso Víctor de. (c. 1680) 2002. *Institución y arte de la imprenta, y reglas generales para los componedores*. Ed. Jaime Moll. Madrid: Calambur Editorial.
- Petrucci, Armando. 1995. *Writers and Readers in Medieval Italy. Studies in the History of Written Culture*. New Haven: Yale University Press.
- Rico, Francisco. 2005. *El texto del “Quijote”. Preliminares a una edición del Siglo de Oro*. Barcelona/Valladolid: Ediciones Destino/Centro para la Edición de los Clásicos Españoles. Doi:10.4000/bulletinhispanique.387.
- Rojas, Fernando de (y “Antiguo Autor”). (c. 1500) 2011. *La Celestina*. Edición y estudio de Francisco J. Lobera y Guillermo Serés, Paloma Díaz-Mas, Carlos Mota, Iñigo Ruiz Arzalluz et Francisco Rico. Madrid: Real Academia Española.
- Rose, Mark. 1993. *Authors and Owners: The Invention of Copyright*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Shakespeare, William. 1986. *The Oxford Shakespeare. The Complete Works*, org. Stanley Wells et Gary Taylor. Oxford: Oxford University Press.
- Trovato, Paolo. 1998. *L’ordine dei tipografi. Letteri, stampatori, correttori tra Quattro e Cinquecento*. Roma: Bulzoni.
- Woodmansee, Martha. 1994. *The Author, Art, and the Market: Rereading the History of Aesthetics*. New York: Columbia University Press.

EDIÇÕES NUM MUNDO SEM EDITORES

João Luís Lisboa
CHAM, NOVA FCSH

A discussão sobre o IVA dos livros electrónicos, que desde 2012 manteve em suspenso o mundo da edição, teve o mérito de mostrar o que se pensa sobre a relação entre texto, suporte e trabalho de edição.¹

Não interessa aqui discutir a questão política, nem o imbróglio jurídico, da decisão tomada. Nem o desenvolvimento posterior do caso, com os países europeus a tentarem adoptar um valor comum que equipare livros digitais e livros físicos, primeiro no Parlamento Europeu, em Junho de 2017, e mais de um ano depois pela Comissão Europeia, em Outubro de 2018, desde de que se trate de publicações “em suporte físico”. Interessa-nos aqui apenas chamar a atenção para uma decisão que assumia que os livros digitais não tinham suporte:

The Court points out, first of all, that a reduced rate of VAT can apply only to supplies of goods and services covered by Annex III to the VAT Directive. That annex refers in particular to the ‘supply of books . . . on all physical means of support’. The Court concludes that the reduced rate

1 Em Março de 2015, o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) determinou que os *ebooks* deviam estar sujeitos à taxa máxima do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), não podendo usufruir da taxa reduzida autorizada para os livros em papel. Esta decisão devia-se ao facto de, em Janeiro de 2012, a França e o Luxemburgo terem baixado o IVA sobre os *ebooks* (Pinheiro 2012), de 5,5 % para 3 %, respectivamente, aplicando a mesma taxa ao conjunto dos livros. A Comissão Europeia pediu então ao TJUE para analisar se essas medidas violavam a legislação europeia sobre o IVA, e a decisão foi conhecida em inícios de Março de 2015 (cf. Pinheiro 2015; TJUE 2015; Conselho Europeu [s.d.]).

of VAT is applicable to a transaction consisting of the supply of a book found on a physical medium. While admittedly, in order to be able to read an electronic book, physical support (such as a computer) is required, such support is not included in the supply of electronic books, meaning that Annex III does not include the supply of such books within its scope.

Moreover, the Court finds that the VAT Directive excludes any possibility of a reduced VAT rate being applied to 'electronically supplied services'.

Da inexistência de suporte decorria a distinção necessária entre serviço e mercadoria aplicada neste caso. É certa a necessidade de um dispositivo para aceder a textos, como há muito acontecia com a música, desde a grafonola ao *walkman* e ao MP3, se não considerarmos as partituras. Mas dificilmente se pode conceber que um disco de vinil não tenha suporte, apenas porque não pode ser ouvido sem um gira-discos.

Separado do seu dispositivo de leitura, o texto tornar-se-ia imaterial. Estamos perto da concepção dos textos como puros espíritos, mesmo que essa não fosse a intenção assumida pelo tribunal.

Um jogo de palavras em torno da materialidade do ecrã, “*lo schermo fa schermo a se stesso*”, e que também funciona em português, se falamos da tela que esconde a tela, serve a Giorgio Agamben para afirmar que a página, não se tendo tornado imaterial, apresenta-se como espectro, como algo que perdeu o seu corpo, mantendo a sua forma. Agamben chama a atenção para a importância da materialidade da leitura quando sublinha que a noção de imaterialidade resulta de vermos uma mesma tela para todo o texto, e não já páginas materiais distintas, onde se inscrevem fragmentos de texto.²

Entretanto, a contraposição entre página e ecrã ilude uma outra situação dado que não é o ecrã que organiza o texto, que lhe dá forma. O ecrã vazio pode ser comparável à página em branco. Mas a forma da página não é a forma do ecrã, senão durante os instantes em que um fragmento está imóvel e disponível diante dos olhos do leitor. Neste caso, não podemos entender por página necessariamente a transposição do que existe em papel, mas o quadro onde se pensa a legibilidade do texto, seja quando corrido, seja quando entrecortado. O ecrã será o mesmo para uma grande diversidade de opções

2 Agamben 2014, 111.

de ordem, composição e gestão do espaço, textual, não-textual e para-textual. Em condições muito diversas, quando se organiza a legibilidade do texto, ainda que não se possa controlar a ordem da leitura, estabelecem-se sequências e ritmos, modalizações, intervalos, destaques, que manifestamente não é o ecrã que fornece.

A questão da forma da página, da sua materialidade e do trabalho que nela se inscreve é, ao mesmo tempo, uma questão cultural, uma questão política e uma questão técnica. Interessa-me sobretudo sublinhar a ideia de que é uma questão, ainda que se entenda que a forma da leitura muda, o que implica escolhas que alguém fará. Tem-se ou não a consciência de que, para além dos textos, mais ou menos elaborados, porventura entendidos como “os mesmos” que já circulavam há muitos anos, se mobiliza todo um trabalho que dá a ler, que antecipa os gestos dos leitores, que mobiliza meios, que lida com as potencialidades e os problemas dos novos recursos.

O paradoxo é pensar-se que num mundo em que o trabalho do editor é reconhecido possam circular textos sem edição. Ao mesmo tempo, podemos recuar no tempo e perceber como, ainda quando o trabalho de editor não se distinguiu como profissão autónoma, era possível ver o trabalho de quem dava os textos a ler, ou os imprimia, quem assumia opções, escolhia imagens, tipos de letra, quem pensava nas reacções dos leitores, quem os procurava cativar ou criar condições favoráveis à recepção de conteúdos que não estivessem totalmente determinados à partida num qualquer manuscrito. Quem tinha essa responsabilidade, muitas vezes o impressor, preparava os dispositivos de leitura, organizava as colunas, tornava legível o que, num dado momento, eram ideias ou sons, e que assim ganhavam expedientes que não existiam senão para o olho, sinais gráficos, pontuação, distinção entre palavras, entre minúsculas e maiúsculas, entre textos e rubricas, porventura com impressões a preto e a vermelho, acrescentando-se vários tipos de paratexto e salientando os elementos que identificavam mais rapidamente cada unidade bibliográfica.

Percebemos como se vão construindo, ainda ao longo da evolução do *codex* manuscrito, os parágrafos, as notas, os índices, a numeração de fólios, páginas, parágrafos e cadernos, as margens e cortinas; e ainda aquilo que

antecede o próprio *codex*, como o jogo de letras, nos seus tamanhos, formatos e cores, a articulação de colunas e a relação entre texto e imagem. Aquilo que hoje são banalidades do quotidiano, de quem escreve e de quem lê, corresponde a séculos ao longo dos quais não apenas se criaram marcas que antecipavam situações de leitura como se inventavam expressões gráficas e visuais para procedimentos que, num dado momento da existência dos textos, eram ainda exclusivamente sonoros ou mentais. Talvez se possa dizer que o trabalho de edição começou quando o que era para ouvir e reproduzir pela memória passou a ter de ser traduzido por sinais gráficos.

Todos estes elementos negam a naturalidade da existência do texto, seja no ciberespaço, seja na cabeça de quem o percorre.

Daqui decorrem duas perspectivas distintas:

- uma é a do reconhecimento do papel da edição na apresentação dos textos, o seu lugar de poder e de marcação de sentido, com as suas escolhas formais e materiais, historicamente verificáveis;
- a outra encontra-se na identificação de problemas actuais do próprio campo da edição.

A primeira exige o trabalho do historiador e do filólogo, mostrando a relevância da materialidade da edição, os seus lugares, recursos, capacidade inventiva e estratégias. A segunda exige não apenas o espírito crítico perante situações de menorização do trabalho do editor (situações que não são novas), mas sobretudo a capacidade de imaginar as fronteiras que o trabalho de edição tem pela frente, nomeadamente no que diz respeito aos desafios dos suportes digitais. Não se trata de renovar profecias sobre funerais. Trata-se de entender o que está por fazer, ou o que ainda não está consolidado, no momento em que a variedade dos formatos e a intervenção dos leitores no próprio acto de definir a forma das páginas baralha o que seja o trabalho de edição nos nossos dias.

As duas perspectivas estão relacionadas, na medida em que a primeira permite fundamentar a noção de que a forma e os suportes dos textos não são

indiferentes, nem naturais, ontem, como hoje. Essa é uma das razões que me levam a defender que estudar a história da leitura e do livro não tem de ser um exercício de antiquariato.

Podemos colocar em diferentes níveis as nossas perguntas:

- o primeiro é o que diz respeito à relação entre o cuidado material e formal, por um lado, e o estatuto atribuído (ou que passa a ser atribuído) aos textos, no momento em que esses textos se tornam livro, por outro;
- o segundo é o que tem em conta já não a sua fortuna imediata, mas a sua sobrevivência;
- o terceiro é o que interroga os critérios das escolhas de quem promove a publicação, o que interessa tanto do ponto de vista cultural e político como comercial;
- o quarto é o da escolha das formas da publicação, da sua estrutura, dos seus expedientes gráficos, considerando os recursos disponíveis ou a criar e as exigências expectáveis dos leitores a quem o texto se destina;
- finalmente, o quinto nível relaciona os anteriores com o que, em cada momento, é a profissão de quem publica, o copista, o impressor, o mercador de livros, o editor.

Neste último ponto, podemos fazer convergir os anteriores. Para além da distinção entre mente e mão, na feliz imagem que inverte a relação comumente aceite, entre autor e editor, e que Roger Chartier escolhe para título do seu livro, o problema da definição profissional de quem faz livros não é apenas uma questão corporativa.³ Ou seja, se os problemas que suscitamos relativamente à edição não esperam pelo aparecimento do editor enquanto profissional reconhecido, quando isso acontece temos de compreender o que é que esse aparecimento acrescenta.

3 Cf. Chartier 2014, e posteriormente, com alterações de capítulos, Chartier 2015.

Os exemplos que se seguem procuram entender como, na distância de cinco séculos, quando não existia a profissão de editor nem a concepção actual do que seja editar, se pode notar a mão e as escolhas de gente que não faz apenas um trabalho de tipógrafo.

O caso “Aldo”

Enchemo-nos de espanto e admiração perante iniciativas como as de Aldo Manuzio, e perguntamo-nos de quem é que estamos a falar. Não é ainda de um editor. Não é apenas de um impressor. Será de alguém que se identifica antes do mais como humanista, mas cujos livros são exemplo do que há de mais importante no trabalho de edição. Quando passaram mais de 500 anos sobre a publicação da *Utopia*, de Tomas More, podemos lembrar que a própria ideia do que era fazer livros aparece contado por Hitlodeu aos habitantes da ilha a partir dos livros de Aldo, mencionado em duas ocasiões:

[os utopianos] devem-nos a imprensa e o fabrico do papel; mas o seu génio serviu-lhes aí de tanto como as nossas lições, pois já conhecem mais profundamente que nós essas duas artes. Limitámo-nos a mostrar-lhes as edições de Aldus, falando-lhes em vagos termos da matéria empregada no fabrico do papel e dos processos de impressão.⁴

Aldo Manuzio tinha falecido no ano anterior a esta publicação e o que tinha produzido enchia de admiração leitores em toda a Europa. A mesma notoriedade teria levado Erasmo a Veneza, em 1507, em busca do artista e da oficina mais adequada para editar os seus *Adagia*. Após um ano passado em Veneza, Erasmo deixou-nos um testemunho sobre a casa em que viveu, e em que vemos não apenas o lado anedótico da relação com o sogro de Aldo, mas o confronto entre o erudito sensível e um tipógrafo mais rude, que seria Torrezani.⁵ Estamos, pois, a falar de um trabalho reconhecido no seu próprio tempo. Não se tratava de uma simples imprensa, mas de uma oficina inovadora,

4 Morus (1516) 2016, 118.

5 Cf. Erasmo 2014.

numa cidade onde livros em muitas línguas e religiões se cruzavam, e onde se publicaram o Corão e o Talmude.⁶

Programa com definição de prioridades de publicação, versões bilingue face a face, formatos, inovação em tipos de letra, qualidade de gravura, contratos de seguro sobre exemplares tomados de empréstimo para preparar novas edições, tudo na história das edições aldinas nos mostra uma personagem a quem nada falta para ser um editor, a não ser o facto de tal condição não existir. Num livro de 2016, Jean-Yves Mollier refere-se a Aldo Manuzio como um impressor, um negociante de livros, um erudito, mas diz que “*he was not as yet a Verleger, neither a publisher, nor an éditeur in the full sense of the term*”.⁷ Convergem nesta frase duas questões centrais, a da diversidade das facetas das gentes dos livros, para usar a expressão feliz adoptada por Robert Darnton e seguida por Diogo Ramada Curto, Manuela Domingos e a sua equipa nos trabalhos que fizeram para o século XVIII.⁸ Outra é a do sentido específico da identificação do editor, na variedade linguística e cultural que nesta frase se procura abarcar. As duas questões estão associadas na figura de Aldo Manuzio. Falamos de um perfil que então não existia, ainda que existissem procedimentos, tarefas e decisões que são da ordem da edição.

Mas o cuidado com as palavras leva à injustiça de se dizer que não é ainda editor alguém que introduz no impresso um tipo de letra que existira até aí apenas na caligrafia manuscrita, inovação que, por si só, consagraria quem teve a ideia no universo da tipografia. Também não é editor um tipógrafo que adopta liberalmente o ponto e vírgula. Mas como chamar a quem generaliza pequenos formatos para géneros comuns, livros a que Aldo chamava *libelli portatiles*, formatos até aí reservados a livros devocionais e litúrgicos? E a quem promove traduções de autores esquecidos; a quem organiza edições bilingues em grego e latim; a quem inventa uma marca?

Passamos, assim, da questão da identidade profissional da personagem à questão da pluralidade de facetas a considerar. Anotamos que facetas

6 Magno 2012.

7 Mollier 2016, 28-29.

8 Darnton 1992; Curto et al. 2007.

múltiplas levam a perguntas diversas, saberes diversos, bem como a fontes e metodologias de trabalho específicas. Não há textos sem gente, pelo que o trabalho sobre livros, papéis escritos, como em torno de outros suportes, leva a pensar não apenas em materiais e formas, mas também em quem lhes dá sentido, e como. Esse “quem” é o erudito que conhece a tradição culta, ainda se pouco frequentada ou esquecida, aquele que, quando lê, domina os códigos e os conceitos, distingue verdades, entusiasma-se. Esse “quem” é também aquele que produz os livros de que necessita, não como autor que transforma em texto aquilo que vai pensando e lendo, mas como o colecionador que procura, o artista que imita, criando, e como o artesão que reproduz aquilo que imagina, recriando. Temos, pois, várias personagens numa só.

Neste aspecto, a questão das letras a escolher é fundamental, pois introduz diferenças de sentido e de legibilidade, mostrando, em primeiro lugar, a atenção que o impressor dava à caligrafia manuscrita. Basta lembrar os exemplares que se conservam de livros copiados por Bartolomeo Sanvito, nos finais do século XV, e que Aldo Manuzio conheceu na biblioteca de Bernardo Bembo e que lhe sugeriram seja a adopção do pequeno formato, seja o desenho da letra cursiva (itálico), que Sanvito cultivou e que Aldo começou por usar em caracteres gregos. O próprio refere essa influência, relativa ao formato, no prefácio da sua edição de 1514 de Virgílio. Ao vermos as páginas da *Opera*, de Horácio, copiada cerca de 1485, as do *De officiis*, de Cícero, copiado em 1497, como as das *Canzoni*, de Dante (entre outros), copiadas nessa mesma década, temos a ilusão de estar diante de livros da tipografia Aldina, impressos na década seguinte.⁹

A historiografia tem prestado atenção a estas diversas personagens, assumindo cada uma pesos diferentes ao longo dos anos. Entre os trabalhos mais interessantes, neste domínio, encontramos os de Anthony Grafton, que se tem dedicado empenhadamente à história da erudição. É, pois, o erudito, de entre as personalidades de que falámos, que mais interessa a esse professor de Princeton. Refere-se a Manuzio como responsável de uma oficina onde

9 Ver, por exemplo, Nuovolini 2016, 80-86, e verbetes 36, 84 e 88. Ver, também, Cucurnia 2009.

se disputam os termos das traduções e as opções textuais. Mas depois segue em várias direcções, que, mesmo quando aborda apenas outros exemplos, se mantém na mesma ordem de problemas. Entre os livros de Grafton, talvez o mais conhecido seja aquele que dedicou à nota de rodapé.¹⁰ Uma parte do livro aborda a erudição oitocentista, mas o essencial consistiu em expor o papel dos dispositivos da página na afirmação da credibilidade letrada, em particular nos estudos históricos, desde o Renascimento. Ou seja, o modo como a erudição evoluiu esteve ligado à construção gráfica do livro, às formas da sua legibilidade e arrumação, e não apenas à qualidade e profundidade do que era exposto. Vemos como a construção da retórica e do aparato erudito se deveu a expedientes e opções gráficos.

Quando, mais recentemente, Grafton¹¹ volta a discutir as características da República das Letras na Europa moderna, fala de uma rede e das suas regras, com eruditos, artistas, impressores... em que o saber é, ao mesmo tempo, especializado sem ser excessivamente compartimentado. E lemos o modo como a arte de cada um é praticada em contexto largo, com fronteiras que não são as de hoje, nem do ponto de vista socioprofissional, nem do ponto de vista disciplinar, nem do ponto de vista linguístico, naquilo a que chama um caleidoscópio de gentes, de livros e de oficinas.¹² Não sabemos quais as bibliotecas que Aldo terá frequentado quando chegou a Veneza. Aparentemente, o primeiro núcleo da Biblioteca Marciana (que em 2015 o celebrou efusivamente), o fundo do cardeal Giovanni Bessarione, era de muito difícil acesso e é provável que nunca aí tenha podido entrar. E, no entanto, frequentara os círculos próximos deste cardeal desde que esteve em Roma a estudar.¹³ Aldo, o erudito, o preceptor, o estudioso de grego, tantas vezes na sombra dos seus caracteres tipográficos. Aldo, agente de transformação cultural do mundo da tipografia em Veneza, um estudioso que podemos acompanhar nos trabalhos de Andrew Pettegree e Alessandro Marzo Magno.¹⁴

10 Grafton 1997.

11 Grafton 2009a.

12 Grafton 2009a.

13 Infelise 2007, 237.

14 Pettegree 2010; Magno 2012.

Como entender este olhar sobre o livro e quem o produz? A história da erudição é, em todos os sentidos, uma história das ideias, não se limitando a argumentos e *topoi* e entrando nas formas que tornam possível, que moldam os sentidos da comunicação e da distinção ideológica, científica, filosófica... Podemos estar a falar de uma “história social do saber”, para usar uma expressão de Peter Burke, que se refere a Aldo como um “*scholar-printer*”.¹⁵ Mais uma vez, não é a questão do rótulo que nos interessa, mas o modo como se define um objecto e uma perspectiva, como se procura o saber e o saber fazer, ligados não apenas a pessoas concretas, aos seus estatutos, aos objectos que criam, aos materiais que usam, marcas, matérias-primas, símbolos. E como convergem múltiplos agentes na definição dos sentidos que se partilham e se disputam.

Dois casos no Portugal de Quinhentos

1. Este saber e este saber fazer foi partilhado e não se limita a uma figura excepcional. São saberes presentes no modo como as oficinas evoluíram ao longo do século XVI em toda a Europa. Lembremos os impressores alemães que, no mesmo período, estavam em Lisboa, em particular Valentim Fernandes, que claramente ainda está longe do que virá a ser um editor. Consideremos algumas das principais obras produzidas por Valentim Fernandes (a primeira das quais com Nicolau da Saxónia), o *Vita Christi* (1495), a *Gramatica Pastranae* (1497) e as *Ordenações* (1512-1513).

Talvez seja na *Gramática* que mais se nota o esforço para adequar o que se fazia nas cópias manuscritas às novas condições da imprensa, com soluções gráficas flexíveis, em que as ordens da leitura dependem do modo como a informação se articula.

Nas três obras se percebe o cuidado do impressor no seu trabalho, as novas gravuras abertas, a sua repetição ao longo dos volumes, a relação entre as imagens e o poder de quem encomendara a obra. É manifesta a dependência

15 Burke 2000, 55.

do grande impressor face às grandes encomendas. Curiosamente, na impressão do último volume das Ordenações a ser produzido (o segundo livro), em 1513, não aparece a gravura representando o rei quando, entretanto, já se decidira que uma impressão corrigida seria feita por um outro impressor, João Pedro de Cremona. João Alves Dias associa os dois factos, apesar de se pensar que essa impressão lhe teria sido atribuída por acordo com Valentim Fernandes, que entretanto fora pago pelo trabalho que agora devia ser destruído.¹⁶

Não nos interessa tanto seguir as vicissitudes do processo editorial das Ordenações, que poucos anos depois, em 1521, teriam uma nova edição, por Jacob Cronberger, mas apreciar as mãos (e as mentes) de três tipógrafos, e as imagens que daí resultam, para um mesmo livro, descontadas as correcções nos artigos que não dependiam dos impressores.

João Pedro de Cremona, que trabalhara com Valentim Fernandes e seria, aliás, responsável pela reedição de outro título que o morávio imprimira ainda no século XV, a *Gramatica Pastranae* atrás mencionada, procura reproduzir as escolhas feitas dois anos antes. As gravuras abertas procuram corresponder às que já tinham sido usadas. A articulação entre o preto e o vermelho no texto modaliza a leitura. Mas a sua marca é nítida, seja porque prescinde de cercaduras, seja porque as suas capitulares são muito distintas, seja porque multiplica as imagens do rei, distinguindo através da gravura cada uma das cinco partes de que as Ordenações se compunham. Esta série de gravuras é, aliás, a mais rica que existe e das mais reproduzidas, total ou parcialmente, porque não apenas marca o ritmo dos livros, mas os aprofundam, descrevendo cenas diversas dos trabalhos na corte ou no reino.¹⁷

Já a edição de Cronberger, se exceptuarmos a folha de rosto, onde o texto quase desaparece face à gravura, é em geral muito mais sóbria. De referir, ainda na gravura da publicação de 1521, as diferenças da centralidade e dimensões das armas portuguesas, e a ausência de texto a acompanhar a esfera.¹⁸

16 Sobre o processo de impressão das Ordenações, ler a introdução de João Alves Dias (2002a, VII-XXXV) ao livro primeiro das Ordenações Manuelinas e também a introdução ao livro segundo, onde se refere a questão da ausência da gravura (Dias 2002b, VII).

17 Martins 1972.

18 Sobre a impressão das armas de Portugal em livros deste período, ver Anselmo 2014.

Serão diferenças técnicas e de gosto. São porventura opções de quem encomenda. E são marcas de quem decide. Certamente orientam os olhos do leitor. Na limitação de funções dos impressores modernos, com os mesmos textos de base e em intervalos curtos, produziram-se objectos significativamente distintos. Nesta situação, três impressores sucedem-se na produção de um texto fundamental para o reino. Não se trata de um texto que escolheram. Aplicam o seu saber a dar forma ao que lhes é encomendado.

2. Um outro exemplo, de ordem completamente diferente, não parte de encomendas. O trabalho de edição está em que é o próprio impressor que percebe o interesse dos potenciais leitores ou para os potenciais leitores, de um dado livro, adoptando os procedimentos que entende necessários. Estamos agora em 1584. A publicação d'*Os Lusíadas* tinha tido lugar havia já 12 anos e Manuel de Lira, que ainda não iniciara a actividade em 1572, resolve fazer uma nova edição desse poema, entretanto famoso e procurado. Algumas das transformações por que o livro tem de passar não dependem apenas do impressor, pois a censura era agora mais restritiva, através do mesmo Bartolomeu Ferreira que assinara as licenças de 1572, e o texto é cortado ou modificado em muitos versos. Os tempos são outros, como o rei e a dinastia reinante, e as razões apresentadas por Bartolomeu Ferreira para a condescendência de 1572 parecem já não bastar. Mas o que torna a edição de 1584 muito particular são duas opções de edição que se relacionam entre si. A primeira é a redução do formato, optando-se por um *in* 8.º (15 centímetros). A segunda é a decisão de inserir uma grande quantidade de notas procurando clarificar o significado de expressões usadas, de personagens históricas ou mitológicas, de nomes de terras e mares. Em muitas páginas, é maior o espaço das notas do que o dos versos. As notas, associadas ao formato, mostram a intenção de chegar a um público mais vasto. Um público que se imaginava que tivesse mais dificuldade em entender certas passagens e referências, e que precisava de quem lhe explicasse as liberdades poéticas que, ainda assim, a censura deixara passar, nomeadamente no que respeita à mitologia e à intervenção dos deuses.

Infelizmente para a memória desse livro e do seu impressor, foi um equívoco numa destas notas que deu o nome por que a edição ficou conhecida. Falamos da edição “dos piscos” porque na nota sobre a conquista de Sesimbra aos mouros se diz que ela é “piscosa” confundindo-se peixes e aves migratórias, numa estrofe que, para piorar o resultado, tem um erro de numeração.

Outros aspectos mostram o cuidado do impressor. A abrir o livro, após a licença, lacónica, e sem qualquer outra explicação, aparece um extenso índice. Elenca as expressões presentes nas notas, por ordem alfabética, remetendo para o respectivo fólio (Fig. 1). Em cada canto, as estrofes são numeradas, ao contrário do que acontecera na edição de António Gonçalves, de 1572. Finalmente, a consciência que Manuel de Lira tem do seu lugar expressa-se numa marca que cria para os livros que imprime. Orfeu, tocando um instrumento musical e com uma coroa de louros, é rodeado pela divisa “*Non vi, sed ingenio et arte*” (Não com a força, mas com o engenho e a arte) (Fig. 2).

Nesses mesmos anos, uma outra personagem vem juntar-se a esta história. É André Lobato e está a imprimir o que será um dos seus maiores sucessos, a *Imagem da Vida Christam*, de frei Heitor Pinto, que os censores libertam quase ao mesmo tempo que o livro de Manuel de Lira de que temos estado a tratar, saindo já no ano seguinte. É também um *in 8.º*, o que para um livro de devoção é mais comum. Nessa altura prepara, entre outras, algumas obras de venda segura, nomeadamente dois livros de autos, a segunda edição, emendada, das obras de Gil Vicente, cujas licenças são de Fevereiro de 1585, e uma reunião de autos de autores vários, entre os quais os de Luís de Camões, que imprime em 1587. É claramente alguém que sabe o que fazer para interessar os leitores. Não podemos saber exactamente quando, mas terá sido certamente antes de Fevereiro de 1585 que produz uma contrafacção da edição d’*Os Lusíadas* de 1572.¹⁹

Ou seja, dois impressores têm, ao mesmo tempo, a reedição d’*Os Lusíadas* nas mãos quando a fama desse livro era maior do que os exemplares que ainda

19 Cremos que o antiqüíssimo problema desta contrafacção hoje esteja razoavelmente resolvido. Apesar da reafirmação, em 2003, da hipótese de emendas sucessivas feitas pelo impressor António Gonçalves, sempre em 1572, feita por David Jackson (2003), as próprias tabelas apresentadas neste trabalho e, sobretudo, a série de reproduções fac-similadas que o acompanham mostram, contra o próprio Jackson, que existem duas oficinas distintas. Mas a análise do papel e das portadas são inequívocas no sentido da contrafacção. Ver síntese desta questão em Lisboa (2014).

se podiam encontrar à venda, se os havia. Enquanto Manuel de Lira pensa nas transformações possíveis a fazer, num livro novo a inventar, para um público novo, Lobato decide reproduzir o trabalho de António Gonçalves, para o que decalca as portadas (que assim resultam invertidas) e tenta ser o mais fiel possível ao modelo. Não tem de passar pelos pedidos de licenças nem tem de pagar qualquer taxa. Para todos os efeitos, serão exemplares saídos da oficina de António Gonçalves que reapareceram à venda. E não terão sido poucos, a julgar pela quantidade de exemplares que ainda se podem encontrar, cerca de uma dezena. Como se pode então saber que esses livros saíram da oficina de André Lobato? Por duas razões. Aí se usa papel que também usara noutros livros seus, papel então importado, muito depois de 1572. E porque usa como cortinas da sua edição de Gil Vicente as gravuras que abriu para o frontispício d'*Os Lusíadas* e que não aparecem em mais nenhum trabalho.²⁰

A comparação das páginas é sempre um exercício curioso. Gostaria apenas de referir um exemplo, já muito referido, mas que é útil para o argumento exposto.²¹ A certa altura, no canto 2, Júpiter envia, por intervenção de Vénus, um emissário para avisar Vasco da Gama dos perigos que corria na costa oriental africana. Este emissário é chamado “filho de Maia” (Fig. 3), na edição de António Gonçalves, 1572. Na oficina de Lobato o que parece lógico é que se escreva “filho de Maria” (Fig. 4). Porventura não se trataria do mesmo “filho de Maria” que poucas páginas a seguir, no canto 3, aparecera a Afonso Henriques, antes da Batalha de Ourique? Continuando a leitura se saberá rapidamente que esse emissário ora é chamado de Cileneu, ora de Mercúrio (nascido no Peloponeso, no monte Cilene). O nome certo da mãe é afinal “Maia”, mãe de Mercúrio, facto que Manuel de Lira irá explicar, na sua edição (Fig. 5). Veja-se ainda as várias pequenas emendas na mesma estrofe: “Manda o consagrado” transforma-se em “dece o mui amado”; “Lhe manda mais” passa a ser “Lhe manda o pai”. Camões sofre “melhorias” pelas mãos dos censores, também no que toca à escolha das melhores palavras. Quanto à comparação das páginas de António Gonçalves e de André Lobato, nas duas imagens se repara que as diferenças não

20 Cf. Ruas 2009.

21 Refira-se, de uma longa lista, o livro de Tito de Noronha (1880).

estão apenas em pequenos erros, mas numa nova composição, que se nota linha a linha, ainda que tentando reproduzir o mais fielmente possível o livro de 1572.


Podemos dizer que é na contrafacção que há mais tempo se nota o espírito de iniciativa de autênticos editores. É o que aqui acontece. Por isso estes exemplos se tornam interessantes, quando sempre foram tratados como produtos menores, cheios de erros e de imperfeições, em contraposição ao texto “certo”, que António Gonçalves imprimira. Estamos perante um autor e três impressores em volta do texto desse autor, sem contar os censores, resultando daí livros bem diferentes uns dos outros.²² Estes exemplos não nos trazem um passado familiar, nada tendo mudado. Mostram-nos realidades distantes em que se nota a mão e a mente dos impressores, o seu cuidado, a sua esperteza, a sua relação com clientes que conhecem e leitores que antecipam. Não existe apenas um texto e um autor. Existem materiais e expedientes gráficos que nos ajudam a entender todo um processo.


Transportando algumas dessas questões para os nossos dias, percebemos como um historiador atento às formas da erudição renascentista é também sensível àquilo a que chama a desmaterialização do livro. Anthony Grafton, no seu trabalho sobre os mundos feitos de palavras, reflecte sobre o que essa alegada desmaterialização poderá representar hoje. E quando fala da concepção da página, num outro livro de 2015 que resultou de conferências realizadas no Museu do Louvre, em Paris, faz comparações entre as páginas digitais e aquelas que conhecemos dos livros quinhentistas. A ideia de “desmaterialização” não significa afinal que o suporte da edição tenha desaparecido. Uma matéria foi substituída por outra, mantendo-se, com formas e suportes diferentes, a questão dos seus sentidos e do trabalho a que obriga, hoje como há quinhentos anos.²³

22 Identificar opções de edição (e seus constrangimentos) e os recursos que lhe estão associados, é possível mesmo quando não existe a figura do editor ou da empresa de edição. Isso vem sendo perseguido por duas equipas no CHAM – Centro de Humanidades, na NOVA FCSH, uma dirigida por João Alves Dias, trabalhando sobretudo sobre o material tipográfico de impressores dos séculos XVI e XVI, e outra coordenada por Artur Anselmo, estudando sobretudo a iconografia do livro, tanto através das marcas de cerca de quatro dezenas de impressores dos séculos XVI ao XVIII, bem como das marcas dos papeleros. Identificar o papel, a partir de livros impressos em Portugal, também permite chegar aos impressores. No que respeita ao estudo sistemático de materiais tipográficos entre nós, refiro em particular as teses de Helga Jüsten (2009) e de José Jorge Gonçalves (2012). Mas também os estudos sobre o papel, alguns começados já há muitos anos, mas de que houve resultados mais recentemente. Menciono em particular as edições coordenadas por Maria José Santos (2015).

23 Grafton 2015; 2012. Ver também o texto “Codex in crisis. The Book Dematerializes” (Grafton 2009b, já antes publicado numa versão mais curta na revista *The New Yorker*, 5 de Novembro de 2007, pp. 50-54).

ANEXO A: FIGURAS


SEGVESE A
TAVOADA PELLA OR-
dem A, b, c, de todas as cousas que
o autor tocou neste liuro,
sobre que se fez
annotação.

	<p>Phrica, & Asia. Fol. 2</p> <p>Alexandro Magno. 2</p> <p>Aurora, que he. 7</p> <p>Aphonso de Alboquer- que. 7</p> <p>Argonautas, que sam. 9</p> <p>Arcturo, que cousa he. 10</p> <p>Austro, qual he. 11</p> <p>Afsyria, Região de Asia menor. 12</p> <p>Africo, vento. 12</p> <p>Apollo quem foy. 16</p> <p>Arabia Região. 19</p> <p>Antartico, 4. circulo do ceo. 20</p> <p>Acheronte, alagoa. 20</p> <p>Aurora, donde se diriuva 22</p> <p>Asia terceira parte do mundo. 22</p> <p>A India, sua descripçam. 24</p>
---	--

Ampli-

Fig 1. Impressor Manuel de Lira, 1584. Biblioteca Nacional Digital.



Fig. 2. Impressor Manuel de Lira, 1584. Biblioteca Nacional Digital.

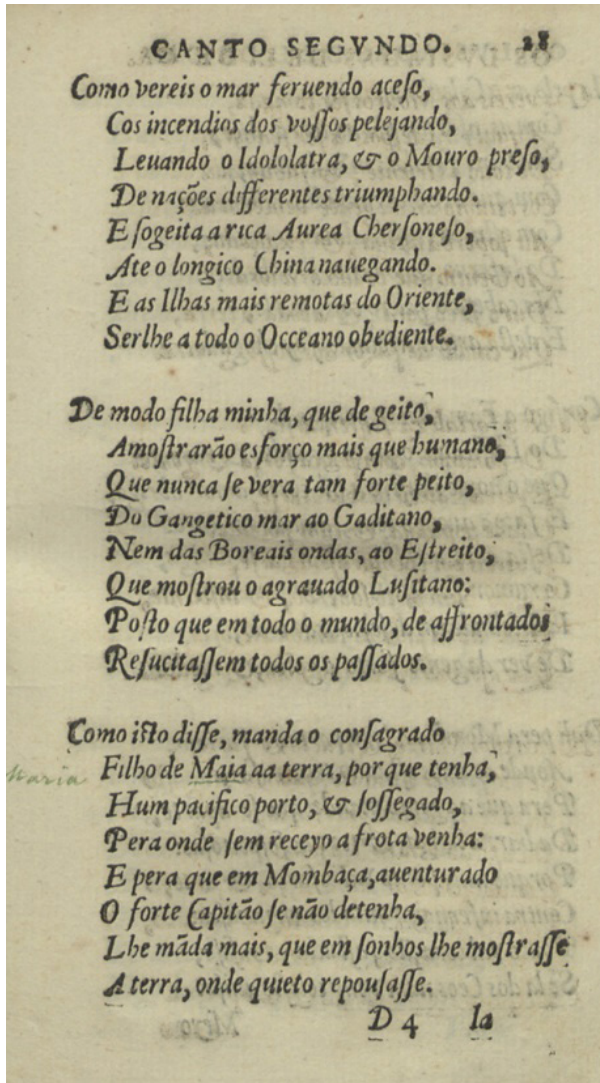


Fig. 3. Impressor António Gonçalves, 1572. Biblioteca Nacional Digital.

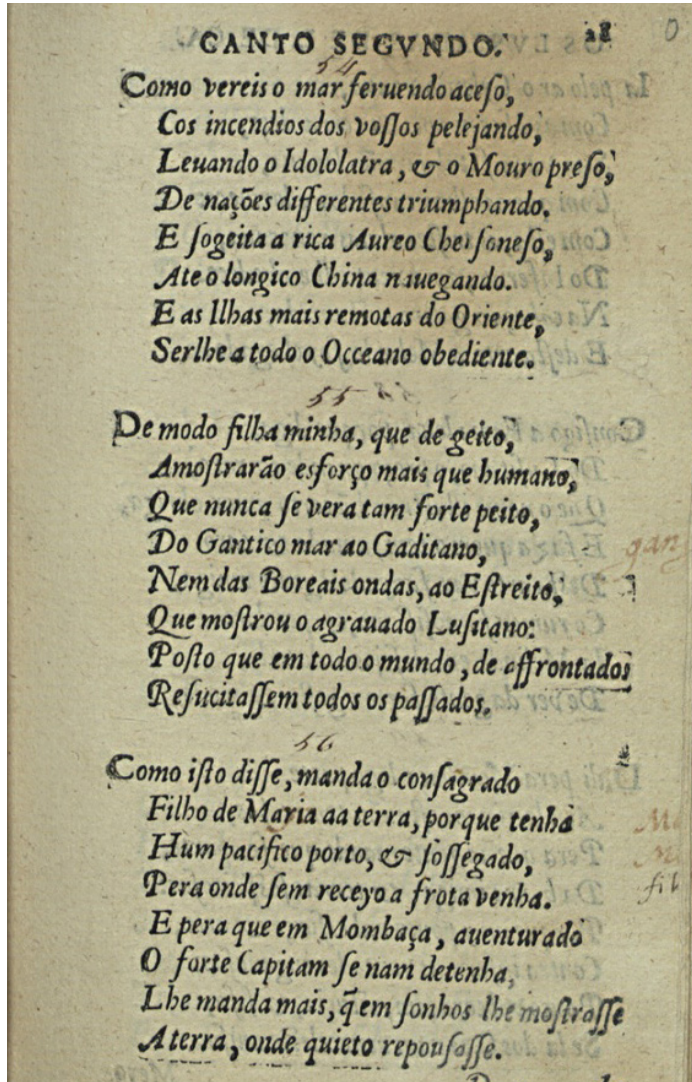


Fig. 4. Impressão provavelmente de André Lobato, em ano desconhecido, perto de 1586. Biblioteca Nacional Digital.

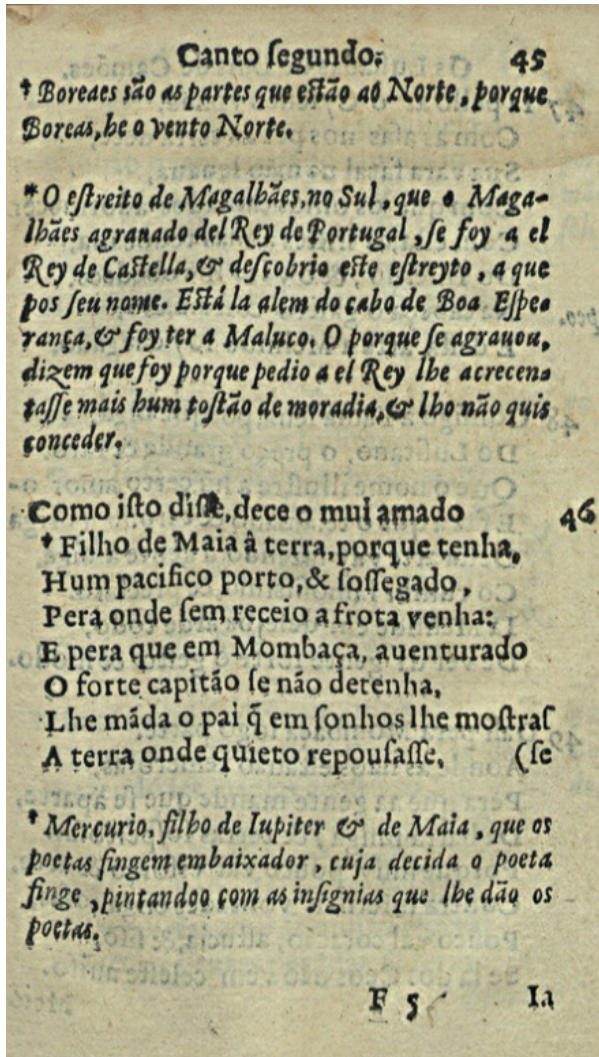


Fig. 5. Impressor Manuel de Lira, 1584. Biblioteca Nacional Digital.

BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas

- Camões, Luís de. 1572. *Os Lusíadas*. Lisboa: António Gonçalves.
- . 1584. *Os Lusíadas*. Lisboa: Manuel de Lira.
- . [1586?]. *Os Lusíadas*. Lisboa (falsa informação de folha de rosto, 1572, Lisboa, António Gonçalves).
- Erasmus da Rotterdam. 2014. *Opulentia sordida e altri scritti attorno ad Aldo Manuzio*. Ed. Lodovica Braidà. Venezia: Marsilio.
- Morus, Tomás. (1516) 2016. *Utopia*. Trans. José Marinho. Lisboa: Guimarães.
- Ordenações Manuelinas. Livros I a V. Reprodução em fac-símile da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-1513)*. (1512-1513) 2002. Introdução e descrição codicológica de João José Alves Dias. 5 vols. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Estudos

- Agamben, Giorgio. 2014. *Il fuoco e il racconto*. Roma: Nottetempo.
- Anselmo, Artur. 2014. “Armas Nacionais Portuguesas como Marcas Tipográficas.” *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias* 33:157-168. Doi:10.4000/cultura.2409.
- Burke, Peter. 2000. *A Social History of Knowledge, From Gutenberg to Diderot*. Cambridge: Polity Press.
- Chartier, Roger. 2015. *La main de l'auteur et l'esprit de l'imprimeur*. Paris: Gallimard.
- . 2014. *A Mão do Autor e a Mente do Editor*. São Paulo: Editora UNESP.
- Conselho Europeu. [s.d.]. “Reduced VAT Rates for Electronic Books, Newspapers and Periodicals.” Página electrónica. Última actualização: 05.05.2020. URL: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/reduced-vat-epublications/>. [Acesso: 12.11.2020.]
- Cucurnia, Maria Eleonora. 2009. *Le innovazioni editoriali di Aldo Manuzio*. Roma: Oblique.
- Curto, Diogo Ramada, Manuela D. Domingos, Paula Gonçalves, et Dulce Figueiredo. 2007. *As Gentes do Livro. Lisboa, Século XVIII*. Lisboa: BNP.
- Darnton, Robert. 1992. *Gens de lettres, gens du livre*. Paris: Odile Jacob.
- Dias, João José Alves. 2002a. “Introdução.” In *Ordenações Manuelinas. Livros I a V. Reprodução em fac-símile da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-1513)*. Introdução e descrição codicológica de João José Alves Dias. Vol. 1. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- . 2002b. “Introdução.” In *Ordenações Manuelinas. Livros I a V. Reprodução em fac-símile da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-1513)*. Introdução e descrição codicológica de João José Alves Dias. Vol. 2. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

- Gonçalves, José Jorge. 2012. "A Imprensa em Coimbra no Século XVII." Tese de doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. URL:<http://hdl.handle.net/10362/10106>.
- Grafton, Anthony. 1997. *The Footnote: A Curious History*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- . 2009a. "A Sketch Map of a Lost Continent. The Republic of Letters." In *Worlds Made by Words: Scholarship and Community in the Modern West*, 9-34. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- . 2009b. "Codex in Crisis: The Book Dematerializes." *Worlds Made by Words: Scholarship and Community in the Modern West*, 288-326. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- . 2012. "La page de l'Antiquité à l'ère du numérique." Ciclo de conferências, Museu do Louvre. Vídeos disponíveis na página electrónica do Museu do Louvre. URL: <https://www.louvre.fr/la-page-de-l-antiquite-l-ere-du-numerique-par-anthony-grafton>. [Acesso: 12.11.2020.]
- . 2015. *La page de l'Antiquité à l'ère du numérique. Histoire, usages, esthétiques*. Paris: Hazan.
- Infelise, Mario. 2007. "Manuzio, Aldo, il Vecchio." In *Dizionario biografico degli italiani*. Vol. 69. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana. URL: [https://www.treccani.it/enciclopedia/manuzio-aldo-il-vecchio_\(Dizionario-Biografico\)/](https://www.treccani.it/enciclopedia/manuzio-aldo-il-vecchio_(Dizionario-Biografico)/). [Acesso: 12.11.2020.]
- Jackson, K. David. 2003. "Camões and the First Edition of *The Lusíads* [Os *Lusíadas*], 1572: An Introduction to the CD-ROM." In *Camões e a Primeira Edição d'Os Lusíadas*, ed. K. David Jackson, CD-ROM. Dartmouth: Center for Portuguese Studies and Culture, University of Massachusetts.
- Jüsten, Helga. 2009. *Incunábulos e Post-Incunábulos Portugueses (ca. 1488-1518)*. (Em Redor do Material Tipográfico dos Impressos Portugueses). Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa.
- Lisboa, João Luís. 2014. "Uma, Duas, Quantas Edições? Os Argumentos sobre a Contrafacção de *Os Lusíadas* no Século XVI." *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* 33:97-108. Doi:10.4000/cultura.2378.
- Magno, Alessandro Marzo. 2012. *L'alba dei libri. Quando Venezia ha fatto leggere il mondo*. Milano: Garzanti.
- Martins, J. V. de Pina. 1972. *Para a História da Cultura Portuguesa do Renascimento. A Iconografia do Livro Impresso em Portugal no Tempo de Dürer*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mollier, Jean-Yves. 2016. "Sources and Methods: Book, Publishing, Reading." In *The Cultural Revolution of the Nineteenth Century. Theatre, the Book-Trade and Reading in the Transatlantic World*, ed. Márcia Abreu et Ana Cláudia Suriani da Silva, 27-43. London: I. B. Tauris.
- Noronha, Tito de. 1880. *A Primeira Edição dos Lusíadas*. Porto: Chardron.
- Nuovolini, Laura. 2016. "Le vesti del libro di Aldo fra tradizione e innovazione." In *Aldo Manuzio il rinascimento di Venezia*, coord. Guido Beltramini et Davide Gasparotto, 80-86 e verbetes 36, 84 e 88. Venezia: Marsilio.
- Pettegree, Andrew. 2010. *The Book in the Renaissance*. New Haven/London: Yale University Press.
- Pinheiro, Carlos. 2012. "União Europeia Processa França e Luxemburgo por causa do IVA sobre Ebooks." Blogue *Ler Ebooks. A Leitura em Ecrã*, 04.07.2012. URL: <https://lerebooks.wordpress.com/2012/07/04/uniao-europeia-processa-franca-e-luxemburgo-por-causa-do-iva-sobre-ebooks/>. [Acesso: 12.11.2020.]

- . 2015. “Tribunal de Justiça da União Europeia Trava Descida de IVA nos *Ebooks*.” Blogue *Ler Ebooks. A Leitura em Ecrã*, 06.03.2015. URL: <https://lerebooks.wordpress.com/2015/03/06/tribunal-de-justica-da-uniao-europeia-trava-descida-do-iva-nos-ebooks/>. [Acesso: 12.11.2020.]
- Ruas, João. 2009. “Os Dois Pelicanos.” In *Os Lusíadas de Luís de Camões. Restauro da Primeira Edição de 1572*, 21-65. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.
- Santos, Maria José. 2015. *Marcas de Água: Séculos XIV-XIX. Coleção Tecnicelpa*. Santa Maria da Feira: Tecnicelpa.
- TJUE (Tribunal de Justiça da União Europeia). 2015. “France and Luxembourg Cannot Apply a Reduced Rate of VAT to the Supply of Electronic Books, in Contrast with Paper Books.” Comunicado de imprensa n.º 30/15, Luxemburgo, 05.03.2015. Documento PDF. URL: <https://curia.europa.eu/jcms/upload/docs/application/pdf/2015-03/cp150030en.pdf>. [Acesso: 12.11.2020.]

CON LETRAS GRANDES Y LEGIBLES.

Escritura expuesta y espacio público
en la temprana Edad Moderna hispana¹

Antonio Castillo Gómez

Universidad de Alcalá – Dpto. de Historia y Filosofía

Deudora de la reforma católica y del mecenazgo cortesano, la pintura española del Siglo de Oro no se prodiga mucho en escenas de la vida cotidiana. Uno de los pintores que rompió la directriz dominante fue Antonio de Puga (1602-1648), considerado discípulo de Velázquez, al que se atribuye el lienzo *Sopa de pobres*. La tela muestra una escena callejera en la que dos adultos y un muchacho esperan su ración de sopa caliente mientras que un anciano, sentado en el suelo, degusta la suya. Al fondo, aparece un muro en uno de cuyos sillares el pintor dejó la huella de un cartel medio roto y doblado en una de las esquinas, tal vez para señalar que estaba cediendo el engrudo usado para encolarlo. Sombreadas sobre el papel se intuyen unas líneas negras que corresponderían al texto del que no se atisba el contenido.

Evocaciones como la que implica esta pintura y otras veces la literatura coetánea tienen el mérito de funcionar como indicios de una realidad mucho

1 Este trabajo se ha realizado en el marco del proyecto de investigación “Vox populi. Espacios, prácticas y estrategias de visibilidad de las escrituras del margen en las épocas Moderna y Contemporánea” (PID2019-107881GB-I00), financiado por el Ministerio de Ciencia e Innovación y la Agencia Estatal de Investigación del Gobierno de España.

más compleja. Apuntan al espacio público como terreno privilegiado para la comunicación escrita propiciada por la amplia concurrencia de escrituras expuestas. Entiendo estas, según Petrucci, como “cualquier tipo de escritura concebido para ser empleado en espacios abiertos o cerrados, para permitir la lectura plural (en grupo, masiva) y a distancia de un texto escrito sobre una superficie expuesta”.² Inscripciones monumentales, carteles publicitarios, mandatos oficiales, denuncias, libelos o pasquines, por mencionar los productos más representativos de aquella grafosfera pública,³ interpelaron a la población desde el espacio público, que en esta ocasión no ha de confundirse con la noción más restringida de “esfera pública política”, que propuso Jürgen Habermas.⁴

Así pues, lo que planteo en estas páginas es un acercamiento a algunas facetas de ese escenario comunicacional recorriendo prácticas y significados documentados en el mundo globalizado que constituyó la monarquía hispana durante la temprana Edad Moderna. Me interrogo, en particular, por el acto de publicación y la significación de los lugares de exposición del escrito, por la relación entre las formas materiales y las modalidades de apropiación, y por la confrontación de discursos propia del espacio público, atendiendo expresamente a la pluralidad de mensajes escritos que se inscribieron o fijaron sobre superficies visibles.

Publicación y espacios

Conforme al lexicógrafo áureo Sebastián de Covarrubias (1539-1613), autor del *Tesoro de la lengua castellana o española* (1611), “publicar” equivalía a “manifestar en público alguna cosa”, por lo que “público” era aquello que “todos saben y es notorio”.⁵ Como consecuencia, la publicidad y la notoriedad son atributos esenciales de todo acto de publicación, y así aconteció en cada una de las ocasiones en las que se dieron a conocer mandatos y disposiciones

2 Petrucci 1986, XX.

3 Sobre este concepto, Franklin 2019, 1-9.

4 Habermas 1962.

5 Covarrubias (1611) 2003, 886.

de las autoridades políticas y eclesiásticas. Por eso, muchos de los edictos y bandos solían concluir con una cláusula similar a esta:

Y para que venga a noticia de todos y ninguno pueda pretender ignorancia, mandamos que estas nuestras letras se lean y publiquen en las iglesias catedral y parroquiales y de los monasterios de esta ciudad, el primero día de fiesta en la misa mayor, a tiempo del ofertorio o en otro más acomodado; y que un tanto dellas se fixe a las puertas de las dichas iglesias y en los lugares más públicos desta ciudad, donde suele aver más concurso de gente; las quales, ninguna persona sea osada de quitar so las mismas penas.⁶

La publicación de este tipo de documentos normalmente se efectuaba de forma oral y escrita. Primero se leía el edicto, el bando, la bula o el texto que fuera, según los casos por medio del pregonero o del sacerdote, pero siempre “en voz alta, despacio y bien pronunciado”, como se apuntó en unas instrucciones acerca del Edicto general de la Inquisición.⁷ A continuación se colocaba el escrito en los lugares más concurridos de la ciudad y en las puertas de las iglesias, es decir, allí donde todos podían verlo y leerlo. En este mismo sentido, la Iglesia estableció que los principios básicos de la doctrina se fijaran en unas *tablas* colocadas en las puertas de los templos, donde también debían exponerse las listas de las personas denunciadas de excomunión o por el incumplimiento de alguno de los preceptos de la fe.⁸

En tanto que algunas disposiciones eclesiásticas, sobre todo pontificias, se dieron a conocer en latín, los bandos y edictos emanados de las instituciones civiles se difundieron principalmente en las lenguas vulgares para garantizar que pudieran ser entendidos más fácilmente. A título de ejemplo, en el ducado de Milán, durante el periodo de dominación española, la mayor parte de los bandos se publicaron en italiano, un número menor en latín o español y algunos combinaron dos lenguas (italiano y español, italiano y latín).⁹ Otro aspecto que

6 AHN, Inquisición, legajo 2628, n.º 26. “Edicto del Santo Oficio contra los autores de un libelo infamante hacia la Virgen”, Granada, 7 de abril de 1640.

7 RAH, Jesuitas, 9/3786 (21), “El orden que se ha de tener en la lectura...”, n. d., fol. 1r. Otra fórmula muy habitual era “a altas e inteligibles voces”, que consta, por ejemplo, en el acta de publicación, en Madrid el 2 de enero de 1610, de una cédula real dando amparo a los moriscos que abandonaran España (BNF, Espagne, 60, fol. 259).

8 Castillo Gómez 2006, 203-224.

9 Así se desprende de la investigación que está realizando Marco Francalanci en el marco de su tesis doctoral, dirigida por la profesora Lodovica Braidà y por quien suscribe. Para un conjunto de 893

facilitaba la comprensión de los mensajes era el uso de un lenguaje sencillo, en ocasiones bastante repetitivo, como se ha observado de los bandos milaneses del siglo XVII.¹⁰ En la América hispana cuando podía haber alguna dificultad para que las poblaciones nativas entendieran las disposiciones promulgadas por las autoridades fue habitual que los pregoneros estuvieran acompañados de traductores. Ocurrió así en Puebla, el 2 de mayo de 1550, durante la publicación de un bando municipal sobre la concesión de solares a los indios en varios barrios de la ciudad, dado a conocer en castellano e inmediatamente en náhuatl.¹¹

Por lo que afecta a las ceremonias de publicación, su mayor o menor solemnidad dependía de la importancia que tuviera la autoridad o institución que había dispuesto el mandato, así como del contenido. No era igual que se tratara de un bando municipal que de un decreto real, un edicto inquisitorial o una bula papal. Estas, por ejemplo, se publicaban con “muchísima solemnidad y veneración”, como Maximiliano de Habsburgo y María de Austria, gobernadores-regentes de España entre 1548 y 1551, hicieron notar en 1548 al condestable de Navarra a propósito de una de Pablo III: “Por ende yo os ruego y encargo que cada y cuando la dicha bula se fuere a predicar a las villas y lugares de vuestras tierras proveáis cómo se reciba con mucha solemnidad y veneración, como a tan santa bula dada por el Sumo Pontífice se requiere.”¹²

La exhibición pública del documento convertía el acto de publicación en un evento social. De este modo, los escritos de poder intervenían en la vida pública con objeto de trasladar las leyes y mandatos políticos o religiosos. En circunstancias de este tipo, según Armando Petrucci, la escritura extendía su potencia civilizadora, se hacía presente en la sociedad y daba visibilidad a las normas reguladoras de la convivencia y el orden social.¹³ Incluso cabría decir que actuaba como un “mecanismo de condicionamiento suave”, esto es, como una de las estrategias disciplinantes desplegadas por el poder.¹⁴

bandos promulgados entre 1494 y 1599, 836 se publicaron exclusivamente en italiano, 27 en latín y 16 en español, mientras que 8 combinaron italiano y latín, y 6 italiano y español. Conste mi agradecimiento a Marco por haberme anticipado esta información y permitirme su difusión.

10 Giovanelli Onida 2008, parágrafo 6.

11 Paleta Vázquez 2004, 132-134.

12 Cf. Galende Díaz et Salamanca López 2004, 155-156.

13 Petrucci 1996, VI-VIII.

14 Hespanha 1993, 131.

Por supuesto, esto no es óbice para que algunos mandatos fueran desobedecidos o la ceremonia de su publicación desencadenara conflictos por la posición que debían ocupar las distintas autoridades.¹⁵ Lo atestiguan distintos procesos judiciales, como aquel que instruyó el Consejo de la Suprema Inquisición en septiembre de 1559 para identificar a las personas que “habían quitado e desfijado de la dicha iglesia” un edicto sobre libros prohibidos que debía exponerse en la puerta de la catedral de Coria (Cáceres) durante treinta días.¹⁶ Así mismo, en la Zaragoza amotinada de 1591, el 29 de junio se formó un tumulto considerable en la plaza de la catedral para mostrar el rechazo al edicto que el Santo Oficio acababa de promulgar declarando delito la resistencia a sus agentes.¹⁷

En otro sentido, la publicidad y la notoriedad fueron una razón de peso en la censura y persecución de los libelos infamantes, objetos de reprobación moral en tratados de esta materia, manuales de confesores, constituciones sinodales y en obras de distinta naturaleza. Entre las disposiciones sinodales valga traer a colación el siguiente mandato del sínodo celebrado en Braga en 1639: “*Tem, depois do homicídio o primeiro lugar entre os crimes, o difamar ao próximo com pasquins e libelos difamatórios, que muitas vezes se sentem mais que o mesmo homicídio.*”¹⁸ Desde esta perspectiva son igualmente reveladores los razonamientos aducidos en la obra *Discursos por María Santíssima y su virginal pureza* (ca. 1640), de Francisco Guillén del Águila (?-1657), caballero de la Orden de Santiago y alcalde de hijosdalgo de la Real Chancillería de Valladolid, a propósito del libelo contra la Virgen que se publicó en Granada durante la semana santa de 1640.¹⁹ En su condena, el autor invocó a diversas autoridades civiles y eclesiásticas para determinar la condición criminal de los libelos infamantes, acudiendo principalmente a dos razonamientos: por un lado, la santidad injuriada, que en este caso alcanzaba su máximo grado; y por otro, la difusión pública de la blasfemia,

15 Santiago Medina 2008.

16 AHN, Inquisición, legajo 1972, exp. 2.

17 Cf. Gascón Pérez 2010, 158.

18 *Constituiçãoens synodales* 1697, 649.

19 Sobre este episodio, Pulido Serrano 1999; Castillo Gómez 2016, 287-290.

pues, como sostuvo el autor, “grave crecer de delito” es “no sólo ser libelo, sino puesto en parte pública”.²⁰

Pese a la severidad de las sanciones establecidas contra los libelos y pasquines,²¹ la reiteración de las disposiciones punitivas corrobora su ineficacia y la vivacidad de una modalidad de escritura que tuvo su lugar natural de difusión en las plazas y calles, en esos mismos lugares donde otras veces podía ocurrir que una persona cualquiera de pronto se pusiera a leer un papel, una carta noticiera, una relación de sucesos o un aviso.²² Para reforzar su efecto transgresor y connotar simbólicamente el acto de apropiación fuera de posibles ambigüedades, amén de fijarse en otros puntos, dichos papeles solían colocarse en las puertas de los templos, si imprecaban a la Iglesia o censuraban la doctrina católica; en las fachadas de los palacios donde residían las distintas instancias de poder, si el mensaje afeaba la actuación de reyes, ministros, secretarios, virreyes, visitadores y demás autoridades; y en las viviendas de los infamados o las más próximas a estas, si se trataba de injurias contra particulares.

Apropiación y materialidad

Aparte de algunos testimonios ya citados, de buena parte de los escritos que repasamos en estas páginas se ordenó su exposición en lugares públicos, especialmente allí donde solía haber más concurso de gente. Así se acordó, por ejemplo, en el sínodo celebrado en San Juan de Puerto Rico en 1645, convocado por el obispo Damián López de Haro (1581-1648), respecto de una tabla con los aranceles que debían cobrar los jueces, notarios, alguaciles y demás oficiales de las Audiencias.²³ La fijación en las paredes de toda clase de avisos fue determinante también para que en 1588 un modesto zapatero portugués de nombre Juan Vicente, judeoconverso nacido en Campomaioir, decidiera emigrar con su familia a Brasil atraído por las ventajas que la Corona

20 Guillén del Águila [ca. 1640], *Discursos por María Santísima...*, fols. 4r-5r.

21 Castillo Gómez 2013, 313-317.

22 Castillo Gómez 2018; 2020.

23 *Sínodo (1645)* 1986, 102 (Constitución CXXIII).

ofrecía para ello, de las que supo por medio de un edicto que encontró en las calles de Lisboa, a donde había llegado con la intención de embarcarse hacia Cabo Verde o Angola.²⁴

Pero esto no quiere decir que la información difundida en el espacio público siempre fuera de fácil comprensión. De un lado, el acto de lectura podía verse afectado por el analfabetismo de una parte amplia de la población. De otro, influía la mayor o menor complejidad de cada texto y la lengua, según se ha apuntado más arriba a propósito de los edictos y bandos. Y, por supuesto, tampoco debe obviarse la incidencia que tuvieron las condiciones de visibilidad y legibilidad de los diferentes textos y escrituras inscritos y fijados en las paredes. A algunas de estas dificultades aludió fray Antonio de Guevara en una epístola a Jerónimo Vique en relación con un epitafio romano. En ella le confesó que era incapaz de leerlo por mucho que lo miraba y remiraba, alegando lo incomprensible que le resultaba la jerigonza romana con que estaba compuesto. De suerte, concluyó, que “para bien se entender y leer era necesario que los hombres que son vivos adivinasen o los que escribieron resucitasen”.²⁵

Debido a esto, la apropiación de cualquier texto no puede entenderse fuera del cuerpo donde se encarna, es decir, de su forma material. Como señaló Roger Chartier, este asunto retoma las reflexiones que Immanuel Kant planteó en la segunda parte de su *Metaphysik der Sitten* (1797), esto es, la distinción entre la concepción platónica del texto como algo inmaterial y aquella que remite al objeto particular donde leemos y aprehendemos las ideas.²⁶ Sin llegar a pensar que las formas materiales imponen la interpretación que hacemos de cada texto, parece difícil obviar las propuestas de sentido que se derivan de ellas dado que, como apuntó McKenzie, “los textos no son artefactos fijos y determinados”, sino potencialidades inseparables de los objetos donde se materializan.²⁷

Muchas escrituras expuestas iban acompañadas de unas determinadas condiciones de visibilidad e incluso de legibilidad, por lo que no es extraño que de una simple tablilla empleada para señalar las viviendas de las personas

24 AHN, Inquisición, legajo 1647/1, exp. 3, fols. 25r y 35r.

25 Guevara 1648, 118.

26 Chartier 2008, 34-37.

27 McKenzie 1999, 51. A propósito de las tesis de McKenzie, véase Chartier 2005.

desvalidas se dijera que debía colocarse en la puerta “con letras legibles”.²⁸ Esta misma apreciación se hizo a menudo de bastantes libelos y pasquines pese a que muchos se escribieron con letras “disfrazadas” o “contrahechas”, esto es, voluntariamente deformadas para dificultar la identificación de los autores en las pericias caligráficas que solían realizarse. Así, de los tres pasquines que se publicaron en Madrid en julio de 1608 contra el duque de Lerma — fijados en la puerta norte del Alcázar, en la Cárcel de Corte y en la Puerta de Guadalajara, situada en la calle Mayor, donde se concentraba gran parte del comercio madrileño — se advirtió expresamente que estaban escritos en medio pliego de papel con “letras grandes muy legibles” (fig. 1).²⁹

La legibilidad, sumada en ciertos casos a la función propagandística, fue clave también en la composición de los efimeros urbanos: edictos y bandos, anuncios publicitarios y, sobre todo, carteles tipográficos de certámenes literarios y disertaciones académicas.³⁰ En estos, al igual que sucedió con los edictos impresos, la tipografía introdujo mejoras significativas en la organización del texto, distinguiendo secciones y niveles de información; por su parte, los escudos y figuras insertos en la cabecera actuaron como signos de representación de la autoridad, la institución convocante del festejo, la persona o santidad festejada, o los padrinos y comitentes académicos. En los carteles de tesis, el empleo del latín como lengua de comunicación señala unas expectativas de recepción orientadas preferentemente al ámbito académico, por más que a veces se llegaron a colocar en las puertas de iglesias y de otros edificios públicos, aparte de hacerlo en los colegios universitarios (fig. 2).³¹

La comunicación, por tanto, no puede entenderse solo en clave alfabética. De ahí también el uso de dibujos y pinturas fácilmente comprensibles que anclaban el sentido del escrito, como ocurría con las señales de deshonra pintadas en los carteles infamantes, las cruces de San Andrés y las efigies de los

28 Luján de Saavedra (1602) 2001, 175.

29 BNE, Mss 12179, fol. 102, “Borradores de consultas del Consejo de Castilla”. El proceso se encuentra en AHN, Consejos, legajo 36211, exp. 2. De estos pasquines se ocupó Bouza 2008, 95-109.

30 Acerca de este surtido de textos, a nivel europeo, pueden verse los trabajos reunidos en Pettegree (2017), si bien solamente se ocupan de materiales impresos. Dejan de lado productos manuscritos de igual contenido y finalidad, como he puesto de manifiesto, entre otros trabajos, en Castillo Gómez (2019).

31 Para los anuncios de disertaciones académicas en el mundo hispano, véase el caso de la Real y Pontificia Universidad de México estudiado por Fernández de Zamora 2015.

penitenciados en los sambenitos, o los grabados empleados en la publicística política. En tierras de la monarquía hispana el caso más representativo puede que sea la intensa propaganda antiespañola desplegada en los Países Bajos durante la guerra de los Ochenta Años (1568-1648), esto es, la que sostuvieron las Provincias Unidas contra su soberano de entonces, el rey de España, considerada la primera “guerra de papel” a nivel europeo. Muchos de aquellos grabados impresos focalizaron sus denuncias en los cuatro temas fundamentales de la leyenda negra holandesa: las maquinaciones de la Inquisición española, la crueldad del pueblo español, los vicios personales de Felipe II y el plan de hegemonía universal de la monarquía hispana.³² Presentaban al rey como un tirano que no respetaba las libertades y privilegios tradicionales de las ciudades de los Países Bajos y a los españoles como descendientes de judíos descreídos.³³

Donde la escritura alcanzó su máxima significación como sistema visual fue en las inscripciones monumentales sobre piedra y en las versiones análogas que se pintaron en las arquitecturas efímeras que decoraron las ciudades en los más diversos fastos públicos, como la entrada solemne de Felipe III en Lisboa el 29 de junio de 1619.³⁴ Como ha señalado Pedro Cardim, el programa iconográfico se concibió para ensalzar la figura del soberano insertándolo en la tradición histórica de Portugal mediante numerosas imágenes que trataban de expresar ese vínculo. Aunque debió ser supervisado por los ministros reales para evitar cualquier atisbo de crítica, en algún caso puede entreverse un cierto tono reivindicativo. En este sentido, la decoración del arco triunfal de los hombres de negocios — de sesenta pies de alto, planta cuadrada y cuatro fachadas con sus correspondientes arcos de acceso — podría interpretarse como una demanda de protección para su actividad, a fin de disfrutar de más libertad de circulación en las posesiones ultramarinas de ambas coronas ibéricas (fig. 3).³⁵

Cuando las inscripciones tenían un claro propósito celebrativo y propagandístico lo normal era realizarlas cuidando los aspectos formales y,

32 Geurts 1978; Schulze Schneider 2008.

33 García Cárcel 2017, 206-222. Para una amplia muestra de los grabados utilizados en esta guerra de papel, véase Prieto 2020.

34 De los relatos de aquel viaje destaca especialmente la descripción de João Baptista Lavanha (1622), ilustrada con grabados del flamenco Hans Schorkens (1595-1634).

35 Cardim 2008, 928. Acerca de este arco véase también Fernández González 2014, 422-426.

en determinadas ocasiones, integrándolas en programas iconográficos que narraban el hecho histórico y glorificaban a la persona honorada, como se aprecia en el arco de Castelnuovo en Nápoles, construido, siguiendo el modelo de los antiguos arcos triunfales romanos, entre los años 1453-1458 y 1465-1471 por orden de Ferrante, hijo de Alfonso V el Magánimo. Se levantó con el fin de ensalzar al monarca aragonés como nuevo señor del reino y como humanista, celebrado con sendas inscripciones, en capitales humanísticas y con un lenguaje de aire clasicista, cuyo texto conmemoraba la construcción del castillo-fortaleza por voluntad del soberano (ALFONSVS REGVM PRINCEPS HANC CONDIDIT ARCEM) y sus títulos y posesiones (ALFONSVS REX HISPANVS SICVLVS ITALICVS / PIVS CLEMENS INVICTVS).³⁶

La capacidad propagandística de las escrituras monumentales se puede ver igualmente en otra empresa paradigmática, de significado más complejo. Se trata de la actuación llevada a cabo durante buena parte del siglo XVII en pleno centro de Palermo, capital del virreinato de Sicilia, con la construcción de los Quattro Canti.³⁷ En los primeros años de la centuria, bajo el impulso de Juan Gaspar Fernández Pacheco, duque de Escalona (1563-1615), virrey entre 1607 y 1610, la ciudad emprendió una transformación urbanística inspirada en Roma. Una de las intervenciones señeras se llevó a cabo en el octógono formado por la intersección de las calles Maqueda y la antigua Cassaro (hoy Vittorio Emanuele), donde se levantaron los Quattro Canti. En lo fundamental, la obra se prolongó desde 1609 hasta 1625, terminándose a tiempo de integrarse en los aparatos efímeros levantados para la procesión de las reliquias de Santa Rosalía.

La intención inicial del virrey era la exaltación de la monarquía católica representada por las estatuas de Carlos I, Felipe II, Felipe III y Felipe IV con sus correspondientes inscripciones (fig. 4). De las cuatro efigies reales, que inicialmente debían realizarse en bronce, tan solo se colocaron las de Carlos I, trasladada después a la Piazza Bologna, y la de Felipe IV, destruida. Las actuales fueron esculpidas entre 1661 y 1663, cuando también se construyeron las

36 Gimeno Blay 2015, 6; Ramírez Sánchez 2017, 92-93. Para el arco en su conjunto, Sánchez Gil 2015.

37 Para un acercamiento más amplio a esta obra y su significado, remito a Di Fede et Scaduto 2011; Chirco et Di Liberto 2013.

cuatro fuentes con las representaciones de las Cuatro Estaciones, completando así un conjunto monumental y epigráfico que transformó el inicial tribunal de los reyes españoles en una empresa destinada a conferir al octógono los valores ideológicos de la municipalidad, simbolizada en las estatuas de las cuatro santas palermitanas (Cristina, Ninfa, Oliva y Ágata). El resultado final expresaba la “ambigüedad del sistema de poder” que había promovido la construcción,³⁸ visibilizando una tácita declaración de independencia oculta tras la aparente fidelidad a la monarquía española. Pero este cambio de mensaje contó con la aprobación del virrey Francisco Ruiz de Castro (1579-1637), por lo que solución que se dio a esta obra explícita la negociación propia de una monarquía compuesta,³⁹ donde las decisiones del soberano requirieron del apoyo de las autoridades de cada reino o territorio.⁴⁰

En muchas de estas materializaciones solemnes la escritura funcionaba como algo más que una grafía. Pese al empleo habitual de la lengua latina, eso sí dentro de una estructura bastante definida que podía facilitar una cierta comprensión, la elaborada y vistosa ejecución de las letras convirtió muchas inscripciones monumentales o de aparato, también las que se pintaron sobre madera o cartón, en artefactos visuales. En casos como estos, al decir de Armando Petrucci, “cuando se confiere deliberadamente un valor particular al aspecto figurativo de la escritura, todo escrito, junto a una función de transmisión de un determinado texto, sobre un plano analítico-discursivo, desarrolla otra, sintético-figurativa, que también constituye, en sí y por sí, un mensaje”.⁴¹

Otras, sin duda, deben leerse en términos propiamente publicitarios e informativos. Es el caso de la mayor parte de la epigrafía urbana desplegada tras el acuerdo adoptado en las Cortes de Toledo de 1480 para que las ciudades y villas, que no tuvieran, construyeran su casa consistorial. A partir de ese momento se edificaron muchos ayuntamientos así como otros inmuebles destinados a viviendas de los cargos más relevantes y a los diferentes servicios de carácter municipal: cárceles, sedes judiciales, torres del reloj, alhóndigas,

38 Di Fede 2011, 39.

39 Sobre estas, Koenigsberger 1978; Elliott 1992.

40 Esto mismo se ha señalado de las celebraciones festivas en Nápoles (Cf. De Cavi 2010).

41 Petrucci (1993) 1999, 171.

casas del peso, carnicerías, pescaderías, fuentes, etc. En cada ocasión fue común colocar una inscripción cuyo texto acreditaba la construcción, reedificación o reforma del edificio.⁴²

Discursos en disputa

Al situarse en el espacio público las escrituras expuestas, entendidas desde la amplitud que les otorgo en este ensayo, explicitaron mensajes muy diversos, a veces abiertamente confrontados al discurso oficial, haciendo del espacio público un lugar de disputa en línea con las tesis del sociólogo Isaac Joseph.⁴³ Las instituciones de poder, desde el rey a la Iglesia, en cuanto dueñas de los espacios susceptibles de comunicación escrita, instrumentalizaron estos para el ejercicio de la propaganda o la transmisión de sus mensajes. Pero de igual manera lo hicieron otros sectores sociales, algunos más integrados en el sistema y otros menos. Los textos expuestos ponen de manifiesto, como señaló Michel Foucault en *L'Ordre du discours* (1971), que la producción del discurso no es privativa de quienes detentan el poder, sino que también la pueden ejercer quienes lo sufren. Como dijo el filósofo francés: “el discurso no es simplemente aquello que traduce las luchas o los sistemas de dominación, sino aquello por lo que, y por medio de lo cual se lucha, aquel poder del que quiere uno adueñarse”.⁴⁴

Desde esta perspectiva se entienden mejor las acciones de resignificación del espacio público ejecutadas a través de inscripciones y escudos. De los diferentes casos que podría traer a colación me limitaré a dos. El primero corresponde a la *damnatio memoriae* perpetrada en Toledo en los años 70 del Quinientos con las inscripciones árabes que aún existían en la ciudad, posiblemente alrededor de un centenar, incompatibles con el proyecto confesional de la monarquía católica. En el marco de las medidas derivadas

42 Santiago Fernández 2015.

43 Joseph 1998, 7.

44 Foucault 1971, 13.

de la pragmática del 1 de enero de 1567 sobre la asimilación cultural de los moriscos, el cabildo toledano, con el corregidor real Juan Gutiérrez Tello al frente, ejecutó la política regia disponiendo la eliminación de dichas inscripciones. En el lugar de algunas, emplazadas en las puertas y puentes, se colocaron otras que enaltecían al soberano católico y lo vinculaban con los monarcas visigodos, entroncando directamente con Wamba, artífice de la reconstrucción de la muralla de Toledo en 674, omitiendo de ese modo todo lo que tuviera que ver con el pasado musulmán de la ciudad (fig. 5).⁴⁵

El otro episodio nos traslada al Nápoles insurgente de 1647-1648. En un primer momento, al tratarse de una reacción popular contra una subida de los impuestos sobre el consumo, su líder, el pescador Masaniello, no suprimió las armas de los Habsburgo de los palacios napolitanos, sino que mandó poner junto a ellas un escudo coronado con una P mayúscula en el campo central como expresión del Pueblo. Sin embargo, en otoño de 1647, tras la proclamación durante unos meses de la Serenísima República de Nápoles, comandada por el duque de Guisa, los escudos del soberano español fueron reemplazados por los atributos del nuevo poder republicano: las armas del duque, el acrónimo SPQN (*Senatus Populusque Neapolitanus*) y la palabra *Libertas*. Esta disputa de símbolos se extendió a las monedas, la pintura, la imaginería y el santoral.⁴⁶

Junto a estas intervenciones sobre la memoria pública consumadas a través de productos escritos y visuales con voluntad de permanencia, son muchos los hechos que muestran la cotidianeidad de los conflictos suscitados por los mensajes contenidos en escrituras expuestas de todo tipo, ora por argumentos religiosos, ora por disputas políticas, ora por revueltas sociales, ora por asuntos de distinta índole. La cuestión fiscal, por ejemplo, despertó una de esas acciones de rebeldía contra la escritura cuando Sebastián de Valderrama, cura y juez apostólico en la Villa de Colima (México), publicó, en septiembre de 1597, un mandamiento del provisor del obispado de Valladolid por el que se declaraba excomulgados a unos vecinos del lugar por no haber pagado los

45 Rodríguez et Souto Lasala 2000; Ramírez Sánchez 2012, 271-272; Santiago Fernández 2015, 160-162.

46 Hugon 2011, 291-326.

tributos eclesiásticos. Sobre el mismo folio de papel, “abajo, entre la firma y la letra”, las personas señaladas injuriaron al cura tildándolo de “grandísimo bellaco, loco, borracho, ladrón, que cobraba lo que no le deben”.⁴⁷ La respuesta de los denunciados no solo estuvo motivada por su enfrentamiento con el religioso, pues estaban recientes otros abusos anteriores siendo vicario de Colima y diezmero, sino también por haberlos expuesto a la vergüenza pública a través del referido mandato.

La potencialidad de las escrituras expuestas para apoderarse del espacio público como escenario discursivo se ejecutó asimismo a través de libelos y pasquines, máxime cuando estos podían incluso llegar a “conmover y levantar al pueblo”, según lamentó Felipe II de los que se difundieron durante el motín zaragozano de 1591.⁴⁸ Sin abundar en asuntos que he tratado en otra publicación,⁴⁹ es indiscutible que buena parte de las sublevaciones y revueltas que acaecieron en los territorios de la monarquía hispana durante los siglos XVI y XVII no se pueden entender al margen de la capacidad movilizadora de este tipo de textos.⁵⁰ De la *Restauração*, por ejemplo, Nicolás Fernández de Castro llegó a decir que un día se publica “un manifiesto, mañana una historia, otro día un libro, otro un volumen, y en movimiento continuo esta ocupación, girando sin sosiego y para atormentar incesantemente los ingenios puros, amigos de la verdad”.⁵¹ Tildándolos de “veletas del pueblo” Francisco de Quevedo (1580-1645), conspicuo cultivador de la sátira política en los años centrales del siglo XVII, captó de maravilla lo que representaron los “papeles y pasquines” en un pasaje de su *Vida de Marco Bruto* (1644), el último tratado político que publicó antes de morir:

Platican algunos príncipes por acierto bien reportado el despreciar los papelones y pasquines que hacen hablar mal a las esquinas y pilares, porque dicen que el mejor modo que hay de que callen es no hablar en ellos, y que mejor se caen dejándolos que quitándolos.

47 AHMC, sección A, caja 26, exp. 84. Acerca de estos hechos, Romero de Solís (2008).

48 BNE, Mss. 12179, fol. 69r, “Comisión de Felipe II a Jerónimo Fernández de Heredia, justicia de las montañas y gobernador de Aragón, en relación con el motín de Zaragoza”, Madrid, 20 de diciembre de 1591.

49 Castillo Gómez 2012.

50 Gascón Pérez 2010; Hermant 2012; Olivari 2014; Hugon et Merle 2017.

51 Fernández de Castro 1648, 5.

Esta templanza y razón de Estado vive mal informada del fin que tienen en tales libelos las lenguas postizas de las puertas y cantones. No es su intento deshonorar al que vituperan; más oculto es el tráfico de su malicia. Fíjanlos para reconocer, por el modo con que hablan dellos, los retiramientos de los corazones cerca de las personas de quien hablan. Fíjanse para reconocer quién son los que aborrecen a los que aborrecen: no lo hacen para desfogar el enojo, sino para descubrir el caudal y séquito que hay para desfogarle.

Yo llamo a estos papeles (no sé si acierto) veletas del pueblo, por quien se conoce adónde y de dónde corren el aborrecimiento y la venganza, lo que estudia y sabe el que los pone, por lo que oye decir a los que vieron puestos.⁵²

Del mismo modo que algunas decisiones fiscales y políticas o ciertas arbitrariedades del Santo Oficio, determinadas discrepancias morales y teológicas (verbigracia las controversias acerca de la inmaculada concepción de María) también irrumpieron en el espacio público a través de escrituras expuestas claramente enfrentadas. En Granada, la blasfemia perpetrada en la semana santa de 1640 por un libelo contra la Virgen motivó el consiguiente edicto de censura, pero también una respuesta generalizada por medio de misas, fiestas y distintos actos de desagravio. Según relató el cronista Francisco Henríquez de Jorquera (1594-ca. 1646), al poco de difundirse el libelo, las elites se movilizaron e “hicieron una máscara muy galante en festejo de Nuestra Señora del Triunfo, todos a caballo con sus hachas y muy lúcidas galas”. De tal veste “pasearon la ciudad y en las partes públicas iban fijando carteles de madera”, en los que se había pintado “el nombre de María con letras de oro en campo azul y en cada una un atributo por escudo”.⁵³

A una escritura afrentosa se le respondió con otra que reparaba públicamente la blasfemia. Es lo mismo que aconteció en Valencia en 1651 y en Salamanca en 1653 cuando llegó a predicar el jesuita Jerónimo López. Nada más pisar ambas ciudades advirtió la presencia de grafitis oscenos en las “paredes, puertas y zaguanes de muchas casas, calles y plazas”. Indignado por lo que parecían alevosas campañas de escrituras infamantes dedicó al asunto algún que otro sermón y desde el púlpito arengó para que la gente se aprestara a borrarlos. Incluso intimidó con hacerlo él mismo, “discurriendo por las calles

52 Quevedo (1644) 1950, 59.

53 Henríquez de Jorquera 1987, II, 851.

con una olla de cal, mezclada con agua, borrando estas fealdades abominables con una escobilla”. Pero la sangre no llegó al río. Los fieles acataron su prédica y de inmediato una cuadrilla de gente, encabezada por nobles y sacerdotes, se puso manos a la obra. En Salamanca, dice su biógrafo, se fabricaron unos moldes de madera para imprimir unos carteles que debían fijarse por toda la ciudad con la siguiente sentencia: “En la casa del que jura, no faltará desventura” (*Eclesiástico*, 23: 36).⁵⁴ La sentencia, que remite a una paráfrasis del libro de Zacarías (5: 3-4), constituye una exhortación contra la blasfemia y los juramentos innecesarios. Seguramente como una forma de catequesis popular, entre 1549 y 1682 dicha máxima se grabó o pintó en numerosas iglesias y edificios civiles, sobre todo ayuntamientos, de las provincias de Álava, Burgos, Cuenca, Guadalajara, La Rioja, Navarra, Vizcaya y Zaragoza.⁵⁵

* * *

En resumen, los espacios públicos se convirtieron en plataformas aventajadas de la comunicación escrita en la monarquía hispana durante la primera mundialización. Más allá del analfabetismo de la época, la fijación de los textos en las paredes y el efecto añadido de la transmisión oral o las copias que solían hacerse de algunos aseguraban su amplia difusión.

Las tecnologías de comunicación empleadas — la escritura, la oralidad y en muchas ocasiones también la imagen — propiciaron esa amplia circulación, al tiempo que proveyeron a las personas de herramientas distintas para acceder a su contenido, bien descifrando lo fundamental del texto, bien interpretando las imágenes o bien escuchando lo que otros leían y cantaban, como ocurrió en tantas ocasiones donde la palabra y la escritura se retroalimentaron a la hora de transmitir mensajes y movilizar la común opinión en las ciudades hispanas de aquellos tiempos.

54 Naja 1678, 276-277 y 299.

55 González Blanco et Calatayud Fernández 1996; 2001; y 2004. Véase también la *web Sos del Rey Católico* 2014.

En esta perspectiva, ningún elemento es superfluo a la hora de indagar en las funciones y apropiaciones de las escrituras expuestas, esto es, del conjunto de textos que hizo de la ciudad altomoderna un territorio colonizado por toda suerte de señales, edictos, rótulos, carteles, sambenitos, inscripciones, grafitis, libelos o pasquines. Desde los muros visibilizaron mensajes y significados plurales. Hicieron ver que la comunicación escrita, entonces como ahora, iba más allá de los libros. Nadie, en fin, podía eludirlos, ni siquiera los que estaban más faltos de vista o alejados de las paredes. Tanto es así que se sabe de un tal Alonso Ruiz de Velasco que hasta se valió de unos anteojos para leer alguno de los “cartones que trataban de cosas desacatadas y descomedidas”, publicados en los últimos días de enero de 1574 en algunas villas castellanas contra los abusos fiscales de Felipe II.⁵⁶

56 Archivo General de Simancas, Valladolid, Patronato Real, legajo 72, doc. 71, fols. 1028v-1029v. Este apunte coincide en el tiempo con cierta atención iconográfica y literaria a las gafas (Olivari 2014, 114). Respecto de las protestas contra Felipe II en aquellos años, véase Bouza (2000).

ANEXO A: ILUSTRACIONES

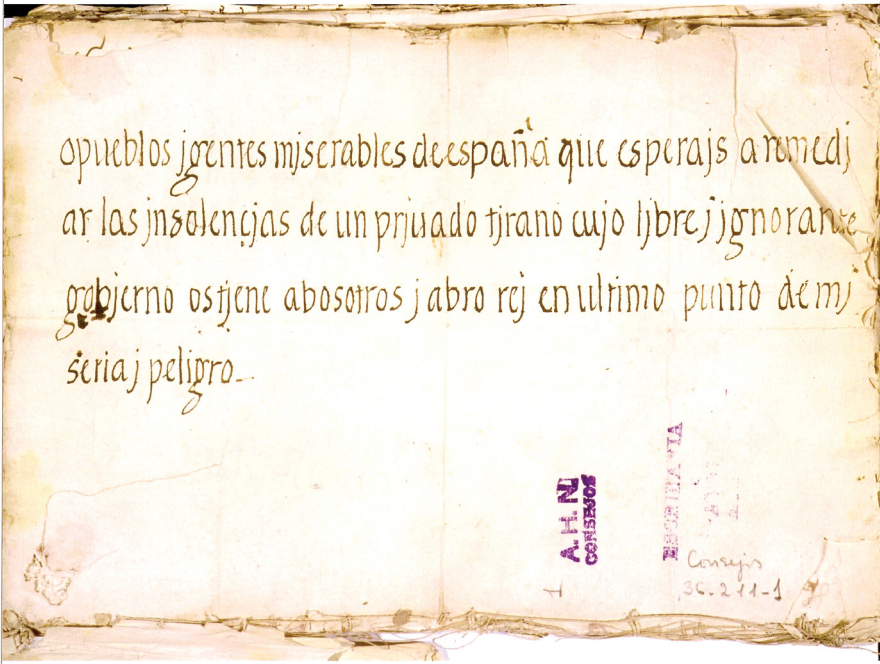


Fig. 1. Pasquín contra el duque de Lerma, publicado en Madrid el 17 de julio de 1608. (AHN, Consejos, legajo 36211, exp. 2).



Fig. 2. Cartel con las conclusiones teológicas que el bachiller Miguel Sánchez, apadrinado por el inquisidor general Francisco Bazán de Albornoz, defendió en la Real y Pontificia Universidad de México en marzo de 1624 (AGI, Audiencia de México, 31, n.º 33).



Fig. 3. Fachada de América del *Arco de los hombres de negocios* en la *Entrada de Felipe III en Lisboa* en 1619, según grabado de Hans Schorkens incluido en la crónica de Lavanha 1622, 15-16 (BNE, ER/4111).



Fig. 4. Fachada sur de la plaza Quattro Canti (o Villena) de Palermo. En la parte baja se observa la representación de la Primavera, sobre esta una inscripción conmemorativa en honor de Felipe III (datada en 1612) y por encima la efigie de Carlos I. En la parte superior, fuera de ángulo, está la imagen de Santa Cristina, una de las cuatro santas palermitanas.

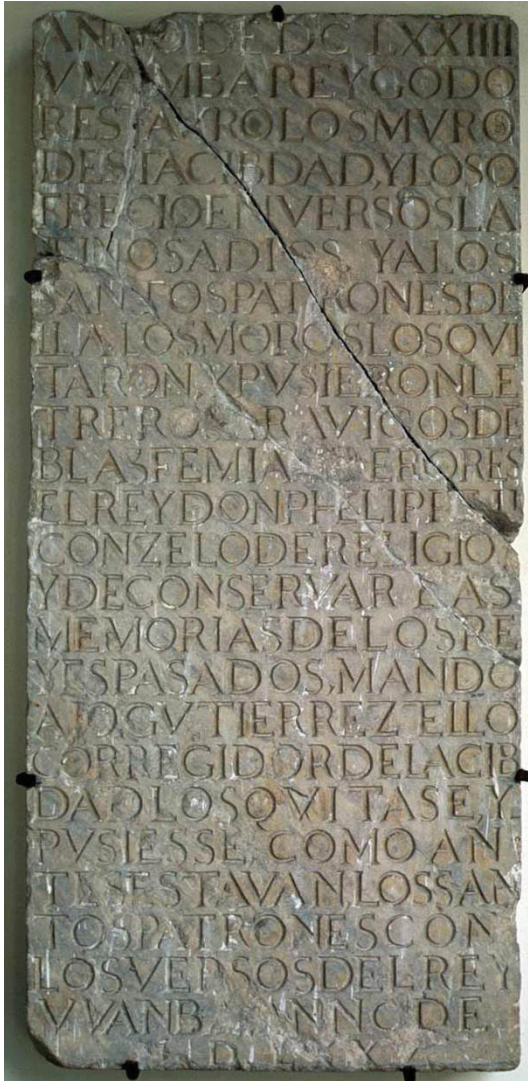


Fig. 5. Epígrafe con la *damnatio memoriae* de las inscripciones árabes de Toledo y en exaltación de Felipe II, situado en la desaparecida plaza de Armas, entre la puerta de Alcántara y el puente del mismo nombre, 1575. Actualmente se conserva en el Museo de Santa Cruz.

BIBLIOGRAFÍA

Fuentes primarias

AGI - Archivo General de Indias (Sevilla)

Audiencia de México

31, n.º 33.

AGS – Archivo General de Simancas (Valladolid)

Patronato Real

Legajo 72, doc. 71.

AHMC – Archivo Histórico Municipal (Colima, México)

Sección A, caja 26, exp. 84.

AHN – Archivo Histórico Nacional (Madrid)

Consejos

Legajo 36211, exp. 2.

Inquisición

Legajo 1647/1, exp. 3.

Legajo 1972, exp. 2.

Legajo 2628, n.º 26.

BNE – Biblioteca Nacional de España (Madrid)

MSS. 12179.

BNF – Bibliothèque Nationale de France (Paris)

Espagne, 60.

RAH - Real Academia de la Historia (Madrid)

Jesuitas

9/3786 (21). *El orden que se ha de tener en la lectura y publicación de el Edicto general de la Santa Inquisición y de la carta de Anathema. n. d.*

Fuentes impresas

Constituições synodales do arcebispado de Braga, ordenadas no anno de 1639 pelo Ilustríssimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha. E mandadas imprimir a primeira vez pelo Ilustríssimo Senhor D. João de Sousa, Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas, do Conselho de Sua Magestade, e seu Sumilber da Cortina. Lisboa: Miguel Deslandes.

- Covarrubias, Sebastián de. (1611) 2003. *Tesoro de la lengua castellana o española*, ed. Martín de Riquer. 5.ª ed. Edición facsímil de la realizada por el impresor Horta (Barcelona, 1943). Barcelona: Altafulla.
- Fernández de Castro, Nicolás. 1648. *Portugal convezida con la razón para ser venzida con las cathólicas potentísimas armas de Don Philippe IV el Pío, N. S., emperador de las Españas y del nuevo mundo, sobre la injustísima recuperación de aquel Reyno y la justa prisión de Don Duarte de Portugal*. Milán: Hermanos Malatestas.
- Guevara, Antonio de. 1648. *Epístolas familiares. Parte primera*. Amberes: Juan Meurcio.
- Guillén del Águila, Francisco. [ca. 1640]. *Discursos por Maria Santissima y su virginal pureza contra la mano alebe y perjura con que un impío . . . fixó carteles abominables en ofensa de su Criador inmenso*. [s. l.]: BNE, VE/181/68 [s. n.].
- Henríquez de Jorquera, Francisco. 1987. *Anales de Granada. Descripción del Reino y Ciudad de Granada. Crónica de la Reconquista (1482-1492). Sucesos de los años 1588 a 1646*. Facsímil de la edición de Antonio Martín Ocete (1934), con estudio preliminar de Pedro Gan Giménez e índice preparado por Luis Moreno Garzón. 2 vols. Granada: Universidad de Granada/Ayuntamiento de Granada.
- Lavanha, João Baptista. 1622. *Viage de la católica real Majestad del rei D. Felipe III N. S. al reino de Portugal i relación del solene recibimiento que en él se le hizo*. Madrid: Tomas Junta.
- Luján de Saavedra, Mateo. (1602) 2001. *Segunda parte de la vida del pícaro Guzmán de Alfarache*. In *La novela picaresca española*, ed. Florencio Sevilla Arroyo. Madrid: Castalia.
- Naja, Martín de la. 1678. *El misionero perfecto: deducido de la vida, virtudes, predicación y misiones del . . . padre Gerónimo López de la Compañía de Jesús*. Zaragoza: Pascual Bueno.
- Quevedo, Francisco de. (1644) 1950. *Vida de Marco Bruto*. Buenos Aires: Espasa-Calpe. URL: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/vida-de-marco-bruto--0/>. [Acceso: 26.10.2020].
- Sínodo de San Juan de Puerto Rico de 1645*. 1986. Ed. Mario A. Rodríguez de León. Madrid: Editorial CSIC.

Estudios

- Bouza, Fernando. 2000. "Servidumbres de la soberana grandeza. Criticar al rey en la corte de Felipe II." In *Imágenes históricas de Felipe II*, ed. Alfredo Alvar Ezquerro, 141-179. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos.
- . 2008. *Papeles y opinión. Políticas de publicación en el Siglo de Oro*. Madrid: Editorial CSIC.
- Cardim, Pedro. 2008. "La Jornada de Portugal y las Cortes de 1619." In *La monarquía de Felipe III: los Reinos*, dir. Jesús Martínez Millán et M.ª Antonia Visceglia. Vol. IV, 900-946. Madrid: Fundación Mapfre.
- Castillo Gómez, Antonio. 2006. *Entre la pluma y la pared. Una historia social de la escritura en los Siglos de Oro*. Madrid: Akal.
- . 2012. "There are lots of papers going around and it'd be better if there weren't. Broadside and Public Opinion in the Spanish Monarchy in the Seventeenth Century." In *Beyond the Public Sphere: Opinions, Publics, Spaces in Early Modern Europe*, ed. Massimo Rospocher, 227-248. Bologna/Berlin: Il Mulino/Duncker & Humblot.
- . 2013. "Être non seulement libelle mais aussi exposé au public? Les inscriptions censurées au Siècle d'Or." In *Les voies du silence dans l'Espagne des Habsbourg*, ed. Alexandra Merle et Araceli Guillaume-Alonso, 309-328. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne.

- . 2016. “Muros infames, palabras en la calle. Contestación religiosa y represión en el mundo hispánico.” In *Palabras de injuria y expresiones de disenso. El lenguaje licencioso en Iberoamérica*, ed. Claudia Carranza Vera et Rafael Castañeda García, 277-307. San Luis Potosí (México): El Colegio de San Luis.
- . 2018. *El placer de los libros inútiles y otras lecturas en los Siglos de Oro*. Madrid: Editorial CSIC.
- . 2019. “Edictos, carteles y pasquines. Papeles efímeros y comunicación urbana en la sociedad hispana de la temprana Edad Moderna.” *La Bibliofilia. Rivista di storia del libro e di bibliografia* CXXI (II):207-236. URL: <http://hdl.handle.net/10017/42542>. [Acceso: 08.12.2020.]
- . 2020. “Lecturas vagabundas. Cultura escrita y espacio público en la temprana Edad Moderna hispana.” In *La ciudad de los saberes en la Edad Moderna*, ed. Alicia Cámara, Álvaro Molina, et Margarita A. Vázquez Manassero, 199-220. Gijón: Trea.
- Chartier, Roger. 2005. “Prólogo. Un humanista entre dos mundos: Dom McKenzie.” In *Bibliografía y sociología de los textos*, D. F. McKenzie, 5-18. Madrid: Akal.
- . 2008. *Écouter les morts avec les yeux*. Paris: Collège de France/Fayard.
- Chirco, Adriana, et Mario Di Liberto. 2013. *Quattro canti di Palermo. L'ottagono del sole*. Palermo: Flaccovio Dario.
- De Cavi, Sabina. 2010. “El ‘possesto’ de los virreyes españoles en Nápoles (siglos XVII-XVIII).” In *El legado de Borgoña. Fiesta y ceremonia cortesana en la Europa de los Austrias (1454-1648)*, ed. Krista De Jonge, Bernardo J. García García, et Alicia Esteban Estríngana, 323-357. Madrid: Fundación Carlos de Amberes/Marcial Pons.
- Di Fede, María Sofía. 2011. “Urbis Speculum: progetti, cantiere, protagonisti.” In *I Quattro Canti di Palermo: retorica e rappresentazione nella Sicilia del Seicento, 1608-2008*, ed. María Sofía Di Fede et Fulvia Scaduto, 27-59. Palermo: Caracol.
- Di Fede, María Sofía, et Fulvia Scaduto, ed. 2011. *I Quattro Canti di Palermo: retorica e rappresentazione nella Sicilia del Seicento, 1608-2008*. Palermo: Caracol.
- Elliott, John H. 1992. “A Europe of Composite Monarchies.” *Past & Present* 137:48-71. Doi:10.1093/past/137.1.48.
- Fernández González, Laura. 2014. “La representación de las naciones en las entradas reales de Lisboa (1581-1619). Propaganda política e intereses comerciales.” In *Las corporaciones de nación en la Monarquía Hispánica (1580-1750). Identidad, patronazgo y redes de sociabilidad*, ed. Bernardo J. García García et Óscar Recio Morales, 413-450. Madrid: Fundación Carlos de Amberes.
- Fernández de Zamora, Rosa María. 2015. *Las tesis universitarias en México. Una tradición y un patrimonio en vilo*. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México.
- Foucault, Michel. 1971. *L'Ordre du discours*. Paris: Flammarion.
- Franklin, Simon. 2019. *The Russian Graphosphere, 1450-1850*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Galende Díaz, Jesús, et Manuel Salamanca López. 2004. *Epistolario de la emperatriz María de Austria: textos inéditos del Archivo de la Casa de Alba*. Madrid: Nuevos Escritores.
- García Cárcel, Ricardo. 2017. *El demonio del Sur. La leyenda negra de Felipe II*. Madrid: Cátedra.
- Gascón Pérez, Jesús. 2010. *Alzar banderas contra su rey: la rebelión aragonesa de 1591 contra Felipe II*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza/Institución “Fernando el Católico”.

- Geurts, Pieter Antón Marie. 1978. *De Nederlandse Opstand in de Pamfletten, 1566-1584*. Utrecht: HES Publishers.
- Gimeno Blay, Francisco M. 2015. "MIRÆ ANTIQUITATIS LITTERÆ QVÆRENDÆ. Poniendo orden entre las mayúsculas." In *Culturas del escrito en el mundo occidental. Del Renacimiento a la contemporaneidad*, ed. Antonio Castillo Gómez, 19-32. Madrid: Casa de Velázquez.
- Giovannelli Onida, Fiammetta. 2008. "Le gride e gli editti dello Stato di Milano (1560-1796). Parte I: Bibliografia." Website: Istituto di Teoria e Tecniche dell'Informazione Giuridica. URL: <http://turing.ittig.cnr.it/gride/grideIntroduzione.php#6>. [Acceso 26.10.2020].
- González Blanco, Antonio, et Elena Calatayud Fernández. 1996. "Las inscripciones de la fachada sur de la iglesia de Santiago en Calahorra." *Kalakorikos* 1:125-134. URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=192105>. [Acceso: 08.12.2020.]
- . 2001. "Más paralelos para las inscripciones de la fachada sur de la iglesia de Santiago en Calahorra." *Kalakorikos* 6:279-282. URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=192225>. [Acceso: 08.12.2020.]
- . 2004. "Nuevos paralelos para las inscripciones de la fachada sur de la iglesia de Santiago en Calahorra." *Kalakorikos* 9:325-334. URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1067893>. [Acceso: 08.12.2020.]
- Habermas, Jürgen. 1962. *Strukturwandel der Öffentlichkeit Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp [Edición española: *Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981].
- Hermant, Héloïse. 2012. *Guerres de plumes. Publicité et cultures politiques dans l'Espagne du XVIIe siècle*. Madrid: Casa de Velázquez.
- Hespanha, António M. 1993. *La gracia del derecho. Economía de la cultura en la Edad Moderna*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.
- Hugon, Alain. 2011. *Naples insurgée, 1647-1648. De l'événement à la mémoire*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Hugon, Alain, et Alexandra Merle, eds. 2017. *Soulèvements, révoltes, révolutions dans l'empire des Habsbourg d'Espagne, XVI-XVIIe siècle*. Madrid: Casa de Velázquez.
- Joseph, Isaac. 1998. *La ville sans qualités*. Paris: Éditions de l'Aube.
- Koenigsberger, Helmut G. 1978. "Monarchies and Parliaments in Early Modern Europe: Dominium Regale or Dominium Politicum et Regale." *Theory and Society* 5 (2):191-217. URL: <https://www.jstor.org/stable/656696>. [Acceso: 08.12.2020.]
- Mckenzie, Donald F. 1999. *Bibliography and the Sociology of Texts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Olivari, Michele. 2014. *Avisos, pasquines y rumores. Los comienzos de la opinión pública en la España del siglo XVII*. Madrid: Cátedra.
- Paleta Vázquez, María del Pilar. 2004. "Pregonos y pregoneros de Puebla en el siglo XVI. Comunicación oficial en la plaza pública." *Graffylia. Revista de la Facultad de Filosofía y Letras* 4:131-139. URL: <https://filosofia.buap.mx/content/graffylia-no4>. [Acceso: 08.12.2020.]
- Petrucci, Armando, 1986. *La scrittura. Ideologia e rappresentazione*. Torino: Einaudi.
- . 1996. "Appunti per una premessa." In *Bonomia manifesta. Catalogo dei bandi, editti, costituzioni e provvedimenti diversi, stampati nel XVI secolo per Bologna e il suo territorio*, ed. Zita Zanardi, V-XV. Bologna: Leo S. Olschki.

- . (1993) 1999. “Escritura como invención, escritura como expresión.” In *Alfabetismo, escritura, sociedad*, Armando Petrucci, 171-180. Barcelona: Gedisa.
- Pettegree, Andrew, ed. 2017. *Broadsheets. Single-Sheet Publishing in the First Age of Print*. Leiden: Brill.
- Prieto, Melquíades. 2020. *La guerra de papel. Origen iconográfico de la Leyenda Negra*. Madrid: Modus Operandi.
- Pulido Serrano, Juan Ignacio. 1999. “La fe desatada en devoción: proyección pública de la inquisición en Granada (1640).” *Torre de los Lujanes* 40:95-108.
- Ramírez Sánchez, Manuel. 2012. “La tradición de la epigrafía antigua en las inscripciones hispanas de los siglos XVI y XVII.” *Veleia. Revista de prehistoria, historia antigua y filología clásicas* 29:255-277. URL: <https://ojs.ehu.es/index.php/Veleia/article/view/8931/10354>. [Acceso: 08.12.2020.]
- . 2017. “La expresión epigráfica de la memoria en el Renacimiento: la recuperación de los modelos romanos.” In *Monumenta et memoria. Estudios de epigrafía romana*, ed. Jose Manuel Iglesias Gil et Alicia Ruiz-Gutierrez, 87-116. Roma: Edizioni Quasar.
- Rodríguez, María José, et Juan Antonio Souto Lasala. 2000. “De Almanzor a Felipe II: la inscripción del puente de Alcántara de Toledo (387/997-998) y su curiosa historia.” *Al-Qantara* 21 (1):185-210.
- Romero de Solís, José Miguel. 2008. “‘Estos cleriquillos con sus penillas y sus nadas.’ Expresiones anticlericales en la Villa de Colima de la Nueva España (siglo XVI).” In *El anticlericalismo en México*, ed. Franco Savarino et Andre Mutolo, 136-150. Ciudad de México: Porrúa/Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey.
- Sánchez Gil, Isabel. 2015. “El arco del Castelnuovo de Nápoles y su relación con la introducción del lenguaje renacentista en Castilla.” Tesis doctoral. Universidad Complutense de Madrid. URL: <http://eprints.ucm.es/29387/1/T35618.pdf>. [Acceso 26.10.2020.]
- Santiago Fernández, Javier de. 2015. “El hábito epigráfico en la ciudad hispana: de Roma al Renacimiento.” In *Lugares de escritura: la ciudad. XII Jornadas de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas (Zaragoza, 16 y 17 de junio de 2014)*, ed. Pilar Pueyo Colomina, 133-168. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”.
- Santiago Medina, Bárbara. 2008. “La publicación de edictos como fuente de conflictos: el tribunal de la Inquisición de Barcelona.” In “Actes del VI Congrès d’Història Moderna de Catalunya: ‘La Catalunya diversa’ (15-19 de desembre de 2008)”, número especial, *Pedralbes* 28 (2):707-722. URL: <https://www.raco.cat/index.php/Pedralbes/article/view/234579>. [Acceso 08.12.2020.]
- Schulze Schneider, Ingrid. 2008. *La leyenda negra de España: propaganda en la guerra de Flandes, 1566-1584*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Sos del Rey Católico*. 2014. “Inscripciones en la fachada del ayuntamiento.” *Blog post*, 02.02.2014. URL: <http://villadesosdelreycatolico.blogspot.com/2014/11/inscripciones-en-la-fachada-del.html>. [Acceso: 26.10.2020]

MEMORIA Y ESCRITURA DE UN EMBAJADOR CONSEJERO:

El conde de Assumar en la Guerra de Sucesión
por la Monarquía Hispánica (1705-1713)

David Martín Marcos¹

Departamento de Historia Moderna, Facultad de Geografía e Historia,
Universidad Nacional de Educación a Distancia

“*Peregrino em su patria, vai peregrinar as estranhas*”, escribió el autor de *Gazeta em forma de Carta* cuando supo, en julio de 1705, que João de Almeida Portugal, había sido nombrado embajador ante el archiduque Carlos.² Aludiendo al peregrinaje, João Soares da Silva puede que recordase que durante su juventud, el conde de Assumar, acompañando a su padre a la India, había permanecido una larga temporada fuera de la patria para regresar después a ella. Pero es más probable que con ese recurso estilístico se refriese al ajetreo constante que había marcado la vida del noble más recientemente, aun permaneciendo dentro de las fronteras del reino. En el último año, próximo al rey, Assumar había escoltado a Pedro II de Braganza y al archiduque – huésped del soberano y recién llegado al país – en la reciente jornada a la Beira, un periplo por medio Portugal que ahora le granjeaba cierta celebridad. En un viaje parsimonioso

1 Este trabajo ha sido financiado por el programa Ramón y Cajal (Ref.: RYC-2016-20947).

2 BNP, Res., “Gazeta composta em forma de Carta”, fol. 20r.

y ceremonial, había recorrido el camino que separaba Lisboa de las tierras de Almeida – allá donde la Raya, nos lejos del Águeda, dejaba ya entrever la castellana Ciudad Rodrigo –, integrándose en una lustrósima comitiva vitoreada a su paso por ciudades, villas y aldeas.³

Assumar había sido testigo de cómo Pedro II había buscado con ella cumplir con uno de los preceptos que le habían empujado a integrar la Gran Alianza para despojar a Felipe V de la corona de la Monarquía Hispánica: hacer la añorada entronización del archiduque en Madrid a partir de una decisiva incursión desde Portugal en el corazón de las Españas.⁴ De esta forma, el Braganza, cual líder y tutor hispánico, había de conducir a Carlos de Habsburgo, quien era además su sobrino, hasta el centro de la Península, atribuyéndose una inusitada centralidad internacional. “*Com as chaves da Castela*”, Portugal es “*médico da Europa*”, se decía en unos versos popularizados entonces.⁵ Sin embargo, lo cierto es que si el viaje había sido triunfal por tierras lusas, Assumar y sus compañeros no tardaron en comprender que el itinerario se convertía en quimera al intentar su caravana entrar en Castilla por el valle del Águeda. Allí, tras un intercambio de fuego de artillería entre un contingente comandado por el conde de Alvor y los enemigos, quedó claro que la resistencia a los Aliados era fuerte. Lejos de lo que le habían hecho creer al rey exiliados españoles como el almirante Juan Enríquez de Cabrera, Castilla no podría ser conquistada “*sem golpe de Espada, nem tiro de pistolla*”.⁶

El episodio, al que siguió un fuerte debilitamiento de la salud de Pedro II, ejemplifica, recordando a Reinhart Koselleck, la ruptura de un horizonte de expectativa.⁷ Con él se desvanecía el sueño que discretamente había perseguido el rey desde la década de 1690 a propósito de determinadas pretensiones hispanas. Aquellas que, al amparo de su naturalidad peninsular, le habían

3 ACL, SV, “Jornada d’El Rei D. Pedro Segundo à Beira na Companhia do Archiduque Carlos d’Austria e hum discurso a favor daquela guerra”.

4 Sobre la participación portuguesa en la Guerra de Sucesión española así como sobre el baile previo de alianzas remito, entre otros, a Francis 1975; Cluny 2002; Cardoso et. al. 2003; Cardim 2009; Martín Marcos 2014.

5 BGUC, “Vaile entremezado Ablan en el las Personas seguintes”, fols. 209r-210r.

6 ACL, SV, “Jornada del Rey Dom Pedro segundo à Beira na companhia do Archiduque Carlos de Austria e hum discurso a favor daquela guerra”, fol. 90r.

7 Koselleck 1993, 341.

empujado a situar su nombre entre los candidatos que se disputaban la herencia de Carlos II, y que ahora le animaban también a una empresa reparadora en la que él asumía una responsabilidad para *toda* España. El fracaso, pues, limitaba la acción del rey portugués y expulsaba necesariamente el teatro de operaciones de Lisboa. Frente a la primacía de la gran maniobra terrestre que defendía Pedro II en el marco de la Guerra de Sucesión española, la vía marítima y las incursiones hacia el Mediterráneo, más próximas a los intereses de Inglaterra y los Países Bajos con la toma del enclave de Gibraltar un año atrás, cobraban fuerzas. Imparable, el eje se desplazaba, dejando a Lisboa poco a poco en la sombra; y era ahí donde surgía un nuevo espacio de experiencia para Assumar, sancionado ya embajador extraordinario ante un archiduque titulado Carlos III que emprendía viaje al oriente peninsular.

La configuración de la memoria escrita del conde de Assumar a propósito de su estancia en España (1705-1713) es buena prueba de ello. Partiendo de esa premisa, este estudio analizará primariamente una serie de diarios del noble portugués de esa época, casi desconocidos hasta la fecha,⁸ que han de englobarse necesariamente en la categoría de ego-documentos. Como integrantes de este grupo, dichos manuscritos responden a un tipo de escritos en los que el *yo* está continuamente presente en el texto dando cuerpo a un relato de la propia vida.⁹ Además, conservados en el archivo de familia del conde, operan a su vez como contenedores de un *pasado presente* que fija la experiencia de Assumar en la memoria de sus descendientes. Este tiempo continuo de la dinastía es erigido a través de la escritura diaria del conde, conformando un particular relato de los acontecimientos en el que no siempre el objetivo último de la guerra – esto es, la lucha contra los Borbones – parece estar presente. Tal es así hasta el punto de que su condición de encargado de los asuntos de Portugal en la corte de Carlos III hace que el conde con frecuencia centre su atención en otro tipo de disputas en pos de garantizar la igualdad de Portugal con los otros miembros de la Alianza.

8 Avancé algunas notas sobre dos de los cuatro volúmenes que conforman el diario de Assumar en un reciente trabajo. Véase Martín Marcos 2015.

9 Dekker 2002, 7-20.

La sociología ha acuñado el concepto de “luchas inmediatas” para referirse a aquellas acciones en las que los individuos cuestionan las instancias de poder que están más próximas a ellos.¹⁰ Estas luchas, se ha dicho, no van dirigidas contra el enemigo principal sino contra un enemigo inmediato. La teoría ha servido para estudiar las relaciones de poder a través de fórmulas de resistencia y ha contado con amplio predicamento en distintos ámbitos de la antropología.¹¹ Muy vinculado a la historia del trabajo, dada su versatilidad no me parece descabellado aplicar el concepto también al entorno de los privilegiados; esto es, al espacio político-cortesano en el que Assumar trató de afirmarse. Al fin y al cabo, la embajada que el conde desplegó ante la corte del archiduque pretendía, entre otras cosas, garantizar la igualdad de Portugal a los demás miembros de la alianza contra los hispano-franceses, así como el trato paritario entre los nobles lusos y los otros representantes de la aristocracia europea que integraban el ejército de los coligados. De este modo, no se trataba tanto de referir las luchas contra los Borbones – los enemigos últimos – sino las pugnas cotidianas contra aquellos que, en su mismo bando, le eran más cercanos y que se expresaban en disputas por el protocolo y la preferencia. Denunciando la segregación y por tanto todo aquello que rompía el entendimiento comunitario del pacto, Assumar cuestionaba un orden internacional en el que los portugueses no siempre salían bien parados, y lo hacía desde la legitimidad que le reportaba la alianza. Ese afán es, a mi juicio, la línea directriz que traza la memoria del conde a propósito de la guerra, toda vez que el conflicto constituye desde los tiempos de la Restauración la primera ocasión de contraste cotidiano fuera de Portugal para muchos nobles.

En el seno de una familia letrada

João de Almeida Portugal había nacido en Lisboa en 1663 en el seno de una casa que con el tiempo acabó estrechamente ligada a la cultura escrita.

10 Foucault 1983, 208-226.

11 Narotzky et Smith 2010.

No en vano, a su hijo Pedro Miguel, futuro gobernador de São Paulo y Minas do Ouro, se le atribuyó el *Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que nas Minas Houve no Ano de 1720*, un códice brasileño portador de un maquiavelismo disimulado a propósito de la extinción de la revuelta de Vila Rica.¹² Años después, fue su nieto João el autor de *As Prisões da Junqueira*, una obra escrita desde la cárcel tras ser acusado de participar en el frustrado regicidio de 1758 que dio inicio al Proceso de los Távora.¹³ Asimismo, también golpeada por esa misma persecución, la bisnieta Leonor de Almeida Portugal, la poetisa conocida como *Alcipe*, se convirtió en una de las mayores escritoras líricas en lengua portuguesa a finales del Antiguo Régimen.¹⁴ Por ello, cabe recordar que fue el personaje que aquí nos ocupa quien, con su pluma, dio comienzo a esa escritura en saga, imbricada, en su caso, en la vida pública.

Ciertamente, a la llegada del archiduque Carlos a Lisboa, en 1704, el conde ya atesoraba un extenso *cursus honorum*. Era titular de la casa de Assumar desde hacía veinticinco años y desde su regreso a Lisboa en 1680, tras haber pasado la adolescencia en Goa, desempeñaba el cargo de veedor de la Casa Real. Había alcanzado la ciudad del Tajo, en opinión del hagiógrafo José Barbosa, “haciendo viaje más rico de fama, que de hacienda”, y ya huérfano después de que su padre falleciese en Mozambique en 1679.¹⁵ Como veedor había participado en la comitiva que había viajado a Niza para recoger al duque de Saboya en 1682, tras el acuerdo matrimonial para que este desposase a la princesa de Beira, en una jornada frustrada por la negativa del duque a abandonar Turín. Pero, además, dicho cargo le había comisionado para ocuparse del hospedaje de la reina viuda de Inglaterra, Catalina de Braganza, y de los embajadores que arribaban a la corte de Lisboa, entrando en contacto desde muy temprano con los rudimentos de la diplomacia. Assumar había sido así el encargado de recibir al embajador español Diego Ventura Fernández de Angulo (1684-1690), a los representantes franceses Robert le Roux d’Esnevall (1688-1691) y Pierre Rouillé (1697-1703), a los nuncios Giorgio Cornaro (1693-1697) y

12 Una transcripción y estudio introductorio en Souza 1994.

13 Portugal 1857.

14 Véase Marquesa de Alorna 2015.

15 Estos datos y los que siguen en el párrafo, en Barbosa 1735.

Michelangelo Conti (1698-1706), y también al conde de Waldstein, embajador imperial llegado a Lisboa en 1701.

De la recepción que dispendió a este último, Assumar escribió incluso una pequeña relación en la que, aun refiriendo sus reticencias iniciales a asumir una empresa altamente gravosa, explicaba la importancia del momento.¹⁶ La llegada del representante imperial a la ciudad se inscribía en una lucha diplomática entre los partidarios del archiduque y la casa de Borbón por atraerse al rey de Portugal en lo que se antojaba ya un enfrentamiento eminente. En ese contexto, Assumar, nombrado poco después diputado de la Junta de los Tres Estados, fue también el encargado de reforzar los presidios de las cuatro fortalezas que defendían el estuario de Lisboa. Por lo que para entonces comenzaba a reencontrarse con los avatares de la guerra que de joven había conocido en la India en ocasión de la toma de Pathe. Todo se iba disponiendo para la contienda: de los preparativos militares hasta el espacio que en ella ocuparía Portugal, deslizándose de una alianza inicial con los Borbones a la neutralidad y, más tarde y de forma definitiva, al enfrentamiento con los hispano-franceses y al ingreso en el bando del archiduque.

A propósito de los preparativos es famosa la carta que Isabel de Castro, la esposa del conde de Assumar, escribió a su hijo Pedro Miguel de Almeida, capitán en el puerto de San Julián da Barra y llamado a tomar las armas en el ejército portugués toda vez que la diplomacia incumbía al padre. La conducta del vástago, decía Isabel, debía honrar a sus antepasados, “Almeidas e Mascarenhas”, que habían ennoblecido su propia historia.¹⁷ Se imponía, pues, una conducta intachable y no porque “de su buen o mal procedimiento” pudiese antes o después tener noticias Assumar como *pater familias*. Aquello que estaba en juego era fundamentalmente el buen nombre del linaje, y años después, ya como titular de la casa, Pedro Miguel no dudaría en recuperar la memoria de muchos de los episodios bélicos en los que estaba a punto de participar. Así, en 1717, en el discurso de la toma de posesión de su cargo de gobernador de São Paulo y Minas, evocaría un futuro pasado para reforzar su figura: “*Valença de*

16 Saldanha 2009; Miranda 2014.

17 Boxer 1974.

Alcântara, Albuquerque, Barcelona, Catalunha, Almenara, Saragoça, Vila Viçosa, todos campos de sanguinolentas batalhas, referiram as minhas ações.”¹⁸

Volviendo al segundo conde y a los usos de la memoria, es significativo que Assumar comenzase su diario transcribiendo íntegramente la notificación, fechada el 14 de julio de 1705, de su nombramiento como embajador extraordinario que anunciaba su viaje. Pues será esta – la reproducción de notificaciones, votos particulares y correspondencia de carácter oficial – una característica presente a lo largo de toda la obra con la que muy probablemente el conde procuró reforzar la veracidad del relato que entonces comenzaba. El aparato jurídico-epistolar construye así al personaje público, dotándole de elementos legales y fidedignos e incorporando al proceso de escritura prácticas propias de la tradición archivística de las familias nobiliarias.¹⁹ De este modo, el diario no es sólo un espacio para la reflexión personal e íntima, sino que habría sido construido teniendo en cuenta la utilidad que podría tener para el propio linaje.

Es ese el motivo por el que de nuevo José Barbosa en un *Elogio* al conde, publicado en 1735, dirá que entre el legado escrito que el noble dejaba a su familia se encontraba el diario compuesto durante la guerra y que estaría compuesto por cuatro volúmenes.²⁰ De ese cuarteto, que es también citado en la *Biblioteca Lusitana* por Diogo Barbosa Machado,²¹ he localizado hasta la fecha los tres primeros volúmenes. Dispersos en fondos públicos y privados, responden a los avatares y a la fragmentación del propio archivo familiar de los Almeida Portugal. La composición del diario, cuyo contenido ilustraré a continuación, puede verse mejor a partir del siguiente esquema:

18 Souza 1999, 36.

19 Rosa et Head 2015.

20 Barbosa 1735, 60.

21 Machado 1747, 582.

Volumen	Vol. 1 ²²	Vol. 2 ²³	Vol. 3 ²⁴	Vol. 4
Fecha	25.07.1705- -28.02.1706	01.03.1706- -10.10.1706	11.10.1706- -31.12.1707	01.01.1708- -08.08.1708
Referencia	ACRG	ANTT, ACFA, 76	BNP, Reservados, 747	
Título	“Diário que comessa em 28 de Julho de 1705.”	“C[ontin]uação d[o diário e de tudo o que se] vay sucedend[o. . .]”	“Continuação do diário e de tudo o que vay sucedendo. . .”	

(Fuente: elaboración propia.)

Escribiendo en una guerra

Fue a bordo del navío *Pembroke* donde Assumar inició su viaje hacia las costas del oriente peninsular y dio comienzo a su actividad diplomática. Sin poder acompañar a Carlos III en la nave capitana *Ramelagh* por cuestiones de espacio, el *Pembroke* se convirtió desde la primera singladura en lugar de recepción y negociación frecuentado por el entorno del Habsburgo. Así, el 29 de julio de 1705, antes de que se avistase en el horizonte la silueta de la sierra de Monte Figo que anunciaba la marina del Algarve, Assumar acogió en su cubierta al príncipe de Liechtenstein y a milord Peterborough. El primero era el ministro principal del archiduque; el segundo, el militar que comandaba las tropas inglesas. Según escribió el conde, Liechtenstein le refirió que debido al fuerte oleaje y la indisposición que este le causaba a su soberano, su ceremonia pública de presentación, como embajador extraordinario, tendría que ser aplazada. Por su parte, Peterborough le aseguró que el conde de Galway, al frente de las tropas inglesas que en paralelo habían de intentar otra incursión en el interior de la Península desde Portugal, le había escrito lamentando los escasos avances que preveía para ese otoño en tierra firme.²⁵

22 ACRG, “Diário que comessa” 1705-1706.

23 ANTT, ACFA, “C[ontin]uação d[o diário e de tudo o que se] vay sucedend[o em] Cathalunha” 1706, Códice 76.

24 BNP, Res., “Continuação do diário e de tudo o que vay sucedendo nesta expedição de Espanha” 1706-1707, Códice 747.

25 ACRG, “Diário que comessa” 1705-1706, fol. 5r.

“*Eu lhe disse [anotó Assumar en su diario] que os exércitos não se punham em campanha com palavras se não com efeitos para a sua subsistência e que ninguém ignorava que S. Mg.de havia tomado o mayor peso desta guerra pois tinba feito o seu Reino teatro dela.*” El embajador recogía a continuación cómo las contribuciones a que se sometían los vasallos portugueses hacían que no fuera posible “*tirar mais somas que as com que já contribuia*”. Y mostraba su asombro ante los incumplimientos de los holandeses: “*era coisa muito dura que estivessem . . . devendo onze ou doze mesadas, e que nos arguissem de que não fizéssemos grandes operações*”.²⁶ Los acuerdos alcanzados entre Portugal y los miembros de la alianza establecían ese tipo de compromisos,²⁷ y, en adelante, como ya dejaba entrever la entrevista, su cumplimiento iba a acaparar buena parte de los esfuerzos de Assumar.

A la representación, el otro pilar de su embajada, pudo comenzar a dar respuesta el conde el 1 de abril, ya en aguas de la bahía de Gibraltar. Ese día el nuevo embajador fue por fin recibido por el archiduque. A propósito de la ceremonia lo más significativo es que Assumar construyó la memoria de ese momento reproduciendo tanto los pasos dados hasta llegar ante el rey como el parlamento íntegro que pronunció en su presencia. Él mismo, explicó el conde ante el Habsburgo, había sido elegido como “*instrumento*” para la conservación de la buena correspondencia entre Portugal y la Monarquía Hispánica y de sus intereses comunes. Estos, según exponía, iban de nuevo dirigidos a la recuperación de la centralidad internacional que había procurado el Braganza. Su deseo era encontrar “*os ânimos dos seus vassalos tão dispostos e as Portas de Castela tão fracas, possa El Rei, meu Senhor, ter o gosto de acompanhar a V. Mg.de até Madrid e ir metê-lo na posse de todos os seus Reinos*”.²⁸

La pretensión, comparada con la conversación que el conde había mantenido con Peterborough dos días atrás, apunta a una construcción de una ilusión distante de la realidad que es exteriorizada y trasladada al interlocutor. Si la componente factual del relato de viaje que iniciaba Assumar indica la paulatina falta de centralidad de Portugal en el ámbito internacional,

26 ACRG, “Diario que comessa” 1705-1706, fol. 5v.

27 Borges 1856, 141-187.

28 ACRG, “Diario que comessa” 1705-1706, fol. 11r.

difuminada con el transcurso de la travesía y la enumeración de nuevos lugares y situaciones;²⁹ la introducción de este tipo de testimonios marcados por una subjetividad mucho más visible marca el refuerzo de un *yo* erigido a partir de elementos divergentes en la lógica narrativa de la memoria. Mediante ese recurso Assumar fortalecía su papel no sólo como embajador sino como nexo fundamental entre el archiduque y Portugal. Era esa característica la que en último término diferenciaba su misión de la del resto de los representantes de la alianza. Ese eslabón le diferenciaba y le aproximaba al Habsburgo.

Así las cosas, entre el acontecimiento y la representación, el 3 de agosto, desembarcado en Gibraltar, Assumar se refirió al estado de la plaza: “*Ela se acha reduzida a um lastimoso estado . . . e todo aquele distrito adonde o inimigo chegava com as suas baterias e morteiros, não ficou pedra sobre pedra.*”³⁰ Un día después, continuando la narración, informaba ya de que había vuelto a encontrarse con el rey. En el diario escribió que el archiduque se mostraba indignado con el barón de Fagel, el general holandés al mando de las operaciones militares en la península Ibérica, y con Francisco de Schonenberg, embajador de las Provincias Unidas. Le habían prometido que se embarcarían en la armada dos regimientos de holandeses experimentados y, sin embargo, no sólo no había sido así, sino que ni siquiera les habían pagado, temiendo los oficiales que acabasen desertando y pasándose al enemigo.³¹

Era una perspectiva difícil para avanzar hacia el Mediterráneo pero el archiduque disponía también de noticias alentadoras. “*Disse-me*”, anotó Assumar, que según las nuevas que había en Lisboa, “*se avisava que na plana de Vic se achavam seis mil infantas e quatrocentos cavalos em arma*”. A diferencia de otros individuos, estos “observaban una exacta disciplina sin cometer el menor desorden”, pues se les pagaba regularmente, y pretendían, con el concurso del conde de Cifuentes y el marqués del Alconchel, acercarse al mar para facilitar el desembarque. Quizás para alentar el espíritu, decían también que “por favor” les dejasen a ellos atacar Montjuic, la cual, explicaba el conde, “*domina Barcelona*

29 Alarcón Sierra 2007.

30 ACRG, “Diario que comessa” 1705-1706, fol. 14v.

31 ACRG, “Diario que comessa” 1705-1706, fol. 15r.

adonde se acha o Vice Rei D. Francisco de Velasco".³² Eran los *Vigatans*, un grupo dirigido por propietarios acomodados que había dado pie a una revuelta en el interior de Cataluña y que contaba con conexiones con austracistas tan destacados como Narcís Feliu de la Peña o Antoni de Peguera.³³ Con su apoyo, tomar la principal ciudad española de la costa mediterránea podía ser posible.

Fue a las nueve horas de la mañana del 22 de agosto cuando la flota fondeó ante Barcelona. "*A cidade parece grande e bem sentada com muitas serras e edificios nobres e com boa fortificação*", escribió Assumar. A continuación apuntó que el virrey había mandado "*pôr fogo a quantos palheiros havia por todos os arredores, e imediatamente vimos o país todo com fogo*".³⁴ Era el preludio de la intervención como también lo era que al día siguiente comenzasen a desembarcar las tropas de infantería. En poco más de cinco horas, dijo maravillado Assumar, se pusieron en tierra entre ocho y nueve mil hombres justo a la altura de la desembocadura del río Besos. "*O inimigo – escribió – não apareceu nem deu sinal de si para impedir o desembarque, mas antes as gentes do país o facilitou quanto foi possível.*" Los vecinos colocaban tablas acercándose a las lanchas e incluso sacaban a sus espaldas a los oficiales, reseñó Assumar a propósito de su compromiso. Además, esa misma noche se juntarían a los desembarcados, les aseguraron, otros tres o cuatro mil hombres que estaban a escasas leguas de allí.³⁵

La narración del conde se aproximaba aquí a la de un cronista apoyado en la autoridad que le concedía ser testigo de los acontecimientos. Esta circunstancia, como ha explicado Antoni Simon i Tarrés, es visible en no pocos diarios modernos.³⁶ El proceso es la constatación del fortalecimiento del suceso y la descripción, si bien sin que, en este caso, la impronta personal llegue a desaparecer en la objetivación. En medio de los acontecimientos y tras conocer en una entrevista con el archiduque que este pretendía desembarcar e ir a asistir al sitio, la presencia del *yo* es rotunda al constatar la contundencia con que la opinión resurge en el relato y se exterioriza: "*Ibe respondi que S. Mag.de devia de*

32 ACRG, "Diario que comessa" 1705-1706, fols. 15r-15v.

33 Albareda i Salvadó 1988.

34 ACRG, "Diario que comessa" 1705-1706, fol. 30r.

35 ACRG, "Diario que comessa" 1705-1706, fol. 30r.

36 Simon i Tarrés 1988, 128-129.

cuidar maduramente naquela matéria e pensar bem a grande importância de que era a sua pessoa para o sossego e quietação da Europa". Además, abundaba el conde, si ya se había sacrificado por el bien de sus vasallos y por lo que consideraba "*a Causa Común*", no debería anteponer "*essa pequena glória pessoal*" al "*interesse comum de todos*". En cierta manera lo que exponía Assumar era su punto de vista, una iniciativa individual que le distinguía, añadiendo sólo después que "*que o mesmo lhe havia de rogar da parte de ElRei, meu Senhor*".³⁷

Claro que el archiduque no cejó en su empeño por participar en el sitio. El 27 de agosto, tras un consejo de Guerra celebrado en la nave capitana en el que hubo opiniones enfrentadas sobre el asalto a Barcelona, el soberano ratificó su posición: desembarcaría – dijo – para "*assistir no exército, e com a sua presença dar calor as operações, e mostrasse aos povos, e gente que de várias partes concorria a vê-lo*".³⁸ No era esto lo deseado por el embajador portugués, que una vez más se posicionó en contra. Entendía que era altamente arriesgado y en un nuevo encuentro con el Habsburgo le sugirió que reconsiderase su decisión debido a la incertidumbre que sobreolaba la operación. Curiosamente las razones esgrimidas ahora por el conde giraban en torno a la desconfianza que le provocaban catalanes y valencianos. Están "*costumados a mortes e homicídios e a todos os mais malefícios deste género*", alertó Assumar.³⁹ Es difícil saber cómo esa mala fama de los habitantes de estos territorios se había instalado en el imaginario del conde. Pero lo cierto es que otros testimonios portugueses de la época apuntaban en esa dirección. Al referirse a una supuesta delincuencia crónica en el Principado de Cataluña, "de lo que todo él está muy bien provisto", Domingos da Conceição, capellán y autor de un diario contemporáneo al de Assumar, escribió que estando "tan falto de justicia no es mucho el que tenga tantos ladrones".⁴⁰

37 ACRG, "Diário que comessa" 1705-1706, fol. 32r.

38 ACRG, "Diário que comessa" 1705-1706, fol. 34v. Es esta la primera referencia a los consejos de Guerra celebrados por el archiduque durante la contienda que surge en el diario. Como ha señalado Virginia León Sanz, estas reuniones se caracterizaron por su carácter peculiar. Participaban en ellas desde responsables políticos a militares, tanto españoles como extranjeros. La autora indica además que los consejos se celebraron regularmente desde el 9 de agosto de 1706 hasta el 2 de enero de 1711, pero la información contenida en el diario demuestra, en cambio, que un año antes ya se convocaban estas juntas (León Sanz 1989, 95-96).

39 ACRG, "Diário que comessa" 1705-1706, fol. 35r.

40 Conceição 2013, 220-221.

El juicio de Assumar, todavía sin experiencia contrastada en el terreno a diferencia de Conceição, bebía quizás de la influencia que podían ejercer en él algunos nobles castellanos con los que alternaba. Eran ellos quienes podían deslizar el apriorismo, si bien en adelante ese no sería asunto principal para el conde en su relación con los grandes. Más interesado en lograr la equiparación de su figura a la de los principales aristócratas españoles, Assumar emprendería, por el contrario, una particular batalla en defensa de su imagen pública. “*Quando sai da audiência perguntei ao Príncipe [de Liechtenstein] em que forma havia eu de ser tratado no exército qual guarda se me havia de meter e como se me havia de pegar nas armas*”, anotó en su diario tras narrar el encuentro con el archiduque. Ante la perplejidad de su interlocutor, que manifestó que “*era coisa tão poucas vezes vista um embaixador no exército*”, Assumar enumeró todo aquello a lo que aspiraba: “*lbe disse que se me havia de meter uma companhia com todos os seus officiais e bandeira porque sendo costume em Espanha fazer-se o mesmo a qualquer grande não era justo que se fizesse menos a um embaixador que tinha maior caracter*”.⁴¹

El parlamento del conde era premonitorio. Ciertamente, aquella era su batalla, aunque de inmediato fuese otra – la de la toma de Barcelona – la que copase las siguientes páginas del diario. Escribiendo no lejos de sus muros Assumar daba cuenta de cómo las noticias que traían las gentes que abandonaban la ciudad, hablaban del recelo del virrey hacia sus habitantes. Bandos y órdenes eran expedidos para que todos se recogiesen “*às Avé Marias*” y para que no se acercasen a los muros y baluartes, que contaban con centinelas mirando al interior de la urbe. Tal era la desconfianza que hasta se había hecho una trinchera “*com algumas peças de artilharia voltada[s] para ela*”. Los paisanos, concluía Assumar, aseguraban que los vecinos sólo esperaban el ataque a la plaza y que se hiciese una brecha para demostrar su ánimo.⁴²

El apoyo encubierto sugería que había llegado el momento de entrar en acción. Eran muchos los que intramuros esperaban un gesto de los Aliados, pero también los que desde otras partes de Cataluña se acercaban al ejército del archiduque a jurarle fidelidad. El 6 de septiembre, como registró el conde,

41 ACRG, “Diario que comessa” 1705-1706, fol. 35v.

42 ACRG, “Diario que comessa” 1705-1706, fol. 44v.

se había personado ante el Habsburgo, el abad de Montserrat, y con él muchos nobles que se habían recogido en el monasterio ante la llegada de la armada austracista “*aparecesse por não se exporem aos caprichos e cabalas do Vice Rei D. Francisco de Velasco que está sumamente odiado e malquisto em todo o Principado*”. Entre ellos, enumeraba el conde, se encontraban el marqués de Barbará, el marqués de Besora y el conde de Munter. Por lo que los generales, proseguía Assumar, tras ser nuevamente consultados, habían apostado por que se atacase la plaza “*para satisfazerem a El Rei Cat.º e não abandonar tanta gente, e as esperanças que havia de que os Reinos de Aragão e Valença seguissem o exemplo da Catalunha*”.⁴³

Que Assumar hubiese sido reticente a que el archiduque en persona desembarcase a las puertas de Barcelona, no significaba que no apoyase el ataque a la ciudad. Muy al contrario, coincidía plenamente con la necesidad de llevar a cabo un movimiento rápido y certero, y ese fue el motivo por el que se mostró especialmente duro ante las dudas que iba a plantear el conde de Peterborough sobre el éxito de la operación. Sólo su “*espírito volátil e inconstante*” – dijo el embajador portugués – podía poner en riesgo la maniobra, planteando “*projectos quiméricos*” para marchar primero con el ejército a Tarragona y de ahí a Tortosa con la esperanza de entrar desde ahí en Castilla. “*Era uma coisa ridicula e impraticavel*”, resumía airado.⁴⁴ La actitud de Assumar era la constatación de esas “luchas inmediatas” a que me he referido y que por momentos parecían dejar en un segundo plano la guerra con los Borbones. Su oposición a Peterborough era aquí tan manifiesta que incluso se veía en la obligación de incluir en el diario la representación íntegra que él mismo hizo ante el archiduque criticando a aquel cuando supo que hasta defendía la posibilidad de que el Habsburgo abandonase la península Ibérica y se dirigiese a Italia.

Hacer algo así, dejar el teatro de operaciones hispánico, como bien recordaba Assumar, iba en contra de lo acordado en el tratado suscrito por los Aliados. En él se había estipulado que el archiduque, partiendo de Lisboa, hiciese la guerra siempre dentro de España. En caso de incumplimiento de los preceptos, alertaba el conde, el rey de Portugal se vería obligado a “*tomar aquelas*

43 ACRG, “Diário que comessa” 1705-1706, fol. 45r.

44 ACRG, “Diário que comessa” 1705-1706, fol. 45v.

resoluções que mais convenientes forem aos seus interesses”.⁴⁵ La declaración constituía una amenaza que, sin embargo, los acontecimientos venideros acabarían sofocando.

En efecto, el 14 de septiembre, tras un fuerte ataque de los coligados, caía el castillo de Montjuic, la fortificación que protegía buena parte del perímetro de Barcelona. “*Na maior parte desta acção e deste combate se achou meu filho D. Pedro de Almeida, que procedeu como quem era*”, escribió Assumar en su diario haciendo constar la importancia del linaje en el proceder de su primogénito.⁴⁶ Era el primer paso hacia objetivos mayores, en el que no por casualidad la presencia del vástago era especialmente destacada. La fortaleza dejaba ciertamente la puerta abierta a una rápida conquista de la ciudad, que inevitablemente acabó cayendo a las pocas semanas. No sólo se trataba de un gran éxito militar. Era igualmente un episodio de alto contenido simbólico, pues permitía al archiduque la instauración de todo un espacio cortesano en la urbe, que reforzaba su figura,⁴⁷ y en el que también el conde de Assumar tendría la oportunidad de lustrar su misión con los atributos propios de un embajador extraordinario.

Instalado en el palacio de los duques de Sessa – partidarios del Borbón que habían abandonado la ciudad⁴⁸ –, Assumar pudo a partir de entonces desplegar su representación y labrar su imagen ante la posteridad. Ese edificio, en la Calle Ancha de Barcelona, se convertiría, de hecho, en un particular lugar de la memoria para la familia, hasta el punto de ser recordado más de cuarenta años después en la correspondencia entre su hijo y su nieto. En una carta escrita al padre, este le informaría de haber pasado cuatro días en la ciudad y haber conocido el célebre palacete, así como al marqués de Rauben, prisionero de Pedro Miguel de Almeida Portugal en la batalla de Brihuega, en 1710.⁴⁹ Acudiendo al concepto de *lieu de mémoire* desarrollado por Pierre Nora,⁵⁰ se comprende el valor de este espacio como elemento simbólico para una memoria colectiva, aun estando ésta acotada dentro de los límites de una

45 Conde de Assumar al archiduque Carlos. Campo sobre Barcelona, 9 de septiembre de 1705. In ACRG, “Diario que comessa” 1705-1706, fol. 47r.

46 ACRG, “Diario que comessa” 1705-1706, fol. 54v.

47 Carreras i Bulbena 1902.

48 ACRG, “Diario que comessa” 1705-1706, fols. 77v-78r.

49 Monteiro 2000, 58.

50 Nora 1984-1992.

familia. La familia, como ha demostrado Maurice Halbwachs, es portadora de una memoria como cualquier otro conjunto colectivo. En esa memoria lo realmente importante no sería el espacio físico referido, sino la noción, en ese marco, de un comportamiento evocado que establecería pautas de comportamiento para el grupo.⁵¹

Embajador y consejero

Las siguientes páginas del diario constituyen una interesante fuente sobre los usos y costumbres del ceremonial cortesano a propósito de la entrada del archiduque en Barcelona. Assumar describe con detalle el recibimiento que le brindó al Habsburgo la ciudad, el concurrido desfile que tuvo lugar el 7 de noviembre y en el que el rey se trasladó hasta la catedral o las fiestas que se sucedieron tanto en las calles como en palacios privados. En uno de ellos, escribe el conde, ofreció Milord Peterborough un “*baile e festim*” a las damas de Barcelona. Era una casa “*muito bem armada e com muitos livros, e vários coros de instrumentos*”, donde se invitó a una “*magnífica colação de diferentes sortes de doces, frutas empanadas e outras muitas coisas com que estavam bem ornadas várias mesas*”. Eran días felices y hasta el rey estuvo presente en el baile “*largo tempo*” agasajado con “*águas geladas*” mientras sus lacayos danzaban con las damas.⁵²

Peterborough estaba, pues, en boca de todos, pero lo cierto es que estaba lejos de estar satisfecho. Según le comentó a Assumar días después, sufría constantes desatenciones, principalmente por parte del conde de Liechtenstein, y sabía de caballeros catalanes a los que desagradaba tener que acudir a él para cualquier asunto. Se mostraba “*muito enfadado e dizendo que se queria ir para Inglaterra porque não podia sofrer as desatenções que a Corte lhe fazia*”, explicaba el conde, y es aquí, a mi juicio, donde se observa un nuevo registro en la misión del embajador portugués. Tal y como relata el conde, él mismo trató de hacer ver a Peterborough que el archiduque reconocía todo su trabajo

51 Halbwachs 2004, 175-210.

52 ACRG, “Diário que comessa” 1705-1706, fols. 89v-90r.

y que jamás habría sido su intención disgustarlo; si bien, lo más interesante es que, acto seguido, se dirigió al rey para informarle de lo sucedido y ofrecerle su consejo:

eu lbe disse que S. Mag.de devia trabalhar muito por unir a todos nos seus interesses, evitar violências, e desordens pois o mundo todo, e principalmente os Castelhanos estavam com os olhos longos examinando os seus primeiros passos. Ele me disse que trabalhava por isso quanto era possível.⁵³

El comentario estaba más próximo al de un ministro del propio archiduque que al de un representante extranjero. Era, por tanto, poco usual pero se convertiría en una particularidad que se reforzaría con el tiempo en la relación entre el conde y el Habsburgo. En adelante la cercanía en el trato se alternaría así con los intereses más íntimos de Portugal en la alianza y cabe pensar si no fue hasta cierto punto una estrategia para garantizar y salvaguardar una posición destacada de Assumar en el entorno cortesano. Las quejas del conde cuando no era informado de determinadas acciones militares o cuando no era convocado a las habituales reuniones que presidía el archiduque parecen sostener esta hipótesis. La visibilidad es aquí perseguida a través de denuncias de la negación del carácter que Assumar se supone para sí mismo y responde a un conjunto de predisposiciones y expectativas asumidas por el individuo de forma natural. El *habitus*, esa especie de sentido práctico de lo que hay que hacer en una situación determinada, en palabras de Pierre Bourdieu,⁵⁴ parece estar detrás de las razones esgrimidas por el conde.

Oponerse a aquellos que ninguneaban su posición, entendía Assumar, era lo esperado dado su cargo de representación, como también lo era ofrecer sus opiniones al archiduque sobre la marcha de la guerra. Dar consejo ciertamente respondía a la lógica suscrita en el tratado de alianza suscrito entre su soberano y el Habsburgo en pos del bien común. Por lo que ese *habitus* aún habría de encontrar momentos álgidos cuando, pasado el invierno, la contraofensiva borbónica se abalanzase sobre Barcelona. Coyuntura peligrosa, la amenaza, junto con el papel activo del conde de Assumar ante ella, ocupa

53 ACRG, "Diario que comessa" 1705-1706, fol. 92r.

54 Bourdieu 2002, 16.

buena parte del segundo volumen del diario. Si todo aquello que representaba Barcelona podía perderse, la duda radicaba en defenderla o en abandonarla para evitar riesgos sobre la persona del archiduque.

El 26 de marzo de 1706, relata Assumar, fue llamado junto al enviado de Inglaterra y al príncipe de Liechtenstein ante el Habsburgo y el secretario Ramón de Vilana Perlas, para expresar su parecer ante el avance enemigo. “*Eu lhe disse que as couzas estavão em hum estado muy trabalhoso por se não haverem feito com tempo as providencias necessarias*”, escribió el conde. Aun sin pronunciarse sobre qué camino seguir, Assumar esbozó las consecuencias de las dos opciones que estaban sobre la mesa. Si el archiduque abandonaba la ciudad, los ánimos de los naturales decaerían de tal forma que los enemigos recuperarían con facilidad la plaza. Además, si se perdía Barcelona, todo el principado sería rendido. Si, en cambio, se optaba por permanecer en la urbe, el riesgo para la integridad del archiduque se dispararía. No sólo había pocos soldados con que defenderse, sino que eran por lo general inexpertos, y quizás no serían suficientes para asegurar al Habsburgo, de quien dependía “*a liberdade de Europa*”, entendía Assumar. Él, en cualquier caso, “*estava prompto ou para o acompanhar em Barcelona ou sabindo para fora della*”.⁵⁵

Tres días más tarde, Assumar fue llamado nuevamente por el archiduque para una nueva junta. Esta vez estaban presentes, además de los asistentes al otro encuentro, varios caballeros catalanes: “*exagerarão muito a grande desconsolação que teriao os povos de ver que Sua Mag.de os dezamparava*”. El conde y el enviado de Inglaterra volvieron a insistir en aquello que ya habían expuesto, aunque, esta vez, en privado, el portugués fue algo más explícito: lo más importante era no dejarse sitiar y “*estar exposto à contingencia*”.⁵⁶ El Habsburgo, con todo, resolvería permanecer en la plaza a la espera de acontecimientos, aunque no tardaría en mudar de opinión.

El 1 de abril, tras la llegada del conde de Cifuentes y de un regimiento inglés procedentes de Tortosa, quedó claro que el margen de maniobra era cada vez menor. Convocados nuevamente a una junta, Assumar aseguró

55 ANTT, ACFA, “[continuação]” 1706, fol. 15r.

56 ANTT, ACFA, “[continuação]” 1706, fol. 16v.

en el diario que todos le respondieron al archiduque lo mismo de siempre: “*que se não deixasse ficar sethiado*”. Fue, no obstante, el propio Cifuentes quien se mostró taxativo a la hora de insistir en que el Habsburgo habría de abandonar Barcelona esa misma noche. El relato del conde de Assumar, tras referir que él rey aceptó marchar despidiéndose antes de los comunes, se demuestra en este punto vertiginoso: “*Cada hum se veyo para sua caça meter duas camizas em hua mala e eu vim ordenar a minha família o que devia fazer em todos os cazos que pudessem sobrevir*”. No había tiempo que perder. Partirían al anochecer. Impaciente, Assumar envió recado al palacio del archiduque para que le avisasen del momento exacto en que el Habsburgo se pondrían en caballo. La respuesta, dice el conde, sólo llegó pasada la medianoche. Sin embargo, al llegar ante la presencia del archiduque, todo se había ralentizado: “*nos disse El Rey que os comuns lhe fizeram taes representações de que toda Cathalunha se perdia e Sua Magestade não hia com segurança e que todos ficavão expostos aos últimos castigos e estragos que elle se não rezolvia a saber da praça*”.⁵⁷

Inevitablemente, el cerco sobre Barcelona se convirtió en una realidad a los pocos días. “*He sem duvida que a pouca Constancia e irrizolução deste príncipe e os mais conselheiros que tem tido hão reduzido as couzas a hum ponto tão critico e tão trabalhoso como se achão*”, escribió el conde desde la aflicción. Entendía Assumar que si, en cambio, el archiduque hubiese seguido “*se ouvera seguido os meus conselhos e dos outros ministros e generaes aliados que sempre lhe falamos a verdade sem liçãoja e lhe dicemos o que lhe convinha, não haveria chegado a este aperto*”. Pero, además – añadía –, gran parte de la culpa la tenía Liechtenstein: “*hum homem de pouco talento, de hua condição áspera e escabroza, muy fulto de verdade, fee e palavra*”.⁵⁸ El testimonio revelaba un extraordinario rencor ante la situación, que sólo se apaciguaría cuando el 8 de mayo, la llegada de la armada aliada apareciese ante Barcelona para romper el sitio.

Se trataba de un periodo de estrecheces que magnificaba el juicio y que curiosamente no había estado exento de otros grandes temas de la agenda del conde que explicaban su actitud para con Liechtenstein. Así, en plena defensa de

57 ANTT, ACFA, “[contin]uação” 1706, fols. 17v-18r.

58 ANTT, ACFA, “[contin]uação” 1706, fols. 50r-50v.

Barcelona Assumar explicaba que se había mostrado especialmente molesto al no haber recibido, al entrar en la ciudad, la visita de las autoridades municipales, de la Diputación y del Brazo Militar, que, en cambio, sí habían rendido visitas a los otros representantes de la Alianza: “*os dittos comuns tiverao insignuação da Corte dada pelo Principe António de Liechtestein para fazello, e que perguntando se me deviao vezitar a mim lhe respondera que não porque estava incógnito*”, escribió en su diario.⁵⁹ Pasado el tiempo, el menosprecio sería utilizado por el conde para significar el papel de Portugal en la guerra y la falta de consideración que, en cambio, le dedicaban los catalanes. Ante ello, como esperaba Assumar, no faltarían inmediatas muestras de afecto por parte de estos. “Esperamos que Vuestra Majestad será servido asistirnos y socorrernos con sus gloriosas operaciones de que tanto pende nuestra quietud y poder llegar al centro de la corte de Madrid nuestro clementísimo Carlos III”, escribieron las autoridades municipales a Pedro II, según se cuidó de incluir el conde en su diario.⁶⁰

En pleno cerco aquellas eran las disputas cotidianas que regían la actividad del conde, y aún habrían de acompañarle cuando el signo de la contienda se inclinó hacia el archiduque permitiéndole emprender viaje rumbo a Madrid. El diario de Assumar es prolijo en detalles sobre el periplo hacia el interior de la península. “Después de haber entrado en Castilla, todos los pueblos huyen y abandonan las poblaciones tanto por miedo a las tropas y a aquello que les han metido en la cabeza los enemigos como por no dar obediencia a Carlos II”, escribió el conde tras alcanzar la villa de Molina de Aragón el 30 de julio.⁶¹ Para entonces, los miembros de la columna en que avanzaba el archiduque eran plenamente conscientes de que sería imposible alcanzar Madrid por más que la ciudad se hubiese rendido pacíficamente un mes atrás. Si el 3 de julio había sido descrito por Domingos da Conceição como “*um dos mais lucidos que desde a sua fundação teve Madrid*” al celebrarse en la plaza Mayor una ceremonia de aclamación del archiduque ante tres retratos de su persona,⁶² nada parecía indicar que Carlos reviviese el acto con su presencia.

59 ANTT, ACFA, “C[ontin]uação” 1706, fol. 22v.

60 En castellano en el original. Carta de la Ciudad de Barcelona al Rey de Portugal, mi señor, don Pedro Segundo. Barcelona, 31 de marzo de 1706. In ANTT, ACFA, “C[ontin]uação”, fols. 25v-26r.

61 ANTT, ACFA, “C[ontin]uação”, fol. 110v.

62 Conceição 2013, 143-148.

Más pragmático, Assumar centraba su relato en el estado de las tropas o en el camino que habrían de seguir ante la oposición borbónica. Coincidiendo con la junción en las proximidades de Alcalá de Henares del ejército del marqués das Minas y el que él mismo integraba, el conde explicaría que había encontrado en aquel “*muy pouca e muito ma disciplina*”, así como “*a cavalaria arruinada tanto pelo grande trabalho que tem tido e falta de cuidado e mau tratto dos soldados como pela falta de forragens e de mantimentos*”.⁶³ El reino de Valencia, en manos aliadas desde hacía un año, se antojaba refugio adecuado para la corte carolina y el ejército aliado.⁶⁴ La ciudad, escribió el conde al llegar a la capital, “*he muito brem provida de tudo o necessário para o sustento e para o regallo e especialmente de frutos de todo o gênero de que he muito abundante*”.⁶⁵

Pese al escenario idílico descrito en el diario, fue allí donde Assumar hubo de enfrentarse a uno de los mayores ultrajes al cargo que ostentaba y a la monarquía que representaba. En la tarde del 10 de octubre, víspera de la entrada pública del archiduque en la ciudad, el conde fue advertido de que en la parte superior de la Puerta de Quart se habían colocado, en un frontispicio pintado, “*as armas de Castella com as de Portugal no meyo*”. Además, en sus dos pedestales aparecían individualizadas todas las armas de los dominios de la Monarquía Hispánica entre las que se contaban también las de Portugal, el Algarve y la India Oriental. “*Para me segurar melhor nesta matéria fuy de tarde dar hum passeio no meu coche pela mesma porta e achei ser verdade o que me tinha dito*”, escribió en su diario Assumar. Comprobada la afrenta, el conde explica que se dirigió al palacio donde se encontró con el secretario Ramón de Vilana Perlas. “*Me admirava [le dijo] de que na presença de Sua Magestade e na minha e de tantos cabos do exercito Portuguez, se fizesse hua couza semelhante, que era contra os tratados das pazzes estabelecidos com a Raynha May Donna Mariana de Austria e com El Rey Carlos 2*”.⁶⁶

El secretario se disculpó aludiendo al despiste de “*algum ministro ignorante da Cidade*” y le prometió que se enmendaría el error. A la mañana siguiente, sin embargo, las armas permanecían de la misma forma y sólo ante una nueva

63 ANTT, ACFA, “C[ontin]uação” 1706, fol. 114v.

64 León Sanz 2009.

65 ANTT, ACFA, “C[ontin]uação” 1706, fols. 137v-138r.

66 BNP, Res., “Continuação” 1706-1707, fol. 3v.

queja del conde, el secretario se personó en la Puerta de Quart para ordenar que se borrasen los escudos que pertenecían a Portugal.⁶⁷

Aun sin ser consciente de ello, el recurso de Vilana Perlas al descuido como justificación no constituía, en verdad, novedad alguna en las prácticas de representación de la Monarquía Hispánica para con un Portugal independiente. Aunque en 1668 se había establecido la paz entre Madrid y Lisboa y un año después la reina Mariana de Austria había disuelto el Consejo de Portugal en 1669, el uso – voluntario o no – de símbolos propios del reino de Portugal había continuado siendo una constante. Desde la acuñación de monedas con las quinas portuguesas a la aparición de sellos y credenciales en que se incluía el nombre del reino entre las posesiones de los Habsburgo, los considerados descuidos, así como las consecuentes disculpas de la Monarquía, habían sido habituales en el último tercio del siglo XVII.⁶⁸ Y si bien sorprendía que, ahora, en un momento tan tardío se asistiese al renacimiento de un problema que se creía superado, si algo evidenciaba el asunto era el perfil vigilante de Assumar.

Esa actitud, coincidente con el establecimiento de una verdadera corte en Valencia a caballo entre los años 1706 y 1707, le iba a permitir afinar en su defensa del estatuto que él representaba ante la Monarquía Hispánica. Poco después del asunto de la Puerta de Quart, Assumar denunció un nuevo incidente sucedido esta vez en la catedral. Según había sabido por el abad de Poblet, los grandes de España, “*que os senhores grandes de Espanha que ultimamente tinham vindo de Madrid e que erão informados das etiquetas daquella Corte*”, entendían que no correspondía a los embajadores los de terciopelo, y, por tanto, él habría de acomodarse de otro modo. La exigencia se antojaba inadecuada a Assumar, quien explicó que era la etiqueta de Viena y no la de España la que se había acordado en el ceremonial ajustado con el propio archiduque en ocasión de su embajada. En caso de no respetarse el acuerdo, explicó, se vería obligado a no asistir a las ceremonias públicas en que participase el soberano.⁶⁹

Su estrategia intimidatoria acabó triunfando, si bien lo que parecía estar en juego no era tanto el carácter del propio embajador como la defensa por parte

67 BNP, Res., “Continuação” 1706-1707, fol. 4r.

68 Algunos ejemplos en Valladares 1998, 283 y Martín Marcos 2011, 76.

69 BNP, Res., “Continuação”, fols. 4r-4v.

de la nobleza de los viejos modos cortesanos que estaban siendo obviados por las nuevas camarillas. Poco importa hablar de borbónicos o imperiales. Tanto en el entorno del archiduque Carlos como en la corte de Felipe V los grupos de poder que representaban la españolidad de la Monarquía clamaban frente a los extranjeros.⁷⁰ El rechazo al ceremonial foráneo a que asistía Assumar en nada difería de lo que sucedía en Madrid, donde la equiparación de los pares franceses a los grandes españoles había provocado la ira de estos. Allí, otro banquillo – el dispuesto entre la persona del rey y los grandes para que fuese ocupado por el capitán de la Guardia de Corps – había violado el secular precepto de no intromisión entre la persona del rey y los grandes.⁷¹

Menos suerte tuvo Assumar en torno a la polémica que envolvió al conde de Vidigueira y al nieto del marqués das Minas, el conde de Prado. El 5 de noviembre ambos osaron cubrir sus cabezas en presencia del archiduque. Assumar quiso explicar que su comportamiento era el mismo que habían practicado en Portugal los hombres que habían acompañado a su llegada a Lisboa, una vez más buscando la equidad. Ciertamente así había sido, y así estaba estipulado en el ceremonial, pero este mismo establecía, como le recordaron, que sólo se entendía durante el periodo en que el archiduque había estado en Portugal y en el que el Braganza estuviese en Castilla. Dado que Pedro II había permanecido en Lisboa, carecía de toda validez, para desconsuelo del conde.

Las “luchas inmediatas”, engrandecidas ahora por el ceremonial cortesano, cobraban fuerza con resultados dispares para el conde. La pretensión de dotar de visibilidad a Portugal y de igualar a la nobleza portuguesa a la del resto del continente europeo afluía una y otra vez en el diario. Era un objetivo diplomático pero también íntimo y que tenía que ver con la propia promoción del conde de Assumar y su linaje. En enero de 1707, cuando llegó a Valencia la noticia del fallecimiento de Pedro II poniendo en riesgo, según algunos, la continuidad de la coalición,⁷² el largo voto del conde transcrito en el diario en relación a las operaciones militares del nuevo año dan fe de su implicación y de que esta quedase registrada para la posteridad.

70 Sobre la necesidad de “hispanización” de la Monarquía, Vicent 1995 y García-Badell Arias 2005.

71 Terrasa Lozano 2013.

72 Martín Marcos 2014, 189-190.

Según la exposición del embajador, lo más conveniente para la causa común era la creación de un gran ejército que hiciese frente a Luis XIV en un año en que los esfuerzos del Borbón se centrarían en España. Se trataba de “*juntar forças tão superiores, que com ellas possa V. Mag.de obrigar aos inimigos a ceder, e reduzir no mesmo tempo os povos de Castella*”. Estos, explicaba Assumar al archiduque, “*temerosos das forças de França, e enganados com seus arteficios*”, se habían mostrado hasta la fecha “contrarios a los intereses de Vuestra Majestad”. El largo voto de Assumar era transcrito en su totalidad en el diario, previendo posibilidades y aportando soluciones. El hecho de que, a diferencia de otros pareceres, surgiese íntegro indicaba el valor que el conde coincidía a su parlamento y al impacto que debió de tener en su audiencia.⁷³ Fue, de hecho, el más extenso de la sesión y situó al conde en una posición de destaque ante la campaña que se avecinaba.

El diario avala en los siguientes pasajes el peso del voto de Assumar en lo que se refiere a la estrategia ofensiva. Aunque optando por una maniobra separada para el total de los efectivos militares – a diferencia de lo defendido por el conde –, el ejército de Valencia y las tropas que se encontraban en Portugal habían de maniobrar en simultáneo para poner en jaque a los borbónicos. Si al principio los movimientos militares descritos por el conde, trasladado de nuevo a Barcelona, parecían augurar una exitosa campaña (los enemigos abandonaron paulatinamente Elche, Orihuela o Murcia), todo cambió cuando el 30 de abril una visita de Assumar a la condesa de Oropesa fue interrumpida por los hombres del gobierno: “*me chamarão fora e achey que era o Secretario Dom Antonio Romeo, que depões de me preparar como quem me queria dar humma ma nova, me disse que havia chegado hua posta de Valença com cartas do Conde de la Corzana*”.⁷⁴

Traía la noticia de la derrota aliada en la batalla de Almansa y aunque hubo de suponer una mácula en el expediente militar portugués, Assumar apenas sí le dedicó mayor atención en su relato. Como bien sabía el conde, la

73 Voto del conde de Assumar. Valencia, 15 de enero de 1707 (in BNP, Res., “Continuação” 1706-1707, fols. 40v-44v). El voto transcrito por Assumar es, palabra a palabra, idéntico al que se encuentra en el “Libro de actas del Consejo” (AHN, Estado, 1, 993d).

74 BNP, Res., “Continuação” 1706-1707, fol. 68v.

memoria se podía moldear. El foco se podía centrar en el repliegue táctico o en la promoción de la familia. Meses después, el 12 de octubre, escribía: “*partiu tão bem para o campo meu filho Dom Pedro de Almeida para que se ouvesse alguma ocazião se poder achar nella*”.⁷⁵

La memoria y el olvido

Se desconoce el paradero del cuarto volumen del diario escrito por Assumar y con él buena parte de sus recuerdos. El tercero concluye el 31 de diciembre de 1707, día en que “*não ouve couza que poder nottar*”.⁷⁶ Esa fórmula utilizada en otras ocasiones por el conde, aunque pareciera apuntar hacia la objetividad, indica la capacidad para dar forma a la memoria a que me he referido. La selección es la demostración de que es en la dimensión subjetiva del pasado donde radica la clave para leer ego-documentos como los producidos por Assumar, toda vez que los individuos enmarcan sus experiencias de vida en el modo en que ellos mismos las entendían, valoraban y narraban. Como ha señalado Mónica Bolufer, en Época Moderna la conciencia individual no era ni mucho menos incompatible con fuertes lazos colectivos, dando lugar a un *sujeto* extraordinariamente complejo.⁷⁷ El conde de Assumar y sus ejercicios de memoria respondieron a esa lógica familiar en que la escritura era concebida como un instrumento aglutinante para los miembros del linaje.

Los volúmenes que Assumar escribió durante la Guerra de Sucesión española se convirtieron así en un arma con la que luchar frente al olvido. Como ya se ha apuntado, fueron conocidos por sus contemporáneos; José Barbosa o Diogo Barbosa Machado los citaron y algunos de los episodios narrados en ellos fueron recordados por los descendientes del conde durante algún tiempo. La memoria era la base con la que construir un imaginario colectivo en el que la familia podía encontrar refugio. La desmemoria, por el contrario,

75 BNP, Res., “Continuação” 1706-1707, fol. 114r.

76 BNP, Res., “Continuação” 1706-1707, fol. 127v.

77 Bolufer Peruga 2005, 43-44.

un disolvente de la casa de consecuencias impredecibles. ¿Hasta qué punto Assumar fue consciente de ello? Es difícil saberlo pero paradójicamente, ya al final de su vida, la imagen del conde, enfermo, acabó asociada a los frecuentes olvidos que él mismo comenzaba a padecer. Registrados por otros diaristas en las *Gazetas manuscritas*, eran un amargo contrasentido para el conde. Assumar, como se describía en el diario del 19 de febrero de 1731, “*se esqueçia de tudo o que tinha paçado*”.⁷⁸

78 Lisboa et al. 2002, 106.

BIBLIOGRAFÍA

Fuentes manuscritas

ACL – Academia das Ciências de Lisboa (Lisboa)

Série Vermelha. Ms. 330

“Jornada d’El Rei D. Pedro Segundo à Beira na Companhia do Archiduque Carlos d’Austria e hum discurso a favor daquela guerra.”

ACRG – Arquivo dos Condes da Ribeira Grande (Lisboa)

Fondo privado sin inventario

“Diario que comessa em 28 de julho de 1705.”

“Conde de Assumar al archiduque Carlos. Campo sobre Barcelona, 9 de septiembre de 1705.”

In ““Diario que comessa em 28 de julho de 1705.”

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa)

ACFA – Arquivo dos Condes de Fronteira e Alorna. 76

“C[ontin]uação d[o] diário e de tudo o que se] vay sucedend[o em] Cathalunha [e na] Monarchia de Esp[anha, onde se] acha empenhado [Dom Carlos] 3º a quem venho por [Embaixador] Extraordinario del Rey [Dom Pedro] Segundo de Portug[al] e tem principio [no Primeiro de Março de 1706].”

“Carta de la Ciudad de Barcelona al Rey de Portugal, mi señor, don Pedro Segundo. Barcelona, 31 de marzo de 1706.” In “C[ontin]uação d[o] diário e de tudo o que se] vay sucedend[o em] Cathalunha [e na] Monarchia de Esp[anha, onde [se] acha empenhado [Dom Carlos] 3º a quem venho por [Embaixador] Extraordinario del Rey [Dom Pedro] Segundo de Portug[al] e tem principio [no Primeiro de Março de 1706].”

AHN – Archivo Histórico Nacional (Madrid)

Estado

“Libro de actas del Consejo.” 1, 993d.

BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Coimbra)

Ms. 510

“Vaile entremezado Ablan en el las Personas seguintes.”

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)

Reservados. 747

“Continuação do diário e de tudo o que vay sucedendo nesta expedição de Espanha e das mães partes da ditta Monarchia em que com armaz Del Rey Dom Pedro Segundo de

Portugal meu senhor, e dos maes Princeses aliados se pertende meter de posse de toda ella a El Rey Católico Carlos 3º a quem venho por Embaixador extraordinário del Rey de Portugal meu senhor e tem prencipio este livro em 11 de outubro de 1706.”

“Voto del conde de Assumar. Valencia, 15 de enero de 1707.” In “Continuação do diario e de tudo o que vay sucedendo nesta expedição de Espanha e das mães partes da ditta Monarchia em que com amaz Del Rey Dom Pedro Segundo de Portugal meu senhor, e dos maes Princeses aliados se pertende meter de posse de toda ella a El Rey Católico Carlos 3º a quem venho por Embaixador extraordinário del Rey de Portugal meu senhor e tem prencipio este livro em 11 de outubro de 1706.”

Reservados. Cód. 512

“Gazeta composta em forma de Carta.”

Fuentes impresas

- Barbosa, José. 1735. *Elogio do Excellentissimo Senhor D. João de Almeida e Portugal Conde, e Senhor do Assumar, Gentil-Homem da Camera de Sua Magestade, do Conselho de Estado, e Guerra, que por Impedimento do Reverendissimo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, Censor da Academia Real, Compoz o Padre D. Jozé Barbosa, Clerigo Regular*. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva.
- Borges, José Ferreira. 1856. *Collecção dos Tratados, Convenções e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potencias desde 1640 até ao Presente*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Boxer, Charles R. 1974. “Uma Carta Inédita da Primeira Condessa de Assumar para o Seu filho, D. Pedro de Almeida e Portugal (2 de Junho de 1704).” In *Colectânea de Estudos em Honra do Prof. Doutor Damião Peres*, 265-273. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Conceição, Domingos da. 2013. *Diario Bellico. La Guerra de Sucesión en España*. Ed. Joaquim Albareda et Virginia León Sanz. Trans. David Martín Marcos. San Vicente del Raspeig: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alicante.
- Machado, Diogo Barbosa. 1747. *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica na qual se Compreende a Noticia dos Autores Portuguezes, e das Obras, que Compuzeraõ deste o Tempo de Promulgação da Ley de Graça até o Tempo Prezente*. Vol. II. Lisboa: Ignacio Rodrigues.
- Portugal, João de Almeida. 1857. *As Prisões da Junqueira durante o Ministerio do Marquez de Pombal, Escriptas alli mesmo pelo Marquez de Alorna, Uma das Suas Victimias; Publicadas conforme o Original por José de Sousa Amado*. Lisboa: Typographia da Silva.

Estudios

- Alarcón Sierra, Rafael. 2007. “Las Apuntaciones sueltas de Inglaterra de Leandro Fernández de Moratín: libro de viajes y fundación de una escritura moderna.” *Bulletin Hispanique* 109 (1):157-186. Doi:10.4000/bulletinhispanique.137.

- Albareda i Salvadó, Joaquim. 1988. "La revolta dels Vigatans (Vic, 1704-1705)." *Ansa* XIII (120):31-42.
- Bolufer Peruga, Mónica. 2005. "La historia de uno mismo y la historia de los tiempos." *Cultura escrita & sociedad* 1:43-48.
- Bourdieu, Pierre. 2002. *Razones prácticas (Sobre la teoría de la acción)*. Trans. Thomas Kauff. Barcelona: Anagrama.
- Cardim, Pedro. 2009. "Portugal y la Guerra por la Sucesión de la Monarquía Española." In *La Guerra de Sucesión en España y la Batalla de Almansa. Europa en la encrucijada*, coord. Francisco García González, 231-282. Madrid: Sílex.
- Cardoso, José Luís, et. al. 2003. *O Tratado de Methuen (1703): Diplomacia, Guerra, Política e Economia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Carreras i Bulbena, Joseph Raphael. 1902. *Carlos d' Austria y Elisabeth de Brunswick Wolfenbüttel a Barcelona y Girona. Musiques, festes, càrrechs palatins, defensa de l'emperador, religiositat d'aquest monarques*. Barcelona: L'Avenc.
- Cluny, Isabel. 2002. "A Guerra de Sucessão de Espanha e a Diplomacia Portuguesa." *Penélope* 26:63-92. URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2654395>. [Acceso: 08.12.2020.]
- Dekker, Rudolf. 2002. "Introduction." In *Egdocuments and History: Autobiographical Writing in its Social Context Since the Middle Ages*, coord. Rudolf Dekker, 7-20. Hilversum: Verloren.
- Foucault, Michel. 1983. "The Subject and Power." In *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*, ed. Hubert L. Dreyfuss et Paul Rabinow, 208-226. Chicago: The University of Chicago Press.
- Francis, David. 1975. *The First Peninsular War, 1702-1713*. London: Benn.
- García-Badell Arias, Luis María. 2005. "Felipe V, la Nobleza Española y el Consejo de Castilla. La explicación jurídica e histórica de la consulta que hizo el Real Consejo de Castilla, atribuida a Macanaz." *Cuadernos de Historia del Derecho* 12: 125-149. Doi:10.5209/CUHD.
- Halbwachs, Maurice. 2004. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropos.
- Koselleck, Reinhard. 1993. *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Trans. Norberto Smig. Barcelona: Paidós.
- León Sanz, Virginia. 1989. *La Guerra de Sucesión española a través de los Consejos de Estado y Guerra del Archiduque Carlos de Austria*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- . 2009. "La corte del archiduque Carlos en Valencia (1706-1707): reorganización política y cambios en la Guerra de Sucesión española." In *La sucesión de la Monarquía Hispánica, 1665-1725. Biografías relevantes y procesos complejos*, ed. J. de Bernardo Ares, 249-264. Madrid/Córdoba: SILEX Universidad/CAJASUR.
- Lisboa, João Luís, Tiago C. P. dos Reis Miranda, et Fernanda Olival, eds. 2002. *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Vol. 1, (1729-1731). Lisboa: Colibri.
- Marquesa de Alorna. 2015. *Obras Poéticas*. Ed. Vanda Anastácio. Lisboa: INCM.
- Martín Marcos, David. 2011. "Visiones españolas de algunos anhelos prohibidos en el Portugal de los Braganza (1668-1700): en torno a una nueva Unión Ibérica." *Ler-História* 61:67-84. Doi:10.4000/lerhistoria.1631.
- . 2014. *Península de rebelos. Portugal y España, 1668-1715*. Madrid: Marcial Pons.
- . 2015. "A Embaixada de D. João de Almeida Portugal, 2.º Conde de Assumar, na Corte do Arquiduque Carlos: Notas Diarísticas, Precepções e Identidade." In *Repensar a Identidade. O Mundo Ibérico nas Margens da Crise da Consciência Europeia*, coord. David Martín Marcos, José María Iñurritegui et Pedro Cardim, 263-284. Lisboa: CHAM.

- Miranda, Susana Münch. 2014. “A Missão Diplomática de Carlos Ernesto de Waldstein, Embaixador do Sacro Império em Portugal (1700-1703).” In *D. Luís da Cunha e as Negociações de Utreque*, coord. Abílio Diniz Silva, Ana Leal de Faria, et Tiago C. P. dos Reis Miranda, 51-74. Lisboa: BNP.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, ed. 2000. *Meu Pai e Meu Senhor de Coração: Correspondência do Conde de Assumar para o Seu Pai, o Marquês de Alorna*. Lisboa: Quetzal.
- Narotzky, Susana, et Gavin Smith. 2010. *Luchas inmediatas. Gente, poder y espacio en la España rural*. Valencia: PUV.
- Nora, Pierre, dir. 1984-1992. *Les lieux de mémoire*. 3 Vols. Paris: Gallimard.
- Rosa, Maria de Lurdes, et Randolph Head, eds. 2005. *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th Centuries*. Lisboa: IEM.
- Saldanha, José-Segismundo, ed. 2009. “Relação da Embaixada e Entrada Pública que Deu nesta Corte o Conde de Waldstein, Embaixador Extraordinário da Alemanha, ao Senhor Rei D. Pedro II, Escrita pelo Conde de Assumar D. João de Almeida Vedor da Casa Real que por ordem de El-Rei lhe Fez a Hospedagem.” *Negócios Estrangeiros* 14 (abril):315-323.
- Simon i Tarrés, Antoni. 1988. “Memorias y diarios personales de la Cataluña moderna.” *Historia Social* 2:119-134. URL: <https://www.jstor.org/stable/40337015>. [Acesso: 08.12.2020.]
- Souza, Laura de Mello e. org. 1994. *Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que nas Minas Houve no Ano de 1720*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- . 1999. *Norma e Conflito: Aspectos da História de Minas no Século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Terrasa Lozano, Antonio. 2013. “El asunto del banquillo de 1705 y la oposición de la Grandeza a las mudanzas borbónicas: de la anécdota a la defensa del cuerpo místico de la Monarquía.” *Cuadernos dieciochistas* 14:163-197.
- Valladares, Rafael. 1998. *La rebelión de Portugal. Guerra, conflicto y poderes en la Monarquía Hispánica*. Valladolid: Junta de Castilla y León.
- Vicent, Ignacio. 1995. “La Junta de Incorporación: lealtad y propiedad en la monarquía borbónica.” In *Antiguo régimen y liberalismo. Homenaje a Miguel Artola*, ed. Pablo Fernández Albaladejo et Margarita Ortega, 365-377. Madrid: Alianza.

A HERANÇA DE ESPINOSA NUM MANUSCRITO SILENCIADO E NUM LIVRO PROSCRITO DE RIBEIRO SANCHES

Ana Cristina Araújo

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
Centro de História da Sociedade e da Cultura

Inconformismo e cosmopolitismo no século XVIII

O carácter transnacional da cultura europeia no século XVIII, dominada por redes de contacto de pensadores e divulgadores unidos entre si pelo ideal de pertença à República das Letras, deixou marcas profundas em muitos autores portugueses que aderiram às ideias e valores da filosofia das Luzes. Este traço cosmopolita foi particularmente reclamado por um significativo número de homens de letras portugueses exilados em Itália, Grã-Bretanha, Holanda e França, indevidamente designados “estrangeirados”.¹ É neste grupo que podemos rastrear alguns sinais de radicalismo filosófico na ideação de projetos de reforma política e cultural.

Convém notar que o apodo de “estrangeirado” aplicado ao homem de letras que escreve em português e perfilha ideias comuns ao universo das

1 Martins 1975; Diogo et al. 2001.

Luzes conota o que é estranho e permanece distante da origem pátria. Nesta aceção, o pretense estrangeiramento atribuído à elite letrada voluntariamente exilada contraria a vocação universalista da cultura filosófica no século XVIII. Na perspectiva dos autores que defendem a existência de estrangeirados, a ambição de autonomia crítica dos exilados setecentistas portugueses, confundida com um critério exógeno de diferenciação cultural, despreza a originária formação intelectual e a própria exigência de afirmação pública do homem de letras no século XVIII. Borges de Macedo, antes de nós, chamou a atenção para a necessidade de revisão do “conceito de estrangeirado”, entendido como “força dinâmica e ordenada na história portuguesa” e como via de “renovação” eficaz da cultura portuguesa.² Mas não basta ressaltar que outros fatores, como a tradição e a transversalidade epocal de novas ideias, alavancaram a evolução social, cultural e política setecentista, é necessário contextualizar a dimensão global das Luzes no século XVIII.

Numa época de vulgarização do *grand tour* europeu e de deslocalização de residência de grandes figuras, como Voltaire, que viveu em Inglaterra e fixou residência na Suíça; Pietro Verri, que se exilou em França; ou Euler e Diderot, que se deslocaram à Rússia a convite de Catarina, a Grande – para só referir alguns casos mais emblemáticos –, falar em estrangeiramento cultural é algo anacrónico e até mesmo paradoxal.

À margem das fronteiras físicas dos Estados, a partilha do conhecimento praticada nas principais academias científicas, clubes, salões literários e círculos de sociabilidade mundana irmanou homens de diferentes condições sociais, credos e nações. Na Europa das Luzes, as afinidades de pensamento de autores e divulgadores foi fortalecida ainda pela circulação de livros e pela correspondência regular mantida em todos os idiomas da Europa, especialmente em francês. A multiplicidade de veículos de aproximação de gente de distintas nações contribuiu para generalizar o ideal de pertença à cidadania supranacional e cosmopolita da República das Letras. Portanto, neste contexto, torna-se difícil sustentar o pretense “estrangeiramento” de alguns homens de

2 Macedo 1974.

letras portuguesas no século XVIII. Uma tal delimitação conceptual, imposta por uma filosofia teleológica da história que encarou o “progresso exterior” como força motriz do desenvolvimento interno do país, ignorou o sentido cosmopolita da comunicação cultural que caracterizou a Europa das Luzes e desvalorizou a busca voluntária de liberdade de ação e de pensamento dos homens de letras no século XVIII. De facto, os grandes mentores culturais da época não precisaram de formular o conceito de “estrangeirado” porque agiram e pensaram à margem de preconceitos nacionalistas.³ Os portugueses Luís António Verney (1713-1792), Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762), António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), Francisco Xavier de Oliveira (1702-1783) João Jacinto de Magalhães (1722-1790), Avelar Brotero (1744-1828), entre outros pensadores, exilaram-se em países da Europa que eles mesmos escolheram e nos quais viveram e pensaram livremente, sem nunca deixarem de se sentir portugueses de raiz e europeus no gozo da autonomia intelectual, moral e filosófica que aí conquistaram.

É claro que o percurso intelectual destes exilados setecentistas portugueses atesta o inconformismo sentido e afirmado, de diverso modo, por cada um deles, em relação à Inquisição, à censura, ao despotismo da monarquia de Bragança e à falta de tolerância em Portugal. Todos eles exprimiram com singularidade o seu pensamento e não precisaram de utilizar a crítica para forjar uma linguagem pretensamente antilusitana ou mesmo uma identidade comum “estrangeirada”. Dito de outro modo, todos os autores exilados na época das Luzes encontraram um caminho próprio e uma via particular de viver e pensar o século, primeiro dentro e depois fora de Portugal.

Num quadro policêntrico de difusão das ideias iluministas, a Holanda atraiu muitos homens de letras e de ciências de várias nações. Ribeiro Sanches seguiu-lhes o rasto. Terra de exílio e de refúgio de muitas famílias de origem judaica portuguesa, como a de Baruch de Espinosa, as Províncias Unidas experimentaram, desde o século XVII, os efeitos da tolerância e da boa aceitação das correntes filosóficas de carácter experimental e científico, mas

3 Araújo 2003, 19-21.

também a agitação intelectual e religiosa causada pela propagação das ideias de Espinosa.⁴

Ribeiro Sanches, que viveu em Leiden entre 1730 e 1731, não ficou imune, como adiante demonstramos, às controvérsias que rodearam a progressão do radicalismo filosófico de matriz espinosista. A sua aproximação ao pensamento de Espinosa terá despontado nos círculos judaicos que frequentou, em que eram reconhecidos os sinais de origem portuguesa dos antepassados marranos do filósofo holandês falecido em 1677.⁵

Em 1726, Ribeiro Sanches, nascido também numa família cristã-nova – os Nunes de Penamacor –, formado em Salamanca depois de ter frequentado a Universidade de Coimbra, saiu de Portugal com destino a Roma, passando por Londres e Bordéus, antes de se fixar em Leiden, onde frequentou o curso médico do célebre professor e clínico Herman Boerhaave.⁶ Na Holanda, aprofundou a sua formação filosófica e gozou da proteção de membros da comunidade judaica de origem portuguesa. Havia conhecido em Londres os descendentes do influente mercador e pensador do século XVII, Duarte Gomes Solis, e em Bordéus travara conhecimento com outro ramo da mesma família. A adesão aos círculos marranos de Londres e Bordéus haveria de facilitar a passagem de Ribeiro Sanches para os Países Baixos, para onde partiu, no início da década de 30, sob a proteção dos Solis, ou seja, como perceptor de um jovem pupilo daquela família.⁷

Para além do estreito convívio com o diplomata D. Luís da Cunha⁸ e dos círculos académicos em que brilhou, a par de outros discípulos de Boerhaave, como La Mettrie, Haller e Albinus, pouco se sabe da teia de relações que estabeleceu com membros da comunidade marrana e com homens de letras neerlandeses, seguidores ou não de Espinosa.

Em carta escrita de São Petersburgo, em 1735, a Manuel Pacheco Valladares – erudito e membro da Academia Real de História, que conhecera

4 Israel 2005, 197 et seq.

5 Carvalho 1978.

6 Lemos 1911, 34-38; Mendes 1998, 42-48; Santos 1982.

7 Lemos 1913, 120; Willemse 1966, 7.

8 Cunha (1736) 2001, 130-131; (1747-1749) 2013, 37-41; Cluny 1999, 120-121.

em Benavente, no início da sua carreira médica –, Ribeiro Sanches alegou que, estando em contacto com a comunidade judaica, se afastara, deliberadamente, da lei mosaica e do seu culto.

Vivi em Leide não como judeu, porque depois que saí de Itália não fiz já mais cerimónia alguma judaica, mas também em Leide não ia publicamente à missa por temer que os judeus que sustentavam o meu discípulo e a mim, me negassem o sustento, fui ver a Haia muitas vezes o Sr. D. Luís da Cunha, é verdade que na sua capela jamais ouvi missa, porque tinha um médico judeu quase frequente que me conhecia e aos irmãos do meu discípulo de quem podia dar parte de mim.⁹

Na mesma carta, afirmava-se cristão e precisava que o seu discípulo, que nada perdera com a sua tutela, vivia também afastado da sinagoga. Segundo as suas palavras, era “um homem sábio e em muitas matérias mais versado do que eu que o instruí”.¹⁰

Em Amesterdão e em Leiden, repensara, a partir da leitura dos tratados filosóficos e morais de Espinosa, a sua tardia conversão formal ao judaísmo – que terá ocorrido em Londres depois de 1726, conforme esclarece:

Cheguei a Londres e por pecados meus e por miséria minha me circuncisei, do que me pesa, passado quase um ano com muita miséria, porque tinha vergonha, comecei a conhecer alguns defeitos da Lei que professava, já não podia sofrer os judeus, com aquele humor, e costumes bárbaros misturados com os do Norte; quanto mais vivia mais aprendia a conhecer as faltas que cometiam os judeus; umas vezes me arrependia, outras vezes me imaginava que seguindo o que dizia a Bíblia e rejeitando o Talmude me podia salvar, outras enfurecido falava, e imaginava como Deísta, enfim roído dos pensamentos da salvação, e condenação, saí de Londres e por outras razões também.¹¹

A questão religiosa, que fora um dos motivos da sua saída do reino – tendo nascido numa família cristã-nova estava sujeito a ser denunciado à Inquisição –, não deixou de ocupar um papel central na organização do seu pensamento e de ser determinante nas suas escolhas futuras.

9 Lemos 1913, 120.

10 Lemos 1913, 120; Willemse 1966, 8.

11 Lemos 1913, 95-96.

Na senda de Espinosa: o pseudónimo *Philopater*

Durante a sua permanência em Leiden, começou a coligir os apontamentos que viria a organizar mais tarde, em 1748, num papel manuscrito intitulado *Origem da Denominação de Christão-Velho, e Christão-Novo, em Portugal, e as Causas da Continuação destes Nomes, como também da Cegueira Judaica*, no qual ajuíza os efeitos nocivos para a paz social da existência da perseguição movida pela Inquisição portuguesa aos cristãos-novos e aprecia negativamente os ancestrais excessos de clericalismo da sociedade portuguesa.

A primeira alusão ao assunto daquele escrito surge na epístola de 15 de julho de 1735, dirigida ao académico português Sampaio Valadares, que temos vindo a citar. Nela refere ter elaborado “uma relação da vida de um cristão novo, e demonstrar a causa porque só em Portugal e Castela os há, e porque seguem a cegueira do judaísmo alguns deles, e dar o arbítrio para que se acabassem semelhantes males”.¹²

Uma segunda versão deste escrito, provavelmente mais extensa do que o rascunho inicial, foi encontrada no espólio dos papéis manuscritos que legou, em testamento, ao amigo pessoal Dr. Andry, em 1783, mas que muito antes circulara em cópias enviadas a correspondentes portugueses bem colocados. A este respeito, registre-se que, em 1735, Ribeiro Sanches mostrava vontade de transmitir a outros correspondentes lusos as suas reflexões sobre a causa principal da existência da Inquisição em Portugal: “se vmce [sic] me aconselhar que mande daqui para Portugal quatro ou cinco cópias do meu original e a quem o farei, para ver se posso fazer este serviço à pátria, e me parece também a Deus”.¹³

Esta referência remete para um borrão inicial, embora apenas tenha subsistido o extenso manuscrito, firmado em Paris, a 8 de novembro de 1748, com o pseudónimo *Philopater*, composto por 34 folhas (17 x 22 cm) numeradas pela frente e que foi publicado na íntegra por Raul Rego em 1956. De outras cópias apenas chegou até nós um papel com o mesmo título, datado de 1756,

12 Lemos 1913, 140.

13 Lemos 1913, 140.

em Paris, constituído por 66 folhas numeradas pela frente, formando um volume encadernado *in 4º* que o bibliófilo Inocêncio Francisco da Silva regista no *Diccionario Bibliographico Portuguez*.¹⁴

O manuscrito sobre a *Origem da Denominação de Christão-Velho, e Christão-Novo*, constantemente retomado por Ribeiro Sanches, conheceu, portanto, várias fases de elaboração, tendo sido objeto de discussão e de reflexão em Haia, nos anos 30, e em Paris, na década seguinte, com o embaixador português D. Luís da Cunha. Neste ponto, é relevante a referência indireta do embaixador, no *Testamento Político*, ao possível contributo do médico português a respeito da reforma da Inquisição e do fim da perseguição aos cristãos-novos: “Vi também muitos papéis, assaz longos, em que se apontam os meios para se extinguir em Portugal o judaísmo, mas não vi algum que tratasse de acordar a utilidade temporal do Reino com a espiritual da Religião, que é todo o meu objecto.”¹⁵

Ao longo da sua carreira, D. Luís da Cunha manteve contactos, por vezes com grande confidencialidade, “com as comunidades judaicas de Londres e Amesterdão, e em particular com os judeus e cristãos-novos portugueses, os Nunes da Costa, Liz, Salvador, Suasso, Souto, Medina, Moura, etc.”¹⁶ Os supostos antecedentes familiares do embaixador, o facto de viver na companhia de uma senhora judia de origem portuguesa, *madame* Salvador, e o acolhimento que, na sua casa, sempre proporcionou a judeus e cristãos-novos, refugiados da Inquisição portuguesa em Inglaterra, Holanda e França, caucionaram, do ponto de vista prático, a sua posição doutrinal, abertamente hostil nesta matéria à política da Coroa, conforme transparece neste passo das *Instruções Políticas*:

A terceira sangria é a mais perigosa para o corpo do Estado que as precedentes; porque sendo o Santo Officio o sangrador, não há quem ouse pôr-lhe as ataduras: e assim é necessário que se deixe esvaír o sangue e perca toda a substância, que são, como digo, os homens que, com medo da Inquisição, estão todos os dias saindo de // Portugal com os seus cabedais para irem enriquecer os países estrangeiros.¹⁷

14 Silva (1867) 1972, 8:261-262.

15 Cunha (1747-1749) 2013, 115.

16 Cunha (1747-1749) 2013, 132.

17 Cunha (1736) 2001, 235.

Retomando aqui a saga e o contributo de Ribeiro Sanches, não restam também dúvidas que o extenso papel que escreveu sobre a *Origem da Denominação de Christão-Velho, e Christão-Novo*, destinado a ser lido em segredo, circulou em tempos diferentes e através de diversas cópias. As ideias nele expressas, retomadas pelo embaixador D. Luís da Cunha, acabaram também por ter repercussão política, pois o argumento central de Ribeiro Sanches – repor a justiça e acabar com uma discriminação social e religiosa lesiva para a conservação da Igreja e do Estado – subjaz igualmente à carta de lei de 25 de maio de 1773, de constituição geral e édito perpétuo, que pôs fim à distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos na sociedade portuguesa.

Mas fixemo-nos no manuscrito datado de 1748 que traz a assinatura de *Philopater*. Este texto foi completado e copiado por Ribeiro Sanches um ano após a sua chegada a Paris, como atrás referimos. Acabara de fixar residência na capital francesa, depois de abandonar a Rússia, onde permanecera durante 16 anos, os últimos dos quais exercendo o honroso cargo de médico da corte dos czares.¹⁸

A razão próxima da sua retirada da corte de Elizabeth Petrovna, filha de Pedro, *o Grande*, deveu-se à imputação de judaísmo que lhe foi dirigida por alguns inimigos e cortesãos.¹⁹ Reagiu à perseguição que lhe foi movida, minimizando a referida acusação e abandonando o país. Merecedor do apreço dos sócios da Academia de São Petersburgo confessou então ao matemático Euler: “*je suis destiné, dès ma naissance, à être considéré par les Chrétiens comme Juif et par les Juifs comme Chrétien*”.²⁰

O episódio que motivou este desabafo, ao reavivar a trajetória de vida de Ribeiro Sanches, marcada pelo dilema da adesão e da renúncia ao judaísmo, esteve, muito provavelmente, pela sua proximidade temporal, na origem do manuscrito de 1748, intitulado *Origem da Denominação de Christão-Velho e Christão-Novo*. Neste documento, a razão filosófica que ditou o distanciamento de Ribeiro Sanches da comunidade judaica, não sendo explícita, é discretamente

18 Carvalho 1979, 21.

19 Willemse 1966, 16; Mendes 1998, 54.

20 Willemse 1966, 43.

denunciada pela inscrição do pseudónimo *Philopater*, com o qual assina este extenso papel.

A adoção do nome *Philopater*, num texto de crítica filosófica com propósitos reformistas, não pode deixar de ter um significado. Ribeiro Sanches, que provavelmente lera a novela filosófica proibida em Amesterdão de Johannes Duijkerius, *Philopater* (1697), conhecia bem a intensa controvérsia que aquela obra provocara na sociedade holandesa. Logo, o exercício de heteronomia que aponta para a validação da figura ficcional de *Philopater* num texto de crítica ao comportamento da comunidade de origem judaica em Portugal representa, em nosso entender, um elo de aproximação ao espírito dissidente de Duijkerius e seus sequazes.

Publicada na sequência da receção polémica e da condenação oficial dos livros de Espinosa, a obra holandesa que terá inspirado Ribeiro Sanches era composta por duas partes, tinha sido escrita em vulgar e posta a circular anonimamente. Após várias denúncias, foi atribuída ao teólogo dissidente Johannes Duijkerius, que apenas reconheceu ter sido o autor da primeira parte da obra. Nos diálogos entre *Philopater*, o herói da referida novela filosófica, e os seus amigos, perpassam ideias e asserções fundamentais de Espinosa. Os tópicos da discussão, retirados da *Ethica* e do *Tractatus theologico-politicus*, incluíam a crítica ao milagre, a análise da profecia como ato de imaginação, a renúncia aos ritos e ao culto religioso e a defesa da *libertas philosophandi*.²¹ Embora se admita que, no plano religioso, Duijkerius, ele próprio, não chegou a transgredir os limites da ortodoxia reformada, o seu vago materialismo filosófico, de filiação espinosista, suscitou manifestações públicas de dissidência no meio intelectual neerlandês.²²

Do contexto da controvérsia provocada por Duijkerius, outros entusiastas do reformador, de feição libertina, retomaram as principais teses de Espinosa e explicaram-nas de forma clara e vigorosa com o explícito intuito de vulgarizarem o pensamento do seu patrono filosófico.²³ A novela, que obteve expressiva

21 Maréchal 1991, 22-40.

22 Spaans 2019.

23 Wielema 2004.

audiência, foi apreendida e queimada por ordem dos tribunais holandeses. O seu êxito justificava, assim, a persistência nos meios eruditos de uma corrente de pensamento radical, fiel ao pensamento de Espinosa.²⁴

Durante a sua permanência na Holanda, Ribeiro Sanches inteirou-se, por certo, dos termos da querela filosófica e religiosa que abalou profundamente os meios intelectuais da república. A sua ligação ao universo de pensamento de Espinosa é confirmada por outras notas de leitura e pela presença de espécimes raríssimos do filósofo neerlandês na sua biblioteca.

Num texto que produziu, intitulado “Affections de l’âme”, publicado na *Encyclopédie methodique*,²⁵ aproxima-se da posição sustentada por Espinosa, na *Ética*, a respeito do corpo das paixões. Analisa, numa perspectiva monista, as manifestações físicas das paixões. Considera-as conaturais e necessárias à preservação da vida. O seu enunciado psicofisiológico pressupõe, portanto, uma atitude filosófica, cuja matriz remete para a *Ética*, de Espinosa, como defendemos em trabalho anterior.²⁶ Em abono desta filiação, acrescenta-se que o médico da alma não suscita o problema da imortalidade da alma. Refere, tal como o filósofo holandês, a importância das paixões positivas na regulação e conservação do corpo e, sem citar Espinosa, talvez por precaução, “admite que a razão, sendo afetiva, se exprime através da alma sensitiva”.²⁷

Ribeiro Sanches acumulou leituras e enriqueceu a sua formação médica com um vasto aparato de referências filosóficas. Em termos materiais, reuniu e formou, ao longo de mais de 50 anos, diversas coleções de livros. Nem todos os títulos daquela que terá sido a sua biblioteca em São Petersburgo integraram o espólio catalogado da sua derradeira livraria em Paris, composto por 1113 títulos. Na verdade, várias obras pertencentes à biblioteca da Academia de São Petersburgo contêm notas autógrafas do médico português, o que confirma que este legou ou vendeu livros que tinha em sua casa àquela agremiação científica.²⁸ É certo que também fez transportar para a sua nova morada, na

24 Israel 2005, 361-368.

25 Sanches (1787) 1999, 247-277.

26 Araújo 2000, 55-65.

27 Araújo 2000, 57.

28 Machado 2001, 50.

capital francesa, vários caixotes de livros, conforme atesta este passo de uma carta que dirigiu ao diretor da Academia, em 23 de março de 1748: “*quand mes livres & hardes arriveront & ma santé me mettra en état de m’appliquer à l’étude, je ne manquerai pas d’écrire quelque chose, qui j’aurai l’honneur de remettre ou dedier a l’Academie Imperiale*”.²⁹

A obra que realizou no Império Russo em prol da divulgação das Luzes, das reformas do ensino e da economia, os contactos académicos que estabeleceu no seio da Academia de São Petersburgo, de que foi membro, e, especialmente, o seu propósito de fazer da educação e da medicina pilares fundamentais da governação esclarecida da época valeram-lhe a pensão perpétua e o agradecimento que recebeu de Catarina II.

Quanto aos livros que continuou a colecionar, sabe-se que, nos anos 70 e 80 do século XVIII, promoveu junto de alguns correspondentes em Portugal uma longa campanha a fim de motivar ministros e governantes portugueses a adquirir a sua biblioteca. Começou por fixar o preço em três contos e duzentos mil para o conjunto do espólio e comunicou também a intenção de venda da biblioteca ao embaixador D. Vicente de Sousa Coutinho, antevendo, inicialmente, que os seus impressos e manuscritos pudessem ter como destino as estantes da Livraria da Universidade de Coimbra.³⁰ No meio de arrastadas negociações, surgiram outras hipóteses de colocação em Portugal da biblioteca sanchesiana. O seu mediador em Lisboa procurou interessar o bispo frei Manuel do Cenáculo, em 1765, para “com ella [a biblioteca de Sanches] dar início à grande Biblioteca publica em que se fala”,³¹ instituição que, como sabemos, só viria a ser criada 30 anos mais tarde.³² Gorado este superior desígnio e mais uma vez sem êxito, remeteu o catálogo da biblioteca ao marquês de Angeja, ministro de D. Maria.³³ Os expedientes dilatórios usados por este e outros negociadores não tocavam na questão essencial, o catálogo da biblioteca de Paris de Ribeiro Sanches era formado por muitos livros modernos, possuía cerca de 68 % de edições setecentistas e continha um elevado

29 Willemse 1966, 17.

30 Mendes 1998, 86.

31 Rocha 1980, 346.

32 Domingos 1990, 139-160; Cabral 2014.

33 Mendes 1998, 101-103.

número de autores proscritos e de obras proibidas pelo Índice de 1770 da Real Mesa Censória e por posteriores editais da censura régia.³⁴

Sem surpresas lá encontramos toda a produção de Espinosa, mas no riquíssimo acervo da sua livraria pessoal não existiam edições correntes ou versões traduzidas de obras daquele autor. Ribeiro Sanches possuía nada mais nada menos do que a edição *princeps* do *Tractatus theologico-politicus*, de 1670, com a *fausse adresse* de Hamburgo (na realidade, publicado em Amesterdão), e a primeira edição da *Opera posthuma* (1677-1678), que apareceu imediatamente após a morte do filósofo por iniciativa dos seus amigos e seguidores L. Meyer e J. Jelles, sem indicação do editor, nem do local de impressão. Esta compilação incluía os seguintes escritos: *Ethica more geometrico demonstrata*; *Tractatus politicus* (inacabado); *Tractatus de emendatione intellectus* (inacabado); *Epistolae* (em número de 74); e *Compendium grammatices linguae hebraeae*. No *Catalogue des livres de feu M. Nuñez Ribeiro Sanchès* estas obras aparecem elencadas, respetivamente, com os números 17 e 18.³⁵

Liberdade de consciência e propriedade literária

Enquanto leitor, Ribeiro Sanches não se furtou a dar opinião sobre os livros que guardava nas estantes da sua biblioteca. Nas cartas a amigos comentou pensamentos de inúmeros autores e dissertou, de modo próprio, sobre matérias filosóficas e científicas, especialmente de medicina. No seu *Diário*, recheado de notas de leitura e reflexões pessoais, encontra-se este apontamento sobre um dos seus autores de culto: “*Pensée excelente de Montaigne – ‘Je lis dans Tite Live ce qu’un autre ne lit pas; & Plutarche y lisait aussi, mais bien différentes choses que je ne lis pas.’*”³⁶

34 Rodrigues 1986; Wilemse 1966.

35 *Catalogue des livres de feu M. Nuñez Ribeiro Sanchès*, edição facsimile anexa à obra de Willemse 1966 (inun.).

36 BIS, Ms. 2015, fol. 214 [11 de junho de 1776]. O *Journal* ou *Diário* de Ribeiro Sanches, composto por 322 fólhos, escritos na frente e no verso, foi iniciado no dia 11 de novembro de 1768 e contém registos até 1782, ano que antecede o seu falecimento. Foi redigido em várias línguas, português, francês, inglês, russo, castelhano e latim. No *Journal*, encontram-se outras alusões a pensamentos retirados dos *Essais* de Montaigne, obra que Ribeiro Sanches consultou na edição de P. Coste, Londres, 1724, conforme indica o n.º 805 do catálogo da sua biblioteca, em Paris.

Esta citação de Montaigne bem poderia servir aqui de epígrafe à leitura que Ribeiro Sanches fez da obra de Espinosa.

Como é sabido, Espinosa produziu uma interpretação secularizada da história judaica, retirando o carácter de eleição divina ao destino dos hebreus e salientando que o judaísmo foi, historicamente, uma religião política assente num sistema teológico. Em abono desta interpretação, recorreu à análise histórica para demonstrar que, primitivamente, a religião judaica se impôs por via teocrática. Nesse regime, as leis de Deus serviam de suporte à autoridade suprema, conforme discorreu nos capítulos III e XVII do *Tratado Teológico-Político*.³⁷ Ao encarar a história, a política e a religião de um modo positivo, pôs em evidência as necessárias conexões entre a vida dos homens e as leis imutáveis da Natureza. A sua crítica a um mundo dominado por guerras religiosas e políticas

exigia da filosofia uma dimensão religiosa capaz de mostrar que a razão acolhia verdades lapidares como o pensamento de Deus, o interesse pela natureza, o problema da materialidade e da imortalidade da alma humana, o valor de uma verdade intemporal com maior proximidade e poder vinculativo do que a *praxis* intolerante e militante das confissões religiosas e sua vontade de poder.³⁸

Em termos genéricos, a imagem espinosista da questão religiosa favoreceu a rejeição de toda e qualquer superstição e, com base na crítica a práticas e interpretações correntes do judaísmo ao longo do tempo, habilitou a uma melhor compreensão da situação da comunidade marrana no século XVII.

Recorrendo igualmente à história, Ribeiro Sanches relatava alguns episódios ocorridos no tempo de D. João II, D. Manuel e D. João III, para exprimir a opinião de que com

a introdução da Inquisição, e das inquirições, juntamente com os perdoes geraes, que não somente não se extinguirão os Christãos nóvos, mas que se augmentou muito mais o seu numero, e que a distinção, e differença de Christão novo, e de Christão velho, veyo mais notória e mais distintiva, do que nos princípios, logo que os filhos dos Judeos foram bautizados à força.³⁹

37 Espinosa (1670) 2004.

38 Pereira 1990, 14.

39 Sanches (1760) 1959, 38.

Tal como Espinosa, também Ribeiro Sanches norteou a sua reflexão pela experiência de vida e de convívio no seio de comunidades de tradição marrana. O conhecimento que tinha da cultura judaica e os traços mnésicos deixados por uma infância e juventude vividas com temor e humilhação em Portugal levaram-no a tomar posição contra a “cegueira judaica” e a favor da dignidade de todos os súbditos da monarquia.

Numa passagem impressiva da *Origem da Denominação de Christão-Velho e Christão-Novo em Portugal* recordava, de forma aparentemente impessoal e distante, que: “Tanto hum Menino Christão novo he capaz de brincar com os seus iguaes, logo começa a sentir a desgraça do seu nascimento, porque nas disputas que nascem dos brincos daquela idade, já começa a ser insultado com o nome de Judeo e de Christão novo.”⁴⁰

Vítima de tamanha discriminação, aquele menino, acrescentava Sanches, “agasta-se, peleja, e chora por se ver tratado com desprezo”.⁴¹ Mas, para agravar a sua condição, o cristão-novo aprende, depois, no círculo familiar, a autodenunciar-se e a denunciar pessoas de seu sangue e amigos de judaizarem, para assim escapar com vida, em caso de ser ou de vir a ser processado pelo tribunal da Inquisição. A este costume, que, segundo o seu entendimento, aponta para uma errônea filiação na lei de Moisés, denominou “cegueira judaica”. Tratava-se de um procedimento comum entre os chamados cristãos-novos, incapazes de enfrentarem com outras armas o segredo da delação e o estilo de julgamento utilizado por aquele tribunal da fé, o qual isentava do atroz castigo da pena capital os réus penitenciados que confessassem a sua suposta vinculação ao judaísmo.

Para além da crítica que fazia àquele modo de agir da comunidade cristã-nova, tópico central do referido ensaio sobre “matéria tão difícil e tão ingrata”,⁴² o médico português suscitava, com argumentos adequados ao fortalecimento do Estado, a secularização daquele tribunal, o fim dos autos-de-fé públicos e particulares e a eliminação das inquirições de sangue.

A reflexão de Ribeiro Sanches obedecia, portanto, a um triplo objetivo: esvaziar o funcionamento da Inquisição retirando-a da alçada canónica;

40 Sanches (1760) 1959, 40-41.

41 Sanches (1760) 1959, 41.

42 Sanches (1760) 1959, 31.

devolver ao Estado o poder de regular as ações exteriores dos seus súbditos; e pacificar a sociedade portuguesa, pondo termo a uma divisão injustificada, assente em confissões dissimuladas, falsas e atentatórias da liberdade de consciência. Este último argumento, não evocado expressamente neste ensaio, foi desenvolvido noutros textos de Ribeiro Sanches.

Para já, retenha-se a sua adesão à ideia, retirada de Espinosa, de que “o direito em matéria religiosa pertence integralmente aos soberanos e que o culto externo deve adequar-se à paz da república se se quer obedecer rectamente a Deus”.⁴³ A referência à regulação do culto externo pelo Estado não invalidava o princípio de plena liberdade interior em matéria de crença, prerrogativa do estado de natureza que cada indivíduo conservava após a constituição da sociedade civil, conforme Espinosa explicitou nos capítulos VII, XIV e XIX do *Tratado Teológico-Político*.

De todo o modo, para Ribeiro Sanches, privar os eclesiásticos de usarem da violência para castigarem os hereges e os incrédulos significava relegar a religião cristã para o domínio da consciência e não confundir

. . . os crimes contra a Religião (cujas penas eram apenas espirituais, isto é, a penitência eclesiástica ou a privação da Congregação cristã e dos divinos Mistérios) com os crimes praticados pelos súbditos contra o Estado, que eram da competência da jurisdição civil e diziam respeito apenas às ações exteriores dos homens (cujas penas podiam afectar os bens, a honra e até a própria vida dos acusados).⁴⁴

Na linha de Espinosa, procurou ainda explicar, nas *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760), as raízes históricas daquilo a que chamou “monarquia eclesiástica”, apontando a intolerância como um dos principais malefícios resultantes da interferência da Igreja na esfera do poder civil. Entre outras propostas de vincado acento secularizador, que pressupunham uma clara autonomia do Estado em relação à Igreja, sugeriu o fim do ensino da teologia nas universidades públicas, ao arrepio do que viria a ser a linha de orientação da reforma pombalina da Universidade de Coimbra, em 1772.⁴⁵

43 Espinosa (1670) 2004, 371.

44 Cunha 1994, 378-379.

45 Araújo 2014.

Estava convicto de que só através do poder da razão os indivíduos podiam firmar o pacto de fidelidade ao soberano, alcançar a segurança e salvaguardar a propriedade dos seus bens. Uma vez reconhecido, por juramento, o pacto político, a lei natural não prescrevia. À semelhança de Espinosa, defendeu assim que:

Dois direitos ficavam em poder dos súbditos . . . a propriedade dos seus bens . . . e aquella liberdade interior de querer, não querer, amar, aborrecer, julgar, ou não julgar, ver ou não ver: que são as acções interiores que passam dentro de nós, e que não se mostram por acções exteriores que todo o mundo possa observar visivelmente.⁴⁶

Em abono da mesma tese, recorria ao exemplo de algumas nações europeias, acrescentando que:

Em Hollanda, na Rússia, e Prússia, jamais houve a minima discordia, levantamento, traição, por cauza da Religião, em quanto por Leis esteve estabelecida a *liberdade* de consciência universal a todas as religiões. De onde se vé que a diferença das Religioens não he contraria á paz, nem á concordia, nem á caridade que deve reynar no Estado Civil bem unido e bem governado.⁴⁷

No plano doutrinário, a leitura das fontes histórico-críticas da Bíblia, de Barbeyrac e de Espinosa contribuíram, igualmente, para sedimentar as suas convicções a respeito da liberdade de pensamento e de crença. Com base no recurso a estes e outros pensadores do século, sustentou um ideal de crença mínimo, aceitando que a religião era uma fonte de bem e de caridade por preceito divino, o que o aproximou do cristianismo – facto por ele mesmo reclamado –, sem deixar de o colocar, também, na órbita do deísmo.⁴⁸

A partir do primado da *libertas philosophandi* (Espinosa) e dos contributos de Pierre Bayle e David Hume sobre liberdade religiosa e o direito à crença e à não-crença, Ribeiro Sanches formulou as bases do seu entendimento sobre o conceito de tolerância. Sem hesitação, sustentou que a escravidão atentava contra os princípios da constituição e conservação da sociedade civil. O dilema da tolerância requeria, portanto, a equação dos dois termos do mesmo problema,

46 Sanches (1760) 1959, 219.

47 Sanches (1760) 1959, 275.

48 Cunha 1994, 370- 377; Araújo 2007, 317-322.

pois como explicava: “se a escravidão faz perder aquella igualdade civil que faz o vínculo e a força do Estado, a intolerancia faz perder aquella humanidade, que he o desejo de a conservar para imitar o Supremo Creador, que tudo creou, e tudo está continuamente conservando”.⁴⁹

No plano filosófico, revelou nas obras que publicou e nas notas que deixou manuscritas outras afinidades ideológicas, nomeadamente, com Diderot, d’Alembert, Helvécio e Holbach, figuras que conheceu pessoalmente e com quem trocou ideias e correspondência. Participou na *Encyclopédie*, fornecendo indicações para o artigo “Maladie vénérienne chronique” – tema sobre o qual escrevera abundantemente – e, a título póstumo, na *Encyclopédie methodique* com o artigo atrás referido “Affections de l’âme”, de inspiração espinosista.⁵⁰ Diderot considerava-o “*un homme bien précieux*”;⁵¹ o barão de Holbach acolheu-o em Grandval, e muitos estrangeiros, como Buffon e o abade Raynal, consultaram-no sobre assuntos diversos.

O médico português fora apresentado ao abade Raynal por Diderot, a quem se atribui a crítica mais radical aos modelos de colonização ibérica que constam da edição *princeps* da *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*.⁵² Na preparação da segunda edição desta obra, Sanches serviu de mediador na recolha de mais informações sobre o Brasil. Passou então o inquérito do abade Raynal sobre a América portuguesa ao embaixador de Portugal em Londres, D. Luís Pinto de Sousa Coutinho, que havia sido governador no Brasil, e conservou nos seus papéis os informes por ele fornecidos. As reflexões e notícias daquele diplomata acabaram, como se sabe, por ser incorporadas pelo abade Raynal na edição de 1780 da *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*.⁵³

Cultivando boas relações no meio intelectual parisiense e mantendo uma enorme rede de correspondentes à escala internacional, Ribeiro Sanches

49 Sanches (1760) 1959, 275-276.

50 Araújo 2000, 55-65.

51 Carta de Denis Diderot a Sophie Volland de 28 de outubro de 1760 (Diderot 1957, 3:202).

52 Villaverde Rico 2015.

53 Goggi 2010, 296-297. A diferença entre a versão inicial, mais radical, e o segundo excurso, mais longo e moderado, sobre a colonização do Brasil foi recentemente assinalada (Furtado et Monteiro 2016; 2019).

“*a pu avoir sa place dans les échanges intellectuels des encyclopédistes, et notamment des plus radicaux, sans pour autant participer à la vie des salons, pour laquelle il se sentait peu fait*”.⁵⁴

Nas *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760) – remetidas em segredo para a Corte portuguesa –, defendeu, abertamente, um audacioso programa de secularização do ensino, que implicava a defesa da tolerância religiosa e civil e o fim da escravatura. Trocando impressões sobre o assunto com Diderot, este logo lhe comunicou, em janeiro de 1761, que pensava a questão da tolerância nos mesmos termos, revelando-lhe uma carta sobre a mesma matéria que escrevera ao seu irmão, o abade Didier Diderot.⁵⁵

A aproximação entre os dois amigos haveria de aprofundar-se a propósito da proscrição lançada sobre as *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760). Escritas pouco depois da concessão ao médico português de uma tença régia de 360 000 réis anuais – que assim via premiado o seu patriótico labor de aconselhamento filosófico ao governo de Portugal – as *Cartas sobre a Educação da Mocidade* foram impressas anónima e clandestinamente em Paris, sem indicação de editor e com a *fausse adresse* de Colónia. A impressão, com uma tiragem de cerca de 50 exemplares, foi integralmente suportada pelo autor e entregue na embaixada de Portugal em Paris, em janeiro de 1760, com o compromisso de expedição de todos os volumes para a Corte de Lisboa. Refém da vontade política do governo do futuro marquês de Pombal, Ribeiro Sanches obrigou-se a não revelar a ninguém a autoria da obra e até a sua existência, enquanto não recebesse carta-branca do ministro de D. José. Por isso, afiançava que “não sendo do seu agrado este impresso, ninguém o verá nem lerá”.⁵⁶ Poucas pessoas sabiam, portanto, que tinha redigido este “escrito secretíssimo”, como elucida este passo de uma carta, com data de 16 de setembro de 1760, para o poeta Francisco de Pina e Melo: “O que escrevi foi da Educação Política; da Universal de hum Estado; da Autoridade que tem os Reys, e não os Papas, de regrar, de fazer leis para a dos seus súbditos, tocante ao estado Civil e ao serviço dos súbditos no tempo de pas e de guerra”, e, logo

54 Dulac et Miranda 2004, 265.

55 Dulac et Miranda 2004, 275.

56 Lemos 1911, 346.

a seguir, escudando-se na autoridade do bibliófilo Diogo Barbosa Machado, acrescenta: “Não posso comunicar a VM esse escrito; o Dr. Barbosa podera informalo da cauza, porque não me he licito relatala: Alem disso nem o borrão me ficou desta obra.”⁵⁷

Ribeiro Sanches aceitou o rigoroso sigilo imposto pelo governo de Lisboa, mas, como o livro contrariava a orientação política do absolutismo esclarecido de D. José, totalmente avesso à livre circulação de ideais e à tolerância, perdeu o direito à propriedade da sua criação literária. Para além disso, foi penalizado com a suspensão, durante um período de oito anos, da tença régia que anteriormente lhe tinha sido atribuída.⁵⁸

Em termos práticos, a atitude de Ribeiro Sanches contrastava com o seu alinhamento filosófico radical. Fora irredutível na defesa da liberdade de consciência e de pensamento, crítico em relação ao clericalismo e independente na salvaguarda dos valores da secularização. No entanto, aceitara fazer parte de um “regime literário” fechado e clientelar que amordaçava autores, temia o poder da imprensa, censurava e eliminava livros considerados perigosos.

Curiosamente, na mesma altura em que a sua obra era condenada ao silêncio, em França, os direitos de autores e impressores ocupavam a reflexão de Diderot, que, na memória sobre a liberdade de imprensa, conhecida pelo título *Lettre sur le commerce de la librairie* (1763), colocava a tónica na liberdade de impressão, nos contratos de propriedade literária livremente adquiridos e vendidos pelos autores e no fim dos entraves ao livre comércio de livraria.⁵⁹ A profissionalização do estatuto de autor aparecia assim ligada à legitimidade da propriedade do escritor sobre o seu manuscrito. Como bem sublinhou Roger Chartier, “*La stratégie de Diderot traduit, à sa manière, la transformation de la condition d’auteur dans les trois ou quatre dernières décennies de l’Ancien Régime*”.⁶⁰

Inserido no meio intelectual francês, Ribeiro Sanches, apesar de ter renunciado aos direitos de autoria de uma das suas obras mais importantes, as *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760), acompanhou, a partir dos anos 60 do

57 Ferrão 1936, 58.

58 Mendes 1998, 62-65.

59 Fujiwara 2005.

60 Chartier 1990, 73.

século XVIII, o debate em torno dos privilégios de livraria, espoletado pelas reflexões de Malesherbes e de Diderot. Nas entrelinhas das posições críticas de criadores, editores e livreiros, jogava-se a instauração de uma nova ordem literária, centrada tanto no reconhecimento do mérito autoral, como nos benefícios económicos e culturais trazidos pela livre circulação de ideias e de objetos impressos.

Homem de letras e de ciência, votado ao silêncio pelo governo do marquês de Pombal, Ribeiro Sanches não deixou de participar com notória audácia intelectual, apesar das vicissitudes que experimentou, da mutação ideológica subjacente à emergência de uma opinião pública esclarecida. Enquanto autor, privilegiou a comunicação manuscrita em matérias filosóficas e políticas e, no âmbito da cultura impressa, foi celebrado no campo científico, no século XVIII, em Portugal, Holanda, Inglaterra, Rússia e França.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

BIS – Bibliothèque Interuniversitaire de Santé (Paris)

Manuscrito 2015, fol. 214 [11 de junho de 1776], *Journal* ou *Diário* de Ribeiro Sanches.

Fontes Impressas

- Cunha, D. Luís da. (1736) 2001. *Instruções Políticas*. Ed. Abílio Diniz Silva. Lisboa: CNCDP.
- . (1747-1749) 2013. *Testamento Político*. Ed. Abílio Diniz Silva. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- Diderot, Denis. 1957. *Correspondence*. Ed. Georges Roth. Vol. 3. Paris: Éditions Minuit.
- Espinosa, Baruch de. (1670) 2004. *Tratado Teológico-Político*. Trans. Diogo Pires Aurélio, 3.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Sanches, António Nunes Ribeiro. (1748) 1973. *Origem da Denominação de Christão-velho e Christão-novo em Portugal, e as Causas da Continuação destes Nomes, como também da Cegueira Judaica; com o Método para se Extinguir em Poucos Annos esta Diferença entre os Mesmos Súditos; Tudo para Aumento da Religião Catholica e Utilidade do Estado*. Porto: Livraria Paisagem.
- . (1760) 1959. “Cartas sobre a Educação da Mocidade.” In *Obras*, vol. 1, 199-366. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- . (1787) 1999. *Dissertação sobre as Paixões da Alma*. Introd. org. do texto e notas de Faustino Cordeiro. Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor.
- Silva, Inocêncio Francisco da, et Brito Aranha. (1867) 1972. *Dicionário Bibliographico Portuguez*. Vol. 8, 261-262. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Estudos

- Araújo, Ana Cristina. 2000. “Medicina e Utopia em Ribeiro Sanches.” In *Ars interpretandi. Diálogo e Tempo, Homenagem a Miguel Baptista Pereira*, coord. Anselmo Borges, António Pedro Pita, et João Maria André. Vol. 1, 35-85. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- . 2003. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2007. “Ribeiro Sanches e o Desastre de Lisboa.” In *O Terramoto de 1755. Impactos Históricos*, org. Ana Cristina Araújo, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, Walter Rossa, et José Vicente Serrão, 309-322. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2014. “As Ciências Sagradas na Cidadela da Razão.” In *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, 79-105. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Doi:10.14195/978-989-26-0753-5_3.

- Cabral, Maria Luísa. 2014. *A Real Biblioteca e os Seus Criadores*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- Carvalho, Joaquim de. 1978. "Sobre o Lugar de Origem dos Antepassados de Baruch de Espinosa." In *Obra Completa*. Vol. 1, 367-401. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, Rómulo de. 1979. *Relações entre Portugal e a Rússia no Século XVIII*. Lisboa: Sá da Costa.
- Chartier, Roger. 1990. *Les origines culturelles de la Révolution Française*. Paris: Éditions du Seuil.
- Cluny, Isabel. 1999. *D. Luís da Cunha e a Ideia de Diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cunha, Norberto Ferreira da. 1994. "A Ideia de Tolerância em Ribeiro Sanches." In *Homenagem a Lúcio Craveiro da Silva*, org. Vítor Aguiar e Silva, Acílio Rocha, et Norberto Cunha, 357-394. Braga: Universidade do Minho.
- Diogo, Maria Paula, Ana Carneiro, et Ana Simões. 2001. "Ciência Portuguesa no Iluminismo. Os Estrangeirados e as Comunidades Científicas Europeias." In *Enteados de Galileu? A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência*, org. João Arriscado Nunes et Maria Eduarda Gonçalves, 209-238. Porto: Afrontamento.
- Domingos, Manuela D. 1990. "A Caminho da Real Biblioteca Pública: Dois Documentos, 1775-1795." *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.^a série, 5 (1):139-160.
- Dulac, Georges, et João Miranda. 2004. "'Civiliser' la Russie: sept ans de travaux de Ribeiro Sanches." In *La culture française dans les archives russes. Une image de l'Europe au XVIII^e siècle*, org. Georges Dulac, 239-283. Ferney-Voltaire: Centre International d'Études du XVIII^e siècle.
- Ferrão, António. 1936. "Ribeiro Sanches e Soares de Barros: Novos Elementos para as Biografias desses Académicos." *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa* (20):6-99.
- Fujiwara, Mami. 2005. "Diderot et le droit d'auteur avant la lettre: autour de la lettre sur le commerce de la librairie." *Revue d'Histoire Littéraire de France* 105 (1):79-94. Doi:10.3917/rhlf.051.0079.
- Furtado, Junia Ferreira, et Nuno Gonçalo Monteiro. 2016. "Os Brasis na *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes* do Abade Raynal." *Varia Historia* 32 (60):731-777. Doi:10.1590/0104-87752016000300007.
- . 2019. "Raynal e a Defesa da Colonização Portuguesa do Brasil: A Diplomacia e as Memórias do Visconde Balsemão." *Análise Social* 230 (1):4-33. Doi:10.31447/AS00032573.2019230.01.
- Goggi, G. 2010. "L'abbé Raynal et un questionnaire sur le Portugal et sur le Brésil." *Studi settecenteschi* (27-28):285-316.
- Israel, Jonathan I. 2005. *Les Lumières radicales. La philosophie, Spinoza et la naissance de la modernité (1650-1750)*. Paris: Éditions Amsterdam.
- Jordão, Francisco Vieira. 1990. *Espinosa. História, Salvação e Comunidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lemos, Maximiano. 1911. *Ribeiro Sanches: A Sua Vida e a Sua Obra*. Porto: Tavares Martins.
- . 1913. "Cartas de Ribeiro Sanches ao Dr. Pacheco Valladares." *Archivos de Historia da Medicina Portuguesa*, nova série: pp. 25-31, 57-62, 119-128, 137-143.
- Macedo, Jorge Borges de. 1974. "'Estrangeirados', Um Conceito a Rever." *Bracara Augusta* 28 (65-66):1-30.
- Machado, Fernando Augusto. 2001. *Educação e Cidadania na Ilustração Portuguesa: Ribeiro Sanches*. Porto: Campo das Letras.

- Maréchal, Gerardine. 1991. *Johannes Duijkerius: Het Leven Van Philopater En Vervolg Van't Leven Van Philopater: Een spinozistische sleutelroman uit 1691/1697 opnieuw uitgegeven en van een inleiding en noten voorzien*. Amsterdam: Atlantis.
- Martins, António Coimbra. 1975. "Estrangeirados." In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão. Vol. 2, 466-473. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Mendes, António Rosa. 1998. *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal. Intelectuais e Poder no Absolutismo Esclarecido*. Cascais: Patrimónia.
- Pereira, Miguel Baptista. 1990. "Prefácio." In *Espinosa. História, Salvação e Comunidade*, Francisco Vieira Jordão, 7-50. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rocha, André Crabée. 1980. "Um Epistolário Vienense de Ribeiro Sanches." *Biblos* (56):339-348.
- Rodrigues, Manuel Augusto. 1986. "A Biblioteca de António Nunes Ribeiro Sanches." Separata de *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina*. Coimbra: Arquivo da Universidade Coimbra.
- Santos, Maria Helena Carvalho dos. 1982. "Ribeiro Sanches e a Questão dos Judeus." *Revista de História das Ideias* 4 (1):117-142.
- Spaans, Joke. 2019. "Between the Catechism and the Microscope: The World of Johannes Duijkerius." In *Enlightened Religion: From Confessional Churches to Polite Piety in the Dutch Republic*, ed. Joke Spaans et Jetze Touber, 316-345. Leiden: Brill. Doi:10.1163/9789004389397_013.
- Villaverde Rico, María José. 2015. "La conquista y colonización de la América española, según la Historia de las dos Indias del abad Raynal." In *Visiones de la conquista y la colonización de las Americas*, ed. F. C. Urbano, 107-140. Alcalá: Universidad de Alcalá.
- Wielema, Michiel. 2004. *The March of the Libertines. Spinozists and the Dutch Reformed Church (1660-1750)*. Hilversum: Uitgeverij Verloren.
- Willemse, David. 1966. *António Nunes Ribeiro Sanches élève de Boerhaave et son importance pour la Russie*. Leiden: Brill.

AS LUZES E A EDUCAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA SETECENTISTA: Escritas, valores, práticas¹

Thais Nívia de Lima e Fonseca
Universidade Federal de Minas Gerais

A relação entre o pensamento ilustrado e as reformas da educação empreendidas pela Coroa portuguesa na segunda metade do século XVIII é tema muito visitado pela historiografia. As análises, em geral, orientam-se em duas direções: as formulações sobre a educação numa perspectiva ilustrada presentes na produção intelectual setecentista portuguesa; e as prescrições legais e administrativas estabelecidas pela coroa durante o processo reformador. Com o propósito de contribuir para a reflexão sobre o processo de implantação e funcionamento do ensino régio naquele contexto, particularmente na América portuguesa, pretendo analisar indícios de práticas que destacavam discursos modernizadores num cenário cultural que evidenciava as particularidades da ilustração portuguesa no sentido da conservação de valores. Essas dimensões, presentes na escrita produzida pelos diferentes sujeitos e instâncias sociais envolvidos com o ensino régio – agentes dos poderes central e local, Igreja,

1 Este texto traz resultados de pesquisa realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Agradeço as valiosas sugestões dos editores.

professores régios –, expressavam algum nível de alinhamento com as políticas reformadoras no campo da educação, resguardando princípios fundantes da conformação social na qual estavam inseridos e enraizados.

Na América portuguesa, a capitania de Minas Gerais apresenta-se propícia para essa análise devido a algumas de suas particularidades, como a expressiva urbanização e concentração populacional em vilas e arraiais,² a ausência do clero regular e de suas instituições (conventos e escolas), a presença de uma pesada estrutura administrativa civil e militar, instalada para a proteção dos interesses da Coroa, relacionados com a mineração do ouro e dos diamantes e a arrecadação de tributos. As fontes demonstram o senso de pertencimento à monarquia expresso pela população das Minas quando se tratava de ajustar seus interesses e necessidades às normas vigentes. Entre o último quartel do século XVIII e a independência do Brasil, em 1822, intensificou-se a presença do ensino régio na capitania de Minas Gerais e de sua representação como evidência de modernização e de civilização. Ainda que o processo político-administrativo das reformas iniciadas no reinado de D. José estivesse, de algum modo, comprometido com o pensamento ilustrado, é necessário relativizar a sua recepção pelos sujeitos e instâncias envolvidos com o ensino régio, mesmo entre aqueles mais próximos de uma “cultura letrada”. A recepção das ideias ilustradas em Portugal e seus domínios, conforme tem sido estudada, indica suas particularidades, com destaque para três questões principais: os seus limites, que enfatizavam a secularização de algumas estruturas do Estado e de sua atuação, rejeitando as ideias de laicização; os entrelaçamentos das propostas de modernização e reformas com os fundamentos culturais da sociedade portuguesa, fortemente marcados pela influência do catolicismo; as tendências contrárias às liberdades individuais e a manutenção de mecanismos de controle do pensamento e do comportamento.³

As leis do reinado de D. José (1750-1777) traziam argumentos modernizadores para as reformas realizadas a partir da expulsão dos jesuítas

2 Nas regiões mineradoras da América portuguesa, o termo arraial designava uma localidade dependente de uma vila e integrante de seu termo (Fonseca 2011, 28).

3 Maxwell 1996; Araújo 2000; 2003; Villalta 2015.

de todo o império e o conseqüente fechamento de suas escolas e a proibição de seus métodos. Os termos do Alvará de 1759 são bem conhecidos: “escuros e fastidiosos”, destituídos de sentido prático e atrasados em relação ao que se praticava nas “nações civilizadas” da Europa, os métodos dos jesuítas seriam substituídos para tornar os estudos instrumentos da “felicidade da monarquia”. Esses termos destacados estariam referenciados no pensamento ilustrado conforme apropriado em Portugal, pontuado por elementos vinculados numa cultura da conservação de valores. Logo em suas primeiras linhas, o alvará chamava a atenção para a importância das ciências para a conservação da religião e da justiça, e dos estudos públicos para os “progressos em benefício da Igreja e da Pátria”.⁴

É certo que a ideia de utilidade ligava-se à preparação dos quadros que serviriam ao interesse do bem comum, do Estado, realizando os propósitos modernizadores da administração pombalina. Além disso, a defesa de um ensino que tivesse utilidade não significava, necessariamente, que ele se destinasse à preparação dos indivíduos para a prática de uma atividade específica, mas sim para romper a barreira dos conteúdos puramente teóricos. Por exemplo, superar o mero estudo das gramáticas latina e grega serviria para se alcançar, também, a habilidade de expressão verbal nessas duas línguas. O alvará também deixava clara a defesa de uma unidade de pensamento vinculada à conservação de uma cultura marcada pela influência da Igreja e da religião católica, determinando a extirpação das controvérsias e a conservação da uniformidade da doutrina, o que seria muito importante para se evitar distúrbios na ordem estabelecida. Cabe lembrar que os fundamentos dessas reformas estão associados à já mencionada “singularidade do movimento das Luzes em Portugal”,⁵ que criou genuínas expectativas de modernização entre as elites, mas não foi capaz de enfraquecer as diretrizes de controle social que sustentavam as monarquias centralizadas, como Portugal, conforme salienta Araújo.⁶

A conhecida correspondência do diretor-geral dos Estudos, D. Thomás de Almeida, trocada com diversas autoridades da administração régia nos primeiros

4 Alvará de Regulamento dos Estudos Menores... 1759, 673.

5 Araújo 2003, 15.

6 Araújo 2003, 19.

anos após a decretação do Alvará de 1759, demonstra esses fundamentos. Evidenciando sua preocupação com a tomada de decisões coerentes com as determinações da Coroa, o diretor alertava seus comissários em diferentes regiões do império a zelarem por elas. Um dos principais temas nesta escrita epistolar era sobre o uso dos livros autorizados e a “total destruição dos antigos métodos”. Em carta enviada ao desembargador João Alberto de Castelo Branco, o diretor informava das providências que começava a tomar para o envio dos livros ao Rio de Janeiro, citando-os nominalmente em conformidade com o que “Sua Majestade ordena sirvam para o ensino da Mocidade”.⁷ No entanto, mesmo as obras autorizadas tinham sua leitura controlada. Da *Arte*, do padre António Pereira de Figueiredo,⁸ da Congregação do Oratório, só seria permitida a leitura, pelos estudantes, da versão resumida. A advertência do diretor era clara: “Esta pequena é a que Sua Majestade ordena que se ensine por ela, e se *não deve permitir, nem consentir* que na Classe se use da grande, porque esta só serve para os Mestres se instruírem em suas casas, e suprirem com explicação aos discípulos o que lhes falta nos métodos resumidos.”⁹

Essa distinção do uso da obra completa e sua versão resumida tem sido frequentemente atribuída aos propósitos simplificadores do ensino presentes na reforma, em oposição aos métodos jesuíticos. Mas indica também a força de uma cultura de controle e de censura. Na mesma carta, depois das informações sobre a remessa dos livros e exames dos professores, D. Thomás de Almeida advertia: “É-me preciso lembrar a Vossa Mercê que a cláusula, que lhe ponho em a sua comissão de mandar *queimar todos os livros*, que serviam de ensinar gramática latina pelo método antigo reprovado por Sua Majestade, não é a minha intenção mais que a de que *se extingam esses livros*, para se não usar mais deles.”¹⁰

Os mesmos princípios estariam também presentes no Alvará de 1771, que concedeu à Real Mesa Censória a administração dos estudos menores.

7 ANTT, Manuscritos da Livraria, Diretoria Geral, Cartas do Ultramar, Lv.2596, Carta para o Chanceler da Relação... 1759, 4.

8 Trata-se do *Novo Método da Grammatica Latina*, publicado em 1753.

9 ANTT, Manuscritos da Livraria, Diretoria Geral, Cartas do Ultramar, Lv.2596, Carta para o Chanceler da Relação... 1759, 4. Grifos nossos.

10 ANTT, Manuscritos da Livraria, Diretoria Geral, Cartas do Ultramar, Lv.2596, Carta para o Chanceler da Relação... 1759, 4v. Grifos nossos.

Atribuir ao órgão de censura o gerenciamento da educação seria uma forma de encurtar o caminho do controle sobre a produção e a circulação de ideias, e sobre uma atividade considerada, já naquele contexto, como fundamental para a formação de súditos fiéis e conformados à ordem.

No segundo momento mais significativo das reformas pombalinas da educação, a ideia de modernização expressou-se por meio da Lei de 6 de novembro de 1772, que visava expandir os estudos menores pela criação das aulas régias da instrução elementar, ou seja, do ensino das primeiras letras, além do aumento das que já tinham sido criadas, de Gramática Latina, Grego e Retórica. Essa expansão, no entanto, não deveria afetar a relação entre as hierarquias sociais e o acesso à instrução. Aqueles “empregados nos serviços rústicos, e nas artes fabris” deveriam ser mantidos no limite das primeiras letras, no interesse do funcionamento do “corpo político” do qual essas pessoas constituiriam os braços e as mãos.¹¹ Com isso, conservavam-se as determinações presentes nas Ordenações do reino, que indicavam o tipo de educação a ser dada às crianças e jovens, conforme sua qualidade e condição.¹² As Ordenações tratavam de situações relacionadas com a orfandade e seus desdobramentos legais, sobretudo em relação às obrigações dos juízes de órfãos e dos tutores. Mas expressavam também as rígidas concepções sobre a estrutura e a organização da sociedade portuguesa. Pode-se concluir que a sintonia entre as orientações dadas nas leis reformadoras da educação e as prescrições presentes nas Ordenações do reino não era fortuita. Na Lei de 1772, a dimensão da modernização e do sentido prático da educação estaria na atenção que os mestres das primeiras letras deveriam dar ao estudo da língua portuguesa e, particularmente, às regras de civilidade, caras ao pensamento educacional moderno desde o século XVI e praticado em diferentes partes da Europa, em diferentes contextos sociais, culturais e políticos. Mantinha-se, no entanto, o catecismo. Essas reformas pretendiam a secularização de parte da estrutura do Estado e do gerenciamento de algumas atividades, mas estavam distantes da defesa da laicidade.

11 Lei de 6 de novembro de 1772, 612-613.

12 *Código Philipino* 1870, 211-212.

A aversão às liberdades, junto à cultura do controle, visavam tanto os professores do ensino estatal como colocavam também os mestres particulares sob liberdade vigiada, pois só poderiam trabalhar se submetidos aos critérios do Estado. A ideia de alguma liberdade individual poderia ser vislumbrada no texto da lei, que permitia às famílias que tivessem recursos manterem mestres particulares, mas desde que se submetessem aos métodos e manuais prescritos. O argumento era que isso ajudaria os filhos dessas famílias se, no futuro, pretendessem ingressar nos estudos maiores, nos seminários ou na Universidade de Coimbra. Um problema a ser apontado aqui é que esse argumento, ainda que fosse apenas um argumento, partia do princípio da estrutura hierárquica da sociedade portuguesa e de sua conservação, isto é, que a instrução letrada ficaria restrita às elites, principalmente aquela ministrada em caráter privado.¹³ Esse pressuposto não encontrou correspondência integral em contextos nos quais a rigidez da estrutura social de origem ibérica foi atravessada por outras singularidades, como na América portuguesa e, particularmente, na capitania de Minas Gerais.

No reinado de D. Maria I (1777-1816), a administração dos estudos menores se manteve com a Real Mesa Censória, agora denominada Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, pela Lei de 1787. A reunião e ampliação dessas funções deixa clara a necessidade do controle da produção intelectual e de sua circulação, bem como da educação, com vista a garantir a pureza da religião e condenar as transgressões e divergências. No conjunto dessa produção legislativa, observa-se, assim, a conservação do entrelaçamento do espiritual e do temporal na organização e no funcionamento do ensino estatal reformado.

O entrelaçamento dessas duas dimensões não significava, no entanto, que elas pudessem coexistir em complementaridade apenas porque faziam parte da realidade cultural da sociedade portuguesa. No contexto da circulação e difusão do pensamento ilustrado em Portugal e seus domínios, é necessário

13 A noção de letramento/letrado utilizada aqui não é a definição corrente no século XVIII, mas sim aquela relacionada com o conceito utilizado nos estudos sobre a leitura e a escrita: Graff 1990; Magalhães 2002; Soares 1998; 2003; Marinho et Carvalho 2010.

considerar, além de uma relativa adaptação às bases culturais daquela conformação social, as apropriações menos conservadoras daquelas ideias e as expectativas de que as reformas nelas inspiradas pudessem, de fato, reduzir consideravelmente a influência eclesiástica nas questões da educação. Algumas escritas produzidas no âmbito do ensino régio expunham os conflitos entre o temporal e o espiritual e indicam um cenário mais complexo na relação entre os discursos de modernização e as práticas de conservação. Ainda nos primeiros anos após a decretação do Alvará de 1759, D. Thomás de Almeida concentrava seus esforços no acompanhamento das providências de implantação das novas determinações régias. Mais uma vez sua escrita epistolar aponta os caminhos da construção de um *novo* fazer na educação, consonante com elas. Isso significava, na realidade, confrontar concepções e práticas que deveriam ser alteradas em benefício da reforma. Se o confronto não expressava uma oposição radical entre o temporal e o espiritual, indicava ao menos a necessidade de uma nova acomodação dessas forças na modernidade proposta pela administração pombalina, na qual o Estado procurava impor suas razões às da religião.¹⁴

Em resposta a uma carta do mesmo chanceler do Rio de Janeiro, em 1761, D. Thomás de Almeida reforçava a necessidade de submeter os mestres eclesiásticos, inclusive aqueles dos seminários, às normas recém-estabelecidas. Todos deveriam ser

examinados como Sua Majestade ordena perante o Diretor Geral, ou seus Comissários, porque é sem dúvida que não ensinam a outrem se não aos seus vassalos, e a estes pode Sua Majestade obrigar a que não estudem se não com os Mestres que mostrem a sua idoneidade perante aquela pessoa a quem o mesmo Senhor o recomenda.¹⁵

Continuando sua exortação à observância da autoridade régia, o diretor-geral lembrava que:

Também é indubitável que o ensino não é alguma espiritualidade, ou sacramento que não possa pertencer aos Soberanos, aos quais compete muito propriamente examinar com muita vigilância a Casta de Mestres que ensinam a

14 Santos 2014.

15 ANTT, Manuscritos da Livraria, Diretoria Geral, Cartas do Ultramar, Lv.2596, Carta para o Desembargador Chanceler... 1761, 110v-111.

Mocidade, porque da má doutrina que estes podem dar se seguem os fatais erros, que tanto perturbam a Monarquia.¹⁶

E, em seguida, dirigia suas advertências aos bispos:

De todo o deduzido se segue que Vossa Mercê com muita atenção, e obséquio deve dizer aos Senhores Bispos que sujeitem os seus Mestres ao exame como todos os do Reino tem praticado, e que Vossa Mercê não pode consentir o contrário contra a expressa resolução de Sua Majestade.¹⁷

A sujeição à Coroa, mesmo que diante de um de seus agentes, saído das fileiras da Igreja, como era o caso do diretor-geral, expressava o movimento em busca da modernização pretendida pela monarquia, preocupada com a civilização da nação portuguesa, no reino e em seus domínios, e com o fortalecimento do Estado. No entanto, havia expectativas genuínas de que a influência da Igreja diminuísse com a implantação das reformas. É o que parece ter sensibilizado muitos professores régios que, por suas ideias ou suas práticas, imaginavam um espaço de maior liberdade e acabavam enfrentando respostas de repressão.

Um caso emblemático envolve o poeta e professor régio de Retórica do Rio de Janeiro, Manoel Inácio da Silva Alvarenga, que, juntamente com seu colega João Marques Pinto, professor de Grego, expressou mais de uma vez sua frustração com o espaço ocupado pelos eclesiásticos no contexto educacional da cidade e com as pressões exercidas pelo clero para esvaziar as aulas dos professores leigos. Em carta de 1793, enviada à rainha D. Maria I, os dois professores expuseram o conflito de expectativas quanto ao processo de modernização baseado em ações de secularização do ensino régio. Em sua escrita, Silva Alvarenga e Marques Pinto revelavam sua visão sobre a necessidade da imposição da autoridade da monarquia de modo a confinar o clero em seu lugar próprio de atuação, e deixar aos leigos a condução da instrução pública. Para eles, isso não significava afastar a necessidade de uma educação moral de

16 ANTT, Manuscritos da Livraria, Diretoria Geral, Cartas do Ultramar, Lv.2596, Carta para o Desembargador Chanceler... 1761, 111.

17 ANTT, Manuscritos da Livraria, Diretoria Geral, Cartas do Ultramar, Lv.2596, Carta para o Desembargador Chanceler... 1761, 111.

base religiosa, mas evitaria que os estudantes fossem submetidos, conforme ressaltavam, às falsas noções que confundiriam o entendimento deles acerca dos poderes temporal e espiritual. Embora um pouco longo, vale a leitura de um trecho da carta, em cuja escrita os dois professores régios se esmeraram na exposição dos argumentos que procuravam associar a modernidade ilustrada às ações da monarquia portuguesa, contraposta ao atraso identificado por eles no clero

Por não se contentarem os mesmos Eclesiásticos com desacreditarem de inúteis os Estudos de Vossa Majestade, mas recorrerem ainda ao criminoso estratagem de desacreditarem igualmente a nós mesmos, infamando-nos de Libertinos e Hereges, com o intento de fazer fugir inteiramente a mocidade de estudar conosco os mencionados estudos, para não poderem com eles iluminar o seu entendimento, o que praticam por causa da emulação e rancor de que são animados *por verem que se entregasse com a mais sábia Política, a Professores seculares o ensino público da mocidade*, de que estavam senhores, e que ficaram privados de um dos grandes meios de ganharem influência, e poder sobre os povos; e que também nós ilustrados, e guiados pelas sábias Leis de Vossa Majestade reprovamos a sua frívola Filosofia Peripatética, os abusos que fazem de seu alto poder, e Ministério, as suas errôneas opiniões, e doutrinas ultramontanas, e o fanatismo por eles sustentados, e feitos crer ao povo nécio como Dogmas de Fé, com os quais escudados se abalançam a abater e profanar impunemente, como acontece cotidianamente o sagrado da Autoridade Real dos Soberanos, e negar a obediência e sujeição devida às suas Leis com *grave ofensa da sua Soberania*, escândalo dos bons, e obedientes vassallos, e ruína do sossego público, e por isso já rigorosamente extintos, e banidos pelas providentes Leis de Vossa Majestade; estratagem aquele seu favorito de que lançam mão contra todos, sem perdoar aos mesmos *ilustrados, e pios Monarcas*, logo que conhecem, que eles reprovam e corrigem a sua ruínosa relaxação, e abusos, e com que tem arruinado, não só o crédito, mas também a fazenda e vida de homens de um insigne merecimento, como noutra tempo praticaram os Jesuítas.¹⁸

As ligações desses professores régios com o pensamento ilustrado eram, de fato, concretas, principalmente no caso de Silva Alvarenga, membro ativo da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, fundada em 1786, e suspeita de abrigar ideias libertinas e perigosas à monarquia num momento de grande efervescência política na Europa. A Sociedade Literária foi alvo de uma devassa em 1794, e alguns de seus membros, incluindo Silva Alvarenga, foram

18 AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, Cx. 147, Doc. 11365, Carta do Professor de Grego...1793.

presos e interrogados. Parece haver evidências de que houve envolvimento dos clérigos nas denúncias de conjura e traição feitas aos professores régios integrantes da Sociedade.¹⁹

Os aspectos evidenciados até aqui, presentes nas reformas ilustradas da educação, estendem-se para as práticas de diferentes sujeitos nela envolvidos. As questões relacionadas com o ensino da doutrina e o controle dos comportamentos faziam parte das rotinas – se posso assim dizer – das práticas da educação estatal. As formas adquiridas pelo iluminismo em Portugal mantiveram as redes de retenção dos fundamentos culturais de matriz religiosa da sociedade portuguesa, o que conferiu ao ensino reformado um perfil pouco inovador nesta questão. Embora não se possa dizer que essas características seriam exclusivas de Portugal, as relações entre o Estado e a Igreja permaneceram aí estreitas, até aos conflitos mais acirrados no século XIX, o mesmo ocorrendo no Brasil no pós-independência, em contextos específicos.

A instituição do ensino régio se fez acompanhar, desde a primeira hora, dos mecanismos de controle sobre o comportamento dos professores. Obrigados a se manterem conforme as prescrições indicadas nas leis reformadoras, eles dependiam do reconhecimento público de suas boas condutas para manterem seus empregos e seus salários. Os desvios deveriam ser prontamente relatados e punidos, e geralmente se inscreviam nos campos religioso e moral. As habilidades exigidas de um professor não se limitavam a seus conhecimentos, mas também incluíam a observação dos preceitos religiosos e a boa conduta moral. Menos de um ano depois da decretação do Alvará de 1759, o diretor-geral dos Estudos solicitou ao rei autorização para despedir do magistério o professor de Latim de Évora, devido ao incumprimento do preceito anual da Quaresma e à sua conduta rebelde. José Antônio da Silva Alvares de Carvalho envolvera-se num conflito com o pároco por ter se atrasado no cumprimento daquele preceito, acabando por ser excomungado pela falta. A avaliação do diretor revela a dupla natureza das qualificações exigidas de um professor régio. Dizia ele que Alvares de

19 Tuna 2009.

Carvalho era “excelente gramático”, mas “tolo, teimoso, e muito vaidoso”, e “incorrigível”, e ainda observava:

temo muito que continuamente perturbe a paz, e quietação, e que ensine máximas muito perniciosas à mocidade; nestes termos me ordena V. Majestade em o Alvará de 28 de junho do ano passado . . . que eu corrija, e advirta os Professores que não satisfizerem as obrigações, e que não se emendando lhe dê conta para V. Majestade o castigar com a privação do emprego, e com as mais penas que lhe parecer, pelo que me Parece que V. Majestade me dê faculdade para eu o despedir do Magistério por ter sido causa, e haver dado ocasião a um tão escandaloso ultraje feito não só a ele, mas também a mim, e a todo o corpo de Professores Régios que V. Majestade tem honrado com tantos privilégios, e com honras tão distintas, de que ele se tem feito indigno, também servirá esta demonstração de um estímulo o mais poderoso para obrigar a todos a viverem com sujeição às leis de Deus, da Igreja, e de V. Majestade, não me esquecendo por assim me parecer da bem fundada desconfiança de que esse Professor assim ultrajado fica sem respeito das gentes, e dos discípulos; e que quem tão pouco cuida na consciência própria, menos cuidará em regular a da mocidade de que está entregue.²⁰

Esse documento – de um tipo que com o tempo foi se tornando mais comum – evidencia algumas das questões levantadas neste texto acerca da natureza das reformas da educação iniciadas no reinado de D. José, ao mesmo tempo orientadas por uma perspectiva modernizadora inspirada pelo pensamento ilustrado, e marcadas pela solidez de uma cultura ciosa da conservação de princípios religiosos e morais de longa tradição. O professor Alvares de Carvalho representava um risco em seu magistério pelos maus exemplos e influência que poderia exercer sobre seus discípulos, além de desonrar o recém-criado ensino régio, e incorrer em ingratidão pelos privilégios recebidos do Estado. Esses elementos são compatíveis com uma interpretação acerca da ilustração portuguesa e seus limites, em que propostas de modernização numa perspectiva racionalizadora se faziam num contexto social em que as relações de poder tinham como um de seus fundamentos a concessão de benesses e privilégios e a sujeição à combinação dos poderes temporal e espiritual, encarnados na monarquia e sustentados pela Igreja e pela religião. Não se pode negligenciar o fato que, a despeito das influências

20 ANTT, Ministério do Reino, Diretoria Geral Registro de Consultas a Sua Majestade, Lv. 1096, Sobre despedir do Magistério...1760, 4-26.

e intenções ilustradas, ainda era uma monarquia fundamentada nas estruturas de Antigo Regime, em que a obediência e fidelidade a ela estava conectada à obediência e fidelidade à Igreja e à religião católica.²¹

Alguns casos de transgressão desses princípios chegaram a resultar em denúncias ao Tribunal do Santo Ofício. Já no reinado de D. Maria I, um professor de Gramática Latina da Vila das Alagoas foi denunciado pelo bispo de Pernambuco “por negar o poder das chaves da Igreja, dizendo que excomunhão era bagatela” não querendo que os seus discípulos adorassem ou acompanhassem o Santíssimo Sacramento. Foi também acusado de péssima conduta e costumes, o que representava um risco para a formação da mocidade. A providência imediata tomada pela Coroa foi a de mandar apurar se as acusações eram verdadeiras e, em caso positivo, que o professor José Fernandes Gama fosse suspenso e se providenciasse um concurso para provimento de seu lugar.²² Na denúncia feita pelo bispo ao Tribunal do Santo Ofício, as acusações eram corroboradas por testemunhas que afirmavam as opiniões e a conduta supostamente heréticas do professor Gama, especialmente quando relacionadas com as suas atividades docentes: repreendia e castigava seus alunos com a palmatória quando se atrasavam para a aula por terem acompanhado o Santíssimo Sacramento; não consentia que se interrompesse sua aula quando o Santíssimo passasse à porta; dizia aos alunos que a excomunhão não tinha nenhum valor. As acusações pareciam pesar ainda mais pelo fato de que algumas das testemunhas eram jovens alunos do acusado e confirmavam as transgressões apontadas.²³

Talvez não seja exagerado inferir que o professor Gama desejasse estabelecer limites para as práticas religiosas no cotidiano de suas aulas. Ensinando Gramática Latina, ele não era obrigado ao ensino religioso, embora tivesse de se orientar pelas máximas morais cristãs e exigí-las de seus alunos. A julgar pelos depoimentos desfavoráveis, Gama castigava os estudantes pelos motivos “errados”, e suas posições eram maus exemplos. Neste ponto,

21 Hansen 2000; Paes 2006.

22 ANTT, Real Mesa Censória, Cx. 187, Requerimentos para nomeação... 1790.

23 ANTT, Inquirição de Lisboa, Tribunal do Santo Ofício, Processo... 1790-1792.

as ideias de modernização do ensino se encontravam de forma tensa com as práticas culturais e valores mais arraigados e ainda caros à própria monarquia, o que pode ser entendido como uma das faces características das luzes em Portugal, onde permanecia a vigilância “sobre as consciências individuais, de molde a garantir a conformidade da ordem política ao cânone cultural e à ortodoxia religiosa”.²⁴

Já analisei em outros estudos a rotina de produção dos atestados dados pelas câmaras municipais aos professores régios, declarando sua frequência e assiduidade, conduta moral e o aproveitamento dos discípulos em suas aulas, como condição para o recebimento dos salários.²⁵ Nesses documentos, observa-se a centralidade dos fundamentos religiosos no entendimento acerca das qualidades exigidas a um professor. Mas outros tipos de atestados, emitidos pelos próprios professores régios para que avaliassem o desempenho de seus alunos, dão pistas sobre os sujeitos sobre os quais incidia esse ensino e os possíveis impactos de uma instrução que pretendia impor valores e práticas de uma civilidade considerada moderna. No conjunto dos documentos relativos aos alunos cadetes do Regimento de Cavalaria da capitania de Minas Gerais, e nos quais os professores faziam referências mais pontuais aos conteúdos ensinados, chama a atenção a menção ao ensino das regras de civilidade, tema recorrente nas obras de vários iluministas portugueses e em obras destinadas aos responsáveis pela educação das crianças e jovens, também destacado na legislação reformadora. Os atestados relativos aos cadetes expressam a dupla natureza da visão ilustrada sobre a educação em Portugal, pois indicavam o entrelaçamento entre o ensino da doutrina cristã e seus dispositivos morais e as regras de civilidade, que acabavam, também, se submetendo a eles. Esses documentos foram produzidos no início do século XIX sob o reinado de D. João VI (1816-1826), mas ainda durante a vigência das leis reformadoras. Alguns dos mais detalhados foram escritos pelo professor régio de primeiras letras Egídio Antônio Ribeiro Rosa, de Vila Rica. Atestando a frequência de vários cadetes, o professor indicava que os meninos estavam aprendendo a

24 Araújo 2003, 19.

25 Fonseca 2010; 2013.

ler a escrever, a fazer contas, estudando a doutrina cristã e as primeiras regras de civilidade. Como era prescrito, esses conhecimentos estavam limitados ao ensino elementar e poderiam estar orientados por manuais de civilidade prodigamente publicados desde o século XVIII. Mesmo que tivessem como principal objetivo a formação moral e das boas condutas das crianças e jovens, essas obras valorizavam a dimensão prática da educação e sua organização racional por meio de métodos que tornariam claras as orientações para o

desenvolvimento dos processos de ensino da leitura, da escrita, da civilidade e da doutrina, conforme regras estabelecidas distintamente para cada caso e que envolveriam explicações sobre o quê, como e por quê das coisas. Em certo sentido observa-se o recurso – muitas vezes explicitado pelos autores – à razão como elemento de orientação geral para a boa formulação das regras e para a sua apreensão, ou aprendizado.²⁶

Na aulas da Gramática Latina, não estariam mais presentes a doutrina cristã e as regras de civilidade, mas continuava sendo importante a verificação de sua apreensão e a observação das condutas dos estudantes, registradas nos comentários dos professores nos atestados emitidos sobre os alunos cadetes que frequentavam aquela cadeira: “continua no exercício da Gramática Latina na minha aula com excelente conduta, e muito hábil no mesmo estudo”; “com muito bom comportamento”; “tem continuado sem interrupção os seus estudos, com considerável aproveitamento, e sempre com louvável morigeração”. Os sentidos da praticidade dessa instrução e dos resultados esperados destes estudantes podem ser percebidos na maneira como alguns professores avaliavam os benefícios a serem obtidos por seus alunos. Além das já mencionadas indicações sobre seu comportamento e aproveitamento nos estudos, assinalavam a utilidade desses sucessos em termos práticos. O professor régio de Língua Latina da Vila de São João del Rei, capitania de Minas Gerais, fazia questão de redigir com detalhes seus atestados, chamando a atenção para os benefícios que a instrução dada aos jovens cadetes traria para o Estado, o que remete aos termos recorrentemente encontrados na argumentação que justificava as reformas da educação naquele contexto:

26 Fonseca 2016, 175.

Atesto que Francisco Joaquim de Araújo Pereira e Silva, Cadete do Regimento de Cavalaria de Linha desta Capitania e filho legítimo do Doutor Gomes da Silva Pereira, Professo na Ordem de Cristo, e D. Mariana Joaquina da Silva, continua a instruir-se comigo na Língua Latina e do progresso que tem avançado assim pela sua vivacidade, como pela sua frequente aplicação, não deixa dúvida também pela sua regular educação e natural tranquilo, quanto será útil ao futuro serviço de S.M.F.²⁷

Note-se que o cadete Francisco provinha de família com alguma projeção na sociedade local. Seu pai, bacharel formado em Coimbra, fora advogado dos auditórios da Vila de São João del Rei, tesoureiro da Intendência e procurador da Real Fazenda na mesma vila. Para o jovem cadete, ser instruído nos estudos menores e integrado ao Regimento de Cavalaria faria parte das estratégias familiares para a manutenção das posições sociais e busca de distinção.²⁸ Esse regimento, criado em 1775, foi concebido no âmbito da racionalização administrativa empreendida pelo governo pombalino e contava com a participação expressiva dos grupos sociais de maior prestígio local, principalmente nos quadros de sua oficialidade. A formação das tropas pretendia ser mais qualificada e a instrução letrada passava a ser recorrente entre os seus integrantes.²⁹ A ausência dessas qualificações chegava a ser obstáculo para pleitos de promoção no interior das tropas, como o não saber escrever, por exemplo. Os inúmeros atestados emitidos pelos professores régios sobre o desempenho e conduta dos cadetes da Cavalaria de Minas indicam a confluência dos princípios organizativos do processo reformador sob a égide do pensamento ilustrado: instrução escolar controlada pelo Estado, corpos militares constituídos pelos distintos da terra, formação para o serviço da monarquia. Sem negligenciar, contudo, as bases culturais de uma boa formação cristã.

A ênfase dada até aqui aos aspectos identificados com as estruturas mais tradicionais da sociedade luso-americana não exclui, evidentemente, os elementos genuinamente ligados às concepções e aos projetos modernizantes.

27 APM, Secretaria de Governo da Capitania, Cx.103, Doc. 60, Atestado do professor régio...1817.

28 O estudo sobre as estratégias educativas familiares em Minas Gerais no século XVIII tem sido objeto de um programa de pesquisa sob minha orientação, e que tem produzido importantes trabalhos: Gorgulho 2011; Paula 2016; Angelo 2017; Julio 2017.

29 Cotta 2012.

Em sintonia com o pensamento pedagógico moderno – que o iluminismo ajudou a colocar num lugar central – as reformas e a implantação do ensino régio seriam os instrumentos por excelência do processo civilizador, em Portugal e seus domínios ultramarinos. As reformas foram, assim, capazes de consolidar a visão moderna da educação como instrumento de civilização, cara ao pensamento ilustrado europeu. Cabe-nos verificar, contudo, se a disseminação dessa concepção moderna de educação teria sido mérito exclusivo das reformas da segunda metade do século XVIII, e de que maneira foram apropriadas na América portuguesa, conforme o ensino régio ampliava sua presença nesses domínios, especialmente na capitania de Minas Gerais, pelas razões já mencionadas. Para isso, analisamos a escrita de diferentes documentos relacionados com a administração do ensino régio tendo os professores de primeiras letras e de gramática latina como protagonistas. Foram selecionados 43 documentos produzidos pelos agentes das administrações central e local e pelos professores régios entre meados do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX.³⁰

A análise desses documentos sugere a presença das concepções modernas de educação antes mesmo das reformas iniciadas pelo marquês de Pombal; o que não surpreende, já que circulavam há muito pela Europa. Em Portugal, autores como John Locke, por exemplo, deixaram marcas no pensamento educacional, como é notório na obra de Martinho de Pina e Proença, *Apontamentos para a Educação de Um Menino Nobre*, de 1734. E são também muito conhecidas e estudadas as obras de Luiz Antonio Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, de 1746, e de António Nunes Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, de 1760, associadas ao arcabouço ideológico que alicerçou as reformas do reinado de D. José. Ainda que as obras desses autores não fossem acessíveis a uma parcela considerável da população, os princípios gerais que sustentavam suas propostas educacionais estavam presentes nas práticas sociais e culturais, não apenas no reino, como também

30 Os documentos pertencem aos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino e estão disponíveis na plataforma do Projeto Resgate, no *site* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e do Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte.

na América. A educação por meio do exemplo, a instrução realizada pelo uso adequado da razão, a educação moral como instrumento de civilização e voltada para o bem público, a educação e a ocupação como garante da ordem social, são alguns dos principais aspectos que caracterizaram as concepções educativas modernas tal como foram apropriadas e praticadas em Portugal e seus domínios.

A proibição da instalação das ordens religiosas na capitania de Minas Gerais, em 1711, aumentou a participação das câmaras na sustentação do ensino, por meio do pagamento de mestres de primeiras letras ou de latim. As justificativas e condições apresentadas nestas situações traziam elementos constantes no discurso pedagógico moderno, e que seriam fortalecidos depois da criação do ensino régio gratuito. Em 1750, o reverendo Agostinho de Mattos recebeu licença da Câmara de Vila Rica para ensinar gramática, retórica, humanidades e poesia latina, com pagamento para custear o aluguel de sua casa. A câmara impôs, como condição, que ele ensinasse aos estudantes pobres do termo da vila, sem recebimento de outros benefícios. Tal procedimento foi justificado por ser de “boa utilidade pública”, e em consonância com as qualidades do reverendo Mattos, zeloso no ensino e conhecido “pelo melhor da educação com que a todos edifica na insistência do seu exemplar viver”.³¹

A ideia de utilidade pública pode ter relação, neste contexto, com uma perspectiva atribuída ao iluminismo português, no sentido da atenção ao bem público, ou bem comum, e quase sempre como uma “benesse coletiva”, mediada, senão pelo próprio monarca, por algum de seus agentes.³² Ainda que, como afirma Araújo, “a intervenção secularizadora do Estado no campo do ensino” trouxesse a “ideia de que a instrução era inseparável do bem comum e da felicidade pública”,³³ essas não seriam concepções originais da administração josefina ou de suas sucessoras. Ao menos é o que sugere a escrita de documentos produzidos anteriormente às reformas, como o que mencionamos acima.

31 APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Cx. 25, Doc. 43, Solicitação do pagamento...1751, 4-4v.

32 DeNipoti 2019.

33 Araújo 2003, 54.

Não muito tempo depois dos primeiros atos das reformas do ensino, habitantes da capitania de Minas Gerais começaram a se mobilizar para obterem os benefícios anunciados com a criação das primeiras aulas régias, como fez a Câmara de Vila do Príncipe, sede da comarca do Serro Frio, em 1761. Na representação enviada ao Conselho Ultramarino, os oficiais da câmara davam logo notícia sobre o conhecimento que tinham acerca das recentes leis que haviam abolido todas as classes do antigo método e criado as novas, “em que com mais facilidade e acerto fazem educados os principiantes”,³⁴ em todas as cabeças de comarcas. Argumentavam que a vila estava cada vez mais populosa e sem mestres e lembravam que o rei estava sempre atento “em dispensar todos os *meios úteis* para a conservação e aumento de seus filhos”.³⁵ Os meios úteis ganham o sentido atribuído à época, como a “coisa que serve, que aproveita”, e eram destinados à obtenção do bem comum, a “conservação e aumento de seus filhos”, que seria também a utilidade pública. A partir desse momento, a apreensão dessas ideias – e a disseminação de ações que acabavam por ampliar a presença do ensino régio e seu entendimento como instrumento de modernização e de civilização – foi fortalecida e legitimada pelo aparato legal e administrativo vindo do poder central.

Dois fatores parecem ter sido importantes na construção das características da escrita de documentos no âmbito do ensino régio na capitania de Minas Gerais, e sua relação com os princípios de modernização do Estado a partir da segunda metade do século XVIII. O primeiro fator a ser considerado é a criação, em 1771, do subsídio literário, tributo destinado a financiar o ensino régio, principalmente o pagamento dos salários dos professores. Pouco tempo depois da sua instituição, foram se tornando comuns as queixas de muitas povoações que se encontravam sem aulas régias conquanto contribuíssem na arrecadação do subsídio. Temos observado que os termos cada vez mais utilizados na escrita de representações e petições enviadas ao governo da capitania ou ao Conselho Ultramarino elaboravam

34 AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Cx. 77, Doc. 24, Representação dos oficiais da Câmara...1761.

35 AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Cx. 77, Doc. 24, Representação dos oficiais da Câmara... 1761. Grifos nossos.

sentidos que viam nessa situação um tipo de quebra contratual, coerente com uma concepção política predominante no Antigo Regime ibérico, que garantia mútuo cumprimento de obrigações entre o soberano e seus vassallos. Essa foi a argumentação utilizada pela Câmara da Vila de Pitangui, em 1778, quando seus oficiais lembravam as recentes leis de 6 de novembro de 1772 e de 17 de outubro de 1773 e reclamavam que, embora estivessem “os moradores daquela Vila contribuindo para o mesmo fim; não gozam ainda do efeito saudável de tão sábia providência, por se lhe não haver ainda nomeado até agora os sobreditos Mestres”.³⁶ Nota-se, aos poucos, a introdução de uma nova *nuance*, que arriscaríamos entender como uma sutil percepção de direitos, o direito de ao menos de ter garantida a contrapartida justa pelo pagamento dos impostos. Não se tratava, ainda, do entendimento sobre um direito à educação em si, o que ocorreria somente a partir do século XIX, quando o tema passou a integrar boa parte das constituições liberais no ocidente.³⁷

O subsídio literário tornou-se, assim, principalmente nas três últimas décadas do século XVIII, tema recorrente associado às referências sobre a *necessidade*, além da *utilidade pública*, quando se tratava do ensino régio. A necessidade, relacionada claramente com a “falha” na concessão do benefício, foi também ganhando outro sentido, à medida que o acesso aos estudos apontava para as possibilidades de melhorias na posição social e na obtenção de distinção. Nas Minas Gerais, muitos foram os que se beneficiaram dos estudos públicos, inclusive indivíduos de origem social subalterna e mesmo descendentes de escravos. Já a utilidade continuava a ser argumento de convencimento por estar relacionada com os benefícios da educação para a população e, mais importante, para o Estado, mesmo quando diante de interesses espirituais, como a catequese e o ensino dos índios. Como já foi comentado, essa era uma concepção presente no pensamento ilustrado europeu,

36 AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Cx. 112, Doc. 20, Consulta ao Conselho Ultramarino...1778.

37 No caso do Brasil, a Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I logo após a independência, garantia como um direito a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, ou seja, os indivíduos livres. A definição desse, entre outros direitos, foi o resultado direto da influência dos liberais no processo de emancipação política e de elaboração da constituição. A instrução não era ainda obrigatória. Interessante discussão sobre as perspectivas de *direito de educação* e *direito à educação* em Monteiro (2005).

presente nas obras de intelectuais de diversos países, inclusive na *Encyclopédie*, e nos projetos educacionais elaborados durante a Revolução Francesa.

Esses foram os elementos mobilizados por João Pedro de Almeida quando requereu, por volta de 1778, o emprego de professor de primeiras letras pago pelos recursos do subsídio literário, para ensinar os índios do Sertão do Rio Doce, na capitania de Minas Gerais. Sua representação, enviada à rainha D. Maria I, relatava que Almeida já se dedicava à atividade e desejava continuar o trabalho de conversão e civilização dos índios, precisando do emprego para seguir também com a preparação para se ordenar sacerdote. Entre os benefícios decorrentes do “aumento espiritual dos índios” e a extinção do “gentilismo”, a representação de João Pedro de Almeida apontava ainda que “cresceria a Agricultura, e o número de vassalos: a introdução do Comércio; os interesses da Fazenda Real, e dos Povos: e finalmente resgataria Vossa Majestade das garras do Inferno aquelas almas para Deus”.³⁸ E lembrava as medidas tomadas pelo rei D. José em relação à catequese e educação dos índios, responsáveis por grandes progressos.

O segundo fator que consideramos na análise da escrita de documentos no âmbito do ensino régio na capitania de Minas Gerais é o movimento de fiscalização e controle sobre os professores e seu magistério, no qual se nota pelo menos dois efeitos importantes: a criação de uma sistemática administrativa para verificação do cumprimento das diretivas impostas pela legislação e a consolidação de valores que extrapolavam os aspectos de natureza moral e comportamental até então mais considerados do que as qualidades profissionais. Já analisámos o primeiro efeito em outro trabalho, e aqui daremos ênfase ao segundo.³⁹

O reinado de D. Maria I (1777-1816) foi decisivo no processo de consolidação do ensino régio, em Portugal e na América. Durante esse período – que inclui a regência de D. João –, foram estabelecidos critérios mais definidos para o funcionamento desse ensino, sobretudo no que diz respeito

38 AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Cx. 112, Doc. 67, Requerimento de João Pedro de Almeida...1778.

39 Fonseca 2010.

aos professores, seu ingresso e sua permanência no magistério. Os objetivos da interferência do Estado na educação de caráter escolar ficaram mais claros pelo que hoje chamaríamos de utilidade social e, na medida do possível, foram melhor definidos os procedimentos para o seu gerenciamento, inclusive no Brasil.

Um Aviso de 1792, enviado à Junta da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais por meio da Real Mesa da Comissão Geral sobre Exame e Censura dos Livros, apontava as informações recebidas sobre os problemas no funcionamento das aulas régias – sobretudo relacionadas com os professores – e ordenava mecanismos de fiscalização e controle sobre a assiduidade e cumprimento das obrigações, e a emissão de atestações pelas autoridades locais como condição para o pagamento dos salários. Interessa reter aqui os termos utilizados na escrita desse aviso, pois serão encontrados com frequência nos documentos que decorreram dessa ordem, ao longo das primeiras décadas do século XIX. Deixa-se claro que o objetivo do estabelecimento do ensino régio foram os “fins úteis e necessários” para a instrução dos súditos, “muito principalmente para os que por falta de possibilidades não podiam ser instruídos por Professores e Mestres particulares, ficando por isso *inábeis para o serviço de Deus, do Público e Meu, e ainda para si mesmos*”.⁴⁰

A partir desse momento, os documentos produzidos relativamente à capitania de Minas Gerais pelas administrações central e local, para ou pelos professores régios, incorporaram mais frequentemente alguns termos e seus significados que denotavam os interesses do Estado, dos professores e da população. Destacam-se assim os que tinham relação com as concepções de bem comum e de utilidade pública quando se tratava de enfatizar a importância do ensino régio e da presença das aulas e de seus professores nas vilas e arraiais; os que procuravam demonstrar a aceitação ou aprovação da população quanto ao trabalho dos professores quando eram avaliados; os que se referiam às qualidades dos professores para o exercício do magistério. Este último caso é que chama mais atenção, pois ao longo das três primeiras décadas do século XIX, quando as aulas régias estavam mais disseminadas

40 APM, Secretaria de Governo da Capitania, Cx. 23, Doc. 35, Aviso dos deputados...1792. Grifos nossos.

pela capitania, os documentos relativos aos professores – requerimentos para a ocupação de cadeiras vagas, solicitação de pagamentos de salários atrasados, pedidos de licenças por motivos diversos, todos quase sempre acompanhados de atestações comprobatórias das câmaras, ouvidores ou eclesiásticos – foram abandonando, em sua escrita, as referências aos aspectos morais, concentrando-se nas qualidades profissionais dos professores. Entre os 43 documentos localizados envolvendo professores régios das Minas, 67 % foram produzidos entre 1800 e 1822 e, entre esses, 80 % destacavam qualidades como perícia, disciplina, zelo, luzes, conhecimento, capacidade, habilidade, instrução, inteligência, sem abandonar, contudo, as menções à boa conduta, à dignidade, ao comportamento exemplar. O que é digno de atenção é a ênfase, que passa a recair sobre aspectos mais “técnicos”.

Em um abaixo assinado de 1819, os moradores do Arraial da Itabira, comarca de Sabará, solicitavam um professor de Gramática Latina, apresentando argumentos que usualmente encontramos nesse tipo de documento desde a criação do subsídio literário: crescimento da população, que tinha entre sete e oito mil habitantes; expressiva produção econômica, que gerava volume considerável de tributos, entre os quais o quinto do ouro e o dito subsídio; a grande distância entre o Arraial e a povoação mais próxima onde havia aula régia. Além de justificarem também a necessidade da aula de Gramática pelo benefício do “Real serviço, habilitando-se a mocidade para o prestar”, diziam que os pais com recursos suficientes para enviar seus filhos ao estudo em outras localidades não podiam contar nelas com a existência de colégios ou “casas de educação” que pudessem receber os meninos, “facilidades que na Europa se encontram”.⁴¹ Referiam-se, provavelmente, aos colégios internos, ainda pouco disponíveis no Brasil no início do século XIX e inexistentes em Minas Gerais até 1821, quando começaria a funcionar o célebre Colégio do Caraça, dirigido pela Congregação da Missão.⁴²

Um candidato já havia se apresentado para a vaga a ser criada, e a Câmara da Vila Nova da Rainha, no termo da qual se situava o Arraial

41 APM, Secretaria de Governo da Capitania, Cx. 113, Doc. 36, Sugere ao Governador...1819. O título atribuído ao documento refere-se a um dos papéis juntos ao abaixo-assinado.

42 Andrade 2000.

da Itabira, atestou suas credenciais: era residente no Arraial e já ensinava Gramática Latina para mais de 30 estudantes, “com grande crédito, e aceitação do público”. O atestado acompanhava uma carta de apresentação na qual se usavam termos semelhantes: “pela sua conduta, e perícia, será útil ao ensino da Mocidade, como Vossa Excelência se pode informar, porquanto eu peço, tendo em vistas não só o arranjo dele, porém e principalmente o bem público”.⁴³ É certo que a escrita desses documentos, tanto o atestado quanto a carta de apresentação, estão marcados por interesses muito particulares, inclusive muito pessoais, como é o caso da carta, escrita pelo primo do pretendente. Não é nosso propósito, contudo, tratar dessas características, mas sim destacar o processo de transformação pelo qual foi passando a compreensão dos sujeitos da época sobre o lugar da educação pública – neste caso, do ensino régio – enquanto sua presença se consolidava na capitania de Minas Gerais como resultado das ações do Estado português. Nosso entendimento é que esse foi, também, um processo de (re)construção de valores no campo da educação, e que foi importante como base para os movimentos empreendidos pelo Estado brasileiro independente ao longo do século XIX.

A escrita dos diferentes sujeitos envolvidos no movimento reformador da educação no mundo luso-americano setecentista expressa discursos e práticas conforme as linhas mestras das concepções educacionais predominantes no período, e os usos que se faziam delas, conforme as circunstâncias e necessidades. A análise dessa escrita aqui desenvolvida não pretendeu apenas confrontar as prescrições com as práticas, mas evidenciar que ambas estavam imbuídas de elementos similares e conectados. As propostas e ações reformadoras inscritas no cenário bafejado pelas luzes do século, em Portugal e seus domínios, faziam jus às elaborações intelectuais, políticas e jurídicas da ilustração portuguesa, marcada pelas particularidades destacadas no início deste texto: a secularização longe da laicização, a modernização orientada pelas bases culturais da sociedade lusa, os limites às liberdades e a presença da cultura do controle. Mas é preciso destacar os elementos indicativos de que as reformas representaram,

43 APM, Secretaria de Governo da Capitania, Cx. 113, Doc. 36, Sugere ao Governador...1819.

também, os fundamentos de novas relações e adaptações surgidas de contextos particulares. Se a modernização pretendida em Portugal por meio da educação significaria sua (re)aproximação das “nações mais civilizadas” da Europa, na América portuguesa – e aqui tratamos mais especificamente das Minas Gerais – ela seria vista como a superação da impermanência e um sinal da consolidação de uma sociedade que se queria civilizada e “europeia”, ao menos no que dizia respeito às elites locais. Mas também acabou por alimentar as pretensões de uma parcela da população, constituída majoritariamente de pardos libertos, desejosa de se afastar das marcas da escravidão por meio da aquisição das habilidades da leitura e da escrita e, talvez, de conhecimentos que a ajudariam a alçar outros patamares, como a gramática do latim. Não se quer com isso dizer que as reformas inspiradas pela ilustração promoveram rápida ou facilmente a ascensão social, mas foram capazes, de forma relativa, de propiciar oportunidades. Talvez o que tenha feito com que, em 1820, José Corsino de Azevedo, filho de uma preta forra, fosse professor particular de primeiras letras na Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes, e pleiteasse, com recomendação da Câmara da Vila, o emprego de professor público.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais

Consulta ao Conselho Ultramarino sobre a conta que deram os oficiais da Câmara da Vila do Príncipe, na qual solicitam a nomeação de mestres para a instrução dos jovens. 1778. Cx. 112, Doc. 20.

Representação dos oficiais da Câmara de Vila do Príncipe, solicitando a fundação da escola de gramática na sua Comarca. Cx. 77, Doc. 24.

Requerimento de João Pedro de Almeida, pedindo o emprego de mestre dos índios do Suaçuí Pequeno, assim como a construção de uma capela para o batismo dos mesmos. 1778. Cx. 112, Doc. 67.

Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro

Carta do professor de Grego, João Marques Pinto, e do professor de Retórica, Manoel Inácio da Silva Alvarenga, à rainha, 28 de Março de 1793. Cx. 147, Doc. 11365.

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)

Inquisição de Lisboa, Tribunal do Santo Ofício

Processo José Fernandes Gama. Mestre de Latim, morador de Alagoas, Bispo do Pernambuco, Acusado de Heresia. 1790-1792.

Manuscritos da Livraria, Diretoria Geral, Cartas do Ultramar, Lv. 2596

Carta para o Chanceler da Relação do Rio de Janeiro, o Desembargador João Alberto de Castelo Branco, 1759.

Carta para o Desembargador Chanceler do Rio de Janeiro João Alberto de Castelo Branco, 1761.

Ministério do Reino, Diretoria Geral Registro de Consultas a Sua Majestade, Lv. 1096

Sobre despedir do Magistério a Jose Antonio da Silva Alvares de Carvalho que se achava ocupando uma Cadeira de Latinidade em Évora porque faltando a cumprir o preceito anual nesta quaresma próxima passada se deixou declarar por excomungado.

Real Mesa Censória

Requerimentos para nomeação e colocação dos professores dos Estudos Menores, 1777-1818. Cx. 187.

APM – Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte)

Câmara Municipal de Ouro Preto.

Solicitação do pagamento anual. 1751. Cx. 25, Doc. 43.

Secretaria de Governo da Capitania

Atestado do professor régio de Gramática Latina Manoel da Paixão e Paiva. 1817. Cx. 103, Doc. 6.

Aviso dos deputados da Real Mesa da Comissão Geral sobre Exame e Censura dos Livros à Junta da Real Fazenda sobre a cobrança do Subsídio Literário e a forma como deve ser feito o pagamento dos professores e mestres. 1792. Cx. 23, Doc. 35.

Sugere ao Governador o nome de seu primo para ocupar a cadeira de Gramática Latina que será criada no Arraial de Itabira. 1819. Cx. 113, Doc. 36.

Fontes impressas

“Alvará de Regulamento dos Estudos Menores de 28 de Junho de 1759.” In *Collecção da Legislação Portuguesa desde a Última Compilação das Ordenações, Redegida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: na Typografia Maigrense.

Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recopiladas por mandado d'El Rey Philippe I. 2004. Ed. Fac-similada da 14.^a ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821, por Cândido Mendes de Almeida. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

“Lei de 6 de novembro de 1772.” In *Collecção da Legislação Portuguesa desde a Última Compilação das Ordenações, Redegida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774*. 1829. Lisboa: na Typografia Maigrense.

Estudos

Andrade, Mariza Guerra de. 2000. *A Educação Exilada. Colégio do Caraça*. Belo Horizonte: Autêntica.

Angelo, Fábio Vinhas Manini. 2017. *Herdeiros: O Papel da Família na Educação das Futuras Gerações nos Termos de Sabará e Vila Rica (1710-1780)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

Araújo, Ana Cristina. 2000. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

———. 2003. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte.

Cotta, Francis Albert. 2012. *Matrizes do Sistema Policial Brasileiro*. Belo Horizonte: Crisálida.

DeNipoti, Cláudio. 2019. “Útil/Utilidade.” In *Glossário de Termos do Mundo Ibérico Setecentista*. URL: <https://denipoti.wixsite.com/website/utit-utilidade>. [Acesso: 24.11.2020.]

Falcon, Francisco, et Cláudia Rodrigues, eds. 2015. *A “Época Pombalina” no Mundo Luso-Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Fonseca, Cláudia Damasceno. 2011. *Arraiais e Vilas d'el Rei: Espaços e Poder nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG. Doi:10.7476/9788542303070.

Fonseca, Thais Nívia de Lima e. 2010. *O Ensino Régio na Capitania de Minas Gerais, 1772-1814*. Belo Horizonte: Autêntica.

———. 2013. “As Câmaras e o Ensino Régio na América Portuguesa.” *Revista Brasileira de História* 33 (66):229-246.

———. 2016. “Circulação e Apropriação de Concepções Educativas: Pensamento Ilustrado e Manuais Pedagógicos no Mundo Luso-Americano Colonial (Séculos XVIII-XIX).” *Educação em Revista* 32 (3):167-185. Doi:10.1590/0102-4698154181.

- . 2019. “Pesquisa sobre Educação no Antigo Regime Luso-Americano: Percursos Metodológicos.” In *Historiografia da Educação. Abordagens Teóricas e Metodológicas*, ed. Cynthia Greive Veiga et Marcus Aurelio Taborde de Oliveira, 21-48. Belo Horizonte: Fino Traço.
- Fonseca, Thais Nívia de Lima e, et Antonio Cesar de Almeida Santos, eds. 2020. *Cultura e Educação na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Gorgulho, Talitha Maria Brandão. 2011. *“Aos Órfãos que Ficaram”: Estratégias e Práticas Educativas dos Órfãos de Famílias Abastadas na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Graff, Harvey. 1990. “O Mito do Analfabetismo.” *Teoria & Educação* 2:36-64.
- Hansen, João Adolfo. 2000. “A Civilização pela Palavra.” In *500 Anos de Educação no Brasil*, ed. Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, et Cynthia Greive Veiga, 19-41. Belo Horizonte: Autêntica.
- Julio, Kelly Lislie. 2017. *“Os Tem Tratado e Educado”: As Mulheres e Suas Ações para a Manutenção da Família e a Educação de Menores no Termo de Vila Rica, MG (1770-1822)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Magalhães, Justino Pereira de. 2002. “Alfabetização e História: Tendências e Perspectivas.” In *Leitura: Práticas, Impressos, Letramentos*, org. Antônio Augusto Gomes Batista et Ana Maria de Oliveira Galvão, 119-142. Belo Horizonte: Autêntica.
- Marinho, Marildes, et Gilcinei Teodoro Carvalho, orgs. 2010. *Cultura Escrita e Letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Maxwell, Kenneth. 1996. *Marquês de Pombal, Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Monteiro, A. Reis. 2005. *História da Educação. Uma Perspectiva*. Porto: Porto Editora.
- Paes, Maria Paula Dias Couto. 2006. *A Sociedade do Corpo Místico. A Formação do Império e a Formação da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Paula, Leandro Silva de. 2016. *O Papel dos Tutores na Educação e na Inserção Social de Órfãos no Termo de Mariana (1790-1822)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Santos, Antonio Cesar de Almeida. 2014. “As Ciências não Podem Florescer sem que o Estado se Aperfeiçoe: Reformas do Ensino no Setecentos Português.” *História Questões & Debates* 60 (Jan./Jun.):39-63. Doi:10.5380/his.v60i1.38278.
- Soares, Magda Becker. 1998. *Letramento: Um Tema em Três Gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica.
- . 2003. *O que É Letramento*. São Paulo: Diário do Grande ABC.
- Souza, Laura de Mello e. 2006. *O Sol e a Sombra. Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Tuna, Gustavo Henrique. 2009. *Silva Alvarenga: Representante das Luzes na América Portuguesa*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Doi:10.11606/T.8.2009.tde-01122009-120848.
- Villalta, Luiz Carlos. 2015. *Usos do Livro no Mundo Luso-Brasileiro sob as Luzes: Reformas, Censura e Contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço.

O PAPEL, A TINTA E O ARMÁRIO:

Em torno da administração colonial lusó-brasileira setecentista

Caio Boschi

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto de Ciências Humanas

É inequívoco nas últimas décadas, pelo menos no Brasil, o afã com que os estudiosos de história se dirigem aos arquivos. A louvável conduta, porém, nem sempre encontra correspondência na reflexão a respeito. Ao planejar ou dar início, nos arquivos, às tarefas de identificação e coleta das fontes que subsidiarão seu trabalho, o pesquisador, por vezes, faz tábula rasa de circunstâncias respeitantes à produção das fontes de que se vai servir. Atém-se, em especial, ao valor utilitário das informações que pode extrair da documentação, sem se questionar sobre importantes condicionalismos a que ela esteve e está sujeita, até mesmo antes do momento de sua elaboração.

Dessa forma, a consulta e a compilação dos dados fornecidos pelos documentos apresentam-se como atividades naturais, que prescindiriam de ser objetos de intelecção. De acordo com Rosa, no entanto,

. . . recolocar as fontes no seio da reflexão epistemológica da História parte de uma recusa primeira de as naturalizar; e obriga a uma consideração profunda da ‘fase documental’ (conceito que [Étienne] Anheim toma de Paul Ricoeur), que desde logo assumo que a fonte não é então o ponto de partida, mas sim um ponto de chegada,

que naquela fase se deve interrogar, reconstituir, compreender. É preciso desenvolver, de pleno direito, uma etapa prévia à mais simples crítica da fonte . . . As operações que constituem esta etapa devem ser objeto de uma definição historiográfica, que passe pela constituição de ‘novos protocolos de investigação’ assentes numa ‘imaginação do historiador’ em modo de *inventio* escolástico . . .¹

Em síntese, é preciso que o pesquisador se inteire melhor dos saberes arquivísticos e que os incorpore ao seu exercício laboral.

Um segundo aspecto a ser considerado é a necessidade de se identificar o que é um documento de arquivo. Logo, dentre outros requisitos preliminares, ignorar a procedência dos documentos, a forma e as contingências na constituição dos acervos e a trajetória histórica das instituições que os produziram e que os custodiam são comportamentos a ser evitados na elaboração do trabalho historiográfico. Realizar a análise crítica da proveniência e, por extensão, da organicidade dos documentos é cuidado que se deve ter para compreender o efetivo estatuto de *fundo* com que os arquivos tendem a nomear e a qualificar a massa documental que lhes é cometida. Significa dizer: se a organização e a ordenação dos acervos documentais permanentes se realizam hoje por intermédio dos chamados *fundos*, é igualmente incontestável que os consulentes tenham pleno conhecimento de como, quando e, sobretudo, em que circunstâncias eles foram constituídos e entregues à guarda das instituições que os abrigam.²

Daí o debate que vem sendo realizado no respeitante ao próprio material de trabalho do historiador, fazendo com que seja revista nossa atitude de atribuir uma condição passiva de matéria bruta à documentação compulsada e analisada. Nas palavras de Rosa, “incorporar nas problematizações historiográficas as sucessivas transformações da informação – incluindo a que desapareceu – é hoje em dia, de forma cada vez mais disseminada, um requisito fundamental de uma análise histórica complexa”.³

1 Rosa 2017, 553. Como também ressalta Subtil (1996, 108), o historiador não deve “refugiar-se no mau ou incompleto trabalho do arquivista, na medida em que do controle sobre a documentação que investiga resultará o controle epistemológico das informações com as quais será produzido e sustentado o seu próprio discurso historiográfico . . . A atitude do historiador que não comece por colocar como problema epistemológico o próprio arquivo histórico onde desenvolve a sua investigação corresponde, sem dúvida, a renunciar ao conhecimento das condições que o predispõem a intervir no polo empírico da sua investigação”.

2 Essas assertivas estão desenvolvidas e exemplificadas em Boschi (2017; 2018).

3 Rosa 2012, 22.

Tais advertências serão aqui retidas em abordagem sumária relativa à produção escrita dos administradores luso-brasileiros do século XVIII. Início, então, por uma platitude: a clareza e a densidade dos textos que elaboramos guardam relação direta com o bom conhecimento das estruturas político-administrativas e burocráticas, bem como com o percurso das instituições coloniais, para a melhor percepção e compreensão das ações por elas incrementadas e dos fenômenos históricos que a elas estão associados.

Conhecer o órgão produtor, contudo, não se reduz a identificar suas competências e atividades, o que pode ser verificado nos textos fundadores e normativos dos organismos.⁴ Importa, então, saber como efetivamente atuavam e como se desenrolavam suas atividades de rotina, ou seja, é preciso apreender as vicissitudes vivenciadas pelas instituições emitentes dos documentos para se compreender, por exemplo, as oscilações no fluxo da produção escrita e as alterações na importância e nos conteúdos dos textos documentais determinadas por mudanças nas estruturas administrativas. Por ignorarmos o funcionamento dos órgãos administrativos produtores da documentação com a qual lidamos, torna-se fragmentada e parcial a percepção que possuímos tanto da gênese e da tramitação dos documentos neles e entre eles elaborados, como da forma de sua conservação.

Apliquem-se esses comentários à realidade sócio-histórica eleita. Antes, porém, uma constatação auspiciosa. De acordo com Schwartz,

... poucas pessoas teriam predito, há duas décadas, que a história administrativa se tornaria um foco de novas interpretações e controvérsias, mas o papel dominante do Estado na História brasileira talvez tivesse garantido seu principal papel também na historiografia moderna. No Brasil, como em outros países, os últimos vinte anos testemunham o questionamento de uma narrativa que faz com que o Estado seja o protagonista invariável da História. [Assim,] ... em geral, pesquisadores envolvidos com o Brasil não tiveram de colocar o 'Estado de volta', uma vez que abordagens da História Social nunca o tiraram de reflexão.⁵

4 A título ilustrativo, nesse gênero documental, para a América portuguesa, recorde-se o utilíssimo *Fiscais e Meirinhos: A Administração do Brasil Colonial*, coordenado por Graça Salgado (1985).

5 Schwartz 2009, 208-209. Uma das explicações para esse salutar movimento é o da facilitação de acesso a extensos fundos documentais pela sua reprodução microfílmica e digitalizada. O mais expressivo disso são as atividades promovidas sob a égide da Comissão Luso-brasileira de Preservação e Divulgação Documental – COLUSO, por meio do seu braço operacional, o Projeto Resgate Barão do Rio Branco. A respeito deste, reporte-se a Boschi (2018). No novo quadro historiográfico, cito um

Convergindo as atenções para o propósito anunciado, sucede recordar que, na esfera da Metrópole, as decisões e orientações político-administrativas para as Conquistas emanavam, fundamentalmente, de dois órgãos: o Conselho Ultramarino (1643) e a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1736). Entretanto, é pouco o que se sabe a respeito da dinâmica e do funcionamento deles. Nesse sentido, o Conselho Ultramarino não dispõe de estudos compatíveis com sua importância e condição planejadora e decisória da política do Império Marítimo Português. O texto mais próximo sobre seu trajeto é o publicado em 1943 por Marcelo Caetano,⁶ o qual, como bem ressalva Myrup, “dedica apenas 15 páginas [pp. 23-38] para a história do órgão propriamente dita”,⁷ cabendo observar, além disso, que todos os trabalhos posteriores se reportam a ele.

Quanto à Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar, a produção historiográfica é ainda mais escassa. Praticamente nenhum estudo específico lhe é dedicado; tão-somente referências laterais ou paralelas às de órgãos criados na oportunidade.

Face ao exposto, urge revelar, dentre outros empreendimentos historiográficos, como se dava a formação de arquivos e a fixação dos critérios e das diretrizes operacionais constitutivos dos acervos documentais dessas repartições, isto é, como se davam os processos organizacionais de produção, circulação, utilização e preservação da documentação produzida em diferentes materialidades, tentando apurar a continuidade ou a permanência desses parâmetros, bem como os momentos, os motivos e a caracterização de alterações desses *corpora*, inclusive no que diz respeito às novas territorialidades dos acervos.⁸

importante contributo: Frago (2017). Nesta obra, publicam-se resultados das atividades do projeto “A Comunicação Política na Monarquia Pluricontinental Portuguesa (1580-1808): Reino, Atlântico e Brasil”. Trabalho de vulto, envolvendo numerosos historiadores e tendo como *corpus* documental básico os fundos sobre o Brasil, disponibilizados pelo “Projeto Resgate”, e sobre Angola, guardados no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Como anuncia António Manuel Hespanha no “Prefácio”, os textos do livro ocupam-se de diversos elementos das redes comunicacionais no contexto histórico nomeado, isto é, “os comunicantes, o suporte da comunicação, com seus alcance e durabilidade, a seleção, tipologia e gramática dos conteúdos, os impactos externos das mensagens” (2017, 10).

6 Caetano 1943. Em 1967, o texto foi ampliado e republicado sob o título *O Conselho Ultramarino: Esboço da Sua História*. Há versão brasileira, publicada no Rio de Janeiro por Sá Cavalcante Editores, em 1969.

7 Myrup 2009, 266. Myrup é autor da produção acadêmica de maior fôlego sobre essa instituição, mas cuja essência se volta para o estudo de outras temáticas (Myrup 2006). O mesmo ocorre com Barros (2008), Cruz (2015) e Monteiro (1997).

8 A respeito da mobilidade dos fundos documentais dos dois citados organismos geradores do atual acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, veja-se Boschi (2018).

Outra vertente que está a demandar maior consideração investigativa são as individualidades que cuidavam da rotina de trabalho dessas instituições. Não os seus dirigentes, mas sim o oficialato administrativo.⁹ Desconhecem-se as biografias dos agentes administrativos enviados para a colônia e as relações de poder inerentes às suas designações. Estudam-se as elites, o poder local e a “administração superior” – os vice-reis, os governadores de capitanias, os juizes e os ouvidores –, enquanto raramente se examinam os secretários de governo, os escrivães e o corpo de operadores da rotina da administração.

No caso do reino, por exemplo, importa penetrar nos meandros cotidianos do labor administrativo da Secretaria do Conselho Ultramarino, curiosamente exercida por três membros da família Lopes de Lavre por mais de um século, entre 1678 e 1796.¹⁰ Cumpre conhecer seus auxiliares e os quadros secundários da referida Secretaria de Estado e averiguar seu estatuto, a natureza dos cargos e as formas de seu provimento.

Do outro lado do Atlântico, o vazio parece ser maior. Quase nada, por exemplo, se detecta sobre os responsáveis pelo trabalho fundamental das secretarias de governo das capitanias. Consigne-se, a propósito, que uma das lacunas primárias da arquivística e da historiografia brasileira, no tocante aos instrumentos de busca, é a inexistência de uma lista nominal dos ocupantes dessas secretarias.¹¹

Quanto a se recuperar as premissas orientadoras da recolha, organização e preservação dos acervos documentais custodiados em instituições oficiais, ressalve-se o entendimento obtido em relação ao atual Arquivo Público Mineiro, onde, no que tange à

... organicidade arquivística, causa boa impressão a formação e o desenvolvimento do acervo da Secretaria do Governo da Capitania de Minas Gerais. Poder-se-ia dizer, sem risco de anacronismo, que, ressalvas à parte, já ali se encontram as especificidades constitutivas de um efetivo fundo documental e de suas respectivas séries. Sem perceberem, aqueles homens operavam e cultivavam as três idades da arquivística!¹²

9 Pela qualidade, destacam-se dois trabalhos publicados sobre o referido objeto: Puntoni (2005) e Costa (2008). Reporte-se também a Gouvêa (2010). Não menos valioso é o estudo de Bicalho et Costa (2017). Por outro lado, corroborando a ressalva feita por Wehling et Wehling (2000), evitou-se nestas anotações o emprego de terminologias inexistentes no período examinado, como “burocratas” e “funcionários”.

10 Bicalho 2011.

11 Felizmente, essa falta começa a ser ultrapassada, de que são testemunhos os trabalhos de Melo (2006), Boschi (2011) e Silva (2013).

12 Boschi 2011, 36-37.

Com efeito, em 1735, Gomes Freire de Andrade, futuro conde de Bobadela, para além do governo da capitania do Rio de Janeiro, passou a administrar a de Minas Gerais. No início de abril do ano seguinte, determinou ao secretário do governo local que, com a assistência de ninguém menos que Martinho de Mendonça de Pina e de Proença,¹³ organizasse os livros e documentos avulsos existentes no órgão sob sua responsabilidade e elaborasse inventário “exato e miúdo” do acervo, operação que, logo executada, verificou-se exitosa.

A bem dizer e em perspectiva tendencial, é

... flagrante o deliberado propósito dos organismos e das autoridades de então em organizar os acervos, de modo a consigná-los como fonte permanente de consulta e para uso primário e de, cuidando da sua preservação, legá-los aos pósteros. Sobretudo porque os conjuntos documentais que se foram sedimentando e se formando tinham dois claros objetivos: o de cumprir função imediatista e utilitária e o de se constituir em legado, igualmente pragmático, para as gerações vindouras. Hoje, à distância, atentos aos conhecimentos que se formularam em torno e em termos da arquivística, percebem-se impropriedades ou inadequações na fixação dos fundos documentais, tal como se operou à época. No entanto, o descalabro com que é quase sempre qualificada a administração colonial, aqui não parece aplicável ou verdadeiro . . . Impacta-nos muito positivamente o quão racional era a lógica organizatória na formação daqueles acervos, o quão aplicados estavam aqueles homens ao comporem os conjuntos – maços ou livros –, a partir das ligações intrínsecas que estes mantinham entre si.¹⁴

Importante recordar que a operosidade dos administradores e dos oficiais administrativos em coletar e organizar a documentação por eles exarada e recebida tinha paralelo em outros segmentos. Nesse sentido, assinale-se

13 Martinho de Mendonça de Pina e de Proença (1693-1734), conquanto autodidata, foi acadêmico, membro da corte do rei D. João V, bibliotecário da Real Biblioteca e conceituado pedagogo. Em fins de 1733, foi enviado para Minas Gerais como comissário régio a fim de analisar a questão tributário-fiscal praticada na capitania, na qual, entre 1736 e 1737, viria a exercer a governança interina. Retornado a Lisboa no início de 1738, foi feito fidalgo e nomeado membro do Conselho Ultramarino. Em 1742, tornou-se guarda-mor da Torre do Tombo. Sua obra principal, publicada em 1734, é *Apontamentos para a Educação de Um Menino Nobre*. A seu respeito, leia-se, dentre outros, Gomes (1964) e Cavalcanti (2010). Refira-se, ainda, antecipando-se o assunto que será adiante versado, ao fato de que as cartas de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença depositadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo são um bom exemplo de alentadas correspondências de protagonistas na vida política do Portugal setecentista – documentos de natureza tanto administrativa, como de cunho pessoal – raramente consultadas e/ou exploradas pelos historiadores.

14 Boschi 2011, 36-37. No fundo, o que se almeja, nas palavras de Salomon (2013, 16-17), é “analisar a historicidade dessa prática de arquivamento, interrogar o que aí esteve em jogo e, a partir de que momento, nas práticas da administração colonial, o arquivamento se tornou um dispositivo político importante; situar a emergência de uma nova injunção política no mundo moderno a que essa prática de arquivamento buscou responder. Portanto, analisar não a história do arquivo, mas sua historicidade”.

o empenho de agentes administrativos na constituição de acervos pessoais compostos por documentos de variados conteúdos e tipologias, com vistas a facilitar suas atuações no terreno. Foi o caso de Caetano Costa Matoso, ouvidor da comarca de Vila Rica entre 1749 e 1752,¹⁵ e dos sucessivos autores da *Coleção Sumária e as Próprias Leis, Cartas Régias, Avisos e Ordens que se Acham nos Livros da Secretaria do Governo desta Capitania de Minas Gerais, Reduzidas por Ordem a Títulos Separados*.¹⁶

Registre-se, entretanto, a ocupação de cargos administrativos por individualidades nem sempre qualificadas para o exercício das funções. Por vezes, a escolha incidiu sobre pessoas sem habilidade de redação. Eram servidores que, embora pautados pelo texto dos discursos normativos da administração, se amoldavam às mais distintas formações e atividades preparatórias para o trabalho, quando a estas se habilitavam! Em obra clássica,¹⁷ Stuart Schwartz salienta que, quanto mais distante de Lisboa o serventário geograficamente se situava, menor seu domínio da escrita.

Desse modo, em certos contextos, frutos deles próprios, encontravam-se oficiais administrativos com precário domínio da modalidade escrita. Significa dizer: havia ocupantes de cargos burocráticos, como o de escrivão, com pouca experiência no manejo da escrita, cuja produção textual incorporava elementos da fala, presença sonora na escrita. Na avaliação de Maria Cristina Fonseca, na América portuguesa, “acredita-se que determinados fenômenos linguísticos dos textos recebam influências da oralidade, motivados pela falta de competência na escrita, decorrente, por sua vez, do analfabetismo, ou da pouca escolaridade, predominantes na sociedade colonial brasileira”.¹⁸

Na mesma linha de pensamento, advoga Salomon que, “escrever cartas, no século XVIII, é representar signos sonoros: eis aí com precisão o estatuto da escrita de cartas que se quer apreender com as noções de sensação de fala e de escuta”.¹⁹ Também Sílvia Rachi interpreta que, a despeito dos modelos ou

15 Figueiredo 1997.

16 *Coleção Sumária...* 2010.

17 Schwartz 1979.

18 Fonseca 2005, 222. Sobre escrivães na colônia; pragmática do discurso; regularidades e discrepâncias na redação; fórmulas discursivas nas ordenações régias e nos regimentos; e a escrita alfabética como meio de administração, consulte-se artigo de Magalhães (2014).

19 Salomon 2013, 12.

padrões tratadísticos, a memória elaborada por meio de construções discursivas era marcada por um viés coloquial, aproximando-se da linguagem falada e gerando a comunhão de ideias entre os agentes da comunicação. Mais do que se atender à semântica da linguagem, há que se compreender sua qualidade performática, isto é, as funções representacionais da linguagem escrita.²⁰

A escrita dos homens

A supressão das lacunas historiográficas indigitadas, obviamente, pode ser perpetrada por investigações de diferentes matizes e abordagens. Para que este capítulo se aproxime do tema-título do livro, fica aqui sugerida uma delas: a possibilidade de perceber administradores e oficiais administrativos pela escrita por eles expressa, mais exatamente sua faceta epistolográfica, em especial aquela de cunho pessoal.

Como evidencia Conceição,

. . . nas últimas décadas, a história da cultura escrita tornou-se um campo analítico de destaque, fortalecido, sobretudo, pelas características interdisciplinares que levanta. Áreas como história, arquivística, codicologia, crítica textual, linguística, filologia, paleografia, diplomática, dentre outras, ao ponderarem a escrita além da informação, considerando-a o próprio objeto de análise, estreitaram os espaços de interlocução, ampliando, assim, as possibilidades investigativas desta prática social e cultural que inter-relaciona letrados e iletrados.²¹

Diante dos extensos domínios territoriais que caracterizaram o Império Português, o papel, a tinta e a pena foram instrumentos indispensáveis. Sem a escrita, o governo a distância, naquele período, teria sido inviável, pois a produção e a circulação de papéis mantiveram as estruturas administrativas e as redes de sociabilidade públicas e privadas, considerando-se, ademais, que as estratégias de conservação documental também fizeram parte das ocupações dos envolvidos com o governo colonial.²²

20 Rachi [No prelo].

21 Conceição 2017.

22 Conceição 2017.

Além disso, mais do que em outras circunstâncias, a escrita era um instrumento de poder, sobretudo quando se tem em conta a governança pluricontinental. Daí a particular atenção da Coroa no controle do conteúdo das correspondências dos membros da corte e dos administradores. “De acordo com um testemunho oitocentista, em Portugal a regular abertura da correspondência adotou-se no reinado de D. João V, para garantir ‘a segurança do trono’ e ‘precaver os mais remotos inconvenientes’ que pudessem resultar ‘em desvantagem do público.’”²³ Logo apropriada, a ideia materializou-se durante a governação joanina com a criação do Real Gabinete de Abertura. O pleno funcionamento do órgão pode ser atestado por apontamentos exarados no “Diário” do conde da Ericeira, onde se lê que “a correspondência das frotas do Brasil e da Índia era regularmente apreendida para inspeção, e apenas depois entregue ao correio da corte. Foram assim descobertos vários descaminhos de ouro e diamantes, que chegaram a envolver personalidades de relevo”.²⁴

A prática epistolar

Em um universo de tantas alternativas de abordagem, tendo em conta os propósitos aqui prevalentes, fixo-me na epistolografia como uma das formas de produção textual e em sua condição de objeto historiográfico, uma vez que a prática da escrita de cartas, mais exatamente a qualidade escriturária das correspondências no século XVIII, vem sendo historicizada ultimamente.

Para o caso de Portugal, no contexto em pauta, importantes estudos se realizaram, como o artigo de Ana Cristina Araújo²⁵ ou os textos coligidos em publicação por Vanda Anastácio.²⁶ Sem esquecer o referencial *A Epistolografia em*

23 Lisboa et Miranda 2010, 383.

24 Lisboa et Miranda 2010, 384.

25 Araújo 2005. Sobre a temática e, em especial, sobre a difusão de manuais pertinentes, reporte-se também à bibliografia elencada por Conceição (2013, 323-327).

26 Anastácio 2005.

Portugal, de André Rocha.²⁷ No Brasil, apontem-se, também para exemplificar, os trabalhos reunidos por Algranti e Megiani²⁸ e os textos de Adriana Angelita da Conceição.²⁹

Nessa dimensão, cumpre realçar a potencialidade informativa desse tipo documental ao se perscrutar as cartas escritas por ocupantes de cargos administrativos na gestão do Império Ultramarino Português setecentista, quando dirigidas a pessoas com laços de parentesco e àquelas que lhes eram mais próximas, em que afluíam recíprocas afinidades. Nesses manuscritos, naturalmente, assuntos de Estado mesclam-se com os de caráter intimista. Aí sua aliciante singularidade: a de facultar-nos examinar mais adequadamente a personalidade e as sensibilidades dos atores históricos, na esteira do que conclamava Lucien Febvre.

Sem pretender ser exaustivo, anoto, primeiramente, exemplos de trocas de cartas entre familiares, isto é, entre membros do núcleo primeiro das relações sociais, como as missivas do conde de Assumar, D. João de Almeida Portugal, para seu pai, o marquês de Alorna, D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, governante na América portuguesa e na Índia.³⁰ Conforme interpreta o compilador, em enunciado que pode ser estendido a conjuntos documentais análogos, trata-se de correspondência que

... transcende com frequência o acentuado formalismo exigido à epistolografia, mesmo que familiar, entre aristocratas; confunde-se muitas vezes com um diário, pois quase não parecem existir segredos íntimos do filho para o pai a quem escreve; e assume-se recorrentemente como um relato memorialístico ou até como uma descrição gazetária, tal o detalhe com que se empenha em dar conta dos vários acontecimentos da vida pública portuguesa.³¹

Afinal, supostamente, a correspondência pessoal é mais fluida, sem os entraves dos protocolos e os cuidados prescritos pelo decoro epistolar administrativo. É que identicamente se verifica no vasto intercâmbio epistolar

27 Rocha 1965.

28 Algranti et Megiani 2009.

29 Conceição 2013.

30 Monteiro 2000.

31 Monteiro 2000, 11.

desenvolvido entre o administrador do extremo norte da colônia, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e seu poderoso irmão e secretário, Sebastião José de Carvalho e Melo.³²

Vale destacar também repertórios epistolares com interlocutores diversificados, originados de outros membros da nobreza lusitana que desempenharam funções de relevo na gestão do ultramar português. Aluda-se aos acervos de manuscritos do governador da Bahia e vice-rei do Brasil, D. Luís de Almeida Portugal, 2.º marquês do Lavradio;³³ do governador da capitania de São Paulo, brigadeiro Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, 4.º morgado de Mateus;³⁴ dos diplomatas e estadistas D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares;³⁵ e do conde da Barca, Antônio de Araújo de Azevedo.³⁶

Outra referência neste tópico revela-se na correspondência mantida entre administradores coloniais que cultivavam relações de amizade e colaboração, às quais, por vezes, se acrescentava o parentesco. É o que ocorreu entre os governadores das capitanias de Minas Gerais, D. Antônio de Noronha (1775-1780), e de São Paulo, D. Martim Lopes Lobo de Noronha, como se verifica em, pelo menos, nove cartas guardadas na Torre do Tombo.³⁷ E entre outro governador de Minas Gerais, Luís Diogo Lobo da Silva, e o conde de Oeiras e seu irmão, o também governante colonial acima referido, Francisco Xavier de Mendonça Furtado.³⁸ Ou, ainda, entre o marquês do Lavradio e seu primo, D. José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches, 6.º conde de Valadares; e também entre Lavradio e o conde de Povolide, governador da capitania de

32 Mendonça 1963, 2005. A essa quantidade documental deve ser acrescentada a não menos volumosa massa de cartas integrantes da Coleção Pombalina custodiada na Divisão dos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, em particular aquela contida nos códices dos números 621 a 631.

33 Marquês do Lavradio 1972; 1975; 1978. Essas coletâneas foram objeto de estudo de Adriana Angelita da Conceição (2013) em sua tese de doutorado, publicada sob o título de *A Prática Epistolar Moderna e as Cartas Do Vice-Rei D. Luís de Almeida, o Marquês do Lavradio: Sentir, Escrever e Governar, 1768-1779*.

34 Cf. Fundação Casa Mateus [s.d.]; Bellotto 2007; Rodrigues 2015.

35 Parte do acervo herdado pela família foi por ela vendido à Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro, em fins do século XIX. Cf. Coleção Linhares: http://caterd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?pt=bs&pr=manuscritos_guiã_pr&db=manuscritos_guiã&use=ti&disp=list&sort=off&ss=NEW&arg=Linhares. Vide o catálogo: Moreno (2001). A parte substancial encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo Condes de Linhares (Código de referência: PT/TT/CLNH). Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4727590>>. Acesso: 30.10.2017. Consulte-se, ainda, Silva (2002-2006).

36 Rodrigues 2008; Rodrigues et Munhoz 2016.

37 Boschi 2002, 93-95.

38 Boschi 2002, 93.

Pernambuco, cabendo lembrar que esse relacionamento epistolar aconteceu fundamentalmente durante os exercícios dos citados cargos administrativos, visto que, nomeados na mesma altura, eles viajaram juntos para a colônia, onde aportaram em fevereiro de 1768.³⁹

Por fim, faça-se um rápido registro de ações que vêm sendo levadas a cabo em Portugal, juntando-se a iniciativas impulsionadas em outros países europeus, em particular os de matriz latina, no que concerne aos chamados “arquivos de família”. Trata-se da implementação e, principalmente, do emprego de uma nova tipologia de reunião documental, que se orienta pela organização, divulgação e disponibilização, por proprietários privados, de arquivos pessoais e de família, conservados na posse destas, para além dos que estão custodiados em instituições públicas. Segundo a principal artífice desse esforço,

... arquivos de família têm uma realidade ativa, sem descontinuidade por vezes, e se revelam fundamentais, por exemplo, para uma análise alternativa e mais complexa das sociedades colonizadas, demasiado estudadas, mais uma vez, com os arquivos públicos, eles também colonizadores, a um ponto tão profundo quanto anódino e administrativo.⁴⁰

Isso porque, como sabido,

... em meados do século XVIII, quando morria um secretário de Estado, o titular de um conselho ou um ministro encarregado de uma missão diplomática, era comum encontrar-se nos seus aposentos domésticos uma grande quantidade de documentos relacionados com o desempenho das suas funções... Parte desses espólios passava para a posse dos herdeiros de sangue ou era colhida pelas mãos de criados. A parte restante, não raras vezes com elementos mais pessoais ou algo compósito, ia finalmente parar à Coroa.⁴¹

Concretamente, o que se quer enfatizar é não apenas o cunho de complementaridade documental dessa tipologia com os acervos das instituições públicas, mas o fato de que, para efeito dos reptos aqui aludidos, naquelas fontes, pode-se usufruir do caráter intimista dos missivistas em contraposição ao traço

39 Boschi 2002. Consigne-se complementarmente a bem-vinda divulgação de repertório de autoridades coloniais de outras áreas do poder, no caso, do poder eclesiástico (ver Cruz 2008; Rodrigues et Souza 2008).

40 Rosa 2012, 16-17.

41 Lisboa et Miranda 2010, 382-383.

predominantemente – mas não exclusivo – impessoal dos documentos por eles produzidos na qualidade e no exercício de protagonistas administrativos do império.

Em síntese, ao propugnar por maior empenho no conhecimento das condições arquivísticas e do interior das estruturas administrativas do Setecentos luso-brasileiro, proponho que se busque apreender de modo vertical quem eram os agentes que faziam movimentar a máquina administrativa, a partir de seus escritos epistolares, sobretudo aqueles nos quais as subjetividades afloravam mais intensamente. Ou, para ser incisivo, empenhar-se em captar a face humana da administração, tentando alcançar a dimensão humana dos administradores. Estudos que, nessa perspectiva, também reflitam sobre o âmago explicativo das decisões desses agentes, que contemplem “como as idiosincrasias pessoais, as condições econômicas e sociais prevalentes numa localidade e as circunstâncias demográficas podiam contribuir para vários graus de flexibilidade na interpretação das ordens ou decretos metropolitanos”.⁴²

42 Russell-Wood 1998, 192.

BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas

- Coleção Sumária e as Próprias Leis, Cartas Régias, Avisos e Ordens que se Acham nos Livros da Secretaria do Governo desta Capitania de Minas Gerais, Reduzidas por Ordem a Títulos Separados*. 2010. Organização e estudo crítico de Caio C. Boschi. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro.
- Figueiredo, Luciano Raposo de Almeida, et Maria Verônica Campos, coord. 1997. *Código Costa Matoso: Coleção das Notícias dos Primeiros Descobrimentos das Minas na América que Fez o Doutor Caetano da Costa Matoso Sendo Ouvidor-Geral das do Ouro Preto, de que Tomou Posse em Fevereiro de 1749, & Vários Papéis*. 2 vols. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- Marquês do Lavradio. 1972. *Cartas da Bahia (1768-1769)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- . 1975. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1770)*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- . 1978. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1770)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura/Instituto Estadual do Livro.
- Mendonça, Marcos Carneiro de. 1963. *A Amazônia na Era Pombalina: Correspondência Inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759*. 3 vols. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, sel., org. e notas. 2000. *Meu Pai e Meu Senhor Muito do Meu Coração; Correspondência do Conde de Assumar para Seu Pai, o Marquês de Alorna*. Lisboa: Quetzal.
- Proença, Martinho de Mendonça de Pina e de. 1734. *Apontamentos para a Educação de Um Menino Nobre*. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Sylva.

Estudos

- Algrantí, Leila M., et Ana Paula Megiani, orgs. 2009. *O Império por Escrito; Formas de Transmissão da Cultura Letrada no Mundo Ibérico: Séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Alameda/Papesp.
- Anastácio, Vanda, coord. 2005. *Correspondências; Usos da Carta no Século XVIII*. Lisboa: Ed. Colibri/Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.
- Araújo, Ana Cristina. 2005. “A Correspondência; Regras Epistolares e Práticas de Escrita.” In *As Comunicações na Idade Moderna*, coord. Margarida Sobral Neto, 119-145. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações.
- Barros, Edval de Souza. 2008. “Negócios de Tanta Importância”; o Conselho Ultramarino e a Disputa pela Condução da Guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Lisboa: Centro de História de Além-Mar/Universidade dos Açores.
- Bellotto, Heloisa Liberalli. 2007. *Nem o Tempo, nem a Distância; Correspondência entre o Morgado de Mateus e Sua Mulher, D. Leonor de Portugal (1757-98)*. Lisboa: Alêtheia Editores.

- Bicalho, Maria Fernanda. 2011. "Ascensão e Queda dos Lopes de Lavre: Secretários do Conselho Ultramarino." In *Raízes do Privilégio: Hierarquias Sociais no Mundo Ibérico do Antigo Regime*, ed. Rodrigo Bentes Monteiro, Bruno Feitler, Daniela Buono Calainho, et Jorge Flores, 283-315. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bicalho, Maria Fernanda, et André Costa. 2017. "O Conselho Ultramarino e a Emergência do Secretário de Estado na Comunicação Política entre Reino e Conquistas." In *Um Reino e Suas Repúblicas no Atlântico; Comunicações Políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos Séculos XVII e XVIII*, org. João Fragoso et Nuno Gonçalo Monteiro, 137-158. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Boschi, Caio. 2002. "Administração e Administradores no Brasil Pombalino: Os Governadores da Capitania de Minas Gerais." *Tempo 7* (13):77-109. URL: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018088004>. [Acesso: 19.11.2020.]
- . 2011. *Exercícios de Pesquisa Histórica*. Belo Horizonte: PUC Minas.
- . 2017. "O Historiador nos Arquivos: Cuidados Preludiais." In *Diálogos da História da Educação*, org. Meily Assbú Linhares et Thais Nívia de Lima e Fonseca, 89-98. Ponta Grossa: Estúdio Texto.
- . 2018. "Projeto Resgate: História e Arquivística (1982-2014)." *Revista Brasileira de História* 38 (78):75-95. Doi:10.1590/1806-93472018v38n78-09.
- Caetano, Marcelo. 1943. *Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Cavalcanti, Irenilda Reinalda Barreto R. Moreira. 2010. "O Comissário Martinho de Mendonça: Práticas Administrativas na Primeira Metade do Século XVIII." Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense.
- Conceição, Adriana Angelita da. 2013. *A Prática Epistolar Moderna e as Cartas do Vice-Rei D. Luís de Almeida, o Marquês do Lavradio; Sentir, Escrever e Governar, 1768-1779*. São Paulo: Alameda.
- . 2017. "Estudo e Edição da 'Relação da Marcha que Fiz para o Cuyaté (...)', Escrita pelo Governador da Capitania de Minas Gerais, D. Antônio de Noronha, em 1779." *Revista de História* 176. Doi:10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.119565.
- Costa, André da Silva. 2008. "Os Secretários de Estado do Rei: Luta de Corte e Poder Político, Séculos XVI-XVII." Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Cruz, Dom Frei Manuel da. 2008. *Copiador de Algumas Cartas Particulares do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo do Maranhão e Mariana: (1739-1762)*. Brasília: Senado Federal.
- Cruz, Miguel Dantas da. 2015. *Um Império de Conflitos; o Conselho Ultramarino e a Defesa do Brasil*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Fonseca, Maria Cristina de Assis Pinto. 2005. *A Escrita Oficial: Manuscritos Paraibanos dos Séculos XVIII e XIX*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE.
- Fragoso, João, et Nuno Gonçalo Monteiro, orgs. 2017. *Um Reino e Suas Repúblicas no Atlântico; Comunicações Políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos Séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fundação Casa Mateus. [s.d.] "Sistema de Informação Casa Mateus" Website, Fundação Casa Mateus. URL: <http://www.casademateus.com/fundacao/bases-de-dados/>. [Acesso: 19.11.2020.]
- Gomes, Joaquim Ferreira. 1964. *Martinho de Mendonça e Sua Obra Pedagógica*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

- Gouvêa, Maria de Fátima. 2010. “Redes Governativas Portuguesas e Centralidades Régias.” In *Na Trama das Redes; Política e Negócios no Império Português, Séculos XVI-XVIII*, org. João Fragoso et Maria de Fátima Gouvêa, 155-202. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hespanha, António Manuel. 2017. “Prefácio.” In *Um Reino e Suas Repúblicas no Atlântico; Comunicações Políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos Séculos XVII e XVIII*, org. João Fragoso et Nuno Gonçalo Monteiro, 9-11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lisboa, João Luís, et Tiago C. P. dos Reis Miranda. 2010. “A Cultura Escrita nos Espaços Privados.” In *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso. Vol. 2, *A Idade Moderna*, coord. Nuno Gonçalo Monteiro, 334-394. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Magalhães, Justino. 2014. “Como Um Texto – Configurações da Escrita do Município Colonial.” *História: Questões & Debates* 60 (1): 65-83. Doi:10.5380/his.v60i1.38279.
- Melo, Josemar Henrique de. 2006. “A Ideia de Arquivo: A Secretaria do Governo em Pernambuco (1687-1809).” Tese de Doutorado. Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- Mendonça, Marcos Carneiro de. 2005. *Correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. 2.^a ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação.
- Monteiro, Ana Rita Amaro. 1997. *Legislação e Actos de Posse do Conselho Ultramarino (1642-1830)*. Porto: Universidade Portucalense.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. 2015. “A Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e a Administração de Antigo Regime (1736-1807).” In *Do Reino à Administração Interna; História de um Ministério (1736-2012)*, coords. Pedro Tavares de Almeida et Paulo Silveira e Sousa, 23-38. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Moreno, Carmen Tereza Coelho, coord. 2001. *Colecção Linhares*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. [A parte substancial se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Fundo Condes de Linhares (Código de referência: PT/TT/CLNH). Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4727590> Acesso: 30.10.2017.]
- Myrup, Erik Lars. 2006. “To Rule from Afar; the Overseas Council and the Making of the Brazilian West, 1643-1807.” PhD diss., Yale University.
- . 2009. “Governar a Distância: O Brasil na Composição do Conselho Ultramarino, 1642-1833.” In *O Brasil no Império Marítimo Português*, org. Stuart Schwartz et Erik Lars Myrup, 263-298. Bauru, SP: Edusc.
- Puntoni, Pedro. 2005. “Bernardo Vieira Ravasco, Secretário do Estado do Brasil: Poder e Elites na Bahia do século XVII.” In *Modos de Governar; Ideias e Práticas Políticas no Império Português, Século XVI a XIX*, org. Maria Fernanda Bicalho et Vera Lúcia do Amaral Ferlini, 158-178. São Paulo: Alameda.
- Rachi, Sílvia. [No prelo]. “Das Convenções Retóricas à Vivência das Palavras: Escrita e Governação Lusa no Distrito Diamantino.” *Topoi*.
- Rocha, André Crabbé. 1965. *A Epistolografia em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, Abel. 2008. “Entre o Público e o Privado: A Génese do Arquivo do conde da Barca (1754-1817).” Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho. URL: www.academia.edu/28942407/Entreo_publico_e_o_privado_a_genese_do_arquivo_do_Conde_da_Barca_1754-1817_.Dissertacao_de_Mestrado_em_Historia_Moderna_e_Contemporanea_2007. [Acesso: 01.11.2017].

- . 2015. “O Arquivo da Casa de Mateus.” *Revista do Arquivo* 1. Publicação digital, Arquivo Público de São Paulo. URL: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/01/artigo_01.php. [Acesso: 03.04.2017.]
- Rodrigues, Abel, et Renata Munhoz. 2016. “Brasil e Portugal no Antigo Regime: A Correspondência Pessoal como Veículo da Cultura Iluminista (1808-1817); Uma Abordagem a partir do Arquivo Particular do Conde da Barca.” *LaborHistórico* 2 (1):91-104. Doi:10.24206/lh.v2i1.4810.
- Rodrigues, Mons. Flávio Carneiro, et Maria José Ferro Souza, orgs. 2008. *O Copiador de Dom Frei Manoel da Cruz Sexto Bispo do Maranhão (1738-1745) Primeiro Bispo de Mariana (1745-1764)*. Mariana: Cúria Metropolitana.
- Rosa, Maria de Lurdes. 2012. “Apresentação. Arquivos de Família: Para Um Roteiro de Temas e Problemas.” In *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que Presente, que Futuro?*, org. Maria de Lurdes Rosa, 15-30. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais/CHAM – Centro de História de Além-Mar.
- . 2017. “Reconstruindo a Produção, Documentalização e Conservação da Informação Organizacional Pré-Moderna: Perspectivas Teóricas e Proposta de Percurso de Investigação.” *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* 30:547-586. Doi:10.14195/2182-7974_30_10.
- Russell-Wood, A. J. R. 1998. “Governantes e Agentes.” In *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 3, *O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*, dir. Francisco Bethencourt et Kirti Chaudhuri, 169-192. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Salgado, Graça, coord. 1985. *Fiscais e Meirinhos: A Administração do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro/[Brasília]: Nova Fronteira/INL.
- Salomon, Marlon. 2013. “Prefácio; Escrita e Prática de Arquivamento no Século XVIII.” In *A Prática Epistolar Moderna e as Cartas do Vice-Rei D. Luís de Almeida, o Marquês do Lavradio; Sentir, Escrever e Governar, 1768-1779*, Adriana Angelita da Conceição. São Paulo: Alameda.
- Schwartz, Stuart B. 1979. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial; a Suprema Corte da Bahia e Seus Juizes: 1609-1751*. Tradução de Maria Helena Pires Martins. São Paulo: Perspectiva.
- . 2009. “A Historiografia dos Primeiros Tempos do Brasil Moderno; Tendências e Desafios das Duas Últimas Décadas.” *História: Questões & Debates* 50 (1):175-216. Doi:10.5380/his.v50i0.15675.
- Silva, Andrée Mansuy-Diniz. 2002-2006. *Portrait d'un homme d'État. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares (1755-1812)*. 2 vols. Lisbonne/Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian/Commission Nationale pour la Commémoration des Découvertes Portugaises.
- Silva, Thiago Rodrigues da. 2013. “Secretários de Governo no Centro Sul da América Portuguesa, 1688-1750; Burocracia, Segredo e Missões.” Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. URL: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1691.pdf>. [Acesso: 25.10.2017.]
- Subtil, José Manuel L. L. 1996. *O Desembarço do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Wehling, Arno, et Maria José Wehling. 2000. “O Funcionário Colonial entre a Sociedade e o Rei.” In *Revisão do Paraíso: 500 Anos e Continuamos os Mesmos*, org. Mary Del Priore, 139-159. Rio de Janeiro: Campus.

A CULTURA ESCRITA NAS MISSÕES GUARANIS: Paraguai, séculos XVII e XVIII¹

Eduardo S. Neumann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Na América hispânica, desde o final do século XVI, os missionários da Companhia de Jesus praticaram a catequese junto das populações indígenas, trabalho que resultou na formação de diversos núcleos populacionais conhecidos como “reduções” ou “missões”. Nas terras localizadas nas proximidades dos rios Paraná e Uruguai, na província do Paraguai, após enfrentar uma série de adversidades, tanto de ordem externa como interna, foram estabelecidos e prosperaram diversos desses povoados de índios, especialmente aqueles formados em sua maioria por guaranis. Uma vez superadas as dificuldades iniciais, estas reduções passaram a vivenciar um crescimento constante, tanto de ordem econômica como demográfica. O aproveitamento do trabalho dos indígenas foi decisivo para que a nova organização social prosperasse. O êxito dessa experiência está relacionado com o fato de que foram mantidas muitas das dinâmicas e lógicas nativas, como a redistribuição e a reciprocidade.

1 Este texto é uma versão resumida de algumas ideias apresentada em meu livro *Letra de Índios. Cultura Escrita, Comunicação e Memória Indígena nas Reduções do Paraguai* (2015).

A ampliação das taxas de alfabetização na Europa também se fez sentir nos territórios de colonização espanhola, onde a instrução letrada em línguas indígenas também foi facultada a determinados grupos, coletividades ou indivíduos.² A introdução da escrita alfabética causou grande fascínio nas populações indígenas da América hispânica, a se julgar pelos vestígios remanescentes nos arquivos desta prática.³ O período conhecido como Idade Moderna implicou transformações nas duas margens do oceano Atlântico, com destaque para a grande receptividade por parte das populações indígenas à tecnologia gráfica. De fato, os resultados obtidos com o ensino das “artes e ofícios” foram bastante expressivos, realidade que facultou a certas populações ameríndias a conquista do alfabeto. Motivo pelo qual o uso da escrita não esteve restrito unicamente aos padres evangelizadores. Os índios aldeados pelos jesuítas na província do Paraguai, ao contrário do que se pensava geralmente, aprenderam a escrever na sua língua, no caso o idioma guarani. Alguns, inclusive, em espanhol e uns poucos em latim.

A evangelização das populações ameríndias implicou a elaboração de vários instrumentos letrados de catequese, pois o conhecimento das línguas locais se apresentava como um imperativo para os religiosos envolvidos nessa tarefa. O empreendimento de “escriturização” do idioma guarani permitiu a produção de uma literatura religiosa e também serviu como meio de comunicação e reivindicação política. Sabemos que a escrita indígena estava voltada inicialmente para a reprodução do cânone religioso. A prática da “reescrita cristã” por meio da tradução, adaptação e cópia dos textos religiosos iniciou os guaranis na reinvenção e recriação sistemática da sua língua.⁴ Em determinadas oportunidades, inclusive elaboraram obras de caráter devocional⁵ – livros, na sua maioria com finalidade litúrgica ou catequética –, participando diretamente na elaboração de vocabulários, catecismos e gramáticas.

2 Para um balanço da historiografia sobre as línguas indígenas e a questão do letramento indígena, ver Durston 2015.

3 Para uma aproximação ao conjunto de documentos produzidos por indígenas e o surgimento de “práticas literárias novas”, ver Lienhard 1992.

4 Melià 1969; 1992.

5 No século XVII, o jesuíta Francisco Jarque compilou informações de outros religiosos, nas quais registrou que um cacique da redução de Loreto havia escrito *Pláticas y sermones en su lengua* e que, uma vez concluída a redação dos sermões, ofereceu aos padres seus textos (Jarque 1687, 361).

O investimento na alfabetização indígena foi uma decorrência da evangelização pretendida, cujo aprendizado permitiu aos guaranis atingir uma notável destreza no manuseio da escrita.

Entretanto, apesar da relevância apresentada pela escrita nas reduções, não há estudos dedicados às apropriações efetuadas pelos guaranis diante da conquista do alfabeto. Neste texto, além das contribuições de etno-historiadores,⁶ também utilizo como referencial teórico as noções presentes na história cultural, que tem apresentado, nos últimos anos, caminhos inovadores para a investigação histórica. O historiador Roger Chartier propõe repensar a questão do consumo cultural não apenas a partir de uma distribuição desigual dos objetos escritos, mas também no tocante aos seus usos diferenciais.⁷ Esta proposição foi inspirada na noção de “apropriação”, formulada por Michael de Certeau, autor que procurou explicitar as operações realizadas por grupos ou indivíduos considerados “submetidos” como capacidades inventivas.⁸ Dessa maneira, ao se valer destas colocações, Chartier problematiza os critérios segundo os quais são estabelecidas as clivagens e os distintos empregos da pluralidade dos materiais da cultura escrita. Assim, muito há para ser feito ainda no campo de história, no que diz respeito à análise do impacto ocasionado pela prática da escrita na organização social das reduções.

Mesmo diante da renovação por que passa a temática, caracterizada por pesquisas que têm procurando destacar o protagonismo indígena, ainda há carência de estudos que analisem as apropriações efetuadas por parte dos guaranis na instrução alfabética recebida dos jesuítas na província do Paraguai. Tal ausência se faz notar, principalmente, diante do fato de que tais reduções se configuravam, entre o século XVII e XVIII, como um espaço social tanto da leitura como da escrita.

6 Especialmente os resultados das pesquisas de Melià (1969; 1986; 1992), Haubert (1967; 1990), Wilde (2003, 2006, 2009).

7 Para uma síntese das propostas formuladas por Chartier, ver 1988; 1993; 2001a.

8 A noção de “apropriação” é concebida a partir dos usos diferenciais dos objetos culturais, ou seja, das operações realizadas por grupos ou indivíduos considerados “submetidos” e consideradas como capacidades inventivas (Certeau 1994).

Elite indígena e alfabetização nas reduções

Ao adotar a perspectiva do “encontro de horizontes” entre guaranis e jesuítas, torna-se possível compreender a complexidade e avaliar melhor os resultados obtidos pelos missionários em pleno coração da América do Sul. Por conta dessas reavaliações, os indígenas passam gradativamente de subalternos a participantes na sua própria história, desconstruindo a interpretação convencional a respeito da evangelização. Quando privilegiamos a dinâmica interna dos povoados missionários, é possível redimensionar as funções políticas exercidas pelas lideranças indígenas (*morubichava*) desde os anos iniciais da conversão religiosa. A elite nativa desempenhou um papel de destaque ao atuar como mediadores entre os jesuítas e a população guarani. Sem a participação efetiva desses índios, seria impossível o gerenciamento material e humano das reduções. Assim o enfoque que se tem adotado é o de conceber maior centralidade aos indígenas no gerenciamento das atividades cotidianas e nos rumos dos conflitos na região.

A catequese das populações ameríndias, além de implicar a colonização da linguagem, estava calcada na escrita de gramáticas em língua nativa por meio de uma política linguística agressiva, que norteou o ensino promovido entre os indígenas nos seus respectivos idiomas. Os jesuítas procuraram concentrar suas atenções na formação de uma elite, como fica evidente nas tentativas de cooptação dos caciques e de seus descendentes diretos. A cooptação dos *índios principais* à sociedade colonial visava a sua integração e assimilação aos valores do mundo hispânico, tarefa operacionalizada através da catequese, associada, por sua vez, à instrução alfabética.

Porém, apesar de restrita a uma elite, a alfabetização promovia sociabilidades inéditas, permitindo novos modos de relação com os outros e com os poderes. Os guaranis que receberam instrução letrada apresentavam as melhores condições para fixar os acontecimentos através da escrita, expressando um “pensamento mestiço”⁹ que já não era mais

9 Gruzinski 1991; 2001.

exclusivamente indígena, mas fruto dessa ocidentalização. Ao que tudo indica, são esses indígenas que possuíam à sua disposição documentos, cartas e papéis escritos aqueles que estavam mais aptos a elaborar uma avaliação dos acontecimentos passados a partir da consulta das informações escritas existentes, estabelecendo uma relação histórica entre o passado e o futuro e utilizando uma cronologia ocidental.¹⁰

O fato é que a identificação de um *corpus* documental escrito por guaranis sinaliza uma discussão pouco referida pela historiografia: a da existência de textos produzidos pelos próprios indígenas durante a vida no espaço reducional. Nos últimos anos, as investigações históricas orientadas a partir da perspectiva da história social da cultura escrita – de eminente vocação interdisciplinar – têm privilegiado a análise das funções, usos e práticas relacionadas com o escrito. Os procedimentos metodológicos em questão têm fornecido algumas pistas e subsídios importantes para investigar os materiais escritos e desvendar os significados subjacentes à expressão gráfica.

A prioridade é conhecer as distintas intenções que nortearam o ato de escrever e as suas relações com o poder.¹¹ Na Espanha, as pesquisas de Francisco Gimeno Blay, Fernando Bouza Álvarez, Carlos González e Antonio Castillo Gómez têm apresentado resultados inovadores ao valorizar os parâmetros relacionados com a cultura escrita e seus vínculos com diferentes demandas e camadas sociais no Século de Ouro espanhol.¹² Nesse contexto, a escrita é concebida como um conjunto de práticas que podem contribuir para melhor compreender as mudanças e transformações socioculturais operadas em uma determinada sociedade.

Conforme observou Michel de Certeau, o recurso à escrita era uma prática mítica “moderna”.¹³ Assim, em determinadas ocasiões, os guaranis alfabetizados manejaram com desenvoltura tal tecnologia. A inserção da elite missioneira em algumas rotinas administrativas do mundo colonial ampliava as

10 Para conhecer uma tipologia dos textos escritos pelos guaranis, ver Neumann 2007.

11 Para uma aproximação à metodologia da “ciência da escritura”, ver Petrucci 1999b; 2002.

12 Para uma aproximação a respeito da questão da escrita e sociedade, ver Viñao Frago 1996; Bouza Álvarez 1992; 1998; Castillo Gómez 1999; 2006; González Sánchez 2007.

13 Certeau 1994.

suas possibilidades de contato e interação política com a sociedade rio-platense, e a cultura escrita teve destaque no processo de “etnogênese missional”, o qual conferiu uma identidade indígena colonial aos guaranis cristianizados.¹⁴

O conjunto de habilidades requeridas no provimento dos *cabildos* missionários – modalidade de conselhos composto por indígenas – facultava a uma fração da população missionária, letrada ou não, contato com as práticas burocráticas da monarquia espanhola. É oportuno esclarecer que nem todos os índios que integravam a elite das reduções eram alfabetizados. De fato, esta elite não se apresentava de maneira homogênea, pois havia clivagens entre os indígenas que ocupavam cargos e funções na administração interna e que atuavam no gerenciamento das tarefas. Em termos gerais, podemos indicar uma divisão tripartida, uma tipologia definida por critérios de “recrutamento”. Inclusive, é difícil estabelecer uma diferenciação rígida entre os três níveis. Os caciques apresentaram um papel de destaque nos anos iniciais da vida em redução. Por sua atuação como lideranças, mediando as relações entre os jesuítas e os demais guaranis, eles receberam o título honorífico de Don.¹⁵ Os filhos dos caciques, pela condição hereditária conferida a essa função, formavam uma nobreza indígena. O segundo grupo foi escolhido pelos jesuítas. Eles souberam valorizar os indígenas de talento, preferencialmente para as tarefas administrativas que o gerenciamento das reduções demandava.¹⁶ Igualmente, ao lado desses dois grupos, figurava um outro, uma elite definida a partir do mérito religioso e do empenho devocional. O fervor religioso e a devoção cristã serviam de critério para definir aqueles indígenas que poderiam atuar junto das congregações, espaços voltados ao aperfeiçoamento da fé cristã e disciplina religiosa. Por certo que entre estes segmentos havia cruzamentos, e um indígena poderia estar inserido em mais de um grupo.

De fato, os jesuítas investiram principalmente em uma pedagogia amparada na difusão da capacidade de leitura, e não obrigatoriamente na capacidade de escrita, procurando, dessa maneira, limitar e controlar usos

14 Wilde 2009.

15 Kern 1982.

16 Para uma descrição pormenorizada do perfil dos integrantes da elite missionária e as tarefas desempenhadas, ver Haubert 1990, 223-232.

indesejados da alfabetização. Contudo, segundo Armando Petrucci, “a escrita é uma capacidade individual e totalmente livre, que pode ser exercida de qualquer maneira, em qualquer lugar, e para produzir o que se quer, estando além de qualquer controle e, em última análise, de qualquer censura”.¹⁷ Convém recordar que tanto a leitura quanto a escrita pretendida nas reduções devia estar restrita a um cânone específico, no caso o religioso. Contudo, na história das reduções, houve diferentes períodos de uso da escrita pelos indígenas, como podemos observar em algumas informações contidas nas correspondências e, de maneira indireta, nas instruções dos padres provinciais.

O motim de Pedro Mbaiugua

Nas cartas ânuas, figuram informações que permitem identificar momentos excepcionais, quando os guaranis recorreram à escrita. Essas cartas foram elaboradas com o propósito de divulgação, através da leitura a uma grande audiência, o que criou a necessidade de controlar as informações.¹⁸

Mesmo diante desses cuidados, em uma dessas ânuas, escrita no ano de 1661, foi registrada uma contestação de cunho político ocorrida na redução de São Carlos. De fato, são escassas as referências a situações de usos autônomos da escrita pelos guaranis no século XVII. O protagonismo desse episódio coube a Pedro Mbaiugua, filho do capitão Belisario, “*primero y principal*” dessa redução, portanto um guarani integrante da elite missioneira. Conforme informaram os próprios jesuítas ele foi “*criado a nuestro lado y en nuestra casa, y no de poco entendimiento diestro en la musica y con mucha ladínez*”.¹⁹ Após retornar de um período em Buenos Aires, Mbaiugua assumiu em sua redução o comando de uma sublevação contra o governo temporal dos jesuítas, utilizando a escrita, na forma de bilhetes, como modo de comunicação para informar os

17 Petrucci 1999a, 207.

18 As cartas ânuas são relatos que compilam dados e ordenam o material dos missionários sobre assuntos relativos às reduções. Por vezes, são transcrições integrais ou parciais dos informes recebidos. Essas cartas passavam pelo crivo de um censor de estilo e depois eram encaminhadas para os consultores de província, que as avaliavam quanto à perfeição e precisão da resenha (Eisenberg 2000, 46-58).

19 Viana 1970, 177.

demais companheiros. A mobilização insuflada por Mbaiugua contou com vários apoiadores, que questionavam a administração dos jesuítas, alegando não reconhecerem neles autoridade e afirmando taxativamente: “*Nosotros los capitanes del Gobierno temporal del Pueblo que por eso nos hizo el Rey Capitanes y nos lo encargo.*”²⁰

Não sabemos se foi por conta própria ou estimulado por críticas à atuação dos missionários, quando esteve na cidade de Buenos Aires, que ele rompeu com os jesuítas, inclusive voltando-se contra eles. A atitude manifestada por Mbaiugua, ao que tudo indica, decorreu do contato que manteve com as autoridades coloniais na cidade-porto, segundo a narrativa do provincial, e provocou um grande abalo na aliança política dos caciques com os jesuítas, repercutindo inclusive em outras reduções. De fato, a vida em redução esteve marcada por uma negociação constante entre os jesuítas e as lideranças indígenas. Todos os indícios sugerem que os padres, sempre que possível, monopolizavam o papel de mediadores entre a população missioneira e a sociedade colonial, controlando as manifestações letradas indígenas que não fossem aquelas avalizadas pelos jesuítas.

Em certos momentos, os índios tentaram arbitrar temas relativos ao “*gobierno temporal*”, conflitando com a autoridade dos missionários. Sabemos que Pedro Mbaiugua manteve por algum tempo o seu *capitanejo* sem ceder às ordens, nem mesmo às recomendações, do padre superior. Em uma contestação, feita a um dos apoiadores de Mbaiugua, ele alertava “*que los mandamientos de la ley de Dios no mandava aquello, ni se ballava en ellos (frase entre ellos muy repetida) como el dezir no era pecado no hazer aquello que el P. les mandava, pues no estava en los mandamientos de la ley de Dios.*”²¹

Esta Ânua ainda informa que “*de alli a algunos dias se descubriero villetes suyos que embiava a los de su pueblo, repreendiendoles de nuevo porque obedezian a los padres y no se les hazian fuertes.*”²² Nessa ocasião, Mbaiugua buscava ampliar sua capacidade de mobilização e de intimidação, fazendo uso de um recurso que julgava eficaz

20 Viana 1970, 178.

21 Viana 1970, 179.

22 Viana 1970, 181.

no contexto de reivindicação política. Como se percebe, a escrita atuou nesse episódio como instrumento de apoio à mobilização indígena, corroborando a liderança exercida por este cacique. O envio dos bilhetes comprova também que, em determinados momentos, os guaranis se apropriavam dos códigos do próprio colonizador para atender às suas demandas, sendo que o recurso aos bilhetes é um momento revelador dessas formas de atuação. A contestação ao governo temporal dos jesuítas revela como a alfabetização entre os índios das reduções havia tomado um rumo inesperado.

Enfim, ao extrapolarem os usos considerados aceitáveis da escrita, a atitude dos guaranis despertou preocupação entre as autoridades eclesiásticas da Companhia de Jesus. Fato que motivou a adoção de medidas rigorosas, direcionadas para manter sobre controle o exercício de suas próprias práticas letradas. Nessa época, houve uma série de instruções e recomendações que visaram restringir o acesso dos indígenas à correspondência dos jesuítas.

As instruções de Andrés de Rada

Através da trajetória de Andrés de Rada²³ – que primeiro esteve na Nova Espanha, mediando os desentendimentos entre os jesuítas e Juan de Palafox e depois no vice-reinado do Peru, – compreendemos a experiência adquirida no exercício de cargos importantes, quando arbitrou conflitos de interesses entre as autoridades (civil e eclesiástica). Este aprendizado fica evidenciado na adoção de medidas objetivas para melhorar a administração da província jesuítica do Paraguai. Entre tais medidas, figurava um maior rigor sobre a *ars epistolandi*, a sua modalidade principal de comunicação, ação e registro.

Andrés de Rada foi designado para realizar uma investigação no Paraguai, devido às acusações de que a Companhia de Jesus não cumpria as determinações das autoridades coloniais. Provavelmente, Andrés de Rada estava ciente dos

23 Andrés de Rada era espanhol, natural de Belmonte (1601). Desempenhou o cargo de provincial no México, e reorganizou a província do Paraguai, da qual foi primeiro visitador (1663-1664) e depois provincial (1665-1669). Faleceu em Madrid, no ano de 1675 (Jarque 1687, 256).

episódios envolvendo Mbaïugua, fato recente à época. Quando ele iniciou a reorganização dessa província, emitiu ordens expressas visando restringir o acesso de pessoas alheias à Companhia de Jesus aos textos escritos pelos padres. Em uma das suas instruções, ele alertava “*no escrivan villetes, ni cartas algunas a los de dentro o a los de fuera sin licencia del Pe. Procurador o por lo menos sin remeterlas abiertas*”.²⁴ Ao que parece procurava evitar ou impedir, através dessas medidas, leituras indesejadas e controlar os usos do material escrito.

Diante do contato frequente com as práticas letradas, os guaranis extrapolaram os usos considerados aceitáveis da escrita, despertando a preocupação das autoridades eclesiásticas da Companhia de Jesus, quando são expedidas medidas mais rigorosas para o controle da produção e circulação das correspondências. Uma amostra desse cuidado com a informação disponível aos guaranis está registrada no final de uma extensa carta redigida por Rada.

Em abril de 1664, ao formular as novas instruções que deveriam pautar a conduta e os procedimentos dos missionários, Rada recomendou diretrizes que deveriam ser copiadas e distribuídas entre todos missionários, alertando:

*Esta carta pasara por todas las Doctrinas del Uruguay, y se copiara en cada una, y se me avisara del recibo poniendose el viose Ordinario con la firma del P.^e de aquella Doctrina en el Original que ha de bolver a manos del P.^e secretario como lo dexo Encargado al P.^e Superior. La diligencia en hacer las Copias (mas no por manos de Indios que no conviene) y de remitir en breve este original para que pase a las siguientes Doctrinas en cargo a V. Rs Guarde N. Sr a V. Rs en cuyos S.^{tos} Sacrificios, ett.a.*²⁵

Como se percebe, havia sérias restrições ao acesso dos índios às informações referentes ao gerenciamento interno da Companhia de Jesus, posto que encarregar um indígena de copiar tais ordens lhe facultaria tanto a prática da leitura bem como da escrita. De toda forma, a recomendação de Rada, além de confirmar a existência nas reduções do serviço de copistas guaranis, também demonstra como a execução dessa atividade “*por manos de*

24 Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro (BN/RJ), Manuscritos 508 (19) Annuas, Doc. n° 414, Coleção de Angelis. Libro de ordenes del Noviciado de Cordoba. Libro de la Hacienda del Noviciado y Estancia de As Catalina, que mando hacer el Pe Andrés de Rada, visitador. Año 1664.

25 Biblioteca Nacional/Espanha (BNE), Manuscritos, Sala Cervantes, Signatura 6976, Cartas de los P. P. Generales. Carta del padre Visitador y Provincial Andrés de Rada de 13 de Abril de 1664. p. 22-36.

índios” poderia comprometer o sigilo dessas instruções. Havia um cuidado no que se divulgava e em como era divulgado.

Passados alguns anos, o próprio Rada voltou a tratar desse tema, agora na condição de provincial. Em 1667, de maneira enfática, alertava para que não se permitisse aos índios o acesso ao material escrito dos padres, como ficou registrado na seguinte ordem:

*No se permita que los Indios lean nuestras Reglas en romance quando se lean en el Refitorio, se no en latin, ni que vean nuestras Ordenes o instrucciones, o cartas de los Sup^{tes} porque se eviten algunos inconvenientes, ni que entren en nuestros aposentos estando el P. ausente, para que se escuse que anden nuestros Libros en manos de Indios y falten otras cosas de los aposentos, de que lean las cartas y papeles que el P. dexa en la mesa, y pasen las noticias a los demas Indios, todo lo qual ya se ve de quan gran inconveniente sea.*²⁶

A preocupação do provincial dizia respeito à divulgação de “*nuestras reglas*”, pois temia pela reação da população missioneira diante da circulação de informações dessa natureza. Assim, diante da necessidade de novas medidas para o gerenciamento das reduções, os jesuítas optaram por controlar o acesso dos indígenas à leitura, especialmente às correspondências internas da ordem.²⁷ Na avaliação de Rada, a leitura das instruções internas poderia facilitar “*noticias a los demás Indios*”, o que ele considerava um “*gran inconveniente*”. Os missionários jesuítas temiam acima de tudo a perda do monopólio do conhecimento, da mediação entre os leitores e a palavra divina, e conseqüentemente, do controle dos indígenas reduzidos.²⁸ O espírito humanista dos primeiros evangelizadores foi substituído por uma atitude vigilante da ortodoxia.

A atividade epistolar foi a verdadeira chave de todo o sistema missionário. Quando a correspondência era manuseada pelos guaranis, este contato despertava preocupação nos jesuítas. Eles julgavam que o acesso dos indígenas a determinadas informações poderia, por exemplo, comprometer a aliança

26 BNE, Manuscritos, Sala Cervantes, Signatura 6976, Carta común de su R. del P. Provincial para todos los P.P de estas Reducciones del Paraguay y Uruguay. Su fecha 19 de diciembre de 1667, p. 48.

27 BN/RJ, Manuscritos 508 (19), Ánuas, Doc. n° 414, Coleção de Angelis. Libro de Ordenes del Noviciado de Cordoba. Libro de la hacienda del Noviciado de Santa Catalina, que mando hacer el Pe. Andre de Rada, visitador. Año 1664.

28 Segundo Roger Chartier: “Da maior ou menor familiaridade com a escrita depende, pois, uma maior ou menor emancipação com relação a formas tradicionais de existência que ligam estritamente o indivíduo a sua comunidade, que o emergem num coletivo próximo, que o torna dependente de mediadores obrigatórios, intérpretes e leitores da palavra divina ou das determinações do soberano” (1991, 119).

estabelecida entre os missionários e a elite indígena. Assim, as medidas prescritas visavam limitar o acesso aos documentos internos de cunho administrativo das reduções, para evitar entendimentos equivocados ou apropriações indesejadas diante das leituras efetuadas pelos índios. Tais recomendações, acompanhadas de suas devidas restrições, sinalizam a dimensão que a leitura, e mesmo o uso da escrita, havia assumido entre os guaranis no interior das reduções.

A prática da delegação nas reduções

A delegação da leitura e da escrita está associada às necessidades e aos usos que os guaranis manifestaram diante das práticas letradas nas reduções. Por certo que a leitura e a escrita são procedimentos muito presentes nas atividades cotidianas atualmente. Contudo, no mundo colonial, tais modalidades de transmissão e circulação de informações nem sempre desfrutaram da mesma aceitação. Recompor tais práticas demanda a construção de uma tipologia da delegação, estabelecida a partir de uma correlação com as modalidades de usos do escrito nas reduções. Ou seja, explorar maneiras de ler que já não ocorrem mais, resgatando-se as “atitudes antigas”, em que as apropriações da leitura escapam às previsões e expectativas do entendimento estrito do texto, privilegiando, dessa forma, uma arqueologia das práticas desaparecidas.²⁹ Como observaram João Hansen e Marta Carvalho, a categoria de apropriação apresenta especial interesse em estudos voltados para as práticas letradas anteriores ao século XVIII iluminista, que chegaram à posteridade na forma de vestígio nos arquivos.³⁰ A própria habilidade individual de decifrar caracteres grafados relaciona-se com as práticas de alfabetização de que as ordens missionárias lançavam mão, no século XVII, no âmbito de suas estratégias de catequese. Segundo João Hansen, o que importava nessas estratégias era expandir um uso da leitura (e só da leitura). Estimulando a habilidade de

29 Para uma discussão das condições de possibilidade de uma história da leitura, dos protocolos que regem esta prática cultural, ver os textos reunidos na obra coletiva *Práticas da Leitura* (Chartier 2001b).

30 Hansen et Carvalho 1996, 22.

decodificação dos símbolos escritos, de modo a facultar o reconhecimento de um texto já conhecido, quando não já decorado, por memória de leituras em voz alta, realizadas por leitores devidamente autorizados a fazê-las em cerimônias religiosas ou em sala de aula. A leitura desempenhava o papel de auxílio mnemônico em práticas de recitação.

Por sua vez, quando houve a necessidade de algum guarani escrever um documento, sem ter a habilidade, recorria ao trabalho de um indivíduo alfabetizado, que atuava como delegado, escrevendo pelos demais.³¹ Nas reduções, geralmente, esta função podia ser realizada pelo *quatiapoharu*, quando os *cabildos* apresentavam sua formação completa, ou era atribuída ao *maestro de capilla*.

Através de uma declaração prestada pelo corregedor da redução de São Francisco Xavier, Thomas Potira, verificamos o expediente da delegação da escrita por parte de índios principais, o que demonstra a heterogeneidade cultural dessa elite missioneira no século XVII. Em outubro de 1699, no final de sua declaração, o corregedor Potira informou que “*por no saber escrebir pedi al maestro de escuela desta Dotrina llamado Juan Pai . . . hizjese en mi nombre como lo hizo. D. Thomas Potira*”.³² O fato de o corregedor ter delegado a escrita ao maestro de escola, ao que tudo indica, foi em função de afinidades, pois optou por alguém com quem possuía maiores contatos para ser o mediador entre a sua voz e a escrita. Por outro lado, os documentos consultados não indicam a prática da delegação da escrita, concebida nesses termos, por parte dos secretários.

A elite indígena letrada nas reduções foi preparada pelos missionários para manter contatos com a sociedade colonial. No entanto, apesar de alguns índios chegarem a falar e mesmo a ler em espanhol, a difusão da escrita nessa língua era limitada. O aprendizado do espanhol, assim como o do latim, por alguns guaranis, constituía-se em uma exceção. Sem grande profundidade, o ensino dessas línguas visava instrumentalizar os catecúmenos para a leitura de recitação. O testemunho de Antonio Sepp, missionário com longa atuação no Paraguai, não deixa dúvidas sobre a questão:

31 A “delegação da escrita” é um conceito desenvolvido por Armando Petrucci (1999b, 105-116), e refere-se a um fenômeno muito difundido, principalmente em sociedades imperfeitamente alfabetizadas.

32 Viana 1970, 347-348.

*Nuestros jóvenes aprenden solamente a leer y escribir textos en lengua castellana o latina, no para que lleguen a hablar o entender el castellano o el latín, sino para que sepan cantar en coro canciones en estos idiomas y para que los niños que nos sirven puedan leerlos lecturas españolas o latinas en alta voz, durante las comidas en el refectorio.*³³

Porém, tal fato não impedia o uso dessa habilidade para outras finalidades, visto que os índios inventavam novas funções para os modelos culturais compartilhados. Nas sociedades hegemônicas pelos recursos da oralidade, o grau de familiaridade com a escrita nunca foi constante. Na realidade, os indivíduos apresentam níveis diferentes de domínio da prática de escrita. Sem dúvida, foram os guaranis iniciados nas “*artes y ofícios*” os que receberam a maior instrução letrada, uma vez que entre estes figurava o secretário do *cabildo*, sujeito responsável pela redação dos acordos e despachos. Ele era o principal leitor dos documentos recebidos e também estava encarregado de vocalizar as ordens recebidas. Outros indígenas apresentavam igualmente aptidão para a escrita, como os corregedores, administradores (*mayordomos*), alcaides, *maestros de capilla* e certos caciques.

Quando os governadores enviavam alguma correspondência às reduções, sempre o faziam em espanhol, mas tomando o cuidado de solicitar que esta fosse vertida para o idioma indígena correspondente. O cuidado em providenciar uma cópia em língua indígena, além de indicar o público-alvo desses documentos, confirma a urgência da medida e, principalmente, a preocupação em se fazer entender. Depois de traduzido ao guarani, o conteúdo da carta era divulgado através da leitura em voz alta, na praça maior de cada redução, pelo respectivo secretário. O comissário Lope Luis Altamirano, plenipotenciário da Companhia de Jesus durante os trabalhos de demarcação, em meados do século XVIII, sempre mencionou essa particularidade do contato *in scriptis* com os índios, informando o cuidado de “*enviar a las Misiones copias de las tres cartas del Rey, para que traducidas en lengua Guarani, se lean primeramente en publico, y después los Curas las entreguen a los Indios principales de todos los pueblos, para que a sus solas, y de espacio las lean*”.³⁴

33 Sepp (1691-1733) 1974, 196.

34 Archivo General de Simancas (AGS), Secretaria de Estado, Legajo 7381, Doc. 29, Carta de Altamirano a Joseph de Carvajal y Lancaster. Buenos Ayres, y julio 22 de 1753.

Através dessa recomendação, em um período de turbulência nessas reduções, somos informados de alguns cuidados e procedimentos que regiam a leitura de ordens oficiais nas localidades, cuja recepção era realizada em dois momentos: primeiro, dirigida a todos moradores e, depois, restrita aos índios encarregados da administração. Nesse aspecto, a delegação da leitura atendia às necessidades práticas do gerenciamento temporal e, sobretudo, definia vínculos entre os jesuítas e os dirigentes indígenas.

Cópia e impressão de livros nas reduções

Um exemplo da importância que a leitura e escrita haviam alcançado nas reduções guaranis é a prática da cópia de textos. Entre a elite indígena, havia indivíduos especializados em copiar livros, imitando os caracteres impressos. A cópia manuscrita de livros era uma prática muito comum na Europa, sendo o trabalho realizado a várias mãos denominado *pecia*. Essa prática chegou a ser bastante difundida nas reduções, principalmente diante da capacidade demonstrada pelos guaranis para a reprodução a partir de cópias.

Como a difusão da cultura escrita era uma estratégia amplamente explorada pelos jesuítas na catequese, desde muito cedo, eles procuraram assegurar a presença de algum *hermano coadjutor* para viabilizar a instalação de uma prensa tipográfica na província jesuítica do Paraguai. Contudo, somente no final do século XVII, através da presença de dois missionários recém-chegados à América, o padre Juan Bautista Neumann, austríaco, e José Serrano, espanhol, é que foi viabilizada a construção dessa máquina.

No início do século XVIII, o vice-rei do Peru atendeu ao pedido do padre Hernando de Aguilar, procurador-geral da Companhia de Jesus, e concedeu a licença necessária para que os jesuítas comessem a imprimir livros em língua guarani.³⁵ Nesse contexto, é inegável que a *ars artificialiter scribendi* estava ao serviço da evangelização. Assim, o primeiro livro impresso nas reduções foi

35 BN/RJ, Manuscritos 508 (22) Ânuas, Doc. n.º 530, Coleção de Angelis. Licença acordada por el Virrey del Peru de Imprimir libros en lengua guarani, en las misiones del Tucumán. 1703.

o *Martirologio Romano*, publicado em espanhol, no ano de 1700.³⁶ Antes se considerava que o livro mais antigo impresso nas reduções era uma tradução para o idioma guarani, feita pelo P. Serrano, do tratado *De la diferencia entre lo temporal y lo eterno*, de autoria do padre Juan Eusébio Nieremberg.³⁷ Esta tradução, coordenada por Serrano, é considerada como a segunda obra impressa nas reduções e apresenta uma série de gravuras que são reproduções realizadas a partir do trabalho de Bouttats, elaboradas por índios gravadores, sem deixar dúvidas quanto à qualidade e nitidez das páginas impressas, atestando o alto grau de refinamento que as artes gráficas atingiram junto dos guaranis.³⁸ Apesar da ampla participação indígena na elaboração dessas obras, praticamente todas eram reproduções de trabalhos de autores europeus.

A execução dessas atividades permitiu manter as bibliotecas bem providas e os catálogos demonstram a existência de um número apreciável de volumes, obras em sua maioria de cunho religioso. Durante as duas décadas de atividade dessa máquina, foram impressos aproximadamente 23 livros nas reduções.³⁹ O funcionamento de uma tipografia nas reduções do Paraguai, por mais rudimentar que fosse, evidencia a preocupação dos missionários em controlar todo âmbito que envolve a produção da cultura escrita.⁴⁰ Tudo indica que os resultados obtidos nas tarefas de impressão foram expressivos, e a participação da elite guarani nessas atividades foi decisiva.

Sem dúvida, uma referência obrigatória quanto à aptidão indígena para as letras são as obras elaboradas por Nicolas Yapuguay, cacique e músico da redução de Santa Maria Maior. Por sua condição de índio ilustrado, ele redigiu e publicou, em 1724, a sua *Explicación de el catecismo en lengua guarani*. Três anos depois, na redução de São Francisco Xavier, foi impressa a obra *Sermones y exemplos*. Através dessas recriações, ele deixou testemunhos do seu excelente domínio da cultura letrada, vertendo para a língua guarani categorias

36 Para maiores informações a respeito da impressão do *Martirologio Romano* em 1700, ver Krüger 2010.

37 A maioria eram textos com finalidade religiosa, como indica a consulta às obras impressas nas reduções: catecismos, sermonários, exemplos e vocabulários, tudo em guarani (Medina 1892).

38 Em um artigo recente, Thomas Brignon (2018) propõe a hipótese de que esta tradução foi em realidade um trabalho colaborativo, pois Serrano não teria como realizar esta obra sem a ajuda de uma grande quantidade de auxiliares nativos.

39 Para uma relação detalhada dos livros impressos nas reduções, ver Plá 1975.

40 Verissimo 2011.

da cristandade. Contudo, sua atividade era supervisionada, restringindo-se a conteúdos cristãos. Enfim, havia uma vigilância sob o que se escrevia e imprimia.

Apesar do controle exercido sob a escrita, a produção textual de Yaguay suscitou algumas polêmicas quanto à autonomia dos guaranis.⁴¹ Sem dúvida, o caso deste “indígena autor” é uma prova de que eles apresentavam potencialidades que estavam além da mera capacidade de imitação, extrapolando as funções de meros copistas. Apesar das evidências inequívocas da inventividade indígena, as informações provenientes dos jesuítas, em geral, apenas enfatizavam a destreza dos guaranis na reprodução de modelos, especialmente na execução de trabalhos manuais, sem se referirem às suas capacidades criativas.

O tratado de limites e as reações escritas dos indígenas

Na história das reduções, a prática da escrita indígena atingiu, em alguns períodos, níveis surpreendentes. Um deles foi durante a demarcação de limites na América do Sul, por efeito do Tratado de Madrid (1750). A reação escrita, como as manifestações bélicas, dos guaranis aos termos ajustados no tratado desencadearam um conflito sem precedentes na região. Uma rebelião conhecida na historiografia como Guerra Guaranítica.⁴² Esta guerra eclode diante da negativa dos indígenas às ordens de transmigração. Iniciava-se um dos capítulos mais intensos e polêmicos da história da América colonial.

De fato, o uso pronunciado da escrita por parte dos guaranis foi verificado a partir da celebração do Tratado de Madrid, que estabelecia a permuta de sete reduções localizadas na margem oriental do rio Uruguai – de um total de 30 – pertencentes à Espanha, a serem entregues a Portugal, em troca da Colônia do Sacramento, situada nas margens do rio da Prata.⁴³ Tal decisão repercutiu de

41 Furlong 1962, 593.

42 Para um estudo detalhado desse episódio singular da história americana, cujo enfoque valoriza a luta e participação indígena amparada em uma “ideologia insurrecional”, ver Quarleri 2009. Para uma análise das rebeliões indígenas na América hispânica, ver Barral Gómez 1992.

43 A respeito dos antecedentes, circunstâncias e as negociações do Tratado, ver Cortesão 2001.

forma negativa na América hispânica. Principalmente entre a população guarani implicada na permuta. Afinal, durante décadas, os índios das reduções atuaram em defesa dos interesses da monarquia hispânica, barrando o expansionismo lusitano na região. A negociação procurava colocar um ponto final nos litígios de fronteira na América do Sul. Ao recorrer ao argumento jurídico, amparado no direito romano, refletido na expressão latina *uti possidetis*, a monarquia portuguesa procurava consolidar suas posições territoriais na região.⁴⁴ O trabalho de demarcação da nova linha de fronteira entre as possessões coloniais ibéricas acabou por se transformar em uma impressionante aventura. Foram deslocados para a região geógrafos, astrônomos, matemáticos, desenhistas e engenheiros. Todos estavam envolvidos na tarefa de estabelecerem a cartografia da região, definindo os limites e a fisionomia do território.⁴⁵

A presença de inúmeros oficiais e técnicos na região, como funcionários encarregados de fixar os novos limites, desencadeou uma intensa produção e circulação de documentos à época. A escrita, inserida em contextos mais amplos, permite extrair dos materiais escritos as distintas intenções que nortearam o ato de escrever e as suas relações com o poder. Concebida nesses termos, a cultura escrita é reveladora dos valores e condutas de uma determinada época.

Em boa medida, foi a presença das autoridades ibéricas no território missionário que estimulou a reação escrita indígena. Um tema que atualmente tem despertado a atenção dos pesquisadores dedicados à história das reduções é exatamente a negativa indígena às ordens de transmigração. Ocasão na qual os guaranis redigiram vários textos, esgrimindo argumentos contrários à execução do Tratado de Madrid. Esclareço que o “ponto de vista indígena” não deve ser entendido apenas no sentido de um comportamento padrão ou uma conduta idêntica manifestada por todos habitantes das reduções – tal perspectiva transformaria os guaranis em um coletivo homogêneo.⁴⁶ Trata-

44 Para uma aproximação às iniciativas lusitanas em estabelecer a cartografia dos limites meridionais na América Portuguesa, ver Guerreiro 1999.

45 Para uma aproximação ao trabalho das equipes de demarcadores, especialmente as chamadas Partidas do Sul e sua produção cartográfica, ver Ferreira 2001.

46 Durante a demarcação dos limites, as reações indígenas foram diversas, e nem todos manifestaram oposição às novas medidas. Sabemos que uma parcela da população foi transmigrada para outras reduções, localizadas na margem ocidental do rio Uruguai, e que outras famílias, em 1756, aceitaram acompanhar o general português Gomes Freire de Andrade, deslocando-se para as terras da América lusitana (Garcia 2009).

-se de uma menção a um determinado momento de enfrentamento, em que uma elite letrada se coloca ora como porta-voz, ora como responsável por uma versão escrita dessa coletividade. Não podemos pressupor que essa competência alfabética determinasse um distanciamento dos demais indígenas, mas uma mediação diferenciada, com hierarquias sociais e suas relações.

Nesse contexto, em meados do século XVIII, a comunicação escrita indígena foi operada a partir de duas modalidades epistolares: os bilhetes e as cartas. E, segundo os cronistas, “voavam bilhetes” entre as reduções rebeladas. Papéis que circulavam de dia e de noite. Pode-se afirmar que as mudanças verificadas na maneira de conduzir as negociações foram o resultado do convívio prolongado dos guaranis missioneiros com as práticas letradas, sobretudo a partir dos episódios da demarcação de limites.

Entre as correspondências redigidas pelos guaranis, merecem destaque as respostas enviadas pelos *cabildantes* missioneiros ao governador de Buenos Aires, José de Andonaegui. Ao tomarem conhecimento das ameaças de guerra formuladas por escrito, os guaranis convocaram suas assembleias e decidiram que cada redução responderia separadamente. Em julho de 1753, sete cartas foram redigidas e enviadas ao governador.⁴⁷ Tais cartas, em língua guarani, são a expressão maior, mas não única, da articulação política e da noção histórica do momento que os índios estavam vivendo. Algumas dessas cartas apresentam uma argumentação similar e, por seu conteúdo e escrita esmerada, são um exemplo do pensamento dos guaranis em tempos de autogoverno.⁴⁸

A inserção da elite missioneira em algumas rotinas administrativas do mundo colonial ampliava as suas possibilidades de contato e interação com a sociedade envolvente. O conjunto de habilidades requeridas no provimento dos *cabildos* missioneiros facultava a uma fração da população missioneira, letrada ou não, contato com as práticas burocráticas da monarquia espanhola. Ao que parece, a possibilidade de um entendimento dos fatos pretéritos, calcado em dados precisos, esteve mais presente entre os integrantes dessa elite missioneira.

47 As cartas podem ser consultadas no Arquivo Histórico Nacional (Madrid), tanto os originais em guarani como as traduções em espanhol realizadas à época: AHN, Clero-Jesuítas, Legajo 120, documentos: 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38; para uma versão traduzida dessas cartas, ver Mateos (1949, 547-583).

48 Boidin et Neumann 2017.

Contudo, esta tampouco se apresentava de maneira homogênea. Certamente os indígenas que possuíam à sua disposição atas, cartas, papéis escritos estavam mais aptos a elaborar uma noção do passado orientada a partir de informações escritas, estabelecendo relações entre diferentes períodos.

O envio de informações escritas foi uma das estratégias para tentar manter certo grau de unidade nas ações dos guaranis e sustentar o seu autogoverno. As autoridades coloniais consideravam tais reações como um sinal de soberba e de insubordinação. Mas elas eram, na prática, uma expressão da autonomia, do autogoverno guarani sustentada na comunicação escrita. Tais documentos demonstram como a cultura escrita é reveladora dos valores e condutas de uma época, um índice da colonização do imaginário.

A frequência com que os índios das reduções recorreram à pluma e ao papel permite repensar as relações históricas estabelecidas por eles com o passado missioneiro e o território oriental. A burocracia colonial acionada pela monarquia espanhola foi, durante esse período de conflito, uma pródiga máquina produtora de papéis.⁴⁹ Em tal contexto, e como parte integrante do Império Espanhol, a população guarani missioneira manifestou durante esses episódios uma grande habilidade nas *ars escribiendi*. O uso da comunicação escrita também foi um recurso utilizado em outras regiões da América pelas populações indígenas, como nos Andes e no México, para expressar a sua inconformidade com as medidas reformistas adotadas pela monarquia espanhola.⁵⁰ As lideranças guaranis estavam cientes de que as informações importantes, provenientes da administração colonial, chegavam às reduções pela via epistolar e, por valorarem positivamente os poderes do escrito, essa elite letrada adotou igualmente a mesma postura. Sabiam que através da escrita era possível intervir nas relações de poder e pautar os fatos dignos de memória.⁵¹

49 A importância política conferida à comunicação escrita na administração do Império Espanhol através da burocracia permitiu aos monarcas afirmarem seu poder e manter o controle sob um vasto território (Elliott 2007, 27-50).

50 Na segunda metade do século XVIII, a elite indígena nos Andes também recorreu à escrita para manifestar seu desagrado frente às medidas modernizantes. Consideravam que a via mais adequada para expressar suas insatisfações e desafiar a autoridade real era por meio dos Tribunais (Garrett 2009). Para a Nova Espanha, ver Owensby (2011).

51 Neumann et Wilde 2014.

Entre os diversos documentos apreendidos – que sabemos ser apenas uma fração do conjunto de papéis indígenas –, são perceptíveis as tentativas de organização e negociação por parte dos guaranis. Tais provas escritas reportam aos serviços prestados, na condição de cristãos e vassalos da monarquia católica, onde reafirmavam seu vínculo político com o rei de Espanha e alertavam para o equívoco do *Santo Rey* em celebrar um tratado que favorecia os seus inimigos históricos, os portugueses. A perspectiva dos guaranis ficou registrada nas diversas tentativas de negociação política, legando para a posteridade uma versão indígena a respeito desse período de conflito.

A título de conclusão

A escrita indígena, registrada em diferentes suportes e com finalidades diversas, obriga-nos a reconsiderar as avaliações simplistas que avaliavam a atividade leitora e principalmente “escriturária” dos indígenas nas reduções como um fato menor ou apenas restrito aos textos canônicos. Após décadas de contato com textos – tanto através da leitura, da cópia, ou mesmo produzindo livros –, a população missioneira demonstrava grande habilidade com os diferentes níveis das práticas de escrita. A convivência entre papéis, documentos, livros e letrados com inscrições possibilitou, mesmo aos índios não-letrados, uma familiaridade com as materialidades da cultura escrita, e facultou à elite indígena um domínio surpreendente dos protocolos da escrita.

Há inúmeras provas de que quando se sentiram atraídos pela ideia de produzir relatos ou deixar recados, eles o fizeram. O domínio da cultura escrita estimulou novos usos do alfabeto pelos índios das reduções, ampliando as possibilidades de uma relação pessoal e mais direta com as práticas letradas, permitindo eliminar a atuação dos intermediadores, manifestando o protagonismo indígena em determinados episódios.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

AGS – Archivo General de Simancas (Valladolid)

Secretaría de Estado, Legajo 7381, Doc. 29, Carta de Altamirano a Joseph de Carvajal y Lancaster. Buenos Ayres, y julio 22 de 1753.

AHN – Archivo Histórico Nacional (Madrid)

Clero-Jesuítas, Legajo 120, docs: 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38.

BNE – Biblioteca Nacional de España (Madrid)

Manuscritos, Sala Cervantes, Signatura 6976, Cartas de los P. P. Generales. Carta del padre Visitador y Provincial Andrés de Rada de 13 de Abril de 1664, p. 22-36.

Manuscritos, Sala Cervantes, Signatura 6976, Carta comum de su R. del P. Provincial para todos los PP de estas Reducciones del Paraguay y Uruguay. Su fecha 19 de diciembre de 1667, p. 48.

BN/RJ- Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

Manuscritos 508 (19) Ánuas. Doc. n.º 414. Coleção de Angelis. Libro de ordenes del Noviciado de Cordoba. Libro de la Hacienda del Noviciado y Estancia de As Catalina, que mando hacer el Pe Andrés de Rada, visitador. Año 1664.

Manuscritos 508 (22) Ánuas, Doc. n.º 530, Coleção de Angelis. Licencia acordada por el Virrey del Peru de Imprimir libros en lengua guarani, en las misiones del Tucumán. 1703.

Fontes Impresas

Jarque, Francisco. 1687. *Insignes misioneros de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*. Pamplona: Joan Micoan.

Sepp, Antonio. (1691-1733) 1974. *Jardín de flores paracuano*. Buenos Aires: EUDEBA.

Estudios

Barral Gómez, Ángel. 1992. *Rebeliones indígenas en la América española*. Madrid: Mapfre.

Boidin, Capucine et Eduardo Neumann. 2017. “A Escrita Política e o Pensamento dos Guarani em Tempos de Autogoverno (c.1753).” *Revista Brasileira de História* 37 (75):97-118. Doi:10.1590/1806-93472017v37n75-04.

Bouza Álvarez, Fernando J. 1992. *Del escribano a la biblioteca. La civilización escrita en la Alta Edad Media (siglos XV-XVII)*. Madrid: Síntesis.

- . 1998. *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal.
- Brignon, Thomas. 2018. “Du copiste invisible à l’auteur de premier ordre: la traduction collaborative de textes religieux en guarani dans les réductions jésuites du Paraguay.” *Sociocriticism* 33 (1-2):299-338.
- Castillo Gómez, Antonio, org. 1999. *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona: Gedisa.
- . 2006. *Entre la pluma y la pared. Una historia social de la escritura en los siglos de oro*. Madrid: Akal.
- Certeau, Michel de. 1994. *A Invenção do Cotidiano*. Vol. 1, *Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Chartier, R. 1988. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel.
- . 1991. “As Práticas da Escrita.” In *História da Vida Privada*, dir. Philippe Ariès et Georges Duby. Vol. 3, *Da Renascença ao Século das Luzes*, org. Roger Chartier, 113-161. São Paulo: Companhia das Letras.
- . 1993. *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*. Madrid: Alianza Editorial.
- . 2001a. “Culture écrite et littérature à l’âge moderne.” *Annales: Histoire, Sciences Sociales* 4-5:783-802.
- , org. 2001b. *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Cortesão, Jaime. 2001. *O Tratado de Madri*. Edição fac-similada, 2 vols. Brasília: Senado Federal.
- Durston, Alan. 2015. “Indigenous Languages and the Historiography on Latin America.” *Storia della storiografia* 67 (1):56-66.
- Eisenberg, José. 2000. *As Missões e o Pensamento Político Moderno: Encontros Culturais, Aventuras Teóricas*. Belo Horizonte: UFMG.
- Elliott, John H. 2007. *España y su mundo (1500-1700)*. Madrid: Taurus.
- Ferreira, Mário Clemente. 2001. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Furlong, Guillermo. 1962. *Misiones y sus pueblos*. Buenos Aires: Ed. Balmes.
- García, Elisa Fruhauf. 2009. *As Diversas Formas de Ser Índio: Políticas Indígenas e Políticas Indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Garrett, David T. 2009. *Sombras del imperio: la nobleza indígena del Cuzco, 1750-1825*. Lima: IEP.
- González Sánchez, Carlos Alberto. 2007. *Homo viator, homo scribens: cultura gráfica, información y gobierno en la expansión atlántica (siglos XV–XVII)*. Madrid: Marcial Pons Historia.
- Gruzinski, Serge. 1991. *La colonización del imaginario. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI-XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica.
- . 2001. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Guerreiro, Inácio. 1999. *Os Tratados de Delimitação do Brasil e a Cartografia da Época*. Lisboa: Chaves Ferreira Publicações.
- Hansen, João Adolfo, et Marta Carvalho. 1996. “Modelos Culturais e Representação: uma Leitura de Roger Chartier.” *Varia História* 16:7-24.
- Haubert, Maxime. 1967. *La vie quotidienne des indiens et des jésuites du Paraguay au temps des missions*. Paris: Hachette.
- . 1990. *Índios e Jesuítas no Tempo das Missões*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kern, Arno A. 1982. *Missões: Uma Utopia Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

- Krüger, R. 2010. "La imprenta misionera jesuítico-guaraní y el primer libro rioplatense, Martirologio Romano, de 1700." *Cuadernos de teología* 29:1-27.
- Lienhard, Martin. 1992. *Testimonio, carta y manifestaciones indígenas (desde la conquista hasta comienzo del siglo XX)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho.
- Mateos, Francisco. 1949. "Cartas de indios cristianos del Paraguay." *Misionalia Hispanica* 6 (16):547-583.
- Medina, José Toribio. 1892. *Historia y bibliografía de la imprenta en el antiguo virreinato del Río de la Plata*. La Plata: Taller de Publicaciones del Museo.
- Melià, Bartomeu. 1969. "La création d'un langage chrétien dans les réductions des Guarani au Paraguay." 2 Vols. Tese de doutorado. Faculté de Théologie, Université de Strassbourg.
- . 1986. *El guarani conquistado y reducido*. Asunción: CEPAG.
- . 1992. *La lengua guarani del Paraguay: historia, sociedad y literatura*. Madrid: Mapfre.
- Neumann, Eduardo S. 2007. "A Escrita dos Guaranis nas Reduções: Usos e Funções das Formas Textuais Indígenas – Século XVIII." *Topoi* 8 (15):48-79.
- . 2015. *Letra de Índios. Cultura Escrita, Comunicação e Memória Indígena nas Reduções do Paraguai*. São Bernardo do Campo: Nhanduti.
- Neumann, Eduardo, et Guillermo Wilde. 2014. "Escritura, poder y memoria en las reducciones jesuíticas del Paraguay: trayectorias de líderes indígenas en tiempos de transición." *Colonial Latin American Historical Review* 2 (3):353-380.
- Owensby, Brian. 2011. "Pacto entre rey lejano y súbditos indígenas. Justicia, legalidad y policía en Nueva España, siglo XVII." *Historia mexicana* 61 (1):59-106.
- Petrucci, Armando. 1999a. "Ler por Ler: Um Futuro para a Leitura." In *História da Leitura no Mundo Ocidental*, orgs. Guglielmo Cavallo et Roger Chartier. Vol.2, 203-227. São Paulo: Ática.
- . 1999b. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa.
- . 2002. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Plá, Josefina. 1975. *El barroco hispano-guaraní*. Asunción: Editorial del Centenario.
- Quarleri, Lia. 2009. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata. Guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Verissimo, Fernanda. 2011. "L'impression dans les missions jésuites du Paraguay, 1700-1727." Tese de doutorado. École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Viana, Hélio, ed. 1970. *Manuscritos da Coleção de Angelis*. Tomo IV, *Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- Viñao Frago, Antonio. 1996. "Por una historia de la cultura escrita: observaciones y reflexiones." *SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita* (3):41-68.
- Wilde, Guillermo. 2003. "Antropología histórica del liderazgo guaraní misionero (1750/1850)." Tese de doutorado. Universidad de Buenos Aires.
- . 2006. "Prestigio indígena y nobleza peninsular: la invención de linajes guaraníes en las misiones del Paraguay." *Jahrbuch Fur Geschichte Lateinamerikas* (43):119-145. Doi:10.7767/jbla.2006.43.1.119.
- . 2009. *Religión y poder en las misiones de Guaraníes*. Buenos Aires: Editorial S. B.

O ABADE RAYNAL: Discursos e fontes sobre o Império Português. Algumas notas

Junia Ferreira Furtado

Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de São Paulo

Nuno Gonçalo Monteiro

ICS - Universidade de Lisboa / FLUL

Introdução

O tema da gênese da opinião pública na época moderna, em larga medida balizado pela discussão e crítica da obra de J. Habermas,¹ tem recebido diversas contribuições na historiografia recente. Em particular no contexto hispânico, esse impulso vem-se traduzindo na tendência para antecipar de forma significativa a cronologia da emergência dos debates públicos, incluindo aqueles que se revestiram de uma dimensão impressa e que se cruzaram com o espaço público europeu.²

Num cenário peninsular, sobre o qual pesam em geral os horizontes da lenda negra hispânica e da dissociação face aos centros de produção cultural

1 Habermas 1984.

2 Fernando Bouza Alvarez (cf. 2012) tem desenvolvido este tema em múltiplos trabalhos.

européia, as imagens de Portugal adquiriram uma tonalidade própria e ainda mais carregada. O tópico do isolamento cultural foi certamente um dos mais insistentes, desde logo no século XVIII, sendo mais tarde sistematizado, entre outros, por António Sérgio, numa célebre conferência proferida no Rio de Janeiro, em 1913, com o título “O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares”,³ e na conceptualização da ideia de “estrangeirado”, forjada para qualificar aqueles que, fora do reino, conseguiam romper com esse constrangimento. Seria esse mesmo conceito que depois outros criticariam, invocando uma suposta essencialidade cultural portuguesa na época moderna.⁴

Naturalmente, o leque de questões que tais leituras invoca é muito amplo. Importa realçar, entretanto, que essas perspectivas têm vindo a ser debatidas e questionadas em múltiplos parâmetros e em distintos territórios de análise. Um desses terrenos é o dos debates europeus que tiveram uma participação portuguesa e nos quais se pretendeu impulsionar perspectivas difundidas pelo publicismo europeu. Entenda-se: nos quais houve intervenção e propaganda portuguesa no exterior, utilizando, designadamente, impressos em outras línguas. Aconteceu assim, por exemplo, com a Guerra da Restauração, a Guerra da Sucessão Espanhola ou a extinção dos jesuítas no período pombalino;⁵ neste último caso, com um investimento sem precedentes no que se reporta às traduções pagas pelo governo central da monarquia portuguesa, num ambiente caracterizado pela imensa atenção votada a Portugal, tal como Franco Venturi tão bem caracterizou.⁶

Certamente muito há ainda por aprofundar nesta matéria. E será sempre necessário, no plano analítico, distinguir os intercâmbios intelectuais, desde logo nos círculos eclesiásticos,⁷ das intervenções mais ou menos diretamente impulsionadas pela diplomacia. Embora, olhando mais de perto, tais distinções se mostrem algo artificiais, pois essas conexões estabeleciam-se muitas vezes com diplomatas e tendo, ao menos de forma mediata, a intenção de

3 Sérgio 1914.

4 Esta linhagem de pensamento tem expressões paradigmáticas especialmente em Macedo (1974).

5 Pinto 2009. Toda essa edição da revista *Brotéria* (n.º 169) é dedicada ao tema da expulsão dos jesuítas e seus impactos.

6 Venturi (1984) 1991.

7 Piwnik 1987.

promover na opinião “europeia” pontos de vista apoiados pelas pretensões da administração central portuguesa. Nessa perspectiva, pode-se talvez sustentar que os debates externos que contaram com a participação portuguesa puderam ser mais dinâmicos e suscitar mais detalhadas intervenções do que os que se desenrolaram na esfera interna. É esse, precisamente, o caso de que nos ocupamos neste texto. Assim, na sequência de dois estudos anteriores,⁸ vamos tratar aqui de algumas informações e ideias sobre a colonização portuguesa e o Império Português, tal como se configuravam desde a primeira edição de 1770 da *Histoire philosophique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, geralmente designada por *Histoire des deux Indes*, do abade Raynal (1713-1796), ao que se diz, a obra de maior divulgação publicada no século dito das Luzes, mas incorporando as alterações suscitadas pela preparação de novas edições.⁹

O objetivo de Raynal era realizar uma ampla descrição da história da colonização europeia nas duas Índias (Oriental: Ásia e África; Ocidental: as Américas), abordando uma gama de assuntos dos mais variados, a partir de um viés enciclopédico, que apresenta como fio condutor o comércio que se estabeleceu entre essas partes, analisado na perspectiva de que a conquista e a exploração do Novo Mundo teria ocorrido em favor dos europeus. A intenção deste capítulo é abordar alguns aspectos da colonização portuguesa e do Império Português tal como se configuravam desde a primeira edição de 1770 da obra de abade Raynal. Em primeiro lugar, é analisado o método de recolha de fontes, de natureza diversa – livros e questionários –, empregado por Raynal ao longo das sucessivas edições, para, em seguida, compreender o papel que agentes e diplomatas ao serviço de Portugal exerceram ao disponibilizarem tais informações, que serviram para a reescrita da obra ao longo das diferentes edições, desvelando como os mesmos utilizaram o livro de Raynal enquanto instrumento para criar, na opinião pública e na administração das cortes europeias, uma visão positiva do colonialismo português. Em seguida, destaca-

8 Furtado et Monteiro 2016; 2019. Este trabalho retoma e resume estes dois textos. A parte final dá conta de uma vertente ainda em processo de pesquisa.

9 Raynal 1770; 1774; 1780.

-se como a visão benigna da colonização portuguesa que caracteriza a *Histoire des deux Indes* desde a primeira edição de 1770 impactou no seu próprio tempo e na posteridade, especialmente a obra de Adam Smith, recortando as críticas que lhe foram desferidas a ele por William Julius Mickle.

As fontes sobre o Império Português

A obra de Raynal, como era comum nesse tempo, reuniu um conjunto de colaboradores, dimensão que se acentuou ao longo das três versões diferentes que o texto apresentou, conferindo-lhe um certo caráter fragmentário e, por vezes, contraditório, ao qual Raynal, enquanto escritor, redator e organizador dessa empresa editorial, buscou conferir um fio condutor.¹⁰

Alguns desses escritores anônimos foram identificados,¹¹ destacando-se a colaboração de Denis Diderot, a partir de 1774, que se tornou um verdadeiro coautor e coeditor anônimo na edição de 1780,¹² quando a lista dos participantes se ampliou de forma significativa. Muitos dos que, posteriormente, se debruçaram sobre a *Histoire des deux Indes* reconheceram a existência de inúmeras inconsistências e contradições internas, frequentemente resultantes da fragmentação da escrita entre esses diferentes colaboradores.¹³ Embora uma ampla bibliografia procure emprestar ao texto um cunho unitário e fortemente subversivo,¹⁴ uma análise detalhada permite identificar contribuições dissonantes que conferem ao texto sua característica polissêmica.¹⁵ Em particular, alguns autores têm sublinhado o contraste entre os trechos radicais atribuídos a Diderot e as posições muito mais reformadoras e conciliatórias do próprio Raynal.¹⁶ A despeito desse fato, é necessário compreender o livro do abade como um veículo através do

10 Lüsebrink et Strugnell 1995.

11 Duchet 1978.

12 Goggi 2018.

13 Lüsebrink et Strugnell 1995.

14 Israel 2011; Pagden 2013.

15 Duchet 1991.

16 Villaverde Rico 2015.

qual um grupo de iluministas¹⁷ expressou suas ideias acerca da colonização europeia moderna, tanto nas Índias Orientais quanto nas Ocidentais. Quando reportamos à *Histoire des deux Indes*, nas suas várias edições, nos referimos a Raynal como seu autor, independentemente de quem são os autores presumidos ou já reconhecidos de cada trecho.

O Brasil constitui, em todas as edições da *Histoire des deux Indes*, o Livro 9.º, mas, devido ao aumento da parte textual, que se traduziu em maior número de volumes, esta apareceu no tomo 3, da de 1770, e no tomo 5 das de 1774 e 1780. Essa última acrescenta novas contribuições e informações, que resultam de questionários suscitados pelo autor da obra, aos quais, no caso de Portugal, responderam algumas figuras destacadas ligadas à diplomacia, o que se discutirá adiante.

Nesta parte deste capítulo, vamo-nos ocupar de aspectos não explorados dessa dimensão interativa. No que concerne à América portuguesa, pretendemos abordar a relação que se estabelece entre fontes, de natureza diversa – livros e questionários –, empregadas nas sucessivas edições até à de 1780, que fixou a versão definitiva da obra, sucessivamente reeditada antes e depois da morte do seu autor/coordenador e fartamente citada pela historiografia posterior. Nossa análise revela como essas fontes moldaram e transformaram a escrita do abade sobre o colonialismo português. Nesse sentido, procura compreender o papel que agentes e diplomatas ao serviço de Portugal exerceram nessas reformulações, desvelando como utilizaram o livro de Raynal enquanto instrumento para criar, na opinião pública e na administração das cortes europeias, uma visão positiva do colonialismo português, segundo os interesses do Estado luso.

Destacaram-se nessa tarefa o médico português residente em Paris, António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), que colaborou intensamente nas duas revisões da obra, e os diplomatas Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1726-1780) e Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), futuro 1.º visconde de Balsemão, que forneceram

17 Aos quais Jonathan Israel denomina radicais, reunidos em torno de Diderot, do barão de Holbach, de Deleyre, Duclos, d'Alembert, Paulze, Saint-Lambert, Paulze e, mais além, de Brissot, Condorcet, Volney e Chastellux (Israel 2011, 416 e 422-423).

amplas informações e mapas, além de responderem a questionários propostos por Raynal, que subsidiaram a edição de 1780. Ao cotejar trechos do Livro 9.º sobre o Brasil, nas três edições (1770, 1774 e 1780), percebe-se que o discurso de Raynal era muito mais coerente na primeira delas, ainda que na última haja uma maior riqueza de informações empíricas, que enriquece substantivamente o texto e lhe confere novos significados. Tal reescrita, por um lado, enfraqueceu, no que respeita à parte do Brasil, a “máquina de guerra” disparada contra o colonialismo europeu da era moderna, mas, por outro lado, estruturou uma outra “máquina de guerra”, dessa feita a favor dos interesses do Estado português junto da opinião pública europeia.

O Império Português nas edições de 1770, 1774, 1780

O Império Português é abordado já no Livro 1.º, consagrado às “descobertas, guerras e conquistas dos Portugueses nas Índias Orientais”, sendo que o tema volta a estar no cerne do Livro 9.º, desta feita dedicado aos estabelecimentos portugueses no Brasil, e no Livro 11.º, que descreve a África.

A maioria dos autores que se debruçou sobre a *Histoire des deux Indes* não foi sensível às mudanças operadas no texto nas suas diversas versões e não chamou a atenção sobre alguns comentários extremamente originais contidos no Livro 1.º, sobre a Ásia portuguesa, e no Livro 9.º sobre o Brasil, o que se pretende aqui fazer. Uma exceção foi Manfred Tiez, que distinguiu as três versões para efeitos de estudo, mas dedicou-se somente à análise da parte sobre Portugal em comparação com a Espanha.¹⁸ François Moureau aponta que “*l'évolution du texte entre les trois éditions de 1770, 1774 et 1780 est clairement indiquée dans les variantes de la réédition moderne*”.¹⁹ No entanto, em artigo recente, no que diz respeito ao Brasil, limita-se a cotejar as diversas edições apenas no que concerne ao que o abade escreveu sobre a Companhia Francesa das

18 Tiez 1995. Outro foi Cañizares-Esguerra 2001.

19 Moureau 2011, 548.

Índias.²⁰ Muriel Brott, ao analisar a visão de Raynal sobre os índios, baseando-se na edição de 1770, reconheceu que houve modificações e acrescentamentos na de 1780, “*qui en modifiaient légèrement le plan et qui altèrent un peu sa rigueur*”,²¹ mas, para ela, tais modificações não mudaram substantivamente o caráter da obra e, por essa razão, não lhes conferiu destaque. Nisso discorda Hans Wolpe – que analisou o livro como um todo e não apenas a parte do Brasil –, para quem esses acrescentamentos substantivos transformaram a *Histoire des deux Indes* numa “máquina de guerra”.²²

As três edições aqui reportadas apresentam consideráveis discrepâncias entre si no Livro 9.º, que não recebe um título na primeira edição, mas que é denominado nas duas últimas de “*Etablissement des Portugais dans le Brésil. Guerres qu’ils y ont soutenues. Productions & richesses de cette colonie*”. A primeira edição, sem índice, também não está dividida em subtítulos, diferentemente das duas seguintes. A segunda apresenta, nesse Livro, 17; e a última, de 1780, apresenta 30 subdivisões ou capítulos, que estão sumariados nos respectivos índices. No entanto, as diferenças mais substanciais são aquelas que existem entre a primeira e a terceira edição. De resto, pode-se reputar a edição de 1780 como a definitiva. Com efeito, foi a última e a principal alteração do texto ocorrida ainda em vida do autor. As edições posteriores à sua morte agregaram números,²³ mas não alteraram significativamente o texto, ainda que o façam aqui e ali. Também é quase literalmente a edição de 1780, com algumas atualizações e cortes, que é retomada na *Encyclopédie méthodique*, no verbete “Bresil”, que faz parte da seção *Économie politique et diplomatique*, publicada em 1784.²⁴

No caso do Livro 9.º, não se pretende aqui resumir todas as alterações, as quais, em muitos casos, se reportam a capítulos inteiros, ou ainda a parcelas de capítulos alteradas ou deslocadas. Destaque-se, em todo o caso, entre as modificações mais notórias, as partes introduzidas na edição de 1780. Entre estas, figura a agregação de um extenso capítulo intitulado “*Plaintes d’un*

20 Moureau, 2011, 548.

21 Brot 1995, 103.

22 Wolpe 1957.

23 É o caso da edição de 1820, que serve de base à edição brasileira de 1998.

24 Dèmeunier 1784, 396-413.

prédicateur Portugal à Dieu, sur les succès d'une nation hérétique”,²⁵ no qual se faz uma transcrição quase integral do “Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda”, do Padre António Vieira;²⁶ um novo e muito importante capítulo sobre o “*Gouvernement civil, militaire & religieux établi dans le Brésil*”;²⁷ outros sobre os governos de vários territórios (Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio, São Paulo e territórios mineiros);²⁸ uma parte sobre a história das descobertas de ouro e diamantes, as principais riquezas minerais encontradas a partir do século XVIII.²⁹ Esses excertos foram, em parte, retomados do texto original de 1770, mas com muitos acrescentamentos e organização distinta. A parte final do texto, nas três edições, como apontou Manfred Tietz,³⁰ é marcada pela condenação da dependência econômica e política de Portugal em relação à Inglaterra.

As mudanças mais substantivas entre as edições da *Histoire des deux Indes*, no entanto, referem-se ao fato de a de 1780 incluir muito mais informações e novos juízos de valor sobre as populações da América meridional portuguesa, em geral, e sobre a administração portuguesa, em particular. No que diz respeito a esse último aspecto, embora a opinião sobre as companhias comerciais pombalinas seja negativa, devido ao seu caráter monopolista, que contrariava a crença nos benefícios do livre comércio, no geral, as avaliações sobre as diversas dimensões do mercantilismo português na América são substancialmente mais positivas do que nas edições anteriores e, em diversas matérias, as afirmações são bastante inusitadas e até surpreendentes. Estas são algumas das questões que iremos destacar. Para tanto, interessa inicialmente perscrutar o método de pesquisa e de recolha de informações empreendido pelo abade, destacando quais foram, em linhas gerais, as fontes que Raynal utilizou para escrever as partes sobre o Império Português, para em seguida apontar quem, ao longo das diferentes edições, as forneceu e as razões para tal.

25 Queixas a Deus de um pregador sobre o sucesso de uma nação herética.

26 Raynal 1780, 381-386.

27 Raynal 1780, 406-413.

28 Raynal 1780, 414-430.

29 Raynal 1780, 431-442.

30 Tietz 1995, 273.

Os mortos: livros, fontes primordiais da 1.^a edição

Logo no preâmbulo da edição de 1780, Raynal esmiúça seu método de trabalho, que consistia não só em se basear em fontes bibliográficas, mas também em uma rede de informantes:³¹ “*J’ai appelé à mon secours les hommes instruits de toutes les nations. J’ai interrogé les vivants et les morts.*”³² Ainda que nem todas as fontes utilizadas para a confecção da parte sobre o Brasil possam ser identificadas,³³ certo é que as mesmas se vão avolumando ao longo das três edições, à medida que o número de informações e a diversidade temática assim o exigem.³⁴ Desde a primeira edição, a de 1770, e principalmente para a produção desta, Raynal se baseou no material impresso, especialmente o que já circulava na França sobre as regiões coloniais, a maioria disponível em francês, como a *Histoire générale des voyages*,³⁵ do abade Prévost, que serviu de base para descrever as populações nativas, tema que, na primeira edição, ocupa quase 90 % do texto; a *Histoire d’un voyage fait en la terre du Brésil* (1585), de Jean de Léry, um dos poucos autores citados nominalmente ao se referir à atração mercantil exercida pelo pau-brasil;³⁶ a *Histoire des choses plus mémorables advenues tant en Indes Orientales, que autres pais de la découverte des Portugais* (1610-1614), do jesuíta Pierre du Jarric;³⁷ a *L’Histoire du Nouveau Monde ou description des Indes Occidentales, contenant dix-huit livres, enrichi de nouvelles tables géographiques & figures des animaux, plantes & fruits*, de Johannes de Laet, traduzida para o francês, em 1640, utilizada para descrever o período do domínio holandês no Nordeste do Brasil;³⁸ a *Voyages de François Coreal aux Indes Occidentales, contenant ce qu’il y a vu...* (Amsterdã, 1722), de François Coreal. De autores mais contemporâneos, utilizou textos do francês Charles-Marie de la Condamine e do *criollo* espanhol Pedro Maldonado, que participaram na missão geodésica franco-espanhola

31 Feugère 1970.

32 Raynal 1780, 2.

33 Moureau 1977, 119.

34 Em paralelo com a nossa própria pesquisa, a edição crítica recente do Raynal ([1770-1780] 2:2010-2018) sistematiza em nota uma parte das observações que aqui se fazem.

35 Goggi 1991; Brot 1995.

36 Raynal 1770, 341.

37 Goggi 1991.

38 Raynal 1770, 344-353.

ao Equador e, em 1746, desceram o rio Amazonas, até sua foz no Pará, citados para descrever esse rio.³⁹ De acordo com Raynal, os dois eram “*les seules qui méritent une créance entière*”,⁴⁰ revelando o valor que a elite iluminista francesa creditava a esses *savants* ligados à Real Academia de Ciências de Paris. Os textos de Antoine-Laurent de Jussieu (1686-1758) serviram de base para as descrições botânicas, principalmente de Portugal e Espanha, onde o mesmo esteve coletando plantas.⁴¹

As *Lettres édifiantes et curieuses, écrites des missions étrangères*, publicadas em 34 volumes, entre 1702 e 1776, foram consultadas em vários trechos. O uso apócrifo dessas cartas ânuas sobre o Brasil pode ser visto, por exemplo, num episódio exemplar em que descreve a conversão dos índios Carijós por dois jesuítas em São Vicente.⁴² O volume dedicado às missões do Paraguai foi uma de suas fontes de inspiração para detratar os paulistas, sobre quem os inácianos construíram uma lenda negra, por continuamente atacarem e destruírem as missões e escravizarem os índios sob sua jurisdição.⁴³ Raynal, que se formara nessa ordem, tornando-se abade em Pézenas, um pouco ao sul de Montpellier, mas que depois abandonou o hábito, teve acesso a essa obra e a outros livros, como o de Prévost, durante o período em que a ela pertencera.

Entre os autores portugueses, constam o humanista D. Jerónimo Osório, já usado no Livro I, tal como outros autores portugueses.⁴⁴ A descrição da cidade de Salvador é retirada principalmente de Amédée Louis Frézier, que ali aportou durante sua viagem aos trópicos entre 1712 e 1714.⁴⁵ Raynal teve acesso a seu relato manuscrito e de vários navegantes franceses que, desde o século XVI, passaram pelo Brasil, no depósito do Ministère des Affaires Étrangères. Como exemplo, os de François Froger, que passou pela Bahia e pelo Rio de Janeiro, em 1695, e o de L’Arc-en-Ciel, de 1748, os quais, juntamente com François de Coreal, foram usados para descrever a Bahia, o Rio de Janeiro e São Paulo – Raynal repetindo as tópicas negativas desses autores sobre as

39 Raynal 1770, 356.

40 Raynal 1770, 356.

41 Courtney 1963.

42 Raynal 1770, 339-340.

43 Du Halde (1733) 1781, 28-34.

44 Gonnard 1948, 20, nota 25.

45 Frézier 1716.

populações locais.⁴⁶ *A Voyage Round the World*, do viajante inglês, George Anson, serviu de base para descrever a ilha de Santa Catarina e Minas Gerais, essas últimas famosas pelas descobertas de ouro e diamantes no início do século XVIII, cujos métodos de exploração e comércio são descritos por Raynal.

Desde a edição de 1770, o embaixador português D. Luís da Cunha (1662-1749) é citado nominalmente no trecho sobre o Brasil que trata da descoberta dos diamantes.⁴⁷ Apesar de o abade ter aí grafado, equivocadamente, Serro do Frio como Serra do Frio, e atribuído o reconhecimento das pedras ao governador D. Pedro de Almeida (1688-1756) e não a D. Lourenço de Almeida (1680-1750), ele informa com exatidão que, por ocasião dessa descoberta, D. Luís se encontrava na Holanda, onde serviu entre 1728 e 1736, quando teve entre suas obrigações negociar o preço das gemas que passaram a ser comercializadas na Europa pelos judeus holandeses, por meio da bolsa de Amsterdã. Um dos eixos centrais do argumento da *Histoire des deux Indes* é a condenação do expansionismo mercantil europeu, e as ideias professadas por D. Luís, já na primeira metade do século XVIII, ajustavam-se muito bem a esse projeto, pois o mesmo condenava a avidez dos mercadores, exasperando-se: “há muito tempo que entendo que mercadores não tem mais rei, nem mais pátria que o seu interesse e o seu livro de razão, ou sem razão”,⁴⁸ como também disparava críticas à Inquisição, outro alvo de crítica da obra e dos iluministas franceses reunidos em torno de Diderot, destacando que sua ação perturbava a ordem econômica portuguesa.⁴⁹ Já a condenação à dependência econômica e política de Portugal em relação à Inglaterra, que marca a edição de 1780,⁵⁰ se baseia no *Discours Politique sur les avantages que le Portugal pourroit retirer de son malheur. Dans lequel l’auteur développe les moyens que l’Angleterre avoit mis jusques-là pour ruiner cette monarchie*, de um autor francês quase desconhecido, Ange Goudar, datado de 1756 e que, de maneira equivocada, chegou a ser atribuído ao marquês de Pombal.⁵¹

46 França 1999, 49-55 e 80-86.

47 Raynal 1770, 388-389.

48 ANTT, Cunha 1728, 15.

49 Cunha (1736) 2001, 235-267.

50 Tiez 1995, 273.

51 Barreto 1982, 385-422.

Mas a edição de 1780, para além do maior número de livros consultados, inclui novas fontes instigantes, que são os questionários que Raynal enviou a vários correspondentes, com os quais buscou munir-se de informações mais atualizadas sobre os diferentes impérios europeus de além-mar.

Os vivos: os questionários e a edição de 1780

Em 1777, Raynal começou a trabalhar na preparação da nova edição da *Histoire des deux Indes*. A princípio, pretendia apenas reparar alguns erros, mas acabou conferindo uma reorientação maior ao texto. Para tanto, utilizou “*les vivants dont la voix se fait tendre à mes côtes*”,⁵² isto é, além de agregar um maior número de livros, acionou uma rede de informantes na República de Letras europeia, a partir de suas conexões, tecidas nos salões parisienses. Para tanto, distribuiu uma série de questionários sobre os mais diversos temas e lugares, estratégia que havia iniciado de forma mais tímida, já por volta de 1765, quando ainda preparava a edição de 1774.⁵³ O roteiro é mais ou menos o mesmo, solicita dados de população, comércio, transporte marítimo, agricultura, principais produtos e culturas, buscando os dados mais atualizados, sendo que, no questionário sobre a América inglesa, tranquiliza seu interlocutor que “se não for possível obter todos esses conhecimentos com segurança geométrica, terá de se contentar em tê-los por aproximação”.⁵⁴

Cañizares-Esguerra chamou a atenção para o fato de que a *Histoire des deux Indes* é exemplar do processo que “*in the last quarter of the eighteenth century began to call into question the credibility of reports not written by trained ‘philosophical travelers’*” para escrever a história do Novo Mundo. Mas isso ocorre apenas na edição de 1780, quando Raynal minimiza o recurso às fontes tradicionais em que as primeiras edições se baseavam – relatos de pilotos, viajantes, militares, religiosos, etc. dos séculos anteriores –, para as substituir por relatórios

52 Raynal 1780, 1.1, 2.

53 Ete 1995, 393. O primeiro questionário de Raynal que se tem notícia foi enviado a Benjamin Franklin, em 1773, concernente aos Estados Unidos da América (Mackinlay 2011, 909).

54 Mackinlay 2011, 909-910.

oriundos da pena de filósofos iluministas treinados contatados a partir de sua rede de *savants*.⁵⁵

No que diz respeito a Portugal e suas colônias, Raynal se valeu da rede de embaixadores residentes nas principais cortes europeias, cujo elo de contato foi o médico português residente em Paris, António Nunes Ribeiro Sanches, que frequentava, como Diderot, o salão do barão de Holbach.⁵⁶ É muito provável que tenha sido também por meio dele que teve acesso às ideias de D. Luís da Cunha, pois, em Paris, Sanches servira de médico de cabeceira do embaixador até sua morte nessa cidade, em 1749. O contato entre Raynal e Sanches ocorreu a partir de 1760,⁵⁷ quando o abade preparava o livro *École militaire* (1762) e pediu ao médico português que escrevesse a seus correspondentes em São Petersburgo, para que os mesmos respondessem a um questionário sobre o Exército russo. Para a edição de 1780, o médico forneceu-lhe uma memória de sua autoria sobre o comércio de Portugal, um dos grandes temas de seu interesse, intitulada *Pensamentos sobre o Comércio em Portugal*, redigida em 1759⁵⁸ e, a pedido de Raynal, acionou sua rede de contatos a partir da embaixada de Portugal em Paris e cuidou “*de faire traduite et de faire préparer*” os questionários respondidos pelos diplomatas lusos.⁵⁹

Foi nesse mesmo ano de 1777, entre maio e julho, que Raynal visitou a Inglaterra e depois a Holanda, para reunir material para a nova edição. Em Londres, frequenta os salões da elite à época, onde contata com várias personalidades locais, como Horace Walpole, Samuel Johnson, William Hunter e Edmund Burke. Foi então que se encontrou com Luís Pinto de Sousa Coutinho, o futuro visconde de Balsemão,⁶⁰ o qual já havia fornecido informações ao historiador inglês William Robertson, quando esse confeccionava o terceiro volume do seu *The History of America* (1777).⁶¹ O abade escritor ficou impressionado com o diplomata, afirmando que se

55 Cañizares-Esguerra 2001, 12.

56 Dulac 2002; Goggi 2010, 296-298.

57 Em 28.10.1760, em carta, Diderot apresenta Sanches a Sophie Volland (Ramos Junior 2013, 67).

58 Sanches 1980, 145; Dulac 2002.

59 Goggi 2010, 296-298.

60 Silva 2002; 2012.

61 Aspinall-Oglander 1942, 87-88; Quérard 1835, VII, 60-61; Du Rozoir 1824, 37, 175 e 371-425; Goggi 1987, 86-117; 2000, 298-30; Strugnell 1991.

tratava de “*un des hommes le plus éclairées qui aient jamais vécu dans le Brésil*”⁶² e entregando-lhe um questionário sobre o Brasil.

Como era esperado, Balsemão pediu autorização à corte de Lisboa para responder e essa chegou-lhe em maio de 1778, quando foi instruído pelo secretário de Estado que “V. Exa. começará a Memória com o que se passou entre a nossa Corte e a de Londres logo que na América se principiaram a disputar o terreno as tropas portuguesas e espanholas, especialmente nas vizinhanças e na foz do Rio Grande de São Pedro”.⁶³ Devidamente autorizado, logo em seguida, finalizou o questionário sobre o Brasil e, conforme as instruções recebidas, nele incluiu um preâmbulo sobre a história das disputas de limites entre Portugal e a Espanha, em tom evidentemente pró-lusitano.

Uma cópia das respostas de Balsemão ao questionário encontra-se na Biblioteca da Ajuda, em Portugal, dividida em duas cotas distintas. Um primeiro texto, em francês com dez fólios, intitula-se *Mémoires de son Excellence Mr. Louis Pinto de Sousa Coutinho, Vicomte de Balsemão. Sur les contestations entre les Couronnes d’Espagne et Portugal, relatives à ses possessions dans l’Amérique Méridionale, selon les époques et les traités*,⁶⁴ cujo conteúdo se ajusta às instruções recebidas no sentido de incluir um preâmbulo sobre a história das disputas de fronteiras luso-espanholas no Brasil. O segundo e mais extenso, também em francês, ostenta o título *Extrait des Notes fournies à Mr. L’Abbé Raynal par S. Excell^{te}. Mr. Le Vicomte de Balsemão sur les Colonies Portugaises, avec ses observations critiques sur l’histoire Philosophique des deux Indes*.⁶⁵ A numeração sequencial dos dois textos estabelece a continuidade entre eles, o que é comprovado pelo cotejamento de ambos com a parte do Brasil na edição de 1780 de *Histoire des deux Indes*.

Outro questionário chegou-lhe alguns anos mais tarde. Tudo começou em junho de 1779, quando o jovem D. Rodrigo de Sousa Coutinho se encontrava em Paris, a caminho da Corte da Sardenha, onde fora nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal. Nessa ocasião,

62 Raynal 1780, 413.

63 ANTT, Cunha 1708.

64 BNA, Coutinho 1778a.

65 BNA, Coutinho 1778b; Silveira 2016; Furtado et Monteiro, 2019.

por duas vezes, encontrou-se pessoalmente com o abade.⁶⁶ O primeiro encontro ocorreu em Fontainebleau, quando encetaram conversações “sobre as colônias de Portugal, notadamente o Brasil”, além da situação geral da França e de questões sobre o comércio.⁶⁷ É bastante provável que um dos tópicos tenha sido a política pombalina, que ocupa, nas três edições, boa parte das reflexões do abade. Isso pode ser depreendido a partir de um texto, em francês, preparado por D. Rodrigo e dirigido ao “*Monsieur l’Abbé*”, provavelmente Raynal, sobre o marquês de Pombal. Ainda que seja possível datá-lo posteriormente a 1783, do que se infere ter sido escrito para uma pretendida e não realizada revisão da *Histoire des deux Indes*, pode-se pensar que reflita os tópicos discutidos oralmente e que D. Rodrigo, a pedido do abade, se dispôs a, mais tarde, registrar suas reflexões num papel.⁶⁸ O segundo encontro ocorreu no *Dépôt des Cartes de Paris*, quando D. Rodrigo “mostrou ao abade uma carta ‘célebre e raríssima’ da América espanhola de que ele era proprietário”.⁶⁹ Raynal se interessou por esse mapa a instâncias do geógrafo francês Rigobert Bonne, que preparava um *Atlas* para acompanhar a nova edição da *Histoire des deux Indes*, pois esse, ao desenhar o mapa da América do Sul, ficara em dúvida por onde traçar a fronteira entre as duas Coroas ibéricas. Segundo Bonne, era uma “*belle Carte Espagnole de M. la Cruz*”,⁷⁰ tratando-se do *Mapa Geográfico de América Meridional*, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, que teve quatro edições entre 1775 e 1789.⁷¹

Foi então que Raynal pediu a D. Rodrigo que intermediasse o envio de um questionário sobre a África a seu pai, D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, então embaixador em Madrid e que havia sido governador em Angola, entre 1764 e 1772, e que escrevera as memórias de sua atuação depois que deixara o cargo.⁷² O questionário encontra-se junto dos papéis de Ribeiro Sanches, depositados no arquivo em Viena,⁷³ e D. Francisco, ao pedir autorização à Corte para responder, assim descreve o episódio:

66 Bonne 1780; Kantor 2016.

67 Diniz Silva 2002-2006, 1:79-80.

68 Há um documento: FBN, Coutinho c. 1783.

69 Diniz Silva 2002-2006, 2:99, nota 4. Esse mapa será analisado em outro artigo em separado.

70 Bonne 1780, 13-15. Outros adjetivos que utiliza são “*très bonné*” e “*excellent*”.

71 Almeida 2009; Furtado [No prelo].

72 Coutinho (1775) 1989.

73 Goggi 2010, 291-296.

O abade Reinald [sic] que compôs a *História Filosófica dos Descobrimento das Duas Índias* pretende reformar e emendar a sua obra em segunda edição e para este fim foi buscar meu Filho em Paris e lhe pediu me fizesse as perguntas do papel incluso de que não deixo cópia alguma: e posto que a mim me parecia útil responder-lhe de uma maneira que fizesse ver que nós conservávamos um inteiro domínio sobre os portos de Cabinde, Loango e Molembo, insensivelmente usurpados pelos franceses e ingleses, e desfizesse outros muitos erros de que está cheia esta história assim como todas as obras dos estrangeiros, me pareceu também que só podia remeter a VE^{sa} o dito papel tal qual o recebi.⁷⁴

No mesmo mês de junho, D. Francisco respondeu ao filho que aguardava a autorização da Corte para enviar “uma informação verdadeira ao abade Reinal [sic]”. Buscava, dessa forma, supri-lo com informações que considerava verdadeiras e achava que esta era “uma ocasião até de conservar os nossos direitos”, pois “as notícias que [ele] tem do Brasil, serão seguramente tão pouco seguras, como as que por outra mão, pode ter de Angola; pois que das nossas conquistas, forças e comércio, nenhum estrangeiro sabe nada a fundo”.⁷⁵ Ou seja, mais uma vez instrumentalizava-se a *Histoire des deux Indes* em favor dos interesses geopolíticos da Coroa portuguesa no além-mar.

A gazeta francesa, *Correspondance Littéraire*, ao anunciar o lançamento da nova edição da *Histoire des deux Indes*, destaca que “*la partie historique est infiniment plus exacte, particulièrement dans tout ce qui concerne les colonies d’Espagne et du Portugal, sur lesquelles l’auteur a eu d’excellents mémoires qui lui ont été communiqués par M. le comte d’Aranda et par M. de Souza*”.⁷⁶ O aval desses informantes conferia exatidão às informações veiculadas, mas, para além de refletir o estágio do conhecimento empírico sobre o Novo Mundo e a agenda política ilustrada dos grupos que se reuniam em torno de Diderot e de Raynal,⁷⁷ revela a ingerência política das Coroas ibéricas na edição de 1780⁷⁸ – Aranda era o embaixador espanhol em Paris, e Souza era apelido partilhado pelo representante português na Grã-Bretanha e os irmãos em idênticas funções em França e em Espanha, e pelo filho do segundo, em Turim...

74 ANTI, Coutinho 1779.

75 Diniz Silva 2002-2006, 1:335.

76 Tourneux 1880, 499.

77 Alimento 2015, 59-71.

78 Paquette 2007, 66-67.

Para se compreender as razões que levaram a Coroa portuguesa a autorizar seus embaixadores a fornecer tais informações sobre o seu império colonial, antes tão sigilosamente resguardadas, é necessário compreender a conjuntura de acirramento das disputas luso-espanholas nas fronteiras sul do Brasil. Em fins de 1775, intensificaram-se os conflitos bélicos entre Portugal e Espanha, especialmente no sul do Brasil, que se arrastavam na região desde 1763, quando D. Pedro Cevallos, comandante do Exército espanhol, conquistou boa parte do território português em Rio Grande de São Pedro. Nesse momento, Pombal iniciou uma contraofensiva para retomar os territórios conquistados, que interrompia a recente trégua arduamente negociada entre as partes.⁷⁹ O intuito era utilizar o livro de Raynal enquanto instrumento para criar nas administrações das cortes europeias, especialmente em Inglaterra e em França, os fiéis da balança diplomática, e na opinião pública em geral, uma visão positiva do colonialismo português, convergindo-a em prol dos interesses de Estado na busca de uma solução diplomática definitiva que pusesse fim a essas disputas de limites. Eis porque se ordenou ao futuro visconde de Balsemão que inserisse o histórico dessas disputas nas suas respostas, e essa visão benigna da colonização portuguesa, que já estava esboçada desde a edição de 1770, não se resume ao Brasil. Essa tônica acentua-se na edição de 1780, mas já tinha ecoado logo a seguir à primeira edição em muitas obras, caso do livro clássico de Adam Smith, *A Riqueza das Nações* (*An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, 1775-1776). É o que se analisa a seguir.

A imagem do Império Português na edição de 1770 e seus impactos imediatos

A questão já foi várias vezes enunciada. Mas faz sentido sublinhá-la de novo. Os juízos de Raynal sobre as experiências imperiais portuguesas tiveram uma imprevista circulação. Em geral, ignorada.

79 Fortes 1941, 98.

Para começar pelo princípio, ou seja, pelas primeiras linhas da obra, Raynal chama a atenção do leitor que:

*il n'y a point eu d'évènement aussi intéressant pour l'espèce humaine en générale, & pour les peuples de l'Europe en particulier, que la découverte du Nouveau-monde & passage aux Indes par le cap de Bonne-Espérance. Alors a commencé une révolution dans le commerce, dans la puissance des nations, dans les moeres, l'industrie & le gouvernement de tous le peuples.*⁸⁰

Como já foi destacado por vários autores, em linhas gerais, desde as primeiras edições, tal como as seguintes, saltadas por juízos contraditórios, os comentários sobre o Império Português são em regra relativamente favoráveis,⁸¹ começando pela Índia oriental portuguesa, tratada logo no Livro 1.º. Falta, porém, sublinhar um dos seus mais relevantes e quase imediatos impactos. Se Raynal foi o autor setecentista mais citado no próprio século XVIII, Adam Smith terá sido, certamente, um daqueles que mais referências recebeu na posteridade. Muito se tem escrito acerca do que se diz em *A Riqueza das Nações* sobre a Índia portuguesa e, secundariamente, sobre o Brasil.⁸² Também sobre os debates que suscitou, designadamente com o poeta William Julius Mickle, que, na introdução à reedição da sua tradução para o inglês d'*Os Lusíadas*, em 1778, dirigiu duras críticas a Smith a propósito do Império Português e em defesa da Companhia Inglesa das Índias Orientais, contrariando a ideia de que os portugueses teriam praticado o livre comércio.⁸³ De resto, como já foi destacado, Mickle também discute diretamente com Raynal a propósito dos portugueses na Índia.⁸⁴

O que dizia Adam Smith sobre a matéria? Para ele o Império Português na Ásia tinha “*some faint resemblance to the colonies of America*”,⁸⁵ pois não teria sido fundado no monopólio, mas no livre comércio, servindo de antídoto contra a Companhia das Índias Orientais britânica, cuja extinção defendia. Mickle pôs em causa a presunção smithiana de que “*a free trade, and revenue, is the interest of a*

80 Raynal (1770-1780) 2010-2018, 2:23.

81 Raynal 1770; Furtado et Monteiro 2016.

82 Smith (1775-1776) 2016.

83 Rotschild 2012.

84 O tema é discutido por Martins 2015, 149-170 e 170-173.

85 Smith (1775-1776) 2007, 492.

sovereign” e também condenou “*the rapacity of distant governors, so strongly exemplified by the Portuguese*”,⁸⁶ ao contrário das modalidades de reforma da Índia britânica defendidas por Smith.

Mas as diferenças são ainda mais notórias no que podemos designar de dimensões étnico-culturais. Mickle exaltava, por um lado, a viagem de Vasco da Gama como parte do plano português para a “*universal propagation of Christianity*” e como uma “*mortal wound to Mohammedanism*”. Mas denunciava, por outro lado, os primeiros colonizadores portugueses porque eles “*encouraged the marriage of the Portuguese with the natives*”. Os descendentes destes casamentos seriam populações das costas do Este: “*They are called Mesticos or Mestizes, are become savages, speak abroken Portuguese, called lingua Franca by the sailors. Many of the black servants brought to Europe are of this race.*”⁸⁷

Bem diverso era o sentido que Adam Smith exprimia sobre a mesma matéria. Em particular o que tinha escrito, não sobre a Índia, mas sobre o Brasil:

*a great and powerful colony . . . there are said to be more than six hundred thousand people, either Portuguese or descended from Portuguese, creoles and mulattoes, and a mixed race between Portuguese and Brazilians. No one colony in America is supposed to contain so great a number of people of European extraction.*⁸⁸

Ou seja, o Império Português ocupou um papel importante nestas discussões sobre a obra de Smith. Como sublinhou a historiadora e economista Emma Rotschild, Smith tinha um espírito diferente de Mickle no que se reporta ao tópico da miscigenação. E qual foi a fonte do fundador da economia política para escrever sobre o assunto? A primeira edição do livro de Raynal, como de resto algumas edições e traduções sugerem⁸⁹

Com efeito, a *Histoire des deux Indes* afirma que

ce n'est pas que qu'absolument parlant, cette vaste contrée manque de blancs. Un calcul sur le quel on peut compter en fait monter le noble à plus de six cent mil. On n'en voit pas tant dans aucune colonie; mais ces Portugais Créoles qui ont la plupart épousé des mulâtresses sont si indolents, si corrompus, si passionnément livrés à leurs plaisirs, qu'ils sont devenus incapables des moindres soins,

86 Apud Rotschild 2012, 8.

87 Apud Rotschild 2012, 10.

88 Smith (1775-1776) 2007, 440-441.

89 Smith (1775-1776) 2016, 111 e nota 18.

*d'aucune occupation suivie. Peut-être n'est-il possible de redonner du ressort à cette race dégénérée qu'en mettant sous ses yeux des hommes laborieux auxquels on distribuera des terrains convenables.*⁹⁰

E em outras partes também ele se refere à miscigenação com os ameríndios. Como se pode perceber, entretanto, Raynal, na primeira edição, ao contrário de Smith, não valorizava positivamente esta marca miscigenada atribuída aos portugueses *criollos*, antes a reputando como a origem da corrupção dos costumes, que só poderia ser contrariada com a vinda (proibida) de homens do Norte da Europa... Mas a imagem do Brasil que Smith retirava destas e de outras referências de Raynal era francamente positiva. De resto, também nele baseou parte das suas opiniões sobre a Índia portuguesa. Aliás, Raynal também considerava que os portugueses da Índia tinham sido corrompidos pela degradação dos costumes – “*un mélange d'avarice de débauche, de cruauté & de dévotion. Ils avait, la plupart, sept ou huit concubines*”.⁹¹

O caso citado ilustra de forma exemplar como uma referência na obra de Raynal podia alcançar imensa repercussão à época e na posteridade, consolidando uma ideia que lhe é anterior, mas que viria a ter enormes réplicas no futuro: a ideia do Brasil como um território no qual europeus, africanos e ameríndios se teriam misturado.⁹²

Os excertos reportados de Raynal foram em boa parte substituídos na edição de 1780, os quais conferiram um tom ainda mais ameno à crítica ao colonialismo português.⁹³

A título de conclusão

Muito se tem discutido sobre o sentido da incorporação de textos de terceiros,⁹⁴ sejam livros, respostas aos questionários ou redação de partes inteiras, nas páginas da *Histoire des deux Indes*, postando-se Raynal publicamente

90 Raynal 1770, I, 9, 424.

91 Raynal (1770-1780) 2010-2018, 1:131.

92 Freyre (1933) 1996.

93 Furtado et Monteiro 2016.

94 Courtney et Mander 2015; Feugère 1970.

como seu autor.⁹⁵ Para alguns, tais apropriações configurariam plágio, como se afirmou na época e sugeriu depois um dos grandes conhecedores da obra do abade.⁹⁶ No entanto, melhor seria dizer parafraseador, pois as modalidades da escrita então correntes, pautadas por noções de autoria diversas daquela que o século XIX consagrou, tornavam bastante mais fluidos os limites entre a origem individual e a coletiva. Raynal, de fato, utilizou farto material já impresso e incorporou, particularmente na edição de 1780, informações oriundas dos questionários que distribuiu por sua rede de informantes, mas não raro alterou o sentido da informação empírica quando incorporada a seu texto final.⁹⁷ Em vários trechos, as intervenções de Diderot modificaram o sentido original da mensagem, muitas vezes conferindo-lhe tom mais crítico. Certo é que, no que se reporta ao Império Português, as modificações do texto detetadas entre a primeira e a última edição enfraqueceram a crítica ao sistema colonial ali em vigor, o que, em grande parte, pode ser atribuído à estratégia bem-sucedida da Coroa portuguesa de instrumentalizar o texto a seu favor, autorizando sua rede de embaixadores na Europa a contribuir de forma significativa para a reescrita da última edição da *Histoire des deux Indes*. Essa leitura benigna da colonização portuguesa impactou a literatura posterior, o que pode ser observado na obra de Adam Smith, que, no entanto, no seu mais célebre trabalho, interpretou a seu modo algumas das informações que o abade dispôs na primeira edição de 1770. Tal é o caso da mestiçagem típica da colônia brasileira, que o abade aponta, mas critica, e que o fundador da economia política vê de forma positiva. No entanto, essa sua visão não passou incólume ao debate posterior, como se observa nas críticas formuladas por William Julius Mickle sobre essa e outras suas assertivas no que diz respeito ao comércio português na Ásia.

95 Apenas na edição de 1780 sua autoria é explicitada, sendo acompanhada de seu retrato, ainda que uma edição de 1773 já apresente seu nome na capa (Furtado et Monteiro 2016, 736).

96 No seu notável diário, o embaixador francês em Lisboa, M. de Bombelles, confessa, em outubro de 1787, que dissipava os seus desgostos com a leitura do “*ancien Rousseau*”, de Racine e também da “*Histoire philosophique de l’abbé Raynal mais les exagérations continuelles de ce plagiaire, ses perpétuelles et inutiles diatribes contre l’Eglise romaine et la puissance des rois ne me plaise pas autant*”. Advertia que era preciso estar de sobreaviso contra as suas inexactidões, apesar de a sua obra estar cheia “*d’excellentes choses*” (Bombelles 1979, 188). Marcante na ulterior imputação de plágio ao abade terá sido o texto de Feugère (1922).

97 Furtado et Monteiro 2016; 2019.

Como nos trabalhos anteriores que dedicámos ao tema, fica claro que a obra mais marcante do discurso anti-colonial europeu do século XVIII não deve ser apreendida como uma sistematização de ideias coerentes e articuladas sobre a matéria. Antes como um extenso repositório de informações e interpretações múltiplas sobre as “Duas Índias” da colonização europeia, que foi sendo modificado, acrescentado e, também, apropriado por outros, muitas vezes de forma fragmentária. Mas nem por isso deixou de ter um imenso impacto.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Coutinho, Francisco Inocêncio de Sousa. 1779. “Carta do Embaixador D. Francisco de Sousa Coutinho de Aranjuez para Ayres de Sá e Melo, datada de 8 de junho.” Legação de Madrid, Caixa 631, no. 49.

Cunha, D. Luís da. 1708. “Correspondência de D. Luís da Cunha, datada de 2 de maio.” Livro 703. Legação de Londres.

———. 1728. “Carta para o marquês de Abrantes, datada de 7 de outubro.” Caixa 789.

BNA – Biblioteca Nacional da Ajuda (Lisboa)

Coutinho, Luís Pinto de Sousa. 1778a. Mémoires de son Excellence Mr. Louis Pinto de Sousa Coutinho, Vicomte de Balsemão. Sur les contestations entre les Couronnes d’Espagne et Portugal, relatives à ses possessions dans l’Amérique Méridionale, selon les époques et les traités. 54-XI-27 (11).

———. 1778b. Extrait des Notes fournies à Mr. L’Abbé Raynal par S. Excellence Mr. Le Vicomte de Balsemão sur les Colonies Portugaises, avec ses observations critiques sur l’histoire Philosophique des deux Indes. BA, 54-XI-26 (7).

FBN – Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

Coutinho, Rodrigo de Sousa. c. 1783. Monsieur l’Abbé. I-29, 13, 4.

Fontes impressas

Anson, George. 1749. *A Voyage Round the World, in the Years 1740, 41, 42, 43, 44*. London: John and Paul Knapton.

Bombelles, M. de. ed. 1979. *Journal d’un ambassadeur de France au Portugal, 1786-1788*, ed. Roger Kann. Paris: PUF.

Bonne, R. 1780. *Atlas de toutes les parties connues du globe terrestre: dressé pour l’histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes de Guillaume Thomas Raynal*. Genève: J.-L. Pellet.

Coutinho, Francisco Inocêncio de Sousa. (1775) 1989. “Memórias do Reino de Angola e Suas Conquistas, Escritas em Lisboa nos Anos 1773 e 1775 por D. Francisco Inocêncio Coutinho, Governador e Capitam General que Foi do Ditto.” In *Textos para a História da África Austral (Século XVIII)*, ed. Maria Emília Madeira Santos, 33-61. Lisboa: Alfa.

Cunha, D. Luís da. (1736) 2001. *Instruções Políticas*, org. Abílio Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Démeunier, Jean-Nicolas. 1784. *Encyclopédie méthodique. Économie politique et diplomatique*. Paris: Panckoucke.

- Du Halde, R. P., ed. (1733) 1781. *Lettres édifiantes et curieuses*. Vol. 9, *Ecrites des missions étrangères*. Paris: Chez J.G Merigot le Jeune.
- Frézier, Amédée Louis. 1716. *Relation du voyage de la mer du sud aux côtes du Chily et du Pérou, fait pendant les années 1712, 1713 & 1714*. Paris: Chez Jean-Geoffroy Nyon, Etienne Ganneau et Jacques Quillau.
- Mickle, William Julius. 1778. "Introduction." In *The Lusiad; or, the Discovery of India. An Epic Poem*, Luís de Camões, trans. William Julius Mickle, 2nd ed. London, Oxford: Jackson and Lister.
- Raynal, Guillaume-Thomas. 1770. *Histoire philosophique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*. Amsterdam: [s.n.]
- . 1774. *Histoire philosophique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*. La Haye: Chez Gosse, Fils.
- . 1780. *Histoire philosophique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*. Genève: J.-L. Pellet.
- . (1770-1780) 2010-2018. *Histoire philosophique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, dir. Anthony Strugnell. 2 Vol. Paris: Centre International d'Étude du XVIII^e siècle Ferney-Voltaire.
- Sanches, Ribeiro. 1980. *Dificuldades que Tem Um Reino Velho para Emendar-se e Outros Textos*, ed. Victor de Sá. Lisboa: Livros Horizontes.

Estudos

- Alimento, Antonella. 2015. "Entre rivalité d'émulation et liberté commerciale: la présence de l'école de Gournay dans l'Histoire des deux Indes." In *Raynal's 'Histoire des Deux Indes': Colonialism, Networks and Global Exchange*, ed. Cecil Courtney et Jenny Mander, 59-71. Oxford: Oxford University Studies in the Enlightenment.
- Almeida, André Ferrand de. 2009. "O Mapa Geográfico de América Meridional, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla." *Anais do Museu Paulista* 17 (2):79-89. Doi:10.1590/S0101-47142009000200006.
- Aspinall-Oglander, Cecil. 1942. *Admiral's Widow, Being Life and Letters of the Hon. Edward Boscawen from 1761 to 1805*. Londres: Hogarth Press.
- Barreto, José. 1982. "O Discurso Político Falsamente Atribuído ao Marquês de Pombal." In "O Marquês de Pombal e o Seu Tempo", número especial, *Revista de História das Ideias* 4 (1):385-422. Doi:10.14195/2183-8925_4-1_14.
- Bouza Alvarez, Fernando. 2012. "La propaganda en la Edad Moderna española: medios, agentes y consecuencias de la comunicación política." In *Campo y campesinos en la España moderna: culturas políticas en el mundo hispano*, ed. María José Pérez Álvarez. Vol.1, 407-436. Madrid: Laureano M. Rubio Pérez. Doi:10.20350/digitalCSIC/11199.
- Brot, Muriel. 1995. "L'abbé Raynal, lecteur de l'*Histoire générale des voyages*: de la description à la démonstration." In *L'Histoire des deux Indes: réécriture et polygraphie*, ed. Hans-Jürgen Lüsebrink et Anthony Strugnell, 91-104. Oxford: Voltaire Foundation.
- Cañizares-Esguerra, J. 2001. *How to write the History of the New World*. Stanford: Stanford University Press.
- Courtney, Cecil. 1963. "Antoine-Laurent de Jussieu collaborateur de l'abbé Raynal: documents inédits." *Revue d'histoire littéraire de la France* 63:217-227.

- Courtney, Cecil, et Jenny Mander. 2015. "Introduction." In *Raynal's 'Histoire des deux Indes': Colonialism, Networks and Global Exchange*, ed. Cecil Courtney et Jenny Mander, 1-18. Oxford: Oxford University Studies in the Enlightenment.
- Diniz Silva, Andrée Mansuy. 2002-2006. *Portrait d'un homme d'État D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares (1755-1812)*. 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Du Rozoir. 1824. "Raynal." In *Biographie universelle, ancienne et moderne*, ed. L. G. Michaud. Vol. 37, 168-183. Paris: Michaud.
- Duchet, Michèle. 1978. *Diderot et l' 'Histoire des deux Indes' ou l'écriture fragmentaire*. Paris: Éditions A.-G Nizet.
- . 1991. "L' 'Histoire des deux Indes': sources et structure d'un texte polyphonique." In *Lectures de Raynal. L' 'Histoire des deux Indes' en Europe et en Amérique au XVIII^e siècle*, ed. Hans-Jürgen Lüsebrink et Manfred Tietz, 9-16. Oxford: Voltaire Foundation.
- Dulac, George. 2002. "Science et politique: les réseaux du Dr. António Ribeiro Sanches (1699-1783)." *Cahiers du monde russe* 43 (2):251-274. Doi:10.4000/monderusse.8492.
- Ette, Ottmar. 1995. "Diderot et Raynal: l'oe, l'oreille et le lieu de l'écriture dans l' 'Histoire des deux Indes'." In *L' 'Histoire des deux Indes': réécriture et polygraphie*, ed. Hans-Jürgen Lüsebrink et Anthony Strugnell, 385-407. Oxford: Voltaire Foundation.
- Feugère, Anthony. 1922. "L'art d'utiliser les livres: plagiat et fantaisie." In *Un précurseur de la révolution, l'abbé Raynal, 1773-1796: documents inédits – Primary Source Edition*, 201-231. Angoulême: Imprimerie Ouvrière.
- . 1970. "L'art d'utiliser les homes: Raynal et ses collaborateurs." In *L'abbé Raynal: un précurseur de la Révolution*, 175-200. Genève: Slatkine Reprints.
- Fortes, General João Borges. 1941. *Rio Grande de São Pedro (Povoamento e Conquista)*. Rio de Janeiro: Gráficos Bloch.
- França, José Marcel Carvalho. 1999. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: Antologia de Textos (1531-1800)*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Freyre, Gilberto. (1933) 1996. *Casa-Grande & Senzala*. 31.^a ed. Rio de Janeiro: Record.
- Furtado, Junia Ferreira. [No prelo.] "Cartography in Dispute: The Frontiers of Brazil in Abbé Raynal's *Histoire des Deux Indes*." *Culture & History*.
- Furtado, Junia Ferreira, et Nuno Gonçalo Monteiro. 2016. "Os Brasis na *Histoire des deux Indes* do Abade Raynal." *Varia Historia* 32 (60):731-777. Doi:10.1590/0104-87752016000300007.
- . 2019. "Raynal and the Defence of the Portuguese Colonization of Brazil: Diplomacy and the Memoirs of the Visconde de Balsemão." *Análise Social* 230:4-33. Doi:10.31447/AS00032573.2019230.01.
- Goggi, Gianluigi. 1987. "Voyage de Raynal en Angleterre et en Hollande." *Recherches sur Diderot et sur l'Encyclopédie* 3:86-117.
- . 1991. "Quelques remarques sur la collaboration de Diderot à la première édition de l' *Histoire des deux Indes*." In *Lectures de Raynal. L' 'Histoire des deux Indes' en Europe et en Amérique au XVIII^e siècle*, ed. Hans-Jürgen Lüsebrink et Manfred Tietz, 46-48. Oxford: Voltaire Foundation.
- . 2000. "Autour du voyage de Raynal en Angleterre et en Hollande: la troisième édition de l' *Histoire des deux Indes*." In *Raynal: de la polémique à l'histoire*, ed. Gilles Bancarel, et Gianluigi Goggi, 371-425. Oxford: Voltaire Foundation.

- . 2010. “L’abbé Raynal et un questionnaire sur le Portugal et sur le Brésil.” *Studi Settecenteschi* 27-28:285-316.
- . 2018. “L’exemplaire Hornoy de H80 in-quarto et les contributions de Diderot délimitées par Mme de Vandeul.” In *Autour de l’abbé Raynal: genèse et enjeux politiques de l’Histoire des deux Indes*, ed. Antonella Alimento et Gianluigi Goggi, 245-299. Paris: Centre International d’Étude du XVIII^e Siècle Ferney-Voltaire.
- Gonnard, René. 1948. “L’épopée portugaise de l’abbé Raynal.” *Revue d’Histoire Économique et Sociale* 27 (1):14-25.
- Habermas, Jürgen. 1984. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Israel, Jonathan. 2011. *Democratic Enlightenment. Philosophy, Revolution, and Human Rights (1750-1790)*. Oxford: Oxford University Press. Doi:10.1093/ahr/118.2.572.
- Kantor, Iris. 2016. “Impérios Portáteis: Três Atlas na Era das Revoluções Atlânticas.” In *O Governo dos Outros. Poder e Diferença no Império Português*, ed. Ângela Barreto Xavier et Cristina Nogueira da Silva, 503-522. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lüsebrink, Hans-Jürgen, et Manfred Tietz, eds. 1991. *Lectures de Raynal. ‘L’Histoire des deux Indes’ en Europe et en Amérique au XVIII^e siècle*. Oxford: Voltaire Foundation.
- Lüsebrink, Hans-Jürgen et Anthony Strugnell, dirs. 1995. *L’Histoire des deux Indes: réécriture et polygraphie*. Oxford: Voltaire Foundation.
- Macedo, Jorge Borges de. 1974. *Estrangeirados: Um Conceito a Rever*. Lisboa: Edições do Templo.
- Mackinlay, Augustín. 2011. *El best-seller que cambió el mundo. Globalización, colonialismo y poder en el Siglo de las Luces*. USA: Amazon para kindle.
- Martins, Cláudia Santana. 2015. “A ‘Epopéia do Comércio’: Os *Lusíadas* na Tradução de William Julius Mickle.” Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Doi:10.11606/T.8.2015.tde-22122015-114120.
- Maxwell, Kenneth. 1997. *Pombal: O Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Moureau, François. 1977. “L’épisode Brésilien dans l’Histoire philosophique et politique des deux Indes de l’abbé Raynal: un éclairage des lumières.” In *Naissance du Brésil moderne (1500-1808)*, ed. Kátia de Queirós Mattoso, Idelette M. Fonseca dos Santos, et Denis Rolland, 119-129. Paris: Presses Université de Paris-Sorbonne.
- . 2011. “L’abbé Raynal et la fabrication d’un best-seller: de l’agent d’influence à l’apôtre.” *Dix-huitième siècle* 1 (43):541-545. Doi:10.3917/dhs.043.0541.
- Pagden, Anthony. 2013. *The Enlightenment and Why it Matters*. Oxford: Oxford University Press.
- Paquette, Gabriel. 2007. “Enlightened Narratives and Imperial Rivalry in Bourbon Spain: The Case of Almodóvar’s *Historia política de los establecimientos ultramarinos de las naciones europeas (1784-1790)*.” *The Eighteenth Century* 48 (1):61-80. Doi:10.1353/ecy.2007.0004.
- Pinto, António Vaz, S. J. 2009. “A Expulsão dos Jesuítas 1759-2009.” *Brotéria*, 169 (2/3):111-112.
- Piwnik, Marie Hélène. 1987. *Echanges Erudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. Paris: Centre Culturel Portugais – Fondation Calouste Gulbenkian.
- Quérard, J. M. 1835. *La France littéraire ou dictionnaire bibliographique des savants*. Vol. VII. Paris: Firmin Didot.

- Ramos Junior, Nelson de Campos. 2013. “Mediador das Luzes: Concepções de Progresso e Ciência em Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699 – 1783).” Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Doi:10.11606/D.8.2013.tde-25042013-124043.
- Rotschild, Emma. 2012. “Values, classical political economy, and the Portuguese Empire.” In “Values and Justice”, special issue, *Journal of Economic Methodology* 19 (2):109-119. Doi:10.1080/1350178X.2012.683594.
- Sérgio, António. 1914. *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*. Lisboa: Editora Renascença Portuguesa.
- Silva, Júlio J. da C. Rodrigues da. 2002. “Luís Pinto de Sousa Coutinho: ‘An English Gentleman.’” In *Ideário Político de Uma Elite de Estado: Corpo Diplomático (1777/1793)*, 187-312. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- . 2012. “Alguns Livros Científicos (Sécs. XVI e XVII) no ‘Inventário’ da Livraria dos Viscondes de Balsemão.” *Ágora, Estudos Clássicos em Debate* 14 (1):131-158.
- Silveira, Marco Antônio. 2016. “Um Olhar Ilustrado sobre os Domínios Coloniais: As Notas do Visconde de Balsemão Endereçadas ao Abade Raynal.” Apresentação oral no colóquio “A Globalização das Luzes”. Belo Horizonte/Ouro Preto: UFMG/UFOP.
- Smith, Adam. (1775-1776) 2007. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations (1775-1776)*. Ed. S. M. Soares. MetaLibri Digital Library.
- . (1775-1776) 2016. *Inquérito sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações*. Trans. Luís Cristóvão de Aguiar. Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Strugnell, Anthony. 1991. “La réception de l’*Histoire des deux Indes* en Angleterre au XVIII^e siècle.” In *Lectures de Raynal. L’Histoire des deux Indes en Europe et en Amérique au XVIII^e siècle*, ed. Hans-Jürgen Lüsebrink et Manfred Tietz, 253-263. Oxford: Voltaire Foundation.
- Tiez, Manfred. 1995. “La vision corrélative de l’Espagne et du Portugal dans les trois versions de l’*Histoire des deux Indes*.” In *L’Histoire des deux Indes: réécriture et polygraphie*, ed. Hans-Jürgen Lüsebrink et Anthony Strugnell, 251-261. Oxford: Voltaire Foundation.
- Tourneux, M. 1880. *Correspondance Littéraire, Philosophique et Critique par Grimm, Diderot, Raynal, Meister, etc.* Tomo XII. Paris: Garnier.
- Venturi, Franco. (1984) 1991. *The End of the Old Regime in Europe, 1776-1789*. Vol. I, *The Great States of the West*. Princeton: Princeton University Press.
- Villaverde Rico, Maria José. 2015. “La conquista y colonización de la América española, según la *Historia de las dos Indias* del abade Raynal.” In *Visiones de la conquista y la colonización de las Américas*, ed. Francisco Castilla Urbano, 107-140. Alcalá: Universidad de Alcalá.
- Wolpe, Hans. 1957. *Raynal et sa machine de guerre: l’Histoire des deux Indes et ses perfectionnements*. Paris: Éd. M. Th. Génin.

ESCRITAS E PRÁTICAS POLÍTICAS NA CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL (1821-1823)¹

Lucia Maria Bastos P. Neves

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Desde a época em que a *arte de imprimir* se inventou já não é por discussões verbais, nem por teses, ou sermões que as nações podem iluminar e instruir. As palavras passam, e esquecem: só a escritura as fixa e lhes dá uma duração permanente. Além disso, as discussões verbais só chegam a pouca gente, e só a escritura impressa é que pode ser geral, e por conseguinte ser capaz de esclarecer um povo inteiro.²

Era o ano de 1821. Os escritos de opinião passavam a ter uma importância fundamental na *guerra literária*³ que abrangeu os dois lados do Atlântico por meio de uma linguagem constitucional e liberal. Entrevia-se a importância do impresso enquanto um novo instrumento de poder, uma vez que a palavra escrita permitia identificar um outro horizonte de expectativas⁴ dos homens que presenciavam o início da crise do Antigo Regime no Império Português.

1 Trabalho inserido no acordo de cooperação entre o Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais, o Núcleo de Estudos de História Moderna, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ e o Centro de História da Universidade de Lisboa, através do grupo de investigação Dinâmicas Imperiais/Building and Connecting Empires. Projeto financiado pelo CNPq (bolsista de produtividade 1 A), pela FAPERJ (Bolsista Cientista do Nosso Estado) e pelo Programa Prociência/UERJ.

2 *Quaes são os bens* 1821, 1. Grifo do texto.

3 Carvalho et al. 2014.

4 Koselleck 2006, 305-327.

Vivenciava-se, portanto, um ambiente febril, em que todo meio de expressão escrita e oral se transformava em poderosa arma de combate, constituindo-se, muitas vezes, em uma “guerra de afrontas e calúnias”.⁵ Os novos conceitos apropriados, na perspectiva de Chartier,⁶ pelas elites luso-brasileiras, ainda que por meio de valores tradicionais, serviram de esteio para o vocabulário político que permeou as principais discussões na imprensa, nos panfletos políticos, nas folhas volantes e *papelinhos*, escritos entre 1821 a 1823 e publicados tanto no Brasil quanto em Portugal.

Desse modo, a palavra escrita, em seus conceitos e linguagens, abria espaço à criação de novas práticas, uma vez que os textos de caráter político formulam questões e as respondem a partir de um quadro de noções e princípios que, em certa medida, aceitam, contestam ou repelem ideias e convenções predominantes num determinado momento.⁷ Portanto, registram igualmente uma historicidade. Como afirma Fernández Sebastián,⁸ é importante distinguir as diferentes *percepções* que os homens possuem sobre o vocabulário, de que se valem, ao formularem as opiniões que os situam no espaço público de poder e possibilitam a apreensão das variadas visões de seu mundo.

A nova escrita:

Os panfletos políticos e a imprensa periódica

Os anos que antecederam a construção do Império do Brasil foram marcados não só por uma intensa movimentação política, como também por um agitado clima de debate, vivenciado nas duas margens do Atlântico, resultante dos ecos distintos da crise mais vasta do Antigo Regime ou da Idade das Revoluções.⁹

O momento de crise e de convulsão propiciava o surgimento de inúmeras modalidades de expressão escrita que transformavam a palavra em uma forma

5 *O Campeão Português* 1822, 4.

6 Chartier 2002, 24-28.

7 Skinner 2005; Pocock 1971; Richter 1990.

8 Fernández Sebastián 2009.

9 Armitage et Subramanyam 2010, XII-XXVI.

de intervenção nos espaços públicos que se constituíam. Opiniões distintas em relação ao futuro do Império Português eram formuladas, indicando uma verdadeira disputa política e ideológica em busca de uma sonhada primazia no interior do império, tanto por parte do Brasil quanto de Portugal.¹⁰

Se o escrito passava a ter uma importância fundamental nas sociedades ocidentais, a América portuguesa, contudo, ao longo dessa conjuntura histórica dos anos de 1821 a 1823, ainda permanecia profundamente marcada pela cultura oral e por alguns traços próprios do Antigo Regime, aos quais se somava, também, a peculiaridade da escravidão. Em ambiente de cultura essencialmente oral, predominava a *voz geral*,¹¹ que traduzia a tradição imemorial e o bom senso corrente da comunidade, em oposição ao conhecimento letrado, dotado de evidências e de motivos racionais, *situado* em determinado tempo e lugar, no sentido mais propriamente histórico do termo.¹²

Foi somente em 1808, com o tardio começo da imprensa no Brasil, que surgiram os primeiros periódicos. Estes, embora possuíssem um caráter noticioso, característico das gazetas antigas, emitiam algumas vezes opiniões sobre as questões políticas da época. Tais notícias passavam a valorizar o interesse dos leitores, possibilitando uma discussão mais pública dos fatos. Porém, foi a adesão, em 1821, das províncias do Grão-Pará, da Bahia e do Rio de Janeiro ao movimento liberal português, iniciado com a Revolução de 1820, que criou as condições para os primeiros ensaios de uma relativa liberdade de imprensa, exercida em espaços públicos. Entre esses espaços, salientavam-se as ruas e praças das cidades, cujas paredes e muros forneciam o suporte para panfletos manuscritos ou impressos. Naquelas ocasiões, esses escritos surgiam como meios eficazes de mobilização dos debates que propiciavam, alcançando um público cada vez mais amplo, graças à leitura coletiva em voz alta, concorrendo para uma maior familiaridade com o escrito e assegurando uma roupagem nova – a interpretação política – a antigos hábitos. O emigrado francês Cailhé de Geine, em carta ao intendente-geral

10 Carvalho et al. 2014, 11-12.

11 Ramos 1995, 137-145.

12 Furet et Ozouf 1997.

da Polícia, Paulo Fernandes Viana, datada de janeiro de 1821, manifestava sua preocupação com a fermentação dos ânimos nas ruas. Narrando os acontecimentos que transcorriam então na Bahia, assegurava que, após a chegada de navios portugueses com notícias da Revolução, do Porto e de Lisboa, “os papéis públicos e as canções patrióticas” circulavam livremente, lendo-se publicamente os primeiros e cantando-se as últimas em alta voz pelas ruas.¹³ Desse modo, surgiram os escritos de argumentação política, como um novo meio de expressar os acontecimentos. Regra geral, apareciam sob a forma dos já citados papelinhos, panfletos políticos ou folhas volantes.¹⁴

No debate presente nessa literatura de circunstância, entre 1821 e 1823, alguns temas foram marcantes. Em primeiro lugar, em 1821, ficava marcada a luta, de um lado, do constitucionalismo e do liberalismo; de outro, o seu oposto, o corcundismo, isto é, a proposta daqueles que, em visão de época, estavam a serviço do ideário do Antigo Regime, contrários ao constitucionalismo e favoráveis ao absolutismo. Em 1822, há um novo foco de questões, que se relacionam com as relações entre Portugal e Brasil. Se, de início, havia a ideia de Cortes de Lisboa como sinônimo da Liberdade e da Constituição, após algumas medidas intransigentes dos seus deputados em relação ao Reino do Brasil, as Cortes passaram a significar opressão para a parte brasileira do império. Assim, surgiram mudanças de posição dos comentadores, que começaram a discutir conceitos como autonomia, emancipação, separatismo e independência, embora deva se dar conta do significado destes naquela época. Por fim, após a separação oficial do Brasil de Portugal, em 1823, a temática volta-se para a estruturação do novo império a ser constituído: conceitos como soberania e constituição passam a ser fundamentais, como também aqueles das guerras que ocorreram entre os defensores da causa nacional e aqueles da causa portuguesa.¹⁵

Essas novas formas de expressar os acontecimentos políticos por meio de panfletos e de jornais de opinião multiplicaram-se principalmente após a

13 BNRJ, Divisão de Manuscritos, II-33, 22, 54, Cartas de C. de Geine ao Intendente da Polícia 2 janeiro 1821.

14 Para os papelinhos, ver Carvalho et al., 2012. Para os panfletos políticos, ver L. M. B. P. Neves 2003; Carvalho et al. 2014, 1:12-46.

15 L. M. B. P. Neves 2003; Carvalho et al. 2014, 2:13-19.

proclamação da (relativa) liberdade de imprensa, em 1821.¹⁶ Transformavam-se em forma ágil de acompanhar a aceleração dos acontecimentos, fazendo um comentário contínuo sobre episódios particulares ou figuras públicas de destaque.¹⁷ Traçando um caminho entre a história e a política, tais escritos permitiam a circulação de informações em todos os setores sociais, trazendo à tona os acontecimentos diários, que passavam do domínio privado ao público, fazendo os fatos políticos adquirirem o *status* de novidades. Traduziam-se como veículos de ideias esclarecidas, desenvolvendo-se entre o terreno da curiosidade e o da ação, constituindo-se como uma nova esfera pública para o pensamento político.

Estes escritos procuravam ainda formar a história de um tempo, pois os fatos que aí eram narrados podiam, posteriormente, ser transferidos como registros que os historiadores analisam e transmitem à posteridade. Constituem-se, portanto, como memórias que, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamentos da história. Mesmo os contemporâneos daquela época registravam em sua argumentação essa proposta:

Os grandes acontecimentos Políticos das Nações, devendo algum dia entrar nas páginas da História, precisam ser minutados por testemunhas contemporâneas e desinteressadas, a fim de que a Posteridade possa avaliar seu mérito, ou demérito de seus cooperadores. Eis o fim a que se dirige o trabalho dos Historiadores; porém, como estes, ainda sendo contemporâneos dos fatos, não podem presenciá-los em todo o Território da Nação, cuja História escrevem, carecem documentos mais verídicos do que os de uma tradição, quase sempre suspeita; e eis um dos fins úteis dos jornais.¹⁸

No Rio de Janeiro, o número de periódicos que saíram à luz entre 1821-1822 era cerca de 20. Ocorria uma grande multiplicação, pois, até então, somente havia a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Além disso, tinha-se a *Idade d'Ouro do Brazil*, na Bahia.¹⁹ Mesmo os periódicos adquiriram uma feição inovadora ao oferecerem uma informação de ação mais direta dos acontecimentos e

16 Um decreto de 2 de março de 1821 do governo do Rio de Janeiro abolia a censura prévia sobre os manuscritos, restringindo-a às provas tipográficas (*Collecção das Leis do Brazil de 1821* 1889, 2:25-26). Uma decisão de 28 de agosto de 1821 decreta o fim da censura prévia no Brasil, assinada pelo príncipe regente D. Pedro (*Collecção das Decisões do Governo de 1821* 1889, 36).

17 Baecque 1996, 226.

18 *O Conciliador do Maranhão*, n.º 1, 15 de abril de 1821.

19 Silva 2011.

refletirem um discurso muito mais ideológico e político do que cultural, com seus artigos sendo discutidos em diversos locais, como demonstravam as inumeráveis cartas de particulares que os redatores divulgavam semanalmente. Começando como semanários, estes jornais, com o sucesso alcançado, ampliavam a frequência, transformando-se algumas vezes em diários. Tal explosão levou igualmente a observações sobre a presença de uma “praga periodiqueira”.²⁰

Igualmente expressivo era o número de panfletos políticos impressos entre 1821 e 1823. Verifica-se que, ao longo daquele período, seu número pode ultrapassar 350, se for analisada apenas a produção feita no Brasil. No entanto, a quantidade amplia-se em muito se forem somados os panfletos publicados também em Portugal, pelo menos aqueles cujas temáticas faziam referência ao que estava acontecendo neste lado de cá do Atlântico.²¹ Os panfletos eram baratos e de circulação mais rápida do que os jornais. Eram vendidos por um valor entre 80 e 320 réis. Chegava-se a afirmar que o povo, por faltar condição para ir ao teatro, divertia-se com os “bufões [os periodiqueiros] por pouco dinheiro”.²² Além disso, é provável que também gerassem lucros para os livreiros, que os incluíam em seus catálogos impressos.²³

O conceito de panfleto político já estava presente na literatura de língua inglesa desde os anos de 1580, no sentido de uma brochura ou um opúsculo que adquiriu conotação satírica de cunho político ou social.²⁴ No mundo luso-brasileiro, no entanto, o termo aparece um pouco mais tarde, na Guerra de Restauração, em 1640. No Oitocentos, surgiram várias denominações para tal tipo de publicação: panfletos, folhas volantes, folhetos, papéis, papelinhos, pasquins, sendo esta última a mais usada. O *Dicionário* de Moraes, de 1813, não faz referência nem a panfleto, nem a folheto, mas o *Vocabulário* de Bluteau, de 1728, registra: “Pasquim: sátira ou pasquinada; dito picante, posto em papel

20 *Exorcismos* 1821, 8. Para a concepção dos jornais como veículos de ideias políticas, ver Chartier et Roche 1987, 93-106.

21 Carvalho et al. 2014, 1:12-46.

22 *Já Fui Carcunda, ou a Zanga dos Periódicos* 1821, 4.

23 Na mesma época, uma empada de recheio de ave custava 100 réis; um arrátel de linguiça, 280; um quartilho de tinta para escrever, 320; a aguardente de cana, 80 réis a garrafa; um sabão inglês, 120 réis a libra (Silva 1973, 451; *Diário do Rio de Janeiro*, outubro 1822 e janeiro 1823).

24 Raymond 2003, 8.

e publicamente exposto.”²⁵ O mesmo termo – pasquim – encontra-se no *Dicionário* de Moraes, de 1789 e de 1813: sátira por escrito pregada nas ruas ou portas.²⁶ Somente em 1871, Domingos Vieira Porto, na edição de seu *Grande Dicionário Português*, registra panfleto: “termo considerado como galicismo, e que na língua portuguesa deve significar: folheto, livrinho, papeleta”.²⁷

Desse modo, no Oitocentos, o panfleto político era um gênero literário específico, cujo suporte era o de uma brochura ou o de pequenos livretos, em geral não encadernados, de diversos tamanhos. Eram quase sempre redigidos por um único autor, que narrava em seu texto uma situação vivenciada. Podiam ser publicados como páginas e réplicas rápidas, mas também podiam abrigar escritos mais longos e reflexivos. Eram escritos em linguagem simples e direta, sem os enunciados rebuscados das obras eruditas, pois somente dessa forma podiam transmitir a todos o novo vocabulário político que se inaugurava naquela época, muitas vezes estranho à população. Julgava-se que a divulgação dos impressos tinha atribuído “uma significação nova a todos os termos”, em relação aos quais “um dicionário não nos serve para nada”, devendo-se observar a conduta dos políticos para entender essa “nova linguagem”.²⁸

Daí, em sua maioria, serem anônimos, principalmente os textos manuscritos, pois o anonimato era a maneira mais simples de assegurar a livre manifestação das ideias. A partir de 1822, muitos desses folhetos começaram a ser identificados pelas iniciais de seus autores, o que se pode atribuir à lei que proibia a publicação de obras anônimas pela imprensa oficial. De igual modo, naquela mesma época, aumentou consideravelmente o número de folhetos publicados pelas tipografias particulares. Os manuscritos, entretanto, mantiveram seu anonimato.

Em relação ao estilo da escrita, os panfletos impressos recorriam com frequência aos artifícios de retórica e da estilística, adotando um tom de grande violência verbal, fosse contra um adversário, fosse para divulgar

25 Bluteau 1712-1727, 6:296.

26 Silva 1813, 405.

27 Porto 1871, 642.

28 *Diário do Governo*, n.º 105, 12 de maio de 1823.

suas ideias, fosse a favor de uma causa que ele estimava verdadeira e justa.²⁹ Tal prática denunciava ainda a perspectiva oral com que foram redigidos. Valiam-se constantemente de exclamações, de interrogações e de apóstrofes para ornamentar o discurso, repleto de linguagem figurada.³⁰ De forma semelhante, recorria-se também à eloquência. Alguns autores, voltando-se para a Antiguidade, desejavam “ombrear em talentos, esplendor e sublimidade com os Cíceros, Péricles, Demóstenes, esses astros brilhantes da eloquência”.³¹ Deve-se destacar ainda que várias citações em latim eram feitas pelos autores, sendo que, muitas vezes, estavam escritas de forma equivocada. Tratava-se de uma figura de estilo para tentar mostrar a erudição daqueles que redigiam.

Quanto aos papelinhos manuscritos, estes eram mais simples e diretos do que os impressos, pois destinavam-se a causar impacto sobre o receptor e facilitar a compreensão da mensagem. Algumas vezes, porém, estavam repletos de erros de grafia. Desse modo, na proclamação *Às Armas Portugueses às Armas Amantes da Vossa Nação*, lê-se no manuscrito original: “Às Armas avitantes desta Cidade já he tempo de quebrares os Grilhoins em q. atanto tempo tendes Vivido”,³² demonstrando que se tratava de um escrito redigido, provavelmente, por indivíduos que apresentavam certo grau de estudo, mas que não eram, provavelmente, letrados diplomados em Coimbra. Até em panfletos impressos, eram comuns, algumas vezes, erros em nomes de autores estrangeiros. Assim, no *Novo Mestre Periodiqueiro, ou Dialogo de Hum Sebastianista, Hum Doutor, e Hum Hermitão, sobre o Modo de Ganbar Dinheiro no Tempo Presente*, publicado em Lisboa, mas circulando no Rio de Janeiro, Voltaire aparecia grafado como Volter e Rousseau, como Rosseau.³³

Quanto à linguagem, aquela dos textos manuscritos apresentava-se mais violenta e contundente do que a dos panfletos impressos, cujo tom se mostrava mais moderado. Justifica-se tal aspecto não só pela origem de cunho popular dos primeiros, mas também pela relativa liberdade de imprensa que ainda reinava

29 Saenen 2010, 18. Para a questão da retórica, ver Carvalho 2000, 123-152.

30 Em relação aos artifícios de retórica, ver Silva 1972, 3-16.

31 *Oração que na reunião do Colégio Eleitoral 1822*, 1.

32 AHI, Lata 195, maço 6, pasta 2.

33 *Novo Mestre Periodiqueiro 1821*, 34.

no Brasil, impossibilitando que algumas informações fossem veiculadas por qualquer tipografia oficial ou particular. Assim, se de um lado os condutores do processo – negociantes, bacharéis e militares – preferiam agir com prudência, uma vez que tinham iniciado um movimento em que prestavam juramento à futura Constituição, a ser elaborada pelo Congresso de Lisboa, proclamando ao mesmo tempo obediência ao soberano, à dinastia e à “conservação da santa religião”; de outro, começava a circular, por meio desses panfletos manuscritos, uma linguagem mais enfática nas ruas da cidade de Salvador e do Rio de Janeiro, incitando o povo a aderir ao movimento constitucionalista português:

Às armas Cidadãos É tempo Às Armas
Nem um momento mais, perder deveis
Se à força da razão, os Reis não cedem
Das armas ao poder cedam os reis.³⁴

Esse convite era permeado pela retórica dos textos da Revolução Francesa de 1789 – *Citoyens! Aux armes!* – ainda que não refletisse o mesmo clima, pois o objetivo não consistia em destronar a dinastia reinante – a de Bragança. A proposta pretendia apenas quebrar os grilhões do despotismo, que, há tanto tempo, julgava-se, oprimiam os luso-brasileiros.

Nesse sentido, esses escritos destinavam-se a um público leitor amplo, que deveria não só ler essas publicações, mas também dar-lhes um significado. Afinal, como afirma Darnton, a “leitura não é uma simples habilidade e, sim uma maneira de fazer sentido que deve variar de cultura para cultura”.³⁵ Por conseguinte, quem eram então esses leitores? Como entendiam e decifravam essas mensagens? A resposta é múltipla. De um lado, encontram-se os membros de uma elite ilustrada, regra geral formados em Coimbra, ou que haviam, ao menos, frequentado os seminários e as aulas régias na colônia, preocupados em conduzir a opinião pública.³⁶ Eram bacharéis, professores, clérigos, homens da administração pública, militares, comerciantes, médicos, ou seja,

34 AHI, Lata 195, maço 6, pasta 13.

35 Darnton 1990, 150.

36 Opinião pública deve ser vista aqui de acordo com o conceito de época. Para tal, ver L. M. B. P. Neves 1995a, 132-133; Morel 2005; e G. P. Neves 2009, 1011-1023.

um público ideal concebido pelos autores desses panfletos e periódicos, que deveriam formar a futura classe dos cidadãos.³⁷ De outro lado, tais autores ainda vislumbravam a possibilidade de atingir um público mais amplo do que a elite que eles próprios compunham. Ao utilizarem uma forma de escrita que se voltava, sobretudo, para uma leitura oral de seu conteúdo, tais autores viam a possibilidade de atingir as camadas situadas nas fimbrias da sociedade. Embora estas ainda não pudessem ler, eram capazes de escutar a leitura desses textos nas boticas, nas casas de pasto ou nas praças, participando das conversas e discussões que aconteciam nestes espaços públicos. Assim, soldados, caixeiros, jornaleiros, pessoas simples podiam se transformar em um público virtual que devia ser também esclarecido. Daí a preocupação do redator de *O Bem da Ordem* em “escrever para aquela classe de cidadãos que não frequentaram os estudos”, valendo-se de exemplos simples e vulgares, que para o povo eram fundamentais, pois “um exemplo bem aplicado vale mais que o discurso mais concludente e enérgico”.³⁸ Desse modo, a plateia desses escritos compunha-se de um público real, mas também de um público à sombra, que se constituiu em um público de futuros cidadãos.

Para atingir seus objetivos, esses escritos assumiram diversas formas, quase sempre recorrendo a um registro próximo da fala: catecismos políticos, diálogos, cartas escritas a amigos e compadres, paródias de orações religiosas, poesias, farsas, libelos e dicionários explicativos de termos da época. Muitas vezes, esses panfletos encadeavam-se uns aos outros, ou a alguma publicação de outro gênero, como os jornais, enquanto resposta ou desafio às posições assumidas, chegando a formar uma “rede de polêmicas”.

Como exemplo, podem ser citados os diálogos – *Dialogo entre a Constituição, e o Despotismo* e o *Alfaiate Constitucional*. O último impresso podia ser encontrado em várias livrarias da Corte imperial e em uma loja de Lisboa, conforme anúncio publicado na *Gazeta do Rio*, o que evidencia a ampla circulação de impressos nos dois lados do Atlântico. O *Alfaiate Constitucional* discutia os principais temas do constitucionalismo vintista por meio de um

37 Para a questão do público desses panfletos, ver L. M. B. P. Neves 2003, 89-113.

38 *O Bem da Ordem* 1821, n.º 3.

instigante diálogo satírico e ficcional. A personagem principal – um alfaiate defensor das ideias constitucionais – realiza seu principal ofício em casa, onde recebia vários fregueses, tipos ideais da sociedade do tempo: um corcunda, um constitucional, clérigos, um comerciante, um fidalgo, um mercador, um letrado e um comendador, à maneira do modelo clássico do famoso jornal inglês *The Spectator*, publicado na Inglaterra, no início do século XVIII.³⁹ O tema central dos diálogos é a adesão às ideias liberais e à moda constitucional, simbolizada no uso das casacas, principal especialidade do alfaiate.⁴⁰

Eram também diversas as cartas escritas a amigos e compadres. Em 1822, o comerciante português José Silvestre Rebelo, um liberal moderado que não apresentava entusiasmo pelas democracias, redigiu uma carta contendo dois pontos originais: primeiro, era endereçada a uma senhora e, segundo, empregava o artifício do uso do balão para apresentar a situação do Brasil naquele momento:

sejamos pois os primeiros Garnerins deste Hemisfério, ninguém se admirará; os Portugueses, logo que os sábios modernos entraram a fazer das regiões aéreas objetos das suas teorias, apresentaram uma máquina . . . que subiu duzentos pés. Lisboa foi o Teatro aonde se exibiu em 1736; ignoro o como isto foi feito, e por quem; mas é certo que ali então se filosofava melhor em Física do que agora em moral, e política.⁴¹

Para José Murilo de Carvalho, a inspiração do texto vinha certamente de Jacques Garnerin (1769-1823), balonista francês que causou sensação quando propôs fazer um voo acompanhado por sua mulher. O texto de Silvestre Rebelo mesclava uma narrativa geográfica com suas posturas políticas, constituindo-se como instigante panfleto que levantava, inclusive, a possibilidade do perigo de uma guerra racial no Brasil.⁴²

Das cartas, passou-se a farsas em verso e a dicionários, um dos quais definia “independência” da seguinte forma crítica:

Fantasma com que alguns Corcundas mais sutis pretendem alucinar os povos das províncias Ultramarinas, figurando-lhes uma união quimérica, que a mesma

39 Palhares-Burke 1995; Gay 1977, 52-55.

40 Falcão 1821.

41 *O Brasil Visto por Cima* 1822, 4.

42 Carvalho et al. 2014, 1:70.

Independência destrói, e recursos hiperbólicos, que a Natureza possui, mais que a indústria ainda não desenvolveu, tudo com o fim de dividir para dominar; mas em vão!...⁴³

Apesar de seu tom crítico em relação aos corcundas (favoráveis ao Antigo Regime), o autor do dicionário não fazia qualquer menção a uma possibilidade de separação naquele momento de 1821. Ao contrário, afirmava que a perspectiva de uma desunião entre os dois reinos irmãos era uma forma de ameaça daqueles que defendiam o absolutismo contra os que lutavam pelo constitucionalismo.

Finalmente, a preocupação de atingir um público mais amplo, divulgando ensinamentos sobre a Constituição, levou ao antigo costume de parodiar orações religiosas. Os corcundas, favoráveis ao Antigo Regime, deviam apresentar-se perante o Congresso Nacional e recitar em voz alta e clara várias orações constitucionais, como o Padre Nosso Constitucional:

Constituição portuguesa, que estás em nossos corações, santificado seja o teu nome, venha a nós o teu regime constitucional, seja feita sempre a tua vontade, um melhoramento de agricultura, navegação e comércio nos dá hoje e cada dia; perdoa-nos os defeitos e crimes passados, assim como nós perdoamos aos nossos devedores, que não nos podem pagar, não nos deixes cair em tentação dos velhos abusos, mas livra-nos destes males, assim como do despotismo ministerial, ou anarquia popular. Amém.⁴⁴

Essas diversas formas de panfletos, tanto impressos quanto manuscritos, e de periódicos apresentavam características comuns – o caráter de uma pedagogia cívica ou política e o objetivo de mobilizar e de intervir nas ações políticas dos diversos membros do império luso-brasileiro, agora elevados à categoria de cidadãos.⁴⁵ Havia uma preocupação em dirigir a “opinião pública”, que começava a ser considerada como uma autêntica força política, cuja objetividade provinha da razão e cuja eficácia resultava do impulso propiciado pelo progresso das Luzes, mas avessa, com certeza, às transformações bruscas da ordem. Afinal, como afirmava a correspondência de um pernambucano estampada no *Reverbero Constitucional Fluminense*, a “opinião pública se desenvolve

43 Lima 1821, 8.

44 *A Regeneração Constitucional* 1821, 20. Para as paródias das formas religiosas como um dos gêneros da cultura popular, ver Burke 1978, 122-123.

45 Carvalho et al. 2014, 3:39-40; L. M. B. P. Neves 2003, 39-40. Para uma análise da pedagogia cívica da imprensa em relação à independência da América espanhola, ver Guerra 1992.

e medra à sombra de escritores eruditos e livres”.⁴⁶ Despontava uma função diretiva em uma ressignificação deste conceito – opinião pública –, na qual as elites ilustradas representavam um ponto de equilíbrio entre o soberano e seus súditos, conduzindo às reformas necessárias a uma regeneração política.⁴⁷

Verifica-se, portanto, que tais linguagens, presentes nos manifestos, nas representações, nos sermões, nos diálogos, nos catecismos, nas orações, nos discursos, nos protestos, nos artigos e cartas dos leitores de periódicos, contribuíram para veicular e difundir as culturas políticas do liberalismo e do constitucionalismo, que foram plasmadas na tradição das luzes ibero-americanas e que visavam a formação não mais do súdito, porém do cidadão que despontava. Evidenciava-se que os discursos encontrados nessa literatura de circunstância, que circularam em Portugal e no Brasil entre 1820 e 1823, ainda que de forma tênue, participavam daquele processo de politização e temporalização, que viabilizava o ingresso do Brasil na via da política moderna.⁴⁸ Indicavam ainda um modo inédito de vida política, que assumiu outras significações a partir do uso desse espaço público. Essa nova arena de debates e de publicização da vida política e social trazia à tona as práticas liberais e constitucionais, ainda desconhecidas do mundo luso-brasileiro, mas que começavam a despontar no Império Brasílico em construção.⁴⁹

Entre novas e antigas práticas políticas

Verifica-se, por conseguinte, que a partir do ano de 1821, nos dois lados do Atlântico, o mundo político conheceu um embate, na prática, entre a concepção de uma ordem litúrgica e outra, destituída de caráter transcendente, que pressupunha “a vida como regulada por um conjunto de contratos conscientemente estabelecidos pelos homens e, por isso, sempre precária”.⁵⁰

46 “Resposta de Bento de Barros Falcão e Lacerda” [1822].

47 Para a visão de opinião pública na época, ver L. M. B. P. Neves 1995a, 132-133; Morel 2005; e G. P. Neves 2009, 1011-1023.

48 Koselleck 2009, 96-99; Ritcher 2006.

49 G. P. Neves 1995.

50 G. P. Neves 2011, 306.

Ocorria, assim, uma disputa entre as ideias de uma sociedade do Antigo Regime e as visões de uma incipiente modernidade política. Essas novas práticas políticas, representantes dessa modernidade, provinham da discussão em público sobre a sociedade e os projetos que deviam ser implementados frente aos ideais liberais e constitucionais. Significava, pois, a inédita intervenção do indivíduo na coisa pública.

Uma das novidades foi a escolha de representantes para as Cortes, agora não mais consultivas, mas sim deliberativas, que deviam elaborar uma Constituição, símbolo de todo o movimento liberal. Desse modo, as eleições ganhavam um caráter inédito, legitimando a soberania e exercitando a liberdade.⁵¹ O corolário desse processo era o voto, direito que cada cidadão exercia individualmente. Sua importância era explicitada pelo testemunho, em abril de 1821, do bacharel Basílio Ferreira Goulart, compromissário de uma freguesia no Rio de Janeiro: “Nós não temos outra arma, senão o nosso voto: isto é, com que defenderemos nossos direitos, nossos foros pelos nossos representantes.”⁵² Daí a necessidade de um “corpo de Instrução Nacional”, que fosse capaz de depurar as novas mensagens transmitidas pela cultura política do liberalismo de acordo com as necessidades da sociedade. Por isso, as eleições eram realizadas “à pluralidade de vozes”, pois assim exigia “o Bem Público”, uma vez que o voto refletia “a vontade geral”, de onde “dimanam os Sufrágios”.⁵³ Ressalta-se, portanto, a importância dos escritos de circunstâncias, que, por meio de uma pedagogia cívica, eram capazes de levar o homem comum a escolher bem seus representantes.⁵⁴ Nesse sentido, um *Repertório*, impresso na Bahia, sobre os deveres de cada indivíduo envolvido nas eleições, proclamava a necessidade de cada cidadão “votar com madura consideração”, segundo a sua consciência, embora “com os olhos fitos em Deus, e na felicidade da Nação”.⁵⁵ Verificava-se, assim, a presença de uma dubiedade da linguagem política do liberalismo: Igreja e poder secular se mesclavam, não ocorrendo uma total desvinculação da religião do mundo político.⁵⁶

51 Para o papel das eleições no mundo luso-brasileiro em 1821, ver L. M. B. P. Neves 1995b, 383-384.

52 *Discurso* 1821, 2.

53 *Discurso* 1821, 3.

54 Carvalho et al. 2014, 3:19-20.

55 *Repertório* 1821, 1.

56 G. P. Neves 2009, 386-395.

O Brasil, ainda que tenha conhecido no período da colônia a seleção por votos para os cargos das câmaras municipais, não havia experimentado um processo eleitoral, no qual os cidadãos elegiam, por escrutínio, entre os membros da sociedade, aqueles que deviam representá-los nas assembleias legislativas. Entre 1821 e 1823, dois processos eleitorais ocorreram em cada lado do Atlântico. O primeiro, em 1821, para a escolha de deputados às Cortes de Lisboa, cujos critérios foram baseados no regulamento eleitoral português de 1820, elaborado a partir do modelo espanhol.⁵⁷ Apesar de não estabelecer o voto censitário, o processo eleitoral envolvia um mecanismo bastante complexo, correspondendo a quatro níveis sucessivos de seleção: primeiro, os cidadãos domiciliados em uma freguesia escolhiam os “compromissários”; estes elegiam os eleitores de paróquia, que, por sua vez, votavam nos eleitores da comarca. Por fim, estes últimos escolhiam os deputados.⁵⁸

O segundo processo ocorreu quando da escolha para os deputados que deviam compor a Assembleia Legislativa do Brasil, convocada por D. Pedro em junho de 1822. Naquele momento, os conflitos foram mais intensos, demonstrando matizes distintos da linguagem do liberalismo. A própria forma da convocação trouxe uma grande disputa entre as diversas facções que compunham o mundo político da época na regência de D. Pedro. De um lado, aqueles mais liberais e radicais, como Joaquim Gonçalves Ledo e João Soares Lisboa, que desejavam eleições diretas, já aprovadas pela Constituição Portuguesa de 1822;⁵⁹ de outro, os mais moderados, como José Bonifácio de Andrada e Silva, que queriam manter as eleições em vários estágios.⁶⁰ A última

57 Santos 1883, 1:108 et seq.

58 Berbel 1999, 57-81; L. M. B. P. Neves 2003, 258-262.

59 Joaquim Gonçalves Ledo foi redator, junto com Januário da Cunha Barbosa, do *Reverbero Constitucional Fluminense* (1821-1822); João Soares Lisboa foi redator do *Correio do Rio de Janeiro* (1822-1823). Integravam a elite brasileira: um grupo jovem que cresceu sob influência da Corte na América, possuindo um horizonte de expectativa mais circunscrito à realidade do Brasil. Regra geral, fizeram seus estudos no próprio Brasil, tendo a palavra impressa seu maior e, algumas vezes, único contato com o mundo estrangeiro. Acreditavam que a soberania residia na nação. De maneira ousada para o meio em que viviam, incluíam, por conseguinte, em suas reflexões, alguns princípios de teor democrático (Barman 1988, 65-96; L. M. B. P. Neves 2003, 31).

60 José Bonifácio pertencia à elite coimbrã: seus membros eram mais cosmopolitas, com passagem pela Universidade de Coimbra e larga experiência da vida pública. Dotados tanto de capital econômico quanto de capital social e cultural, liam autores como Locke, Montesquieu, Constant e os ideólogos da Restauração francesa. Ao assumir uma postura crítica em face do Antigo Regime, não endossavam, porém, qualquer proposta de ordem nova por meios revolucionários. Acreditavam num ideal reformista de cunho pedagógico, capaz de conduzir a uma reforma pacífica, harmoniosa, promotora da felicidade e da liberdade nacional (Carvalho 1980, 51-70; Barman 1988, 65-96; L. M. B. P. Neves 2003, 51).

proposta saiu vencedora, demonstrando os traços de uma política antiga na modernidade que se inaugurava no novo Império Brasilico.

As eleições e o voto surgiram, por conseguinte, como uma novidade num mundo que as desconhecia. Simbolizavam, por detrás das aparências, a formalização e a legalização do poder, a vontade expressa de toda a Nação, representada nas Cortes ou nas Assembleias, enquanto esteio fundamental dos valores do regime liberal, em oposição ao Antigo Regime.

Cabia às Cortes Extraordinárias de 1821, em Portugal, cuja origem remontava aos tempos medievais, embora não tivessem sido mais convocadas desde o final do século XVII,⁶¹ e à Assembleia Constituinte no Brasil, em 1823, a decisão de elaborar um sólido conjunto de leis que pudesse manter em pé o edifício constitucional. Era o caminho para assegurar a adesão plena do Império Português ao sistema político liberal.

O primeiro passo era transformar as “antigas Cortes” consultivas do Antigo Regime, já convocadas pelos governadores em Lisboa a fim de deter o ímpeto revolucionário,⁶² em Cortes deliberativas, encarregadas de preparar uma Constituição que subordinasse o trono ao poder legislativo. Pensamento partilhado pela imprensa liberal, como escrevia *O Portuguez Constitucional*:

Não já umas Cortes servis e sujeitas ao arbítrio domínio, nem ao néscio mando e capricho despótico daqueles que em vão pretendiam arrogar-se todo o poder . . . mas sim Cortes constituintes, um Congresso nacional legislativo e soberano que levante o majestoso Edifício da Constituição liberal.⁶³

O conceito Cortes se ressignificava na linguagem e na prática política do liberalismo. Constituía-se em uma instituição que, doravante, não mais representava os ajuntamentos dos Três Estados, mas que significava a “vontade nacional”, que se expressava livremente. Na imprensa liberal, eram apresentadas como uma “representação nacional, pela qual só se pode regular invariavelmente os destinos do povo e fixar para sempre a constância de sua felicidade”.⁶⁴

61 Cardim 1998, 173-181; Castro 1976, 2:533-586.

62 ANRJ, Códice 736, Movimentos políticos em Portugal e no Brasil (1821-1822).

63 *O Portuguez Constitucional*, n.º 1, 22 de setembro de 1820. Para a análise do periodismo vintista, ver Alves 2013.

64 *A Idade d'Ouro do Brasil*, n.º 24, 27 de fevereiro de 1821.

No Brasil, a partir de abril de 1822, em face das atitudes arbitrárias das Cortes de Lisboa em relação à sua proposta política para a antiga colônia, os escritos de circunstâncias, especialmente aqueles redigidos pela elite brasiliense, exigiam a convocação de uma assembleia verdadeira para complementar o trabalho do congresso lisbonense e substituir o Conselho dos Procuradores, convocado por inspiração de José Bonifácio em fevereiro de 1822 – esse Conselho de Estado disfarçado, “cheirando a Antigo Regime”, com seus títulos de excelências.⁶⁵ Acentuavam a necessidade de se criar tal poder legislativo a fim de preservar a unidade do Brasil, ameaçada frente às rivalidades entre as províncias do norte, fiéis ao soberano congresso, e as do sul, que apoiavam a regência constitucional do Rio de Janeiro.

A imprensa arvorou-se na grande defensora de uma “deputação de todas as províncias” reunida em lugar central do Brasil. Desde inícios de abril de 1822, até mesmo Hipólito da Costa, um dos representantes do pensamento da elite coimbrã, via a representação nacional como o “único meio de salvar” o Brasil do “perigo iminente, a que os erros das Cortes de Lisboa, sem dúvida, o conduziriam”. Acreditava que o Conselho de Procuradores não expressava a vontade geral da nação brasileira e que somente a ideia de uma assembleia podia evitar a anarquia em seu território. Os representantes escolhidos exprimiriam “os sentimentos de todo o Brasil”, comunicados “oficialmente” às Cortes de Portugal pelo príncipe regente, possibilitando uma “sólida união dos dois Reinos, se é que ela tem de continuar de algum modo”.⁶⁶ Tal ação era a saída para solucionar uma possível separação do reino unido, constituindo-se como um tipo de poder legislativo em consonância com o de Lisboa. Afirmava-se que tal medida, longe de “separar o Brasil de Portugal”, era, ao contrário, um instrumento para “consolidar a união” e “arredar a desconfiança dos brasileiros, que tanto receavam “nova escravidão”.⁶⁷

65 *A Malagueta*, n.º 29, 29 de maio de 1822.

66 Londres. *Correio Braziliense*, vol. 28, abril de 1822. Os artigos citados foram “União do Brasil com Portugal” e “Mudança de Governo no Brasil”. Para a transcrição dos artigos em jornais brasileiros, ver *Revêrbero Constitucional Fluminense*, n.º 1, Extraordinário, 12 de maio de 1822; *Correio do Rio de Janeiro*, n.º 29, 13 de maio de 1822.

67 *Gazeta do Rio de Janeiro*. n.º 87, 20 de julho de 1822 e n.º 88, 23 de julho de 1822.

No entanto, um novo passo era dado em direção à liberdade, porque se ousava lutar pelo “poderoso direito que [tinha] o Brasil, de fazer as suas leis”.⁶⁸ Solicitada por uma representação em 23 de maio de 1822, foi aceita pelo regente D. Pedro, que no dia 3 de junho, por decreto, mandava convocar uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa composta de deputados das províncias do Brasil novamente eleitos, segundo instruções a serem fixadas. Finalmente, colocava-se com clareza o objetivo desse órgão: tratava-se de uma instituição não só com poderes legislativos, mas ainda com poderes de constituinte, pois seu objetivo era rever a “Constituição, que fazem as Cortes de Portugal”, ou seja, examinar “os diferentes artigos daquela Constituição”.⁶⁹ Desse modo, o próprio conceito de assembleia politizava-se, pois, para além de representar a vitória de uma facção política – os brasilienses –, o governo do príncipe regente reconhecia, *aparentemente*, que a autoridade política no Brasil derivava de uma soberania popular, passo fundamental para a construção de uma nação independente.⁷⁰

Tais organismos – cortes e assembleias – tinham em seu pressuposto básico organizar uma Constituição. Esta era o instrumento que realizava, na prática, a linguagem do liberalismo e do constitucionalismo. Constituíam-se, de início, como o símbolo da Regeneração política iniciada pelo movimento de 1820, em Portugal, e de 1821, no Brasil. “Cortes e Constituição” foi o “grito dos portugueses” que ecoou por todo mundo luso e retumbou em terras brasileiras.⁷¹

Constituição também ganhava novos contornos e significados. No início do século XVIII, a palavra significava “um estatuto, uma regra”, na perspectiva de um ordenamento político pautado nas leis fundamentais do reino, resultado das disposições legais e da prática do direito consuetudinário, corporificadas na “antiga constituição” e que deviam ser respeitadas pelo soberano.⁷² Em 1789, o dicionarista Antônio de Moraes Silva não se afastou

68 *Considerações sobre as Cortes no Brasil* 1822, 18.

69 *O Constitucional*, n.ºs 1 e 4, respectivamente, 1822.

70 L. M. B. P. Neves 2003, 343-350.

71 *Instruções para Inteligência dos Povos* 1822, 1.

72 Bluteau 1712-1727, 2:485.

da visão de “estatuto, lei, regra civil ou eclesiástica”, embora acrescentasse a de “compleição do corpo”, que, além dos aspectos médicos, remetia para a concepção tradicional de uma sociedade corporativa, típica do Antigo Regime, mantendo tais significados nas edições seguintes, até sua morte, em 1824.⁷³ Doravante, Constituição ganhava outras acepções. Seu sentido se impunha como o do *constitucionalismo* moderno, significando a garantia de direitos e deveres, estabelecidos por um novo pacto social, elaborado entre o rei e o indivíduo, símbolo da política moderna, na perspectiva de François-Xavier Guerra.⁷⁴

O conceito de *constituição*, contudo, ainda aparecia com frequência em expressões com um complemento qualitativo, como constituição política, constituição da monarquia, constituição geral da nação e constituição brasílica. Tal procedimento parece indicar que o termo ainda não estava inteiramente assimilado, em sua acepção política, como o documento fundamental, o único fiador das garantias da vida política e social. Não menos expressiva se mostrava a adjetivação positiva que a Constituição merecia: santa, sagrada, liberal, sábia, pacífica, feliz.⁷⁵ O jornal *A Malagueta* afirmava que o Brasil tinha jurado “cooperar em tudo e por tudo para a grande obra da santa Constituição!”.⁷⁶ Outros escritos davam vivas à religião e à feliz Constituição. No primeiro aniversário da Regeneração política, a oração de ação de graças proferida pelo cônego da Real Capela, Francisco da Mãe dos Homens Carvalho, no Rio de Janeiro, sintetizou o poder mágico que a ideia de constituição parecia assumir naquele momento:

Constituição é a defesa do Estado, o apoio do trono, a escala da grandeza, a melhor herança do povo, o nível da perfeita igualdade cívica. Constituição é o código universal da sociedade, a regra infalível da justiça, o Evangelho político da Nação, o compêndio de todas as obrigações, o manual cotidiano do cidadão.⁷⁷

Em verdade, todas essas acepções do conceito de *constituição* e suas conotações estiveram presentes, de algum modo, na elaboração da primeira

73 Silva 1813; 1823.

74 L. M. B. P. Neves 2003, 53-60.

75 L. M. B. P. Neves 2003, 151.

76 *Malagueta* n.º 1, dezembro de 1821.

77 Carvalho 1821, 18.

Constituição brasileira, outorgada em 1824, em virtude da dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823, pelo imperador Pedro I. Apesar de criticada por muitos, reunia todos os atributos de uma linguagem do liberalismo moderado: uma monarquia constitucional, que continuava, entretanto, aliada à Igreja, colocada, em verdade, inteiramente a seu serviço, pois ainda se fazia necessária a doutrina cristã para maior controle dos cidadãos; uma sociedade em que reinavam os homens ilustrados, cujo papel consistia em orientar a opinião do povo; uma liberdade que não ultrapassava os direitos alheios e uma igualdade restrita ao plano da lei. Consolidavam-se a divisão dos poderes e a garantia de direitos civis e políticos do cidadão, com base na liberdade, na segurança individual e na propriedade.⁷⁸

Apesar de elaborada pelo Conselho de Estado, presidido pelo próprio imperador e formado por seis ministros e mais quatro membros, todos brasileiros natos, não emanava da representação da nação, mas era concedida pela magnanimidade do soberano, o que a aproximava da Carta Constitucional francesa de Luís XVIII (1814). Havia, no entanto, alcançado a aprovação das câmaras municipais, sendo considerada até mesmo como “assaz liberal”, por alguns livros de história do Brasil, escritos em meados do século XIX, como os de José Inácio de Abreu e Lima (1845) e de Caetano Lopes de Moura (1860).

Dessa maneira, apesar de uma maior *política* das questões políticas e de uma certa *democratização* na veiculação das ideias, predominou uma linguagem política em que se buscava uma mudança por meio de posturas ilustradas, mas não por alterações bruscas. Era um “projeto de governo constitucional e representativo no qual o príncipe – e não a assembleia – figurava como o principal representante da soberania nacional”, a fim de que não houvesse “investidas do Poder Legislativo contra o Poder Executivo”.⁷⁹

Apontava-se, assim, para outra prática inovadora da monarquia constitucional: a soberania.⁸⁰ Esta exercia-se e estruturava-se por meio da

78 L. M. B. P. Neves et G. P. Neves 2008. Para uma análise do conceito de Constituição em Portugal, ver Monteiro 2009.

79 Lynch 2014, 49.

80 Para uma análise do conceito de soberania, ver Pereira 2014, 61-64. Apesar de pontos em comum com a autora, diverge-se da perspectiva da mesma, que vê o processo de independência como resultado da tentativa de recolonização por parte das Cortes em relação ao reino brasileiro; ver ainda L. M. B. P. Neves 2016, 75-76.

Constituição. Não mais representava a autoridade pessoal e exclusiva do monarca, característica do Antigo Regime. Portanto, enquanto conceito político, tornava-se ponto fundamental das revoluções liberais.⁸¹ Afinal, “a soberania reside essencialmente na Nação: esta é livre e independente e não pode ser patrimônio de ninguém”.⁸² Tal proposição, aceita por quase todos, envolvia, contudo, posturas distintas. Alguns acreditavam que se tratava de recuperar a antiga soberania usurpada pelos abusos do poder. Entre os coimbrãos, defendia-se uma monarquia em que a soberania residia na figura do monarca – no caso D. Pedro –, podendo ser partilhada na prática com o poder legislativo, embora não pudesse ser exclusiva das Assembleias. Outros, como os brasilienses, eram defensores de que a soberania devia residir essencialmente nos deputados, uma vez que significava “faculdade, virtude, poder, enfim, Direito exclusivo que têm os indivíduos de uma Nação coletivamente considerados de estabelecerem a forma de Governo, com quem convencionam de ser regidos”.⁸³ Desse modo, ainda que adeptos de um governo monárquico misto, compreenderam o poder como residindo na soberania do povo, por meio da relação dos cidadãos com seus representantes no poder legislativo, isso é, justamente nas assembleias formadas pelos eleitos do povo.⁸⁴

Não era uma simples questão de argumentação ou retórica.⁸⁵ Tratava-se de pensamentos políticos diferentes. Os primeiros, ancorados na tradição, acreditavam na retomada do passado, um campo de experiência,⁸⁶ que podia trazer uma nova proposta de liberdade, embora negassem o período de opressão já vivenciado pelo Brasil enquanto colônia, como, por exemplo, o coimbrão José da Silva Lisboa. Consideravam a soberania um recurso de poder sobretudo do soberano, uma vez que a sociedade não tinha meios de modificar o que a tradição e os costumes haviam implementado. Baseados na obra de Edmund Burke, da qual extratos foram traduzidos para o português por aquele autor em 1812,⁸⁷ também acreditavam que as reformas só podiam ser realizadas a “partir

81 Verdelho 1981, 193-194.

82 *O Bem da Ordem* 1821, n.º 7.

83 *Diário da Assembleia Geral* (1823) 1973 Sessão de 29 de julho de 1823, 477.

84 L. M. B. P. Neves 2019, 42.

85 Carvalho 2000, 123-152.

86 Koselleck 2006, 305-327.

87 Burke 1812.

de referências ao passado”.⁸⁸ Outros viam um novo horizonte de expectativa,⁸⁹ em que a Assembleia se tornava a legítima representante da Nação, que devia legislar para todos os cidadãos, cabendo ao soberano o papel de moderador, sem direito a veto. Linguagem próxima das ideias francesas, que encontrou eco entre a elite brasiliense. Tanto assim que Joaquim Gonçalves Ledo era considerado por seus opositores como representante de Robespierre no Brasil.⁹⁰ Insistiam, portanto, na capacidade lógica e racional de construir a sociedade. Anos mais tarde, a visão de uma linguagem moderada se consolidava nas palavras de José Joaquim Carneiro de Campos, o futuro marquês de Caravelas, para quem devia haver “monarquia sem despotismo, liberdade sem anarquia”.⁹¹

Apesar dessa *guerra literária*, a prática demonstrou que aquela podia se transformar em uma guerra real, pois, nas palavras de Morais e Silva, guerra era “todo ato hostil, com que se faz, ou procura mal ao inimigo para o vencer, aprisionar, matar”. Tratava-se, em verdade, da possibilidade de uma guerra civil – um conflito “que se faz entre os cidadãos do mesmo Estado”.⁹² Desse modo, vários confrontos ocorreram tanto no interior do novo império que se criava, como entre as duas nações outrora irmãs – Portugal e Brasil.

Em primeiro lugar, uma disputa pela unidade em torno do Rio de Janeiro, a nova sede do Império Brasileiro. Ao final de 1822, Minas Gerais e as províncias do sul já se tinham manifestado favoravelmente à independência do Brasil, por meio de ofícios enviados pelas câmaras municipais, alcançando-se outras adesões, como as de Pernambuco. Goiás e Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, as quatro províncias do Norte – Pará, Maranhão, Piauí e Ceará –, juntamente com a Cisplatina e parte da Bahia, no entanto, permaneciam fiéis às Cortes de Lisboa. Assim, a unidade acabou sendo imposta por meio de guerras – as Guerras de Independência –, ou seja, uma

88 Burke (1790) 1982, 66-67.

89 Koselleck 2006, 305-327.

90 “Resposta a huma carta” (1822) 2014, 781. Na crítica a Ledo, registra-se: “logo que no Rio de Janeiro se soube, que havia em França um Robespierre, e qual era o seu caráter, todos reconheceram no Representante o seu fiel retrato”.

91 *Anais do Senado do Império do Brasil* (1832) 1914, Sessão de 28 de maio de 1832, 144; Lynch 2014.

92 O conceito de guerra civil foi retirado do verbete “guerra”, encontrado no dicionário de Silva 1813, 107.

guerra civil entre aqueles favoráveis à causa nacional ou à causa portuguesa.⁹³ As lutas travadas tinham como objetivo a unidade do território sob a coroa imperial, camuflando ainda visões de distintos projetos para a construção do Império Brasileiro. A historiografia do século XIX e mesmo do início do século XX,⁹⁴ calcada em fontes de época, vislumbrou uma independência por meio de uma *lenda rosada*, uma vez que a separação do Brasil de Portugal fora um episódio a que o mundo poucas vezes assistira, pois representara “um povo que reassume os direitos inalienáveis da sua independência, quebra os vergonhosos ferros de seu vitupério e entra, sem ter passado pelos horrores da guerra civil e da anarquia, no círculo das nações livres do universo”.⁹⁵ Por conseguinte, na literatura de circunstância daquela época, a luta pela unidade não representava uma guerra. Apenas uma conquista justa para manter o império sob uma unidade garantida pela dinastia de Bragança. Somente em textos de liberais mais radicais – e que traziam indícios de uma tradição cívica republicana –, personificada, por exemplo, em Cipriano Barata, o sentido das lutas de independência adquiriu um caráter de guerra. Eram as “opiniões dos campeões no Novo Mundo”. Ainda assim, tais ideias não encontraram grande repercussão antes do fechamento da Assembleia em 1823.⁹⁶

Em segundo, deve-se assinalar o fato de que embora a unidade territorial do Brasil já estivesse sendo desenhada, ainda em 1823, o rompimento total e definitivo com Portugal mantinha-se, apesar de tudo, *sub judice*. De um lado, o imperador era português e sucessor do trono dos Bragança, capaz, portanto, de reunir novamente, após a morte do pai, os dois territórios que o Atlântico e as desinteligências separavam. De outro, no plano externo, faltava o reconhecimento internacional do novo país, a ser alcançado por meio de negociações diplomáticas com as potências europeias. A questão primordial era enfrentar a possibilidade de uma guerra externa com Portugal, retornando o país à antiga condição de colônia. Os escritos dos dois adversários aventavam essa possibilidade.

93 Ribeiro 2002.

94 Foi sobretudo a obra de Rodrigues (1975) que alterou a perspectiva de uma independência sem guerras.

95 *Diário do Governo* 1823, n.º 2.

96 Morel 2005, 20-21.

Em dezembro de 1822, o governo imperial estabeleceu um decreto em que mandou sequestrar as mercadorias, prédios e bens pertencentes a vassallos portugueses, em virtude “dos escandalosos procedimentos e das hostilidades manifestas do governo de Portugal contra a liberdade, honra e interesses” do Brasil e das “desesperadas tentativas” dos habitantes portugueses em continuar a fazer “uma guerra fratricida” na antiga colônia, com o objetivo de “tiranizar” os súditos brasileiros.⁹⁷ Da mesma forma, era necessário defender o país contra o possível envio de tropas portuguesas, como aquele aprovado pelas Cortes de Lisboa em relação à Bahia. Uma proclamação, no *Correio do Rio de Janeiro* conclamava: “Alerta brasileiros: às armas, Cidadãos honrados, sejamos todos soldados: a pátria o pede, a natureza o dita.” Uma nova fé política se propagava, ampliando a divisa “Independência ou Morte” para “Constituição Brasileira ou Morte”. O final da proclamação era uma exaltação ao espírito patriótico: “não há cidadão sem pátria: É preciso defendê-la, é doce morrer por ela”.⁹⁸

Em Portugal, criava-se, também, o espectro de uma possível invasão da antiga colônia, defendida por alguns deputados nas Cortes Ordinárias de 1823 e pela imprensa de época, como o *Campeão Lisbonense* e a *Gazeta de Portugal*. Apesar de haver uma preocupação com a sorte do próprio movimento liberal em Portugal, em virtude da invasão francesa na Espanha, decretada pelo Congresso de Verona em 1822, esses indivíduos acreditavam que ao Brasil devia levar-se “o ferro e o fogo”. Afinal, a “honra nacional” fora “tão indecorosamente insultada” que se tornava necessário um “desagravo de tamanha ofensa”. Ao longo de 1823, no entanto, a situação financeira precária de Portugal e o movimento da Vila-Francada, que pôs fim à experiência liberal e trouxe o conseqüente retorno ao absolutismo, inviabilizaram, na prática, qualquer possibilidade de organizar-se uma expedição ao Brasil.⁹⁹

Ainda que o *Spectador Brasileiro* afirmasse que aí vinha “contra nós o Anti-Cristo com a besta de sete portas” e que tudo estivesse perdido, pois

97 Decreto de 11 de dezembro de 1822.

98 “Proclamação.” *Correio do Rio de Janeiro*, n.º 143, 3 de outubro de 1822.

99 Para a primeira citação, ver *Gazeta de Portugal* 1823, n.º 17, 10 de fevereiro; para a segunda, cf. *Campeão Lisbonense*, n.º 149, 30 de dezembro de 1822. Para a questão brasileira face à imprensa portuguesa, ver Alexandre 1993, 713-729.

uma esquadra de vinte mil homens estava pronta para saltar “às escondidas em diversos pontos”,¹⁰⁰ a guerra entre os dois reinos não ocorreu, nem se concretizaram as imagens evocadas de um mar coalhado de corsários armados pela antiga metrópole. Enquanto nascia um novo império – o do Brasil –, permaneceu apenas a “guerra de afrontas e de calúnias”.¹⁰¹

* * *

Por conseguinte, os anos entre 1821 e 1823 conheceram novas linguagens políticas, difundidas pelos escritos de circunstância, capazes de conduzir a ações.¹⁰² Essa literatura contribuiu para que certas práticas inéditas, fundamentais para o constitucionalismo e o liberalismo, fossem implementadas, por meio da atuação dos indivíduos na arena pública das assembleias, das praças e das ruas. Superavam-se as visões litúrgicas de uma sociedade imemorial para reconhecer na política do Estado um instrumento de ação sobre a sociedade. Iniciava-se o lento caminho do mundo luso-brasileiro na senda da modernidade política.

As linguagens do liberalismo e do constitucionalismo, que traziam em seu bojo conceitos essenciais como voto, eleições, assembleias, Constituição, entre outros, abriram horizontes para aqueles que se viam como os condutores da opinião pública. No entanto, tais linguagens, em um tecido de conversas e diálogos, evidenciavam igualmente uma certa clivagem na cultura política¹⁰³ das elites envolvidas no processo de construção do novo Império Brasileiro. Se, regra geral, as elites defendiam a proposta de uma monarquia constitucional, acabaram por ter projetos distintos para construir o império que devia erguer-se do processo de independência realizado. A montagem de um governo central viável, capaz de dar uma direção e um sentido de identidade

100 *Spectador Brasileiro*, n.º 10, 20 de julho de 1824.

101 *O Campeão Português* 1822, 4.

102 Pocock 2003.

103 Para o conceito de cultura política, ver Baker 1987, XI-XXIV.

ao império tornava-se imprescindível, de preferência situado no Rio de Janeiro, enquanto a cultura política do constitucionalismo e do liberalismo exigia que a opção escolhida fosse a de uma monarquia constitucional.

A partir deste momento, no entanto, a confrontação entre diferentes projetos de poder passou a explicitar-se, aproveitando as dubiedades das linguagens políticas presentes nos escritos. De um lado, os brasilienses, grupo mais radical, defendiam os direitos da nação, um governo federalista e maior autonomia do poder legislativo, sem o veto do poder real. De outro, os coimbrãos, grupo mais moderado, insistiam na proposta de uma monarquia constitucional em que o poder se concentrasse, em sua essência, nas mãos do soberano. Se já aceitavam o império separado da mãe-pátria, não admitiam o viés mais democrático dos brasilienses. Dessa oposição, nasceu a Constituição, ainda que outorgada, que procurava consolidar as garantias dos direitos e a divisão dos poderes; que defendia um liberalismo capaz de converter a Coroa em Estado e de extrair a política dos círculos palacianos para situá-la na praça pública, por meio de eleições.

A autêntica vida pública, porém, não foi capaz de estender-se além de uma elite, mais intelectual e política do que social, sediada nas principais cidades e temerosa de afetar os interesses sempre presentes dos poderosos de todas as latitudes. Não se substituíram as velhas armas da censura e da repressão pela novidade da ideologia, nem se remediou a cesura fundamental da sociedade, enraizada na mundivisão tradicional, que distinguia livres e escravos. Esses limites inviabilizaram a condução do liberalismo e da prática da cidadania às suas últimas conseqüências. No fundo, o horizonte de expectativa das elites brasileiras ainda se descolara muito pouco do campo de experiência que traziam.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro)

Lata 195, maço 6, pastas 2 e 13.

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)

Código 736, Movimentos políticos em Portugal e no Brasil (1821-1822).

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)

Cartas de C. de Geine ao Intendente da Polícia. 1821. Divisão de Manuscritos, II-33, 22, 54.

Periódicos

Bem da Ordem (O). 1821. Rio de Janeiro.

Campeão Lisbonense. Lisboa, 1822.

Campeão Português (O) em Lisboa derrubado por terra a golpes da verdade e da justiça, por hum brasileiro natural do Rio de Janeiro, que a oferta e dedica aos amantes da causa do novo Império Brasilense. 1822. Rio de Janeiro: Tip. de Torres & Costa.

Conciliador do Maranhão (O). 1821. Maranhão.

Constitucional (O). 1822. Bahia.

Correio Braziliense. 1822. Londres.

Correio do Rio de Janeiro. 1822. Rio de Janeiro.

Diário do Governo. 1823. Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro. 1821 e 1822.

Gazeta de Portugal. 1823. Lisboa.

Gazeta do Rio de Janeiro. 1822. Rio de Janeiro.

Idade d'Ouro do Brasil (A). 1822. Bahia.

Malagueta (A). 1821-1823. Rio de Janeiro.

Portuguez Constitucional (O). 1820. Lisboa.

Reverbero Constitucional Fluminense. 1822. Rio de Janeiro.

Spectador Brasileiro. 1824. Rio de Janeiro.

Fontes impressas

- Anais do Senado do Império do Brasil*. (1832) 1914. Rio de Janeiro. URL: http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1832/1832%20Livro%201ok.pdf. [Acesso: 29.12.2019.]
- Bluteau, Raphael. 1712-1727. *Vocabulário Português & Latino*. 10 vols. Lisboa: Oficina de Pascoal Silva.
- Brasil Visto por Cima (O). *Carta a Huma Senhora sobre as Questões do Tempo*. 1822. Rio de Janeiro: Typ. do Diário. [Trezgeminos Cosmopolitas/José Silvestre Rebelo].
- Burke, Edmund. (1790) 1982. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Trans. Renato de Assumpção Faria et al. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- . 1812. *Extractos das Obras Políticas e Economicas de Edmund Burke*. Trans. José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: Imprensa Régia.
- Carvalho, Francisco da Mãe dos Homens. 1821. *Oração de acção de Graças que na solemidade do Anniversario do dia 24 de Agosto... recitou e offerece...* Rio de Janeiro: Imprensa Régia.
- Collecção das Decisões do Governo de 1821*. 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Considerações sobre as Cortes no Brasil*. 1822. Rio de Janeiro: Tip. do Diário.
- Decreto de 11 de Dezembro de 1822. 1822. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*. (1823) 1973. Edição fac-similada, 3 vols. Brasília: Senado Federal.
- Discurso sobre o Dia 8 de Abril de 1821, Composto pelo Bacharel Basilio Ferreira Goulart*. 1821. Rio de Janeiro: Imprensa Régia.
- Exorcismos contra Periódicos e Outros Malefícios*. 1821. Lisboa: Off. da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- Falcão, José Anastácio. 1821. *O Alfaiate Constitucional: Diálogo entre o Alfaiate e os Fregueses*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- Instruções para Intelligencia dos Povos nas Próximas Eleições de Eleitores e Deputados de Cortes*. 1822. Reimpresso no Rio de Janeiro: Imp. Nacional.
- Já Fui Carcunda, ou a Zanga dos Periódicos*. 1821. Lisboa: Oficina de Viuva de Lino da Silva Godinho.
- Lima, Inácio Abreu e. 1845. *Synopsis ou Dedução Chronologica dos Factos mais Notaveis da Historia do Brasil*. Recife: Typographia de M. F. Faria.
- Lima, José Joaquim Lopes de. 1821. *Diccionario Carcundatico ou Explicação das Phrazes dos Carcundas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Moura, Caetano Lopes de. 1860. *Epitome Chronologico da Historia do Brasil*. Paris: Aillaud, Monton e C.^a.
- Novo Mestre Periodiqueiro, ou Dialogo de Hum Sebastianista, Hum Doutor, e Hum Hermitão, sobre o modo de Ganbar Dinheiro no Tempo Presente*. 1821. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Oração que na Reunião do Colégio Eleitoral da Vila de Tanbaté, Recitou o Pe. Joaquim P. de Barros, em 1.º de Setembro de 1822*. 1822. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Porto, Domingos Vieira. 1871. *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*. 5 vols. Porto: Ernesto Chardron.

- Quaes são os Bens e os Males que Podem Resultar da Liberdade da Imprensa; e qual He a Influencia que eles Podem Ter no Momento em que os Representantes da Nação Portuguesa se Vão Congregar?* 1821. Reimpresso no Rio de Janeiro: Typografia Real.
- Regeneração Constitucional (A) ou Guerra e Disputa entre os Carcundas e Constitucionais.* 1821. [Rio de Janeiro: Imp. Régia].
- Repertório dos Deveres do Presidente e mais Pessoas Occupadas no Serviço das Eleições da Parochia. (Extrahido dos Correios do Porto).* 1821. Bahia: Tip. da Viuva Serva & Carvalho.
- "Resposta a Huma Carta, em que o Representante Analysa a Representação que a Sua Magestade Imperial Dirigio em 2 de Novembro de 1822 o Ex-Procurador desta Provincia Joaquim Gonçalves [sic] Ledo. Por O Amigo Verdadeiro da Patria." (1822) 2014. In *Guerra Literária: Panfletos da Independência (1820-1823)*, orgs. José Murilo de Carvalho, Lucia Bastos, et Marcelo Basile. Vol. 1, Cartas, 773-782. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- "Resposta de Bento de Barros Falcão e Lacerda à ordem do governo intimada pela Câmara sobre a execução do Decreto S. A. R. de 16 de fevereiro e 3 de junho deste ano." [1822]. *Reverbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro, n.º 17, 17 de setembro de 1822.
- Santos, Clemente dos, org. 1883-1889. *Documentos para a Historia das Cortes Geraes da Nação Portuguesa*. 8 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, Antonio de Moraes. 1813. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 2 vols. 2.ª ed. Lisboa: Tip. De M. P. de Lacerda.
- . 1823. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 2 vols. 3.ª ed. Lisboa: Tip. de M. P. de Lacerda.

Estudos

- Alexandre, Valentim. 1993. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento.
- Alves, José Augusto dos Santos. 2013. *Glória, Memória e Mito: O Periodismo Vintista (1820-1823)*. Lisboa: Media XXI.
- Armitage, David, et Sanjay Subramanyam, eds. 2010. *The Age of Revolution in Global Context, c. 1760-1840*. New York: Palgrave Macmillan.
- Baecque, Antoine de. 1996. "Panfletos: Libelo e Mitologia Política." Trans. Marcos Maffey Jordan. In *A Revolução Imprensa. A Imprensa na França. 1775-1800*, org. R. Darnton et D. Roche, 225-238. São Paulo: Edusp.
- Baker, Keith Michael. 1987. "Introduction." In *The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture*. Vol. 1, *The Political Culture of the Old Regime*, ed. K. M. Baker. Oxford: Pergamon Press.
- Barman, Roderick. 1988. *Brazil: The Forging of a Nation*. Stanford: Stanford University Press.
- Berbel, Márcia Regina. 1999. *A Nação como Artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: FAPESP/HUCITEC.
- Burke, Peter. 1978. *Popular Culture in Early Modern Europe*. New York: Harper & Row Publishers.
- Cardim, Pedro. 1998. *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Carvalho, José Murilo de. 1980. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro: Campus.

- . 2000. “História Intelectual no Brasil: A Retórica como Chave de Leitura.” *Revista Topoi* 1 (1): 123-152. Doi:10.1590/2237-101X001001003.
- Carvalho, José Murilo, Lucia Bastos, et Marcello Basile, orgs. 2012. *As Armas Cidadãos. Panfletos Manuscritos da Independência do Brasil (1821-1823)*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/Editora da UFMG.
- , orgs. 2014. *Guerra Literária. Panfletos Políticos da Independência (1820-1823)*. 4 vols. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Castro, Zília Osório de. 1976. *Manuel Borges Carneiro e a Teoria do Estado Liberal*. 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Chartier, Roger. 2002. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Trans. Maria Manuela Galhardo. 2.^a ed. Lisboa: Difel.
- . 2009. *As Origens Culturais da Revolução Francesa*. Trans. George Schlesinger. São Paulo: Editora da UNESP.
- Chartier, Roger, et Daniel Roche. 1987. “Livres et presses: véhicules des idées.” *Seventh International Congress on the Enlightenment: Introductory Papers*, 93-106. Oxford: The Voltaire Foundation.
- Darnton, Robert. 1990. *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. Trans. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras.
- Fernández Sebastián, Javier. 2009. “Hacia una historia atlántica de los conceptos políticos.” In *Diccionario político y social del mundo ibero-americano. La era de las Revoluciones, 1750-1850*, dir. Javier Fernández Sebastián, 25-45. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/ Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Furet, François, et Jacques Ozouf. 1997. “Trois siècles de métissage culturel.” *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations* 32 (3):488-502.
- Gay, Peter. 1977. *The Enlightenment: The Science of Freedom*. New York: Norton.
- Guerra, François-Xavier. 1992. “La pedagogía política de la prensa revolucionaria española.” In *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*, 227-274. México: Mapfre/ Fondo de Cultura Económica.
- Koselleck, Reinhart. 2006. *Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Trans. Wilma Patrícia Maas. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio.
- . 2009. “Introducción al diccionario histórico de conceptos políticos-sociales básicos em lengua alemana.” Trans. Luis Fernandez Torres. *Revista Anthropos: huellas del conocimiento* 223:92-105.
- Lynch, Christian Edward C. 2014. *Da Oligarquia à Monarquia. História Institucional e Pensamento Político Brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. 2009. “Constitución. Portugal.” In *Diccionario político y social del mundo ibero-americano. La era de las revoluciones, 1750-1850*, dir. Javier Fernández Sebastián, 401-412. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Morel, Marco. 2005. *As Transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec.

- Neves, Guilherme Pereira das. 1995. “Do Império Luso-Brasileiro ao Império do Brasil (1789-1822).” *Ler História* 27-28:75-102.
- . 2009. “A Religião do Império e a Igreja.” In *O Brasil Imperial*. Vol.1, 1808-1831, org. Keila Grinberg et Ricardo Salles, 377-428. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- . 2011. *História, Teoria e Variações*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Neves, Lucia Maria Bastos P. 1995a. “Leitura e Leitores no Brasil, 1820-1822: o Esboço Frustrado de Uma Esfera Pública de Poder.” *Aervo* 8 (1-2):123-138.
- . 1995b. “Las elecciones en la construcción del Imperio Brasileño: los límites de una nueva pratica de la cultura política lusobrasileña.” In *Historia de las elecciones en Iberoamérica, siglo XIX*, coord. Antonio Annino, 381-408. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- . 2003. *Corcundas e Constitucionais: A Cultura Política da Independência (1821-1823)*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Revan.
- . 2009. “Opinión pública.” In *Diccionario político y social del mundo ibero-americano. La era de las revoluciones, 1750-1850*, dir. Javier Fernández Sebastián, 1011-1023. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- . 2016. “A Linguagem Política da Independência: Brasil, 1821-1823.” *Pasado Abierto* 2 (4):61-85.
- . 2019. “El aprendizaje de los conservadores.” In *El pensamiento conservador y derechista em América Latina, España y Portugal (Siglos XIX y XX)*, ed. Fabio Kolar et Ulrich Mülcke, 37-64. Madrid/ /Frankfurt a.M.: Iberoamericana/Vervuert.
- Neves, Lucia Maria Bastos P, et Guilherme Pereira Neves. 2008. “Constituição.” *Ler História* 55: 49-64. Doi:10.4000/lerhistoria.2203.
- Palhares-Burke, Maria Lúcia G. 1995. *The Spectator, o Teatro das Luzes. Diálogo e Imprensa no Século XVIII*. São Paulo: Hucitec.
- Pereira, Luisa Rauter. 2014. “Soberania – Brasil.” In *Diccionario político y social del mundo ibero-americano*, dir. Javier Fernández Sebastian. Vol 2, ed. Noemi Goldaman, 59-74. Madrid: Universidade del País Vasco/Centro de Estudos Políticos y Constitucionales.
- Pocock, J. G. A. 1971. *Politics, Language and Time. Essays on Political Thought and History*. Nova Iorque: Atheneum.
- . 2003. *Linguagens do Ideário Político*. Trans. Fabio Fernandez. São Paulo: Edusp.
- Ramos, Donald. 1995. “A ‘Voz Popular’ e a Cultura Popular no Brasil do Século XVIII.” In *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*, coord. Maria Beatriz Nizza da Silva, 137-154. Lisboa: Estampa.
- Raymond, Joad. 2003. *Pamphlets and Pamphleteering in Early Modern Britain*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ribeiro, Gladys Sabina. 2002. *A Liberdade em Construção: Identidade Nacional e Conflitos Antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Richter, Melvin. 1990. “Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner and the Geschichtliche Grundbegriffe.” *History and Theory* 29 (1):38-70.
- . 2006. “Avaliando Um Clássico Contemporâneo: O *Geschichtliche Grundbegriffe* e a Atividade Acadêmica Futura.” In *História dos Conceitos. Debates e Perspectivas*, org. Marcelo Gantus Jasmin et João Feres Júnior, 39-53. Rio de Janeiro: Editora PUC/Edições Loyola/IUPERJ.

- Rodrigues, José Honório. 1975. *Independência: Revolução e Contrarrevolução: As Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.
- Saenen, Frédéric. 2010. *Dictionnaire du pamphlet: de la révolution à Internet*. Gollion: Infolio.
- Skinner, Quentin. 2005. *Visões da Política*. Trans. João Pedro George. Lisboa: Difel.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da. 1972. "Problemas da Análise do Discurso Político." *Atas do I Congresso Brasileiro de Literatura – Língua – Linguística*, 3-16. São Paulo: USP.
- . 1973. "Livro e Sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821". *Revista de História (USP)*. São Paulo 94: 441-457.
- . 2011. *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. 3.^a ed. Salvador: Edufba.
- Verdelho, Telmo dos Santos. 1981. *As Palavras e as Ideias na Revolução Liberal de 1820*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

INSTITUIÇÃO ESCOLAR E CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA:

Setecentismo e reformas educativas

Justino Magalhães

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação

do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Introdução

Entre final de Seiscentos e primeiras décadas de Oitocentos, correspondendo à crise da escolástica e à instituição da escola moderna, observam-se linhas de continuidade e ruptura. A dinâmica e a síntese de tais longevidade e complexidade configuram-se numa dialéctica formada pelas conjunturas: decomposição, ruptura/reformas, recomposição. A cada conjuntura corresponde um quadro histórico-pedagógico de continuidade e transformação, com desenvolvimento próprio. O primeiro iluminismo e a crise da escolástica perfazem uma temporalidade de crítica, desarticulação e busca de superação. Estes desenvolvimentos não foram ininterruptos. Associados às polémicas sobre os conteúdos e à indeterminação sobre os métodos, houve

retrocessos, avanços, sobreposições. A escola consolidava-se como instituição, metaeducação e organização, orientada para a construção e a mobilização da esfera pública, através da instrução e da educação cívica.

A decomposição conduziu à alteração de conteúdos e de método, plasmados em reformas pedagógicas. A montante, as reformas visaram uma educacionalidade do conhecimento (humanização, perfectibilidade, progresso) e, a jusante, foram determinadas por um núcleo curricular em vernáculo, progressivo e segmentado, um pragmatismo didáctico, uma escrituração pedagógica e, progressivamente, também pela incorporação das culturas nacionais. No conjunto, o quadro reformista do ensino, em meados de Setecentos, reflecte uma visão enciclopédica do conhecimento, a integração entre humanismo e ciência, a aplicação regular do elemento escrito na informação e na administração dos sectores público e privado, a estatalização do institucional escolar.

A historiografia deste reformismo dá relevo à associação entre iluminismo e soberania dos Estados-nação, ressaltando o caso da Prússia e o pombalismo em Portugal. A circulação do escrito e a circulação de ideias sucedem em consentâneo com a mecanização da produção e da comercialização de bens materiais, no que concorriam as economias europeias, envolvendo os mercados emergentes do continente americano, a norte e a sul. A vaga de fundo era política, acentuando as rivalidades imperiais e trazendo a afirmação dos direitos do homem e do cidadão.

A revolução ocidental, espoletada pela independência dos Estados Unidos da América em 1776, e de que fizeram parte a ocupação dos Estados Gerais em França, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a consagração na constituição política da separação de poderes, veio pôr fim aos regimes absolutos, através de uma nova legitimidade dos Estados-nação. Os cidadãos tornavam-se constitutivos da nação e esta legitimava o Estado. Aos poderes instituídos, caberia assegurar os direitos e garantias do homem e do cidadão, dando comprimento ao desígnio de liberdade, igualdade, fraternidade.

A celeridade das mudanças beneficiou de convergências e transversalidades, na Europa e no Novo Mundo. Roger Chartier conclui que, no decurso

do século XVIII, “*ce sont les correspondances, les lectures et les conversations lettrés qui fondèrent l’émergence d’une sphère publique, d’abord esthétique, puis politique, où firent mises en discussion et soumises à examen toutes les autorités – celle de doctes, celle des clercs, celle des princes*”.¹

Tal celeridade deveu-se ao fomento das línguas vernáculas como línguas de conhecimento, ciência e ensino (com destaque para o inglês e o francês); à publicação, nas primeiras décadas do século XVIII, de uma versão da enciclopédia inglesa; às reformas centralizadoras do ensino, que, desde meados de Setecentos, tiveram lugar na Prússia e em Portugal; ao movimento iluminista, que, pelos anos 50 e 60, estava em curso na Escócia, impulsionado por associações culturais e pela *Edinburgh Review*, envolvendo literatura, artes, ciências e manufacturas.² A partir dos anos 50, foram publicadas a *Encyclopédia Britânica*, em Londres e em Edimburgo, e a *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, em Paris.³ Associadas à imprensa periódica, então em franca expansão, aquelas publicações foram decisivas para a constituição de uma esfera pública, informada.

Frederico II da Prússia reformou por diversas vezes a censura e jamais decretou a liberdade de imprensa. Em carta a D’Alembert, sustentava que era necessário suprimir “*tout ce qu’il se trouve de contraire à la tranquillité publique, comme au bien de la société*”.⁴ A liberdade de imprensa e a constituição da esfera da opinião pública dependeram, em muito, de compromissos com as instituições de governo, com as elites políticas, com as gentes das letras, como grupo social. Em Berlim, o consistório luterano exercia vigilância sobre os livros religiosos. O debate sobre as Luzes e a atitude dos censores também dependeram da relação com o público e da autocensura. Em *Qu’est-ce que les Lumières?* (1784)⁵ Kant não deixou de se referir à censura e à liberdade de palavras e de publicação, quando argumenta que a partir do domínio da razão e para aceder à razão é necessário a liberdade de pensamento, leitura e escrita.

1 Chartier 2008, 33.

2 Herman 2001, 193.

3 D’Alembert et Diderot 1751-1772.

4 Apud Tortarolo 1997, 255.

5 Kant 2007.

Em Portugal, o terceiro quartel do século XVIII ficou assinalado pelas reformas iluministas pombalinas, sob orientação da Real Mesa Censória – órgão criado para substituir a Inquisição e Tribunal do Santo Ofício. Tais reformas tiveram início com a criação da Aula do Comércio, em Lisboa e Porto, no ano de 1757, e prosseguiram com a proscricção do ensino dos jesuítas e consequente encerramento da Universidade Teológica de Évora, em 1759. Consignada no Alvará Régio de 28 de Junho de 1759, a reforma dos estudos menores e das primeiras letras abrangeu, entre outros aspectos, o plano de estudos, os métodos de ensino, o acesso e o exercício da função docente, a criação de um proto-sistema nacional de ensino. A reforma do ensino foi extensiva aos colégios, conventos, internatos religiosos e, por fim, à Universidade de Coimbra.

O protossistema de ensino estruturado nas reformas pombalinas e marianas foi sendo verticalizado e regulamentado nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX. Estavam em curso a recomposição e a normalização do ensino. Diferentemente do ensino destinado à formação técnica e profissional, onde as disciplinas ligadas à física, à matemática, ao desenho técnico, às línguas vivas ganhavam alento, o currículo letrado dos estudos humanistas respeitava um sincretismo neoclassicista. No contexto de políticas orientadas para o progresso e de um currículo constitutivo do Estado-nação, a escola como informação, modernização, mobilização e tecnologia do social asseguraria um ensino que começava nas primeiras letras e encerrava nos preparatórios da universidade. Através da escola, a instituição-educação, assegurando um nível básico de aculturação escrita, constituído por alfabetização, catequese e noções de civilidade, deveria atingir o todo social. Leitura e escrita eram aquisições escolares. Associada à escola, ganhava estrutura uma escrita da educação que incluía a escrita educacional, a pedagógica, a didáctica. Intermédia e cultivada pela inspecção, a escrita pedagógica tornava-se representativa e normalizadora do ensino e do institucional escolar. Na transição de Setecentos, as reformas de ensino contemplavam a segmentação e a sequência de estudos, e incidiam sobre o núcleo formado por perfil de saída, *curriculum*, método de ensino.

Em França, as sucessivas reformas do ensino aprovadas nas últimas décadas do século XVIII foram configurando uma estrutura vertical e universalizável. O marquês de Condorcet (girondino e partidário da Convenção, que fora secretário editorial da *Encyclopédie* e que veio a falecer na prisão) foi autor de um plano para o ensino público composto por *Cinq mémoires sur l'instruction publique*. Publicadas em edição póstuma, incluíam os princípios, os fundamentos, os conteúdos e a estrutura segmentada e progressiva de um sistema escolar. Na base do sistema público de instrução, estavam escolas, dirigidas por mestres. A instrução básica seria de quatro anos – “*dans chaque village, une école publique, dirigée par un maître*”.⁶ Anos antes, Condorcet havia publicado *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, no qual apresentou uma evolução da cultura e da ciência, disposta por períodos separados por acontecimentos determinantes, o último dos quais teve início com a mecanização da imprensa tipográfica e difusão do livro.⁷

Beneficiando da mecanização da imprensa tipográfica desde final do século XV, a cultura escrita foi decisiva para a evolução da humanidade, como reitera Roger Chartier, para quem a cultura escrita caracteriza a primeira modernidade. No decurso do século XVIII, foi intensificada a influência da leitura e da escrita, concluindo Chartier que, no manifesto *Qu'est-ce que les Lumières?*, é sobre o confronto “*des opinions raisonnées et des propositions réformatrices permise par la circulation de l'écrit que Kant bâtit le projet et la promesse d'une société éclairée où chacun, sans distinction d'état ou de condition, pourra être, tour à tour, lecteur et auteur, savant et critique*”.⁸

A escrita esteve presente na formação do Estado de justiça e de finanças, no início da modernidade; na reforma e na circulação dos textos religiosos; na constituição de tombos públicos e privados; na formalização dos costumes e das regras de civilidade no ensino e no fomento da cidadania. A escrita aproximou história e educação, aquela como substância e sentido e esta como ideação e mobilização. Desde as reformas da segunda metade de Setecentos

6 Marquês de Condorcet 2008, 109.

7 Marquês de Condorcet 1988.

8 Chartier 2008, 33.

que a instituição educativa dispunha de escrita própria e se tornou constitutiva da contemporaneidade.

Educação e ilustração – 5.º conde de Ericeira

A memória elogiosa que Sebastião de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, proferiu na Academia Real da História, quando do desaparecimento, na Índia, em 12 de Junho de 1742, de D. Luís Carlos de Menezes, 5.º conde de Ericeira, 1.º marquês de Louriçal, ilustra e documenta a educação no contexto das Luzes. Nessa memória, Carvalho e Melo, ao tomar a biografia do homenageado como um processo crítico e cumulativo, assinalando aspectos inovadores nos planos antropológico e sociocultural, esboçou um tratado de educação moderna.⁹ Relatou a vida do 5.º conde de Ericeira, associando educação e formação letradas; referiu-se à acumulação da experiência e do saber na pessoa do conde, incluindo a leitura de obras universais e a passagem pela corte de França; deu relevo à circulação do conhecimento e dos próprios indivíduos por diferentes territórios; salientou, por fim, o empenho do conde na constituição de uma biblioteca, no fomento da cultura, na escrita da *História do Portugal Restaurado*.

Tal como está redigida aquela memória, depreende-se que, para Carvalho e Melo, a educação confere coerência, integração e distinção ao perfil ilustrado e profissional, e à história de vida do 5.º conde de Ericeira como humanista, letrado, militar, diplomata, historiador. No seu relato, Carvalho e Melo cruzou as circunstâncias do tempo, os espaços, as vivências, os itinerários com o perfil, as decisões, o destino e o sentido de vida do homenageado. O tempo individual foi parte do tempo histórico. Carvalho e Melo apresentou o conde como sendo um homem moderno que idealizou e construiu a própria vida, acumulando, de modo congruente, experiências formativas, culturais, militares, cívicas, de viagem e de corte – foi um homem de letras; aportou em diferentes locais, observando civilizações e costumes, distintos sistemas económicos e políticos,

9 Melo 1757.

diferentes culturas e formas de vida; enfrentou desafios circunstanciais, com risco da própria vida, mas também conviveu e tomou decisões, interferindo nos destinos pessoais e colectivos, quer enquanto militar e estadista quer como ilustrado e letrado.

Carvalho e Melo referiu e apresentou com pormenor o estatuto que a educação, a instrução e a dedicação às letras, continuada ao longo da vida, foram ditando nas etapas constitutivas do indivíduo, do militar, do letrado. Referindo-se à formação, salientou que, desde 1695, Luís Carlos de Menezes, sendo ainda adolescente, assistiu a conferências na casa de Ericeira. Ali aprendeu, com pureza, a língua materna, a latina, a francesa, a italiana e a espanhola. Entre essas línguas, veio depois a cultivar, em grande aperfeiçoamento, as mais necessárias para a conversação e para o comércio dos vivos. Infez Carvalho e Melo que, naquelas conferências, o futuro 5.º conde de Ericeira observou e compreendeu as filologias na sua extensão, sem gastar muito tempo nas miudezas escolásticas. Na casa de Ericeira, foi instruído nas divisões de um e outro tempo, e nas mudanças de que dependeriam a ordem e acomodação do sucesso de seus próprios tempos. Fez da aritmética uma aplicação, mais do que ordinária, reconhecendo os seus preclaros directores que a geometria era a arte mais próxima da militar e que a vocação militar lhe era inspirada por tantos heróicos ascendentes. Para Carvalho e Melo, aqueles mestres reconheciam também que a ciência da combinação dos números é uma das principais entre aquelas de que o Estado político tira vantagens sólidas e reais.

Eis, em síntese, o percurso educativo daquele ilustrado, militar e estadista. Havendo passado por uma infância já ela própria estimulante, pois que, de quatro para cinco anos, sabia ler, Luís Carlos de Menezes realizou depois uma formação letrada e uma experiência militar e de governação. Como militar, distinguiu-se na Guerra de Sucessão de Espanha (1701-1714), integrando o exército do Alentejo e tendo assumido o comando das tropas que libertaram a cidade de Estremoz. Assumiu, por fim, responsabilidades políticas e administrativas, como governador na Índia, tendo sido por duas vezes vice-rei e capitão-general, entre 1717-1721 e 1740-1742. Regressado a Portugal após o primeiro mandato, ampliou e reformou a biblioteca, promoveu saraus literários

e científicos, dedicou-se à escrita de estudos históricos. Veio a falecer na Índia, dois anos após ter iniciado o segundo mandato de vice-rei.

Ao referir aquele percurso histórico, Carvalho e Melo não deixou de assinalar que, no regresso da Índia, D. Luís Carlos de Menezes sofreu um naufrágio nas ilhas Mascarenhas. Ali viveu entre nativos, apoiado pela diplomacia francesa, que lhe deu acolhimento e lhe emprestava livros. Foi levado para França, tendo ficado algum tempo na corte francesa. Viajou por Paris, privou com a nobreza da corte e conheceu de perto a cultura francesa. Chegado a Portugal, era um homem preocupado com outros valores, um homem aberto à ilustração e promotor da formação letrada. Reorganizou a sua livraria enquanto esperava ser chamado para novas tarefas públicas. Deu entrada na Academia e abalançou-se a escrever sobre história. Tendo acontecido na primeira metade do século XVIII, em contexto de mudança, o percurso educativo e o testemunho de vida fazem de D. Luís Carlos de Menezes um homem ilustrado.

Decomposição da escolástica

O método, como matéria de análise e como instrumento de conhecimento e de ciência, foi um dos aspectos fundamentais de crítica e de decomposição da escolástica. Francis Bacon, em *Novum organum*, de 1620, havia actualizado a polémica científica, ao estruturar o método experimental. René Descartes, que conhecia a obra de Bacon, introduziu e acrescentou ao método experimental a idiosincrasia entre o *eu* cognoscente e o *eu* cognoscível. Tal idiosincrasia, plasmou-a Descartes em *Discours de la méthode*, de 1637.¹⁰ João Amós Coménio, contemporâneo destes dois filósofos e que teria privado com René Descartes, defendeu em *Pampaedia (Educação Universal)* e em *Didáctica Magna* que era possível ensinar tudo a todos. Para tal, era necessário método: fazer uso da língua vernácula; converter as verdades em legendas e em discurso acessível; enfim, implementar uma panmetódica para assegurar uma pansofia.¹¹

10 Descartes 1992.

11 Coménio 1971; 2006.

Através da operação metódica de denominação, decomposição e composição, a escola integrava e lançava a base de uma pedagogia mais ampla para o conhecimento e para fazer avançar a formação dos indivíduos e das sociedades no sentido da verdade científica. Enunciar, experienciar, experimentar, projectar, planear eram parte do contributo que o desenvolvimento do ensino da linguagem e do cultivo de ciências, nomeadamente a mecânica, a geografia, a geometria, vinham trazendo. Processo do colectivo, instância alternativa à realidade e recreação da vida e do conhecimento, a escola como método e instituição asseguraria a informação e a transformação dos indivíduos, a partir da infância e da adolescência. Reforçada quando em regime de internato, a função instituinte da escola foi acentuada por António Nunes Ribeiro Sanches em *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, de 1759: “a Educação da Mocidade não é mais que aquele hábito adquirido pela cultura e direcção dos Mestres, para obrar com facilidade e alegria acções úteis a si e ao Estado onde nasceu.”¹² Em *Dificuldades que Tem Um Reino Velho para Emendar-se*, António Nunes Ribeiro Sanches referiu-se às virtualidades educativas do internato.¹³

A decomposição da escolástica ressalta também no debate sobre o plano de estudos. O português Luís António Verney, retomando os contributos de Giambattista Vico (cuja influência conheceu de perto, quando vivera em Itália), e outros pensadores de final do século XVII e primeiras décadas do século XVIII puseram em dúvida a síncrese do silogismo escolástico. Avançaram com planos progressivos de construção enciclopédica do conhecimento e do pensamento, em conformidade com as idades do ser humano e com os ciclos de evolução da humanidade.

Foi sobre a questão do método que incidiu o discurso *De nostri temporis studiorum ratione*, que Vico pronunciou em 18 de Outubro de 1708, na abertura do ano lectivo da Universidade de Nápoles, reconhecendo que “*tout ce qu’il est donné à l’homme de savoir est, comme l’homme lui-même, fini et imparfait*”.¹⁴ O método estava associado à ordem dos estudos. Entendia Giambattista Vico que a

12 Sanches 1922, 188-189.

13 Sanches 1980.

14 Vico 2001, 434.

criança devia ser bem cedo introduzida à história e à cosmologia, porque estas áreas do conhecimento eram preliminares para a formação do pensamento. Eram uma predisposição para entender o que viria, argumentar, discutir. Desse plano, deveriam fazer parte as línguas vivas, em particular a língua materna. O ensino do vernáculo era fundamental para a criança.¹⁵

Decomposição da escolástica e recomposição de um novo plano de estudos foram aspectos fundamentais abordados por Verney em *Discurso do Método*, publicado em 1746 e composto por uma série de cartas. Consigna que os estudos regulados deveriam ter início “desde o tempo que os meninos começam a ler e escrever”.¹⁶ Os estudos iniciar-se-iam pela gramática da própria língua, para que a falassem e escrevessem correctamente. Banha de Andrade chamou a atenção para o antagonismo entre iluminação e escolástica, bem presentes no *Discurso do Método* e no *Compêndio dos Elementos de Matemática* (1754) do jesuíta Inácio Monteiro.¹⁷ Também Miguel Monteiro salienta a noção de ruptura na obra de Inácio Monteiro.¹⁸ Correlativamente ao movimento de crítica, tinham lugar a refundação da pedagogia escolar e a constituição de um novo plano dos estudos. Tal como Martinho de Mendonça Pina e Proença praticou e deixou expresso em *Apontamentos para a Educação de Um Menino Nobre*,¹⁹ o colectivo de aprendentes era um dos aspectos mais virtuosos da pedagogia escolar, no que superava o ensino doméstico-individual. Reitere-se que, anos antes, João Amós Coménio havia publicado *Didáctica Magna*, definindo a escola como um local com vida própria, uma realidade outra que tornava possível recriar a realidade envolvente, de acordo com as idades dos sujeitos e dando progressão aos respectivos conhecimentos.

Ficavam deste modo esclarecidos o sentido de perfectibilidade do humano e da performance do indivíduo através da educação, que caracterizam o setecentismo e a que se referiram Jean-Jacques Rousseau, em *Émile ou De l'éducation*,²⁰ Emmanuel Kant, designadamente no manifesto *Qu'est-ce que les*

15 Vico 2004, 77 et seq.

16 Verney 1952, 47-48.

17 Andrade 1982.

18 Monteiro 2004.

19 Proença 1734.

20 Rousseau 1969.

Lumières? e em *Opuscules sur l'histoire*²¹ e, mais para o final do século, Condorcet, no já referido *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*.²²

Um testemunho de *performance* colhe-se em Caetano de Souza, quando, pelos anos 20 e 30 do século XVIII, exercendo a função de censor do Tribunal do Santo Ofício, deu pública nota do significado e da relevância de um conjunto de produções editoriais e de pequenos livros de orientação espiritual, na maioria escritos por membros da Companhia de Jesus. Eram livros centrados no leitor e orientados para um crescimento individual, em torno da alimentação do espírito. Tais crescimento e perfeição espirituais deveriam ocorrer na formação, nomeadamente através da reflexão moral e do retiro espiritual. Ou seja, em face do processo de conversão e penitência que vinha do Concílio de Trento, centrado numa religião dogmática dada por catecismo e colhida através de um intermediário, emergia nesta nova produção escrita a descoberta (construção) de um outro crente, de um outro sujeito religioso – e Caetano de Souza chamou a atenção para isso. A congruência da acção de Caetano de Souza como censor ficou documentada nos aprofundados relatórios com que justificava as decisões.²³

Aprender com o livro – mergulhado no quotidiano ou afastado e em viagem –, lendo e meditando através do livro; o leitor ficava assim informado e capacitado a decidir o seu próprio caminho, fosse no percurso espiritual, fosse quanto ao fazer material e técnico. Os livros de civilidade evoluíram no mesmo sentido. Ao lado dos tratados e dos manuais catequísticos, havia livros de história, cronologias, histórias exemplares. A convicção de que não apenas era possível ensinar tudo, mas que era possível fazer da vida um processo (in)formativo e um percurso pessoal, ficou igualmente testemunhada no referido elogio póstumo de Carvalho e Melo a D. Luís de Menezes, 5.º conde Ericeira.

21 Kant 1990.

22 Rousseau 1969; Kant 2007; 1990; Marqués de Condorcet 1988.

23 Baião 1930.

Ruptura e reformas do ensino

Por meados do século XVIII, o processo de decomposição deu origem a uma temporalidade de ruptura e reforma. Robert Darnton, falando do setecentismo e centrando-se em França, distingue entre um primeiro e um segundo século XVIII, associado aquele a Voltaire e este a Rousseau. Cada um destes dois autores tinha interpretado de modo diverso as obras de Molière. Darnton argumenta que, em *La lettre à d'Alembert sur les spectacles* (1758), Rousseau, ao criticar frontalmente Voltaire (que em *Le siècle de Louis XIV* interpenetrara cultura e política), dividiu o século XVIII em dois. Salientava Rousseau que Voltaire, ao tomar a civilidade (cortesia) como um poder, associara a literatura clássica francesa ao absolutismo do Estado, sob a autoridade de Luís XIV. Neste sentido, Rousseau assinalava que Voltaire se referiu a Molière como o “legislador de um código de conducta en la sociedad educada”.²⁴ Bem certo que também Rousseau viu um poder plasmado no sistema literário, “el poder depositado en el lenguaje, en los códigos sociales y en los patrones de conducta de la vida cotidiana”,²⁵ mas, distintamente de Voltaire, abandonou a ilustração como causa dos filósofos e transformou aquela ideia numa teoria política democrática.

Jean Marie Goulemot, não obstante referir que, por meados do século XVIII, havia uma confusão entre o velho e o novo, ressalva que, com a publicação de *Lettres philosophiques* (1734), Voltaire introduziu pela primeira vez uma visão do futuro histórico.²⁶ De facto, desde meados do século, estava em curso um reformismo, cuja ruptura ficou documentada, entre outros aspectos, pelo movimento ideológico e político de proscricção dos jesuítas em toda a cristandade. No caso português, tal proscricção culminou na proibição de ensinar e na consequente expulsão do país, em cumprimento do Alvará Régio de 28 de Junho de 1759. A regulação dos estudos ficou a cargo da Real Mesa Censória, entretanto criada.

Ao elaborarem a história da Universidade de Coimbra, Mário Brandão e M. Lopes d'Almeida inferiram que, desde o início do século XVIII, estava em

24 Darnton 2003, 195-196.

25 Darnton 2003, 196.

26 Goulemot 1996, 349.

marcha uma instabilidade intelectual e destacaram o papel dos oratorianos no fomento da mudança e na reforma da Universidade de Coimbra:

Desenha-se . . . desde o começo do século XVIII uma viva propaganda intelectual com desígnios de activa interferência nos estudos públicos, a que a época Joanina conheceu particularmente os anseios e tentara modelar em preceitos legais, embora timidamente. Essa diligência modificadora esboçara-se por intervenção dos padres da congregação do Oratório, de Nossa Senhora das Necessidades para aí ensinarem e doutrinarem.²⁷

Os oratorianos implementaram uma escolarização em vernáculo, desde as primeiras letras ao estudo da gramática e da filosofia, tendo criado cadeiras de teologia. D. João V orientou parte da sua intervenção para sobrepor os oratorianos aos jesuítas. Ao instalarem-se em Lisboa, na década de 50, os oratorianos fizeram-no sob o signo da mudança e pretenderam capitalizar o descontentamento face aos jesuítas, no interior da burguesia da capital. De modo análogo ao que fizeram em França, os oratorianos fixaram-se nos principais centros urbanos em que havia colégios dos jesuítas.

Na década de 60 do século XVIII, foram realizadas reformas dos estudos nas congregações religiosas. Eram transformações na educação e na instituição escolar orientadas e reguladas pela Real Mesa Censória, e que deram substância e sentido aos estudos menores, enquanto segmento de ensino e articulados com os estudos preparatórios. A historiografia, nomeadamente a portuguesa, tem dado relevo à reforma da Universidade de Coimbra, salientando as novas dimensões curriculares, científica e de experimentação. De modo idêntico, a historiografia tendeu a acentuar a ruptura subjacente ao *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra...*²⁸ enquanto libelo acusatório contra os jesuítas. Mas torna-se necessário atender também à reforma dos estudos menores, que antecedeu e tornou consequente a reforma da universidade. As reformas dos estudos menores e dos cursos médios foi uma modernização que visou maior articulação entre os currículos escolares, incluindo a prossecução dos estudos na universidade, mas também a construção de novos perfis de saída.

27 Brandão et d'Almeida 1937, 65.

28 *Compêndio histórico do Estado da Universidade de Coimbra...* 1771.

No processo de reformas distinguiu-se frei Manuel do Cenáculo, que veio a presidir à Real Mesa Censória. Havendo reformado a Congregação da Ordem Terceira, exerceu de igual modo uma acção decisiva na reforma da Universidade de Coimbra, conforme deixou registado nos *Diários*.²⁹ Estudando, reflectindo, escrevendo, reformando, frei Manuel do Cenáculo cultivou uma dialéctica entre antigos e modernos. Implementou uma síntese metódica, recorrendo à história como informação e argumento; fez estudos sobre o espaço europeu e, em algumas circunstâncias, sobre outros continentes. Quando, em 1749, na qualidade de superior provincial da Terceira Ordem, elaborou um plano de reforma daquela congregação, fê-lo com base num estudo analítico-comparado, intitulado “Apêndice Primeiro sobre a Reforma das Letras na Europa. Sumário de Algumas Notícias sobre a Reforma das Ciências, e das Artes, as Quais Podem Servir de Estímulo, para que se Propague o Bom Gosto de Saber”, que veio a publicar em 1769.³⁰ Ali advertia que o método “é a Alma dos bons Estudos” e assegurava que o seu conhecimento assentava num conjunto de autores de quem colheu método (luz e instrução), entre os quais D’Alembert, em *Ensaio sobre os Elementos da Filosofia*, §I. *Representação do Espírito Humano no meio do Décimo Oitavo Século*.

Ao mesmo tempo que cumpria funções docentes e assumia responsabilidade de coordenação na Congregação da Ordem Terceira, frei Manuel do Cenáculo, que, anos antes, havia viajado até Itália, detendo-se e visitando os principais centros religiosos e universitários, tinha vindo a constituir, com critérios de actualidade e exaustão, um fundo bibliográfico representativo da Europa das Letras. Deste labor e dos critérios que o iluminaram, foi dando nota na sua correspondência e no *Diário*. Foi seu intento sistematizar o movimento cultural dos principais centros europeus, o que lhe permitiu interpretar a evolução das tendências pedagógicas da época e encetar, no início da década de 60, a reforma dos estudos menores naquela congregação.

29 Para uma síntese crítica da biografia de frei Manuel do Cenáculo, nomeadamente a correspondência e a acção como ilustrado, reformador e bibliófilo, pode consultar-se Vaz (2009).

30 Cenáculo 1769.

Para a compreensão da complexidade subjacente ao ciclo de ruptura e reformas, sistematização dos aspectos nucleares, ritmo e alcance das reformas, torna-se necessário cruzar fontes, diversificar as perspectivas, atender aos diversos movimentos. Dos oratorianos, colhe-se uma influência junto da Coroa na preparação de um currículo em vernáculo na *Instrução de Principiantes e Novo Methodo de se Aprenderem as Primeiras Letras para Uso das Escolas da Congregação. Ordenado pela mesma Congregação*.³¹ A influência de frei Manuel do Cenáculo foi mais prolongada e dela o próprio deixou registo, assim como registou ainda o avanço geral do movimento de reformas, resistências, perspectivas. Tal movimento deverá tomar em consideração a crise política em torno do regalismo; mas também conferir o devido relevo à reorganização dos estudos e, muito particularmente, à constituição e à internalidade da instituição escolar, desde a educação elementar à universidade. Com efeito, desde então, a instituição escolar ficou intrinsecamente associada às formações humanística, científica, técnica, profissional.

A década de 50 e as décadas seguintes foram férteis para a alfabetização em Portugal. Antes mesmo da proscricção dos jesuítas, em Portugal como noutros locais do continente europeu, o ensino foi objecto de legislação e estatalização. No contexto da reforma administrativa e do fomento da economia, o marquês de Pombal, em associação com os principais responsáveis pelos mesteres e pelos negócios, criou, com carácter de obrigatoriedade de frequência por parte dos futuros oficiais, a Aula do Comércio no Porto (1756) e posteriormente em Lisboa, como foi já referido. Igual intuito regulador presidiu à fundação da Arcádia Lusitana, em Lisboa. As reformas no ensino revestiam o carácter de mudanças totais, assim o Alvará de 28 de Junho de 1759 continha indicações sobre as matérias, os métodos de ensino estatal e os compêndios.

Frei Manuel do Cenáculo informa sobre a actividade da reforma dos estudos menores: princípios, debates e consensos. Era esperado que o núcleo a reformar fosse comum a todas as congregações e, como o próprio anotou no *Diário*, nessa comissão como na de reforma da universidade, socorreu-se da experiência e do conhecimento adquiridos. A reforma do ensino, particularmente a dos

31 Congregação do Oratório 1750.

estudos menores, foi acontecendo em cadeia e foi extensiva às congregações religiosas. Dela constam volumosos processos que incluem fontes; princípios e considerandos; diagnóstico; reformulação dos planos de estudo e dos métodos; aprovação; entrada em funcionamento dos novos programas.

Do quadro reformista, faz parte a informação geral sobre como iria ser implementado o novo sistema de ensino nas cadeiras e escolas régias. Estava em construção o método enciclopédico, que incluía a biblioteca como local de consulta; a elaboração de composições e dissertações por parte dos alunos; a definição de um plano de estudos que assegurasse a progressão do indivíduo a formar. No caso das congregações religiosas, como também nas cadeiras preparatórias da universidade, estavam no horizonte o perfil do teólogo, o perfil do letrado e, gradualmente, também os perfis do jurista, do médico, do engenheiro. Mas emergia também um currículo secundário, mediando entre as primeiras letras, cuja composição havia ficado concluída na primeira metade do século XVIII e as cadeiras preparatórias da universidade.

Assim, pois, na primeira metade de Setecentos, o avanço da pedagogia escolar tinha sido fundamentalmente em torno das primeiras letras: ler, escrever e contar, rudimentos de civilidade, cronologia pátria e doutrina cristã. Por meados do século, estava em discussão o percurso escolar desde as primeiras letras à universidade e estava a ser reformada a própria formação universitária. Relativamente ao currículo entre as primeiras letras e a universidade, havia diferentes perspectivas em confronto. As discussões e as soluções não foram uniformes, mas observam-se uma comunalidade e transversalidade entre os planos de estudos das congregações e o ensino estatal. Ressalta um núcleo curricular para o ensino secundário, de teor neoclassicista, que veio a prolongar-se por Oitocentos. Paralelamente à reforma da Ordem Terceira, foram notórias a da congregação dos agostinhos e a dos beneditinos. Aliás, os beneditinos tinham feito aprovar uma nova reforma educativa no final do século XVII, em que visaram superar o processo didático assente na lição e na *postila*. Para eliminar o método baseado no *lente*, haviam criado bibliotecas e introduzido a monografia como conclusão dos estudos. Mas foi o novo plano de estudos da Congregação de S. Bernardo, em Alcobaça – que passou a dispor

de um colégio em Coimbra, com a designação de Bela Instrução –, que mais se aproximou do que viria a ser o ensino liceal.

Fontes e significado das reformas pombalinas

Desde 1746 que o *Verdadeiro Método de Estudar* circulava nas principais bibliotecas escolares. Regressado da Rússia e fixado em Paris, Ribeiro Sanches havia encetado, sob o formato de *Memória* e de *Cartas*, um movimento de opinião sobre a renovação pedagógica. Combinava o modelo colegial com novos planos de estudo e, no conjunto dos escritos, advertia e incentivava à modernização de Portugal.

Ao elaborar o Alvará de 28 de Junho de 1759, a política pombalina interferiu de modo estrutural no mundo da cultura. Criou um plano curricular e orgânico para o ensino, disciplinando os estudos menores, organizados por cadeiras, e regulamentando as primeiras letras. O que as congregações religiosas vieram a reformular, na década de 60, não foi já o ensino de primeiras letras, nem um plano de estudos menores formado por cadeiras, mas um plano de estudos integrado, sob a forma de curso orientado para o perfil de saída. Estava a ser configurado um currículo para o ensino secundário, como se infere daquela ruptura e desta composição. As dimensões curriculares – humanística, técnica, profissional – haveriam de ser combinadas com uma tecnologia do social, assegurando a formação básica de alfabetização, comunicação e cidadania, acessível à maioria; garantindo o funcionamento das instituições através de corpos letrados, técnicos, militares, artísticos; assegurando, para alguns, a ilustração e o acesso às diferentes formações universitárias.

Ao longo do terceiro quartel do século XVIII, a acção pombalina foi uma experiência integradora da política com a instrução pública, através da estatalização de um plano de ensino, confiado à Real Mesa Censória, extensivo ao país e suportado pelo imposto do *Subsídio Literário*. Este proto-sistema escolar era transversal aos estratos sociais. Foram regulados a frequência e a inspecção, bem como o acesso e o exercício da função docente.

Os estudos menores, incluindo as primeiras letras, ficaram organizados de forma sistemática e parcialmente progressiva, assegurando a perfectibilidade dos indivíduos. Como referido, o plano de estudos da Congregação de São Bernardo foi a antecipação do que veio a ser o ensino liceal, com um currículo estruturado no quadro das reformas liberais. Naquela ruptura e nas reformas que lhe ficaram associadas, estavam subjacentes novos perfis escolares – não só o perfil do alfabetizado escolar, pois esse vinha da primeira parte de Setecentos, mas os novos perfis letrados e os perfis técnicos. Entre estes últimos, contam-se o de profissional do comércio, o de desenhador técnico, o de topógrafo, o de arquivista.

Entretanto, tinham vindo a público tratados e guias metódicos, entre os quais os estudos de Manuel Azevedo Fortes, que davam substância e sentido ao perfil e à formação do engenheiro.³² Emergiam escriturações específicas, na contabilidade, na administração pública e em actividades técnicas e profissionais, nomeadamente a topografia, a escrituração comercial, a paleografia. Decorria o debate sobre a constituição do perfil técnico, em consentâneo com as polémicas sobre o método, o currículo, a adequação das instâncias formativas, os públicos a abranger. No âmbito dos estudos humanísticos, os principais aspectos de mudança radicavam no enciclopedismo, na implementação das línguas vivas, na produção de monografias e consequente introdução da noção de tese, para os graus médio e preparatório. Estava subjacente o fomento da criatividade e da argumentação, em detrimento da glosa retórica e do silogismo escolástico. Andavam associadas a esta ruptura novas práticas leitoras e a vulgarização de bibliotecas.

A conclusão de estudos através de uma monografia constava das reformas curriculares das congregações religiosas, na parte correspondente aos estudos preparatórios. A preparação do candidato para um exame de titulação, bacharelado e licenciatura incluía a selecção de um tema; a reclusão por umas horas, ou mesmo dias, na biblioteca ou em outro local de estudo; a produção e defesa pública de uma tese. Este ritual de selecção de tema, reclusão na biblioteca

32 Fortes 1728-1729.

para escrita da dissertação, defesa pública, consta da generalidade dos novos regulamentos. Ainda hoje, tais fases são habituais nos concursos académicos. Então como na actualidade, os procedimentos cumprem uma pragmática dura, nomeadamente no acesso à carreira docente, que inclui uma tónica, uma gestualidade e um rito. Perfazem um método de selecção e recrutamento que rentabiliza os conhecimentos e confere um cariz profissional, sacerdotal, ao docente e às capacidades adquiridas.

Rogério Fernandes destacou no reformismo pombalino a criação de “um sistema de ensino *oficial*” de primeiras letras, “cuja direcção pertence exclusivamente ao Estado”. Esse sistema condicionou a evolução do ensino nas últimas décadas do século XVIII, tal “o carácter estruturado que lhe conferiu Carvalho e Mello”.³³ Sobre a estatização do ensino, termo que eu tenho vindo a substituir por estatalização para vincar o qualitativo estatal, Áurea Adão refere que o processo teve início “com a intervenção do Estado nas estruturas directivas e de administração escolar”. Distingue laicização e secularização, concluindo que, muito embora o ensino dependesse do Estado e o poder temporal do rei D. José fosse autónomo, a religião e o culto católico não foram suprimidos e os eclesiásticos continuaram a ensinar.³⁴

Havendo-se desenvolvido no quadro das Luzes e abrangendo outros campos da governação, o reformismo pombalino tem vindo a ser reinterpretado pela historiografia recente. Silva Dias admite que Pombal concebera um “projecto político operacional”, que incluía, designadamente, a negociação do tratado comercial com a Grã-Bretanha e “uma vasta reestruturação social e política do estado e da sociedade em Portugal”,³⁵ mas que Pombal não se demoveu do campo do absolutismo. Dando sequência ao pensamento de Silva Dias, Ana Cristina Araújo admite que houve católicos ligados ao reformismo educativo de Pombal, situados nos “parâmetros” das Luzes e que “os anos cinquenta e sessenta representam . . . um ponto de viragem importante na recepção das diferentes correntes de pensamento europeu”.³⁶

33 Fernandes 1994, 113.

34 Adão 1997, 65-70.

35 Dias 1984, 55.

36 Araújo 2003.

Nuno Monteiro ressalva que “embora adoptando um reformismo sistemático, próprio do século XVIII, os modelos políticos de Pombal, de acordo com o que ele próprio afirmou e boa parte dos seus contemporâneos constataram, foram as experiências ‘absolutistas’ do século XVII e os seus protagonistas”.³⁷ Assim, conclua-se que, designadamente na instrução pública e na cultura escolar, o reformismo pombalino constitui reflexo e adaptação do iluminismo.

Recomposição

Avançando para a terceira parte desta análise, deve introduzir-se a noção de recomposição. Ao reler e ao repensar o racionalismo kantiano, tomado como lema das Luzes – “*aie le courage de te servir de ton propre entendement*”³⁸ –, encontra-se um novo estatuto para a relação entre sujeito humano e conhecimento. Tal desígnio está contido na afirmação de que o conhecimento não só é possível, como é transformativo do indivíduo. O sujeito está implicado no conhecimento. O Homem das Luzes corresponderia a alguém que, sendo detentor de uma informação, deteria a autoridade inerente à mesma informação. Isso é conhecimento. Este princípio possibilita compreender que a escola e o currículo escolar passaram a fazer parte da recomposição e da normalização cultural e social. O sistema escolar era gerador do Homem das Luzes e meio de autonomia e segurança para os indivíduos e para a sociedade.

Retomando o plano apresentado por Condorcet para a França, observa-se uma selecção e uma progressão do conhecimento escolarizável, de acordo com as idades, os segmentos da sociedade, a especificidade das funções. A instituição educativa promovia uma cidadania básica e uma tecnologia do social. Análogas distribuição e progressão constam, no caso português, do projecto de Francisco de Borja Garção Stockler.³⁹ Este projecto, apresentado ao rei quando da saída para o Brasil, em 1808, e retomado mais tarde para ser

37 Monteiro 2006, 244.

38 Kant 2007, 7.

39 Magalhães 2010, 81.

aplicado a partir do Brasil, previa uma arrumação das escolas de acordo com a hierarquia e a tecnologia do social. Segundo o projecto de Stockler, após um currículo elementar comum, o sistema escolar abriria para um perfil politécnico e para um perfil erudito. A instituição escolar deveria ser devidamente ajustada ao ensino de primeiras letras, ao ensino politécnico, ao ensino erudito.

A instituição educativa encontrou na componente curricular, no desafio e no complexo dos perfis formativos e profissionais, na questão metódica, no manual escolar, a necessidade de um *locus* e de um agente formado e normalizado, que veio a ser o professor. Progressivamente, também o espaço para o ensino e a aprendizagem veio a ser caracterizado, adaptado e posteriormente edificado de raiz, mediante princípios de ordem e comunicação, assegurando acesso, segurança, higiene e boa realização curricular. Mantendo aspectos comuns, preservando e fortalecendo o estatuto de instituição conferido pelo modelo de ensino, pela norma, pela disciplina, a escola desdobrava-se por graus e assegurava a verticalidade das formações. A instituição escolar havia-se tornado constitutiva da sociedade moderna.

Desde a legislação pombalina que a figura do professor e a função docente eram objecto de deliberação e aprovação. Kant, que desde 1770 foi professor ordinário da Universidade de Königsberg e que ensinou pedagogia no Instituto Filantrópico de Dessau, referiu-se à necessidade de formar para a docência e normalizar os profissionais do ensino. A Convenção francesa avançou com as primeiras escolas normalistas, movimento então em curso noutros países da Europa. A figura normalizada do professor era a pré-configuração do produto escolar. Preparado para ensinar, o professor estaria habilitado para dar testemunho e servir de exemplo para o que deveria ser o escolarizado. Os princípios que regiam a escola normalista eram a idiossincrasia e a replicação, ou seja, se um candidato a professor quisesse vir a ensinar educação física, deveria praticar educação física enquanto formando e o principal desígnio do aluno era replicar o professor, tomando-o como modelo. Normalizados os professores, ficariam normalizados os alunos.

Contendo uma materialidade, uma funcionalidade, uma simbologia, a instituição escolar ficou representada na escrita, de modo integrado. Desde

as primeiras décadas do século XVIII que a escrita educativa oscilava entre o tratado ou relato circunstanciado, por um lado, e o compêndio, o guião, a tábua de exercícios e aplicação, por outro. A disposição discursiva catequística, ordenando o conhecimento em sequências progressivas de duplas pergunta-resposta, era habitual para a generalidade das matérias escolares, incluindo para a arte de ler e para o ensino da ortografia. O mercado editorial escolar reflecte uma dinâmica, por parte dos mestres que solicitavam autorização à Real Mesa Censória para publicarem catecismos, ABC, métodos abreviados de leitura e escrita, para os próprios alunos. Havia pequenas publicações, sem estampas, que faziam uso do processo catequístico para ensino da escrita. Nos arquivos da Real Mesa Censória, depositados na Torre do Tombo, estão conservados muitos exemplares de catecismos, guias, métodos, parte dos quais não foram aprovados.

Escolla Nova Christã e Política, da autoria de D. Leonor Thomasia de Souza e Silva (pseudónimo de Francisco Luís Ameno), é um manual enciclopédico publicado em 1789 e reeditado em 1813, onde o processo catequístico é utilizado apenas para algumas matérias.⁴⁰ Efectivamente, o avanço do enciclopedismo e a superação do processo catequístico convergiam para um racional escolar de intelecção e compreensão das mensagens e dos textos, num progressivo jogo de decodificação, interpretação e glosa. Tal foi o método cultivado por João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcelos, no tratado *O Perfeito Pedagogo na Arte de Educar a Mocidade*, publicado em 1816.⁴¹

O tratado era uma modalidade escrita aplicável ao educativo e ao pedagógico. Foi, no entanto, sob a forma de romance que Rousseau escreveu *Émile ou De l'Éducation*, pois que não pretendeu escrever um tratado de educação – matéria sobre a qual, segundo ele, muitos haviam já escrito. Conforme aduz nas páginas iniciais, pensou escrever uma memória; todavia, a quantidade de matérias e a diversidade da informação exigiram uma obra de maior trato. Assim, para salvaguardar a intencionalidade educativa e assegurar a indução da comunicação, optou por escrever um romance. No mesmo sentido e

40 Silva (1789) 1813.

41 Vasconcelos 1816.

retomando *Aventuras de Telêmaco*,⁴² narrativa romanceada da autoria de Fénelon, o jesuíta Alexandre de Gusmão publicou, sob pseudónimo de Dorothea Engrassia Taveda Dalmira, *Aventuras de Diófanes, imitando o sapientíssimo Fénelon na sua viagem de Telêmaco*; no prólogo, justifica que recorreu ao fantástico, em vez da história verdadeira, porque o “persuadirão os Hespanhois, Francezes, e Italianos, que entendem ser este methodo o que produz melhor efeito”.⁴³

A educação exigia uma escrita de grande amplitude, uma variação de discursos que induzissem o não dizível e, correlativamente, discursos pedagógicos que salvaguardassem o orgânico e o institucional, e discursos didáticos. O romance educativo e o romance formativo inscrevem-se neste quadro. Houve pensadores que escreveram sobre educação na forma de carta. No mais longínquo da escrita romanceada, surgia o discurso didático em forma de manual, tratado ou guião, destinados a orientar a acção do professor, a pôr em ordem a sala de aula, a prescrever as aquisições por parte dos alunos. Para além dos aspectos estritamente ligados ao ensino e à aprendizagem, a escrituração da sala de aula incluía dimensões relativas à frequência e ao aproveitamento, complementando a docência.

A escrituração da sala de aula serviu também para efeitos de inspecção e avaliação. Os visitantes e os inspectores formalizaram uma escrita pedagógica que deveria ser usada pelos professores; tornar possível a realização de exames externos; permitir a comparação de frequência e de resultados; informar sobre a adequação dos planos de estudo e, na sequência, possibilitar a tomada de decisões para melhoria e reforma, quer dos planos de estudo quer dos regulamentos.

Como modalidade de discurso intermédio, entre a linguagem romanceada e a assertividade do texto didático, na segunda metade de Setecentos, emergia a escrita pedagógica. Esta escrita, composta por uma escrituração formalizada e por escritas tratadistas e de adução (incluindo o recurso à metáfora e o uso frequente da analogia), deveria possibilitar o registo e a comunicação tanto da materialidade e da funcionalidade, quanto da progressão do currículo; medir, classificar e comparar as frequências, bem assim como o aproveitamento

42 Fénelon 1788.

43 Dalmira 1790.

dos alunos; informar da aceitabilidade que a educação e a instituição escolar mereciam às sociedades em que havia escolas implantadas. Era uma escrita institucional e que constitui um modelo de recomposição.

Um contributo para a escrita pedagógica, constitutiva do institucional escolar, ficou a dever-se a Jerónimo Soares Barbosa, humanista e gramatólogo, autor de livros escolares. Em 1792, foi designado pelo vice-reitor da Universidade de Coimbra para visitador das escolas da comarca de Coimbra. Com tal nomeação, recebeu do vice-reitor um inquérito composto por “quesitos”, que eram também habituais para outros domínios e para outras instituições, nomeadamente as religiosas. Respeitavam o modelo habitualmente aplicado na elaboração das memórias da Academia Real da História e que, desde início do século, era utilizado na elaboração das memórias paroquiais. Ao tempo, começava a ser também aplicado às escolas. Assim, comentando o documento-inquérito que lhe havia sido enviado pelo vice-reitor da universidade, Jerónimo Soares Barbosa não deixou de reconhecer que era composto por um conjunto de “quesitos” sobre o material e o funcional das escolas, possibilitando indagar se tinham instalação própria; se o mestre era habilitado e assíduo; quantas crianças frequentavam habitualmente.⁴⁴

Todavia, após analisar o corpo do inquérito, Soares Barbosa retorquiu ao vice-reitor, pedindo autorização para ir além daquele tipo de inquérito e daquele conjunto de perguntas. Foi autorizado a incluir uma nova dimensão: a do aproveitamento escolar e do significado educativo da escola. Para isso, obteve autorização para interrogar as crianças, na ausência do mestre, indagando sobre o aproveitamento e sobre a relevância daquilo que estavam a aprender. Foi também autorizado a acrescentar uma outra dimensão: a da aceitação da escola por parte dos habitantes de cada localidade visitada. Pôde assim dialogar com os homens-bons das terras, sobre se a escola estava a ser bem recebida; se a população acorria a enviar as crianças à escola; se havia repercussão da escola na mentalidade das pessoas, na mobilidade e mudança de ofício.

Através deste inquérito ampliado, Soares Barbosa queria, em síntese, indagar sobre a materialidade e a funcionalidade da escola; saber se esta estava

44 Barbosa 1792.

bem organizada; se o professor era competente. Tais informações permitir-lhe-iam não deixar de emitir parecer sobre se um determinado mestre, ou um determinado professor, deveria ou não ser reconduzido. Mas salvaguardava que o fundamental da sua visita residiria em ficar informado sobre o que estava a ser ensinado e apropriado pelas crianças e, na sequência, poder avaliar como é que as populações estavam a reagir à nova instância, que era a escola.

No essencial, a representação da instituição-escola correspondia à escrita da inspecção. Tal como foi formalizada por Jerónimo Soares Barbosa, tratava-se de uma escrita pedagógica, que continuou a evoluir, como representação integrada, comparativa, progressiva e projectiva da instituição escolar. Tais melhorias continuaram a incidir sobre a ampliação e adequação dos quesitos; a conversão dos quesitos em parâmetros; a introdução de critérios; a formalização da linguagem e dos modos de apresentação e comunicação. Um aspecto fundamental veio a ser a aplicação estatística. Por meados do século XIX, a escrita pedagógica viria a encontrar uma fórmula universalizável, uma vez mais como produto e reflexo da inspecção escolar. Combinando escrituração, norma e tratadismo, a escrita pedagógica foi matricial na construção da burocracia escolar.

A fórmula da escrita pedagógica não deixou de se repercutir nas escritas de visitação, inspecção e decisão, oriundas de escritas que haviam desempenhado funções de controlo, diagnóstico e administração, nomeadamente nas visitações paroquiais, nas devassas, nas auditorias, nas ouvidorias. Esta escrita intermédia era reguladora e normalizadora e, ao adoptar inquéritos de conjunto, recursos contabilísticos e estatísticos, foi organizadora do complexo institucional escolar. Por ela havia passado também o racional de comparação. Com efeito, em 1817, Jullien de Paris lançara um inquérito, extensivo a outros países europeus, intentando uma descrição comparativa da instituição escolar.⁴⁵ Nesse inquérito, incluiu um item sobre a educação primária e a educação comum; um item sobre o funcionamento da escola nos diferentes países; um item sobre a educação secundária e a educação clássica; um item sobre a educação superior e a educação científica. No racional comparativo, a unidade de referência era o Estado-nação.

45 Paris 1967.

No trânsito para o século XIX, as universidades europeias sofreram uma reforma, podendo distinguir-se as que, centralizadas e estatais, replicaram o modelo napoleónico e as que, regionais e laboratoriais, deram curso ao modelo alemão. Este era conciliatório de investigação e ensino; o primeiro visava confiar às universidades a cúpula da instituição escolar. No plano curricular, a reforma da universidade visava também corresponder aos novos perfis de saída, designadamente o do teólogo e o do engenheiro. Em Portugal, a Universidade de Coimbra, que havia sido reformada com a governação pombalina, tinha, desde início do reinado de D. Maria I, a prerrogativa e a superintendência de todo o ensino. Foi por mandado do vice-reitor que Jerónimo Soares Barbosa visitou as escolas da comarca de Coimbra e preparou manuais escolares e de normalização. Assim, foi autor de um método de leitura e escrita da língua portuguesa,⁴⁶ de uma gramática filosófica⁴⁷ e de uma adaptação escolar d'*Os Lusíadas*, editada postumamente.⁴⁸

Como referido, a instituição escolar assumia características e estatuto próprios, sendo objecto de uma escrituração de teor pedagógico-administrativo. A educação suscitava, contudo, uma comparação mais abrangente, incidindo em três instâncias de aferição e acção: a escolarização em vernáculo, com respeito pelas identidades nacionais; a correspondência entre norma escolar e norma linguística, sendo o educacional escolar constitutivo do cânone do nacionalismo; o ensino normalista como matéria transversal. Estas diferentes dimensões foram consignadas pelo inquérito local de Jerónimo Soares Barbosa e pelo já citado inquérito internacional de Jullien de Paris. A legislação educativa e escolar assumia características comuns nos diferentes estados, reportando à relação entre escola e instituições sociais. A escrita pedagógica configurava a instituição escolar. Pode asseverar-se que se tratava da prefiguração da instituição educativa, organizada através da escrita. Nesse sentido, o inquérito pedagógico à educação a partir da escola era fundante. Embora não caiba aqui referir, um tema da maior actualidade e com características de transversalidade era, desde final de Setecentos, o ensino da mulher.

46 Barbosa 1796.

47 Barbosa 1822.

48 Barbosa 1859.

Desde a transição de Setecentos que a instituição escolar era formada pelas dimensões curriculares e assumia o estatuto de modernização e constituição pessoal e social que veio a consolidar-se e a universalizar-se nos últimos dois séculos. A escola foi também a principal instância de implantação e avanço do ensino no continente americano, quer a norte quer a sul. Na segunda metade do século XVIII, o mercado do livro europeu expandiu-se através de prelos e editoras locais. Na renovação curricular, o elemento classicista, ainda reconfigurado num neoclassicismo de teor eclético, foi ficando, no entanto, circunscrito, em face dos avanços do vernáculo e do elemento técnico-profissional. Tal evolução tendeu a acelerar após a transição de Setecentos e, em boa parte, consolida o que neste texto tem sido designado de recomposição.

Conclusão

Em linhas gerais, o setecentismo foi assinalado pela transformação das instituições tradicionais de poder e organização social, hierárquicas e centralizadoras, e pela constituição de instituições sociais e culturais transversais e fundantes, com destaque para a escola. O crescimento da edição e da circulação de impressos e livros era acompanhado de novos leitores e tinha repercussão num novo modo de aprender pelo livro. Emergia uma opinião pública. Na base desta mutação, estaria uma escola aberta ao público, proporcionando uma instrução elementar, uniforme e universalizável, e prosseguindo um ensino segmentado e vertical. Com vista a uma formação literária e cívica, fundamentais, assegurando uma comunicação oral e escrita e uma convergência patriótica, o primeiro segmento escolar (instrução elementar) veio a tornar-se obrigatório.

Da revolução ocidental iniciada com a independência dos Estados Unidos da América e consolidada com a Revolução Francesa resultou uma inversão no vector do poder político. Uma vez assumido que é no povo e na nação que residem a soberania e a legitimidade de poder, estas passaram a ser constitucionalmente delegadas e confiadas a representantes e titulares

de órgãos legitimados pela constituição política, se sufragados e votados em eleição. Mas, antes mesmo que tivesse rebentado a Revolução Francesa, Kant, no manifesto *Qu'est-ce que les Lumières?*, advertia que “*une révolution peut bien entraîner la chute du despotisme personnel et de l'oppression née de la soif de richesse et de domination, mais jamais une vraie réforme du mode de penser*”.⁴⁹ O setecentismo trouxe um novo modo de pensar, que congrega história e educação, que combina humanismo, ciência e técnica, que toma a cultura escrita e o institucional escolar como constitutivos da humanidade em evolução.

Sistematizando, a sequência dialéctica e processual formada por decomposição, ruptura e recomposição foi reflexo de transformações internas do educacional escolar e da relação entre educação e sociedade. Composição curricular e formal, a instituição educativa era constitutiva da modernidade e o institucional escolar foi arquitecónio e orgânica da sociedade moderna. Pela combinação entre uniformização e segmentação, e pela norma escolar, passava uma tecnologia do social. Como representação multimodal, a escrita da educação (pedagógica, normativa, curricular, orgânica) estruturou a realidade e documenta a amplitude temática e a complexidade institucional. Ela permite reconstituir as distintas temporalidades, subjacentes àquela sequência de conjunturas e à dialéctica instituinte em que se destacaram, para Portugal, Luís António Verney, frei Manuel do Cenáculo ou Jerónimo Soares Barbosa.

A complementaridade dos modos de escrita reflecte a amplitude temática e a congruência em torno da instituição escolar. Nessa escrita, ressalta uma confluência em torno do pedagógico, induzindo e fazendo inferir o sentido educativo; introduzindo e respeitando a assertividade didáctica; plasmando-se numa representação institucional. A composição e a estrutura desta escrita foram, em boa parte, produto da inspecção educativa e tomaram como centro o institucional escolar.

Assim, reitera-se, a instituição escolar foi referente e factor de constituição da sociedade moderna. A renovação em curso retomou o classicismo, em parte adiado pelas convulsões revolucionárias da fase final do

49 Kant 2007, 7.

século XVIII. O setecentismo trouxe inovação. Plasmados pela instituição, no que vulgarmente se traduziu por neoclassicismo, humanismo e classicismo, não apenas passaram a repartir o currículo com a ciência e a técnica, quanto deram origem a uma transformação epistémica que determinou a matriz curricular. Tais humanismo e classicismo tomaram como base as gramáticas das línguas vernáculas e abriram-se às literaturas e às culturas nacionais. O primado da gramática e a constituição de um currículo histórico-literário nacional determinam o institucional escolar que assinala a transição de Setecentos e que, ao longo de Oitocentos, veio a tornar-se matriz de cidadania, nacionalismo e, também, de humanidade e universalismo.

BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas

- Barbosa, Jerónimo Soares. 1792. *Conta Geral da Primeira Visita das Escolas da Comarca de Coimbra no Anno de 1792*. Códice n.º 3175. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- . 1796. *Eschola Popular das Primeiras Letras, dividida em Quatro Partes*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
- . 1822. *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa, ou Princípios da Grammatica Geral Applicados à nossa Linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias.
- . 1859. *Analyse dos Lusíadas de Luiz de Camões. Dividida por Seus Cantos com Observações Criticas sobre cada Um d'Elles*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cenáculo, Frei Manuel do. 1769. “Apêndice Primeiro sobre a Reforma das Letras na Europa. Sumário de Algumas Notícias sobre a Reforma das Ciências, e das Artes, as Quais Podem Servir de Estímulo, para que se Propague o bom Gosto de Saber.” In *Plano de Estudos para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do Reino de Portugal*. Lisboa: na Regia Officina Typografica.
- Coménio, João Amós. 1971. *Pampaedia (Educação Universal)*. Trans. Joaquim Ferreira Gomes. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Psicológicos e Pedagógicos.
- . 2006. *Didáctica Magna. Tratado da Arte Universal de Ensinar tudo a todos*. 5.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da Invasão dos Denominados Jesuítas e dos Estragos Feitos nas Ciências e nos Professores e Directores que a Regiam pelas Maquinações e Publicações dos Novos Estatutos por Eles Fabricados*. 1771. Lisboa: Regia Officina Typographica.
- Congregação do Oratório. 1750. *Instrução de Principiantes e novo Methodo de se Aprenderem as Primeiras Letras para Uso das Escolas da Congregação. Ordenado pela Mesma Congregação*. Lisboa: Off. Miguel Rodrigues.
- D’Alembert, Jean le Rond, et Denis Diderot. 1751-1772. *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. 17 vols. Paris.
- Dalmira, Dorothea Engrassia Tavareda [Alexandre de Gusmão]. 1790. *Aventuras de Diófnanes, Imitando o Sapientíssimo Fénelon na sua Viagem de Telémaco*. Lisboa: Regia Officina Typografica.
- Descartes, René. 1992. *Discurso do Método. As Paixões da Alma*. 17.ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Fénelon, François. 1788. *Aventuras de Telémaco, Traduzidas em verso portuguez; A que se Ajuntão Algumas Notas Mythológicas, e Allegóricas para Intelligencia do Poema, por Joaquim Joseph Caetano Pereira e Sousa*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francis Luiz Ameno.
- Fortes, Manuel Azevedo. 1728-1729. *O Engenheiro Portuguez: Dividido em Dois Tratados*. Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa.
- Kant, Emmanuel. 1990. *Opuscles sur l'histoire*. Paris: Flammarion.
- . 2007. *Qu'est-ce que les Lumières?*. Paris: Hatier.
- Marquês de Condorcet [Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat]. 1988. *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*. Paris: GF Flammarion.

- . 2008. *Cinq mémoires sur l'instruction publique*. Paris: GF Flammarion.
- Melo, Sebastião José de Carvalho e. 1757. *Elogio de D. Luis Carlos Ignacio Xavier de Meneses, Quinto Conde de Ericeira, Primeiro Marquez de Louriçal*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues.
- Paris, Marc-Antoine Jullien de. 1967. *Esboço de uma Obra sobre a Pedagogia Comparada*. Coimbra: Atlântida.
- Proença, Martinho Mendonça de Pina e. 1734. *Apontamentos para a Educação de Hum Menino Nobre, que para Seu Uso Particular Fazia Martinho de Mendonça de Pina e Proença*. Lisboa Occidental: Oficina Joseph Antonio da Sylva.
- Rousseau, Jean-Jacques. 1969. *Émile ou de l'Éducation*. Paris: Éditions Gallimard.
- Sanches, António Nunes Ribeiro. 1922 *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- . 1980. *Dificuldades que Tem Um Reino Velho para Emendar-se e Outros Textos*. Seleção, apresentação e notas de Victor de Sá. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva, D. Leonor Thomasia de Souza e [Francisco Luís Ameno]. (1789) 1813. *Escolla Nova Christã e Política na qual se Ensinão os Primeiros Rudimentos, que Deve Saber o Menino Christão, e se lhe Dão Regras Geraes para com Facilidade, e em Pouco Tempo Aprender a Ler, Escrever e Contar*. Lisboa: Officina de João Evangelista Garces.
- Vasconcelos, João Rosado de Villa-Lobos e. 1816. *O Perfeito Pedagogo na Arte de Educar a Mocidade, em que se Dão as Regras da Policia, e Urbanidade Christã, conforme os Usos, e Costumes de Portugal*. 2.^a ed. Lisboa: Typografia Rollandiana.
- Verney, Luís António. 1952. *Verdadeiro Método de Estudar*. Ed. António Salgado Júnior. Vol. V. Lisboa: Livraria Sá da Costa-Editora.
- Vico, Giambattista. 2001. "De nostri temporis studiorum ratione." In *La Querelle des Anciens et des Modernes XVII-XVIII siècles*, ed. Anne-Marie Lecoq. Paris: Gallimard.
- . 2004. *Vie de Giambattista Vico écrite par lui-même*. Paris: Éditions Allia.

Estudos

- Adão, Áurea. 1997. *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras. As Escolas Régias (1772-1794)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Andrade, António Alberto Banha de. 1982. *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Araújo, Ana Cristina. 2003. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Baião, António. 1930. *D. António Caetano de Sousa como Censor Literário*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Brandão, Mário, et M. Lopes d'Almeida. 1937. *A Universidade de Coimbra. Esboço da Sua História*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Chartier, Roger. 2008. *Écouter les morts avec les yeux*. Paris: Collège de France / Fayard.
- Darnton, Robert. 2003. *El coloquio de los lectores. Ensayos sobre autores, manuscritos, editores y lectores*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

- Dias, J. S. da Silva. 1984. *Pombalismo e Projecto Político*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.
- Fernandes, Rogério. 1994. *Os Caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora.
- Goulemot, Jean-Marie. 1996. *Le Règne de l'histoire. Discours historiques et révolutions XVII^e – XVIII^e siècles*. Paris: Albin Michel.
- Herman, Arthur. 2001. *How the Scots Invented the Modern World*. New York: Three Rivers Press.
- Magalhães, Justino. 2010. *Da Cadeira ao Banco. Escola e Modernização (Séculos XVIII-XX)*. Lisboa: Educa.
- Monteiro, Miguel Maria Santos Corrêa. 2004. *Inácio Monteiro (1724-1812). Um Jesuíta Português na Dispersão*. Lisboa: Centro de História da Universidade.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. 2006. *D. José. Na Sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Tortarolo, Edoardo. 1997. “La censure à Berlin au XVIII^e siècle.” In “Censure et clandestinité aux XVII^e et XVIII^e siècles”, dir. Olivier Bloch et Antony McKenna, número temático, *La lettre clandestine* 6:253-262.
- Vaz, Francisco, coord. 2009. *Os Livros e as Bibliotecas no Espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo: Repertório de Correspondência, Róis de Livros e Doações a Bibliotecas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

NOTAS BIOGRÁFICAS

ANA CRISTINA ARAÚJO

Professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, investigadora integrada do Centro de História da Sociedade e da Cultura. Dirige a *Revista de História das Ideias* e é autora de *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações (1700-1830)*, 1997; *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, 2003; *Memórias Políticas de Ricardo Raimundo Nogueira (1810-1820)*, 2011; *O Marquês de Pombal e a Universidade* (coord.), 2014; *A Universidade de Coimbra, Ciência, Território e Coleções Científicas* (co-coord.), 2017; *Gomes Freire e as Vésperas da Revolução de 1820* (co-coord.), 2018.

ANTONIO CASTILLO GÓMEZ

Doutor em História e professor catedrático de Ciências e Técnicas Historiográficas na Universidad de Alcalá, responsável pelo grupo de investigação “Lectura, Escrita, Alfabetización”, e pelo seminário interdisciplinar “Estudios sobre Cultura Escrita”. A sua investigação centra-se nas práticas sociais da escrita e da leitura, principalmente na Idade Moderna. Entre outras obras, publicou: *Leer y oír leer. Ensayos sobre la lectura en los Siglos de Oro*, 2016; *El placer de los libros inútiles y otras lecturas en los Siglos de Oro*, 2018; e *Grafías no Cotidiano: Escrita e Sociedade na História (Séculos XVI-XX)* (no prelo). Coordenou o livro *Culturas del escrito. Del Renacimiento a la contemporaneidad*, 2015; e o dossiê “Efímeros y menudencias en España e Italia durante la Edad Moderna”, em *La Bibliofilia. Rivista di storia del libro e di bibliografia*, 2019. Prepara, actualmente, uma monografia sobre a cidade moderna como espaço de comunicação escrita.

CAIO BOSCHI

Doutor em História Social (Universidade de São Paulo). Professor titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (aposentado) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Leitor de Cultura e História do Brasil na Universidade de Lisboa e na Universidade do Porto (1994-2009). Sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e académico brasileiro de número da Academia Portuguesa de História.

DAVID MARTÍN MARCOS

Professor e investigador Ramón y Cajal no Departamento de História Moderna da Universidad Nacional de Educación a Distancia. Doutor com distinção e louvor pela Universidad de Valladolid, foi membro da Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma e do CHAM – Centro de Humanidades, da Universidade Nova de Lisboa. É autor de *El Papado y la Guerra de Sucesión*, 2011; e de *Península de recelos: Portugal y España, 1668-1715*, 2014.

EDUARDO S. NEUMANN

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, bolsista produtividade do CNPq. Graduado (1989) e mestre (1995) em História pela UFRGS e doutor em História Social pela UFRJ (2005). Co-coordena o grupo Sociedades de Antigo Regime no Atlântico Sul. Pós-doutorado pela Universidad de Alcalá (2015). Investiga história da América colonial, dos índios e da cultura escrita. Publicou, entre outros: *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial 1640/1750*, 1996; e *Letra de Índios*, 2015. Co-organizou: *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*, 2004; *O Continente em Armas*, 2010; *O Império e a Fronteira*, 2014; *O Rio Grande do Sul Revisitado*, 2019.

JOÃO LUÍS LISBOA

Professor no Departamento de História da NOVA FCSH e investigador do CHAM – Centro de Humanidades, no grupo Leitura e Formas da Escrita. Doutorou-se em 1998 em Florença, no Instituto Universitário Europeu, tendo trabalhado com John Brewer, Roger Chartier e José Esteves Pereira. Lecionou no ensino básico, secundário e superior politécnico. Livro mais recente: *Então o quê? A História que (se) Conta É Problemática*, 2018.

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES

Doutor em História (2001) pela Universidade dos Açores e é professor associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, instituição da qual foi subdirector (2016-2019). É também director do mestrado em Estudos Brasileiros. Trabalha prioritariamente a história dos impérios, história do Atlântico, história social das elites, história e cultura política no espaço atlântico no período moderno. Estuda as dimensões políticas e sociais do governo urbano nas cidades atlânticas e a questão dos reformismos de Setecentos e inícios de Oitocentos numa perspectiva de história comparada. Participou e participa em diversos projectos (Portugal, Espanha, França e Brasil) e tem ampla bibliografia publicada na Europa e nas Américas.

JUNIA FERREIRA FURTADO

Professora titular livre de História Moderna na Universidade Federal de Minas Gerais, onde atualmente actua no Programa de História e, como visitante, no PPGHIS da UNIFESP. Possui vários livros publicados, entre eles: *Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes: O Outro Lado do Mito*, 2003; *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na Construção da Cartografia do Brasil*, 2012; e *O Mapa que Inventou o Brasil*, 2013 – Prémio Jabuti em Ciências Humanas 2013.

JUSTINO MAGALHÃES

Historiador da Educação; professor catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa; coordenador do doutoramento em História da Educação; investigador integrado da UIDEF – IEULisboa; colaborador do CH-ULisboa. Domínios de investigação e publicação: história da educação e da escolarização; história da alfabetização; história do livro escolar; história das instituições educativas; história do local e do município pedagógico.

LUCIA MARIA BASTOS P. NEVES

Doutora em História pela Universidade de São Paulo (1992). Professora catedrática de História Moderna na UERJ. Investigadora do programa Prociência da UERJ, do CNPq e da Faperj. Sócia Honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Integra a rede de investigação Iberconcepos. Publicou no Brasil e no estrangeiro sobre cultura política da independência, circulação de ideias entre Portugal, Brasil e França e história política e cultural.

NUNO GONÇALO MONTEIRO

Investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais e professor catedrático convidado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi professor visitante e dirigiu vários projectos científicos internacionais. Entre as suas publicações recentes, destaca-se a co-coordenação de: *Um Reino e Suas Repúblicas na Atlântico: Comunicações Políticas entre Portugal, Brasil e Angola, Séculos XVII e XVIII* (com J. L. Frago, 2017); *História Social Contemporânea* (com A. C. Pinto, 2020); e *Political Thought in Portugal and its Empire (1500-1800)* (com P. Cardim, no prelo).

ROGER CHARTIER

Professor no Collège de France desde 2007 e também *Annenberg Visiting Professor* na University of Pennsylvania. Ao longo da sua carreira, foi professor, investigador e conferencista convidado em várias instituições académicas e recebeu diversos prémios e distinções. Foi assistente de História Moderna na Université de Paris I Panthéon-Sorbonne (1970-1975), onde se licenciou (1967) e obteve a agregação (1969). Ocupou, posteriormente, as funções de *maître de conférences* (1978-1983) e *directeur d'études* (1984-2006) na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Publicou, entre outras obras marcantes, *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime* (1987); *Les Origines culturelles de la Révolution française* (1990), *L'Ordre des livres* (1992); e *Au bord de la falaise* (1998). É, desde 2018, doutor *honoris causa* pela Universidade de Lisboa.

THAIS NÍVIA DE LIMA E FONSECA

Professora titular de História da Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e pós-doutoramentos realizados na Universidade Federal Fluminense, Universidade de Lisboa e Universidade de São Paulo. Líder do grupo de investigação CEIbero – Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos. Desenvolve investigação sobre processos educativos na América portuguesa setecentista. É investigadora do CNPq.

Centro de História da Universidade de Lisboa | *Centre for History of the University of Lisbon*
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | *School of Arts and Humanities of the University of Lisbon*

Cidade Universitária - Alameda da Universidade, 1600 - 214 LISBOA / PORTUGAL

Tel.: (+351) 21 792 00 00 (Extensão: 11610) | Fax: (+351) 21 796 00 63

URL: <http://www.centrodehistoria-flul.com>

Desde Quinhentos que a escrita está presente como manuscrito e como impresso e, com ela, a leitura. A modernidade é impensável sem a cultura letrada das elites e sem a aplicação da escrita a novos domínios materiais, simbólicos, de governo e administração, socioculturais, como também sem a aculturação escrita de novos públicos.

Tendo a escrita como motivo central, *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos* desvela o mundo dos textos, ilustra os campos autoral, editorial, do leitor, comunicacional, intrínsecos à cultura escrita, toma a escrita como campo simbólico, de representação, poder e mobilização. E, enfim, apresenta a cultura escrita como constitutiva da Europa e do Atlântico modernos. Incidindo sobre uma realidade complexa e multidimensional, este livro traz a historicidade e a perspectiva histórica para o centro dos estudos humanísticos, sociais, culturais, educacionais.